

**EDILENE PEREIRA GUIMARÃES**

**MORADIA E CONSUMO NO CAMPO: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS  
FACE AO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NA ZONA RURAL DE  
ARAPONGA, MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA  
MINAS GERAIS – BRASIL  
2013

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e  
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

T

G963m  
2013

Guimarães, Edilene Pereira, 1983-

Moradia e consumo no campo : mudanças e permanências face ao processo de urbanização na zona rural de Araponga, MG / Edilene Pereira Guimarães. – Viçosa, MG, 2013. xxiii, 240 f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui anexo.

Inclui apêndice.

Orientador: Neide Maria de Almeida Pinto.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 227-232.

1. Vida rural. 2. Estilo de vida. 3. Habitação rural.  
4. Consumo (Economia). I. Universidade Federal de Viçosa.  
Departamento de Economia Doméstica. Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica. II. Título.


CDD 22. ed. 307.72

**EDILENE PEREIRA GUIMARÃES**

**MORADIA E CONSUMO NO CAMPO: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS  
FACE AO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NA ZONA RURAL DE  
ARAPONGA, MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

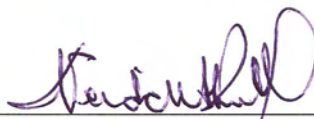
APROVADA: 17 de maio de 2013.



Maria de Lourdes Mattos Barreto



Rennan Lanna Martins Mafra



Neide Maria de Almeida Pinto  
(Orientadora)

*Dedico esta dissertação aos meus pais, Antônio e Antônia, exemplos de honestidade e perseverança, e que sempre acreditaram no meu potencial, incentivando a todo o momento para que eu atingisse os meus objetivos.*

## AGRADECIMENTOS

À Deus, presença de amor incondicional em todos os momentos da vida; pela força, coragem e determinação nesses dois anos de mestrado.

Aos meus pais, Antônio e Antônia, que sonharam comigo e acreditaram para que hoje, tudo isso fosse realidade.

Às minhas irmãs, Cleide e Dilza, e sobrinhos queridos, Lucas, Luana e Vitória, meu eterno carinho pelo amor e dedicação com que sempre pude contar nos momentos de descontração entre um capítulo e outro deste trabalho. Obrigada família!

Ao meu amor, José Ricardo, parceiro e companheiro, pela paciência e por estar ao meu lado compartilhando e dando apoio em cada etapa do mestrado.

À Universidade Federal de Viçosa (UFV), pela oportunidade de ampliar meus conhecimentos.

Ao Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, e a todos os professores e funcionários que dele fazem parte.

A CAPES, pela concessão da bolsa de estudo.

À minha orientadora, Neide Maria de Almeida Pinto, pela liberdade e autonomia concedidas na escolha do tema da pesquisa e sua constante transformação. Pela sensibilidade e atenção na escuta dos meus anseios que se desenrolavam e me enrolavam na busca de definições teóricas, tendo em vista o lugar da pesquisa, e também pela "rédea curta" nos momentos de vôos longos. Por fim, e não por último, pela amizade e confiança que se desenvolveram durante esse período. Obrigada!

À professora Ana Louise de Carvalho Fiúza, que aceitou ser minha coorientadora, e se dedicou ao longo desse trabalho em colaborar com conteúdos teóricos que enriqueceram a pesquisa.

Aos membros da Banca Examinadora, Maria de Lourdes Mattos Barreto e Rennan Lanna Martins Mafra, pela atenção dedicada à leitura deste trabalho e por suas contribuições.

À professora Lidiane Nunes da Silveira, que leu atenciosamente a dissertação, e contribuiu com seus conhecimentos sociológicos.

Às minhas amigas Patrícia e Nayara, que foram de fundamental importância para a realização e conclusão deste trabalho.

Aos meus amigos e amigas de Mestrado: Denise, Eliane, Elenciria, Isabela, Natália, José Carlos, Márcia, Arimaire, Luís e Júnia, em especial, Janaína e Eliane Guimarães que sempre estiveram por perto se mostrando prestativas para o que der e vier.

Ao grupo de pesquisa GERAR, com quem partilhei de momentos de descontração e aprendizado, que contribuíram para o enriquecimento desse trabalho.

Ao Gustavo Braga que sempre se mostrou disposto a colaborar com seus conhecimentos estatísticos para o enriquecimento desse trabalho me possibilitando conhecer algo novo por meio da estatística.

Ao professor João Lani (UFV), a professora Elza Guimarães, Ana Lídia Coutinho Galvão, ao amigo Ananias e aos funcionários do escritório local da Emater de Viçosa, em especial, Karina e Vera, que, mesmo sem saber, foram de fundamental importância para a realização deste trabalho.

Aos atores participantes dessa pesquisa, que me receberam com tanta presteza, contribuindo imensamente para que eu realizasse este trabalho. Muito obrigada!

Ao Josney, meu guia durante a pesquisa de campo. Sem sua colaboração e sem seu conhecimento sobre a região não seria possível a realização dessa pesquisa. Obrigada!

À Secretária de Saúde e ao escritório local da Empresa de Assistência Técnica em Extensão Rural de Araponga, por possibilitarem, através da parceria, a realização do trabalho de campo.

A todos aqueles cujos nomes não mencionei, por esquecimento repentino, mas que, de alguma forma, passaram pela minha vida neste período e deixaram suas marcas. Meu muito obrigado por tudo.

## **BIOGRAFIA**

EDILENE PEREIRA GUIMARÃES, filha de Antônio Guimarães e Antônia Lopes Pereira Guimarães, nasceu no dia 9 de julho de 1983, na capital do Estado de São Paulo.

Cursou seus primeiros anos de estudos na Escola Estadual Madre Santa Face, e tendo concluído o ensino fundamental e médio no ano de 2001, na Escola Estadual Douro Raimundo Alves Torres, na cidade de Viçosa-MG.

Em 2007, iniciou o Curso de Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa (UFV), onde se dedicou a estágios nas áreas de lavanderia hospitalar e extensão rural, tendo concluído o bacharelado em janeiro de 2011.

Em março de 2011, ingressou no Programa de Pós-Graduação, em nível de Mestrado, em Economia Doméstica da UFV, concluindo-o em Maio de 2013.

# SÚMARIO

	<b>Página</b>
LISTA DE SIGLAS -----	ix
LISTA DE QUADROS -----	x
LISTA DE TABELAS -----	xi
LISTA DE GRÁFICOS -----	xv
LISTA DE FIGURAS -----	xvii
RESUMO -----	xx
ABSTRACT -----	xxii
<b>APRESENTAÇÃO -----</b>	<b>1</b>
<b>1. CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS -----</b>	<b>5</b>
1.1 Interesse pelo Tema -----	5
1.2 Contextualização e Justificativa do Problema -----	5
1.3 Importância e Contribuição da Pesquisa -----	11
1.4 Objetivos da Pesquisa -----	11
1.4.1 Objetivo Geral -----	11
1.4.2 Objetivos Específicos -----	12
1.5 Procedimentos Metodológicos -----	12
1.5.1 Escolha e Caracterização do Local de Estudo -----	13
1.5.2 População e Amostra Seleccionada para a Pesquisa -----	19
1.5.3 Métodos e Técnicas de Coleta de Dados -----	23
1.5.4 Método de Análise dos Dados -----	26
1.6 Aspectos Éticos -----	27

<b>2. CONCEPÇÕES TEÓRICAS ACERCA DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DO CAMPO E SEUS INDICADORES -----</b>	<b>28</b>
2.1 O rural e o urbano a partir de uma perspectiva dicotômica -----	28
2.2 O rural como parte integrante da Cultura Urbana -----	37
2.3 A opção pela distinção conceitual entre “campo” e “rural” -----	44
2.4 Indicadores do Processo de Urbanização do Campo -----	46
<b>3. OS PROCESSOS DE URBANIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO CAMPO E SEUS REFLEXOS NOS MODOS DE VIDA -----</b>	<b>54</b>
3.1 O Processo de Urbanização no Brasil -----	54
3.2 A Modernização do Campo -----	61
<b>4. OS REFLEXOS DA URBANIZAÇÃO DO CAMPO NOS MODOS DE MORADIA E CONSUMO -----</b>	<b>73</b>
4.1 Breve histórico das formas de morar e dos hábitos de consumo durante o período colonial -----	73
4.1.1 Formas de sociabilidades e costumes domésticos -----	82
4.2 Mudanças nas formas de morar e de consumo na atualidade -----	85
<b>5. ANÁLISE DOS MODOS DE VIDA RURAL E URBANO A PARTIR DOS DADOS CENSITÁRIOS -----</b>	<b>99</b>
5.1 Fonte de dados -----	99
5.2 Resultados e discussões da coleta censitária com base na teoria de urbanização do campo -----	100
<b>6. MORADIA, CONSUMO E MODOS DE VIDA NA ZONA RURAL ARAPONGUENSE: as transformações advindas com o processo de urbanização do campo -----</b>	<b>130</b>
6.1 Perfil Socioeconômico Familiar das Famílias Rurais Pesquisadas	

no Município de Araçuaia, MG -----	131
6.1.1 Escolarização e Formação Técnica -----	135
6.1.2 Trabalho -----	139
6.1.3 Perfil Econômico -----	142
6.2 Características das Propriedades Rurais -----	148
6.2.1 Aparatos Tecnológicos: do mais simples ao mais moderno -	153
6.3 Gestão das Propriedades Rurais -----	163
6.4 Trabalho: da lógica do autoconsumo e subsistência para a lógica racional e moderna -----	168
6.4.1 Consumo de Bens Materiais -----	172
6.5 Acesso a Serviços -----	182
6.6 Trabalho e Lazer -----	184
6.7 Participação em Sindicatos -----	194
6.8 As Condições de Moradia e do Microambiente Familiar -----	196
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS -----</b>	<b>222</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS -----</b>	<b>227</b>
<b>APÊNDICES -----</b>	<b>233</b>
<b>ANEXOS -----</b>	<b>240</b>

## LISTA DE SIGLAS

<b>CAI</b>	Complexo Agroindustrial
<b>CEPAL</b>	Comissão Econômica para América Latina
<b>CTA</b>	Centro Tecnológico Alternativo
<b>EMATER</b>	Empresa Mineira de Assistência Técnica em Extensão Rural
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IEF</b>	Instituto Estadual de Florestas
<b>PEA</b>	População Economicamente Ativa
<b>PNAD</b>	Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílios
<b>PPGED</b>	Programa de Pós Graduação em Economia Doméstica
<b>PRONAF</b>	Programa Nacional da Agricultura Familiar
<b>PSF</b>	Programa Saúde da Família
<b>SICOOB</b>	Sistema de Cooperativa de Crédito do Brasil
<b>SIDRA</b>	Sistema de Recuperação Automática
<b>SUS</b>	Sistema Único de Saúde

## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 1</b>	Comunidades cadastradas nos PSFs no ano de 2011 no município de Araponga, MG.	20
<b>QUADRO 2</b>	Síntese das características constitutivas do perfil relativo ao “Modo de vida rural” e ao “modo de vida urbanos”.	51
<b>QUADRO 3</b>	Atividades principais desenvolvidas no município de Araponga no ano de 2010.	109
<b>QUADRO 4</b>	Nível de responsabilidade na família rural e urbana, por sexo, no município de Araponga, no ano de 2010.	112
<b>QUADRO 5</b>	Composição familiar das famílias rurais pesquisadas no município de Araponga, MG.	133
<b>QUADRO 6</b>	Escolaridade dos filhos dos respondentes pesquisados no município de Araponga, MG.	137
<b>QUADRO 7</b>	Investimento da renda das famílias pesquisadas no município de Araponga, MG.	147
<b>QUADRO 8</b>	Alimentos produzidos pelas famílias pesquisadas na zona rural do município de Araponga, MG.	170
<b>QUADRO 9</b>	Alimentos comprados pelas famílias pesquisadas na zona rural do município de Araponga, MG.	171
<b>QUADRO 10</b>	Móveis comprados recentemente pelas famílias pesquisadas no município de Araponga, MG.	173
<b>QUADRO 11</b>	Posse de bens materiais utilizados pelas famílias pesquisadas no município de Araponga, MG.	176
<b>QUADRO 12</b>	Atividades de lazer desenvolvidas pelas famílias pesquisadas no município de Araponga, nas horas de folga.	191

## LISTA DE TABELAS

<b>TABELA 1</b>	– Evolução da população urbana e rural nos anos de 1970 a 2012 em números relativos e absolutos em Araponga, MG.	14
<b>TABELA 2</b>	– Principais produções agropecuárias no município de Araponga no de 2006, Censo Agropecuário 2006.	17
<b>TABELA 3</b>	– Comunidades entrevistadas localizadas no município de Araponga, MG.	22
<b>TABELA 4</b>	– Evolução da população urbana nas décadas de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991, no Brasil.	56
<b>TABELA 5</b>	– Uso de tratores no Brasil (1950 – 1985).	64
<b>TABELA 6</b>	– Distribuição da população rural e urbana, por sexo, dos respondentes de Araponga, MG.	101
<b>TABELA 7</b>	– Escolaridade e alfabetização da população de Araponga, no ano de 2010.	103
<b>TABELA 8</b>	– Nível de instrução da população de Araponga, no ano de 2010.	104
<b>TABELA 9</b>	– Condição de ocupação da população rural e urbana, por sexo, dos residentes em Araponga, no ano de 2010.	107
<b>TABELA 10</b>	– Tipos de unidades domésticas presentes no município de Araponga, no ano de 2010.	110
<b>TABELA 11</b>	– Número de pessoas presentes nos domicílios, rural e urbano, no município de Araponga, no ano de 2010.	111
<b>TABELA 12</b>	– Rendimento nominal mensal familiar per capita, segundo o tipo de composição familiar no município de Araponga, no ano de 2010.	113
<b>TABELA 13</b>	– Rendimento nominal mensal familiar per capita, segundo as faixas de renda no município de Araponga, no ano de 2010.	114
<b>TABELA 14</b>	– Valor do rendimento mensal dos domicílios, localizados no município de Araponga, no ano de 2010.	115
<b>TABELA 15</b>	– Existência de bens duráveis nos domicílios localizados na zona rural e urbana, do município de Araponga, no ano de	116

2010.

<b>TABELA 16</b>	– Número de cômodos dos domicílios rurais e urbanos localizados no município de Araponga, no ano de 2010.	121
<b>TABELA 17</b>	– Material das paredes externas dos domicílios rurais e urbanos localizados no município de Araponga, no ano de 2010.	122
<b>TABELA 18</b>	– Existência de energia elétrica nos domicílios rurais e urbanos localizados no município de Araponga, no ano de 2010.	123
<b>TABELA 19</b>	– Existência de água encanada nos domicílios rurais e urbanos localizados no município de Araponga, no ano de 2010.	124
<b>TABELA 20</b>	– Número de membros das famílias rurais pesquisadas no município de Araponga, MG.	131
<b>TABELA 21</b>	– Número de filhos das famílias rurais pesquisadas no município de Araponga, MG.	132
<b>TABELA 22</b>	– Idade dos filhos das famílias rurais pesquisadas no município de Araponga, MG.	134
<b>TABELA 23</b>	– Escolaridade dos entrevistados residentes na zona rural do município de Araponga, MG.	135
<b>TABELA 24</b>	– Grau de escolaridade entre homens e mulheres respondentes do município de Araponga, MG.	136
<b>TABELA 25</b>	– Local de trabalho dos respondentes pesquisados no município de Araponga, MG.	139
<b>TABELA 26</b>	– Número de membros aposentados nas famílias pesquisadas no município de Araponga, MG.	144
<b>TABELA 27</b>	– Tamanho das propriedades visitadas no município de Araponga.	149
<b>TABELA 28</b>	– Atividades agrícolas produtivas desenvolvidas nas propriedades pesquisadas no município de Araponga, MG.	150
<b>TABELA 29</b>	– Atividades não-agrícolas desenvolvidas nas propriedades pesquisadas no município de Araponga, MG.	151
<b>TABELA 30</b>	– Membros familiares que trabalhavam nas atividades agrícolas desenvolvidas nas propriedades rurais pesquisadas	152

no município de Araponga, MG.

<b>TABELA 31</b>	– Tipo de mão-de-obra utilizada nas propriedades rurais pesquisadas no município de Araponga, MG.	152
<b>TABELA 32</b>	– Tipos de máquinas e média de anos dos maquinários presentes nas propriedades rurais pesquisadas no município de Araponga, MG.	154
<b>TABELA 33</b>	– Tipos de produtos utilizados na lavoura das propriedades rurais pesquisadas no município de Araponga, MG.	157
<b>TABELA 34</b>	– Assistência técnica oferecida nas propriedades pesquisadas no município de Araponga, MG.	159
<b>TABELA 35</b>	– Membro familiar do grupo pesquisado que pegou empréstimo nos últimos anos.	160
<b>TABELA 36</b>	– Local onde o dinheiro do empréstimo foi investido pelas famílias pesquisadas no município de Araponga, MG.	161
<b>TABELA 37</b>	– Motivos apresentados pelos respondentes pesquisados no município de Araponga, para o não financiamento ou empréstimo em Banco.	162
<b>TABELA 38</b>	– Planilha de custo e contabilidade das famílias rurais pesquisadas no município de Araponga, MG.	164
<b>TABELA 39</b>	– Motivos apresentados pelos respondentes pesquisados no município de Araponga para não se fazer a contabilidade dos negócios geridos na propriedade.	166
<b>TABELA 40</b>	– Membro familiar que realiza a contabilidade na realidade das famílias pesquisadas em Araponga, MG.	167
<b>TABELA 41</b>	– Consumo de peças do vestuário utilizadas pelas famílias pesquisadas no município de Araponga, MG.	174
<b>TABELA 42</b>	– Frequência em que as famílias vão à cidade ou ao Distrito de Araponga, MG.	181
<b>TABELA 43</b>	– Atividades domésticas desenvolvidas pelas famílias pesquisadas no município de Araponga, MG.	187
<b>TABELA 44</b>	– Frequência das práticas de lazer realizadas pelas famílias pesquisadas no município de Araponga, MG.	192
<b>TABELA 45</b>	– Participação das famílias pesquisadas no município de	195

Araponga, em sindicatos, associações e cooperativas.

<b>TABELA 46</b> –	Acesso das famílias pesquisadas na zona rural do município de Araponga, à água, sistema de esgoto, coleta de lixo e energia elétrica.	197
<b>TABELA 47</b> –	Condição das moradias das famílias pesquisadas, localizadas na zona rural do município de Araponga, MG.	199
<b>TABELA 48</b> –	Características das casas das famílias pesquisadas no município de Araponga, MG, anteriormente a reforma.	202
<b>TABELA 49</b> –	Tipo de reforma realizada pelas famílias pesquisadas no município de Araponga, MG.	203

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>GRÁFICO 1</b>	– Produto Interno Bruto (PIB) do município de Araponga, MG.	15
<b>GRÁFICO 2</b>	– Produção de café no município de Araponga, MG.	16
<b>GRÁFICO 3</b>	– Grupos de idades da população de Araponga, no ano de 2010.	102
<b>GRÁFICO 4</b>	– Tipo de religião pertencente à população de Araponga, no ano de 2010.	103
<b>GRÁFICO 5</b>	– Pessoas economicamente ativas do município de Araponga, no ano de 2010.	106
<b>GRÁFICO 6</b>	– Tipo de domicílio localizado na área urbana e rural do município de Araponga, no ano de 2010.	119
<b>GRÁFICO 7</b>	– Condição de ocupação do domicílio localizado na área urbana e rural do município de Araponga, no ano de 2010.	120
<b>GRÁFICO 8</b>	– Tipo de esgotamento sanitário dos domicílios rurais e urbanos localizados no município de Araponga, no ano de 2010.	125
<b>GRÁFICO 9</b>	– Destino do lixo dos domicílios rurais e urbanos localizados no município de Araponga, no ano de 2010.	126
<b>GRÁFICO 10</b>	– Grau de satisfação do tipo de saneamento da população rural e urbana do município de Araponga, no ano de 2010.	127
<b>GRÁFICO 11</b>	– Atividade principal desenvolvida pelas famílias pesquisadas nas propriedades localizadas no município de Araponga, MG.	140
<b>GRÁFICO 12</b>	– Atividade secundária desenvolvida pelas famílias pesquisadas nas propriedades localizadas no município de Araponga, MG.	141
<b>GRÁFICO 13</b>	– Renda individual dos respondentes pesquisados no município de Araponga, MG.	143
<b>GRÁFICO 14</b>	– Utilização da renda obtida pelas famílias pesquisadas no município de Araponga, MG, por meio da aposentadoria.	144

<b>GRÁFICO 15</b>	– Fonte de renda considerada mais importante para as famílias rurais entrevistadas no município de Araponga, MG.	146
<b>GRÁFICO 16</b>	– Acesso a serviços nas comunidades pesquisadas no município de Araponga, MG.	183
<b>GRÁFICO 17</b>	– Local de compra de materiais de construção.	204

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 1</b> –	Vista parcial do município de Araponga, MG.	13
<b>FIGURA 2</b> –	Cachoeira de Araponga (à esquerda) e Pousada Remanso (à direita).	18
<b>FIGURA 3</b> –	Fazenda do Brigadeiro (Patrimônio Histórico do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, em Arapongas, MG).	18
<b>FIGURA 4</b> –	Casa rural com mobília moderna.	87
<b>FIGURA 5</b> –	Diferenciação e desigualdades entre os grupos que habitam o campo.	89
<b>FIGURA 6</b> –	Monjolos d’água.	92
<b>FIGURA 7</b> –	Pilão.	93
<b>FIGURA 8</b> –	Antena parabólica.	96
<b>FIGURA 9</b> –	Fachada azulejada.	96
<b>FIGURA 10</b> –	Moinho de fubá (1902).	155
<b>FIGURA 11</b> –	Moedor de café manual.	155
<b>FIGURA 12</b> –	Engenho de cana-de-açúcar.	155
<b>FIGURA 13</b> –	Picadeira.	155
<b>FIGURA 14</b> –	Ordanhadeira.	155
<b>FIGURA 15</b> –	Resfriador de leite.	155
<b>FIGURA 16</b> –	Trator.	156
<b>FIGURA 17</b> –	Microtrator.	156
<b>FIGURA 18</b> –	Fogão a gás e a lenha com presença de utensílios domésticos revestidos pela capa de crochê confeccionada manualmente.	179
<b>FIGURA 19</b> –	Purificador de água.	179
<b>FIGURA 20</b> –	Meios de transporte utilizados pelas famílias pesquisadas no município de Araponga, MG: moto (à esquerda) e carro (à direita).	180

<b>FIGURA 21</b> – Capela (à esquerda) e Merceria (à direita) localizada na Comunidade de São Joaquim, Araponga, MG.	183
<b>FIGURA 22</b> – Escola Municipal, localizada na comunidade de São Joaquim, Araponga, MG.	184
<b>FIGURA 23</b> – Crachá dos participantes da cavalgada realizada no município de Araponga, MG.	190
<b>FIGURA 24</b> – Banheiro localizado na parte externa (à esquerda) e interna (à direita) da casa.	197
<b>FIGURA 25</b> – Destino do lixo.	198
<b>FIGURA 26</b> – Arquitetura das casas de Araponga, MG.	201
<b>FIGURA 27</b> – Separação dos espaços: a casa e seu entorno.	201
<b>FIGURA 28</b> – Casa da Respondente 32, antes e após a reforma.	206
<b>FIGURA 29</b> – Casa da Respondente 7, antes e após a reforma.	206
<b>FIGURA 30</b> – Casa do Respondente 10, antes e após a reforma.	207
<b>FIGURA 31</b> – Características da cozinha do Respondente 10, antes e após a reforma.	207
<b>FIGURA 32</b> – Casa da Respondente 13, antes e após a reforma.	207
<b>FIGURA 33</b> – Casa da Respondente 43, antes e após a reforma.	208
<b>FIGURA 34</b> – Casa da Respondente 44, após a reforma.	208
<b>FIGURA 35</b> – Casa do Respondente 29, após a reforma.	209
<b>FIGURA 36</b> – Casa da Respondente 62, após a reforma.	209
<b>FIGURA 37</b> – Casa do Respondente 68, após a reforma.	210
<b>FIGURA 38</b> – Casa da Respondente 46, após a reforma.	210
<b>FIGURA 39</b> – Casa do Respondente 5, após a reforma.	211
<b>FIGURA 40</b> – Casa do Respondente 6, após a reforma.	211
<b>FIGURA 41</b> – Casa do Respondente 27, após a reforma.	213
<b>FIGURA 42</b> – Local da cozinha na parte externa da casa.	213

<b>FIGURA 43</b> – Casa da Respondente 11, antes e após a reforma.	215
<b>FIGURA 44</b> – Quadros, almofadas, utensílios, objetos e adornos confeccionados manualmente pelas famílias pesquisadas no município de Araponga, MG.	217
<b>FIGURA 45</b> – Ralador feito de lata de óleo.	218
<b>FIGURA 46</b> – Bancos feitos de madeira e tronco de árvore retirada da própria propriedade.	218
<b>FIGURA 47</b> – Assento feito de roda de carroça.	219
<b>FIGURA 48</b> – Cabaça como objeto decorativo da sala (à esquerda) e cozinha (à direita).	219
<b>FIGURA 49</b> – Painéis penduradas na parede, grades e exposta na prateleira com toalhas bordadas manualmente.	220
<b>FIGURA 50</b> – Alimento utilitário e decorativo.	221

## RESUMO

GUIMARÃES, Edilene Pereira, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, maio de 2013. **Moradia e consumo no campo: mudanças e permanências face ao processo de urbanização na zona rural de Araponga, MG.** Orientadora: Neide Maria de Almeida Pinto. Coorientadora: Ana Louise de Carvalho Fiúza.

No âmbito do rural brasileiro, verifica-se que se vivencia um momento de importantes mudanças em relação aos modos de vida das pessoas que residem no campo. Nesse sentido, pensar nas repercussões que o processo de urbanização do campo pode causar sobre os modos de vida das famílias que residem neste espaço em termos dos modos de moradia e hábitos de consumo é um desafio a ser investigado. A pesquisa teve como objetivo geral compreender as influências do processo de *urbanização do campo* no modo de moradia e de consumo das famílias que vivem no campo. Buscou-se perceber indícios das possíveis transformações ocorridas nesse espaço que deverão ser constatadas em termos dos “*modos de vida do rural tradicional ao moderno*” que poderão se expressar nas habitações e nas formas de consumo, de modo a observar de que forma essa maior proximidade entre campo-cidade se manifestaria. Tomou-se como referência a zona rural do município de Araponga do Estado de Minas Gerais, por apresentar características socioeconômicas típicas à Zona da Mata Mineira, onde se encontra situado. Trata-se de uma pesquisa descritiva, onde se fez a combinação de abordagens metodológicas qualitativas e quantitativas utilizando-se de fontes primárias e secundárias, com o uso de questionários semi-estruturados, aplicados a 72 famílias, dados documentais, com base em registro fotográfico, áudios e observações não participantes. Os resultados apontaram que a interferência dos indicadores de urbanização no estilo de vida, dentro dos padrões de consumo e modos de morar, aparato tecnológico, no acesso a serviços se fez presente entre as famílias pesquisadas. Contudo, para aqueles indicadores que estavam relacionados com os anos de estudo, renda, tipo de vínculo com o trabalho, realização do trabalho, e questões relacionadas com o lazer, recebeu influência do modo de vida rural. Observamos que as famílias rurais passaram a adquirir e absorver novos valores de consumo e características dos padrões urbanos a partir dos filtros estabelecidos pelas especificidades culturais enraizadas na sua

história, no seu modo de vida, sem, no entanto, perder as suas especificidades culturais. Isto, porque persistem características identitárias típicas de um rural tradicional, como, por exemplo, a realização do trabalho doméstico em que a mulher era a pessoa encarregada de desenvolver as atividades ligadas ao ambiente doméstico. Além das características voltadas para a produção artesanal das famílias em que os produtos de limpeza, como sabão, ou mesmo objetos de uso decorativo demonstraram a permanência da tradição, cujos valores continuavam sendo mantidos. Conclui-se, portanto, que o processo de urbanização trouxe consigo modificações, ainda que parciais, nos modos de morar das famílias rurais, bem como nos hábitos de consumo diante da apropriação que elas faziam da cultura urbana. Esse processo deu-se, no entanto, sem descaracterizar totalmente a sua cultura local. Ou seja, mesmo constatando que as famílias que residem no campo não estavam totalmente independentes dos desejos de consumo que o mercado oferece e que se manifestou nos modos de morar, no aparato tecnológico, e no acesso aos bens e aos serviços.

## ABSTRACT

GUIMARÃES, Edilene Pereira, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, May, 2013. **Housing and consumption in countryside: changes and continuities over the urbanization process in rural area of Araponga, Minas Gerais State (MG).** Adviser: Neide Maria de Almeida Pinto. Co-adviser: Ana Louise de Carvalho Fiúza.

The Brazilian countryside undergoes a moment of important changes in relation to the people's lifestyles living in rural areas. In that sense, there is a challenge to be investigated about the impact that the countryside urbanization process may have on the families' lifestyles residing in this space regarding housing modalities and consumption habits. This research aimed to understand the influences of countryside urbanization process on housing modalities and consumption habits of families living in rural area. Indications of possible transformations in that space were analyzed considering "traditional rural lifestyles to modernity" which may be expressed in the housing modalities and consumption habits; so, it could be observed how the proximity between city and countryside lifestyle would manifest. Rural area of Araponga municipality was taken as reference for having typical socioeconomic characteristics of Zona da Mata of Minas Gerais State, Brazil. This is a descriptive research with combination of quantitative and qualitative methodological approaches using primary and secondary sources and semi-structured questionnaires applied to 72 families, documentary data based on photographic record, audios, and observations of nonparticipant people. Results showed interference of urbanization indicators in lifestyle with respect to consumption patterns and housing modalities, technological apparatus, and access to services among the studied families. However, indicators that were related to years of education, income, relationship with the work, accomplishing tasks, and issues related to leisure received influence from the rural lifestyle. It was noted that rural families began to acquire and absorb new consumer values and characteristics of urban patterns filtered by a set of cultural specificities rooted in their history and lifestyle, without, however, losing their cultural identity. This fact was showed by persistent characteristics of identity as typical of a traditional rural lifestyle, for example, domestic labor in which the woman was the person in charge of developing activities related to the

home environment. Also, activities of artisanal production as cleaning products such as soap or even objects of decorative use demonstrated the persistence of tradition, whose values were still being kept. It is concluded that the urbanization process has brought changes, even though partial, on rural families lifestyles and consumption habits by appropriation of urban culture. This process took place, though, without fully disfiguring rural culture. That is, families residing in the countryside were not totally independent of consuming desires that the market offers and that are manifested by lifestyles, technological apparatus, and access to goods and services.

## APRESENTAÇÃO

Pensar nas repercussões que o processo de urbanização do campo pode causar sobre os modos de vida das famílias que residem neste espaço é um desafio a ser investigado. Certamente esse processo estando vinculado à ideia de uma aproximação entre o campo e a cidade, particularmente no que se refere ao acesso de seus respectivos habitantes aos bens e serviços disponíveis na sociedade, nos levam a compreender como as famílias residentes no campo se organizam e fazem uso dos seus espaços, especificamente, no que se refere a seus lugares de moradia, assim como, referente aos seus hábitos de consumo.

A escolha da “moradia” como uma das categorias centrais de análise do nosso estudo deu-se pelo fato dela ocupar um lugar importante na vida familiar, onde denota um caráter do que é tido como equilíbrio do grupo familiar e necessária para satisfação das suas necessidades, servindo como o abrigo para a reprodução da força de trabalho, contribuindo para a formação social, além de ser um espaço de consumo e de bens de serviços. E “consumo”, outra categoria de nossas análises, por que toda e qualquer sociedade faz uso do universo material à sua volta para se reproduzir física e socialmente.

Deste modo, problematizar esse processo a partir das interações que se estabelece entre rural-urbano, campo-cidade seria, no mínimo, revelador, pela repercussão que poderá causar nos modos de vida<sup>1</sup> adotados pelas pessoas diante desse fenômeno, no qual novos valores, formas de consumo, formas de relações sociais, e modos de morar poderão se estabelecer atingindo diferentes áreas, atores e múltiplas facetas.

É preciso que se diga que esse processo será, sem dúvida, a constatação de que por meio dele, cidade e campo tendem a se relacionar. No entanto, não se esquecendo que há uma distinção de forma e conteúdo entre os termos, cidade e urbano, assim como campo e rural; mas ressaltando que, a relação entre “rural” e

---

<sup>1</sup> Para Rambaud (1973) a compreensão acerca de *modos de vida*, envolve as condições materiais e simbólicas que permeiam a existência de um grupo, podendo estar relacionadas às suas práticas culturais e religiosas, com o aparato tecnológico utilizado na realização do trabalho, com as relações de trabalho, bem como ao uso do tempo dedicado ao trabalho e as atividades de lazer.

“urbano” firma-se na lógica de uma relação marcada por um ativo processo de aculturação por parte das pessoas que vivem no campo.

Neste marco de discussões, apresentaremos aqui um estudo que trata justamente das mudanças nos modos de vida das famílias rurais sob a ótica desse processo de urbanização do campo, pois compartilhamos a relevância de estudos que contemplem essa temática. Assim, consideramos nesta pesquisa uma abordagem que recorrerá, principalmente, à Sociologia como ancoragem teórica. Os conceitos de modos de vida, campo-cidade, rural-urbano possibilitarão, juntamente com outros argumentos teóricos, especificar nossa ótica no sentido de compreender a realidade estudada, e assim construirmos os dados da pesquisa. Vale ressaltar que a principal característica desse estudo é problematizar as modificações que se deram principalmente nos aspectos relacionados à moradia e consumo familiar diante desse processo já citado anteriormente.

Nesta perspectiva, a dissertação estará estruturada em sete capítulos e deverá ganhar “corpo” a partir dos objetivos que se agregam em torno do fenômeno a ser estudado, compondo elementos que descortinarão a questão a ser esclarecida.

No primeiro capítulo, intitulado “*Considerações Introdutórias*”, apresentamos argumentos que de certa forma despertaram o interesse em desenvolver uma pesquisa que envolvesse essa temática. Em seguida, procuramos contextualizar e delimitar o problema, juntamente com duas hipóteses levantadas para a pesquisa. A partir daí, elencamos os objetivos propostos para o estudo, tanto no que se refere ao geral e os específicos, e delineamos os procedimentos metodológicos, a fim de construir uma metodologia que fosse capaz de dar conta de todos os questionamentos da pesquisa, que se concretiza na apresentação final deste trabalho, tendo em vista os aspectos éticos relacionados.

No capítulo dois, “*Concepções teóricas acerca do processo de urbanização do campo e seus indicadores*”, buscamos discutir com base em duas correntes de pensamento, os principais aspectos envolvendo os conceitos campo-cidade, e rural-urbano, sendo a primeira corrente baseada na perspectiva dicotômica entre esses termos, e a segunda, compreendendo o rural como parte integrante da Cultura urbana. Sendo esta, portanto, a perspectiva pela qual iremos nos posicionar e que dará subsídio ao longo do trabalho, juntamente com os indicadores traçados, para as

discussões aqui propostas em relação às mudanças que o processo de urbanização poderá causar nos modos de vida das pessoas que vivem no campo.

No terceiro capítulo, *“Os processos de urbanização e modernização do campo e seus reflexos nos modos de vida”*, buscou-se resgatar a história da urbanização no Brasil, juntamente com o processo de modernização do campo. A análise desse processo no Brasil proporcionou explicações históricas que permitiram verificar a introdução de uma lógica social, uma nova maneira de produção e apropriação do espaço, que incluem a implantação de meios de consumo coletivos, de infra-estruturas e de culturas, necessárias ao entendimento do nosso objeto.

No quarto capítulo, *“Os reflexos da urbanização do campo nos modos de moradia e consumo”*, fazemos um resgate histórico durante o período colonial, onde descrevemos traços da constituição da sociedade brasileira, com foco nas transformações repercutidas nos modos de vida da sociedade colonial neste período, que vão se expressando nas formas de morar, consumo, sociabilidade, lazer e que serviram de base para a compreensão das transformações vivenciadas, gradualmente, na vida das famílias rurais atualmente.

No quinto capítulo, *“Análise dos modos de vida rural e urbano a partir dos dados censitários”* procuramos fazer uso dos dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística referentes ao município de Araponga contrapondo com a teoria da urbanização do campo para verificar se ocorre uma aproximação socioeconômica das famílias que residem no campo com as famílias residentes na cidade.

No sexto capítulo, *“Moradia, consumo e modos de vida na zona rural Araponguense: as transformações advindas com o processo de urbanização do campo”*, apresentamos os resultados, discussões, descrições e análises dos dados coletados durante a pesquisa de campo, com base nos estudos sobre as temáticas apresentadas nos capítulos anteriores. Foi onde trabalhamos, neste capítulo, o perfil socioeconômico das famílias rurais pesquisadas no município de Araponga; verificamos se de fato ocorria uma aproximação socioeconômica das famílias que residem no campo com as residentes na cidade, e se esta poderia ser percebida nos modos de morar, na estrutura da habitação e nos hábitos de consumo; assim como, procuramos identificar os hábitos de consumo que faziam parte do cotidiano dessas

famílias buscando analisar em que medida esses hábitos refletiam mudanças no estilo de vida das mesmas; e por último, descrevemos as moradias das famílias rurais desse município buscando analisar em que medida essas edificações expressariam mudanças nos modos de morar das famílias na atualidade.

Por fim, optamos por finalizar nosso estudo com “*Considerações Finais*” onde foram apresentadas algumas conclusões do estudo realizado, buscando articular todos os elementos para uma análise do contexto de urbanização em Araponga, no intuito de identificar as suas repercussões e os aspectos identificados, como influenciadores ou não nos modos de vida das famílias rurais nesse município, a ponto de refutar ou confirmar as hipóteses por nós levantadas.

# CAPÍTULO 1

## CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

### 1.1 Interesse pelo Tema

O interesse em desenvolver uma pesquisa em que é discutida a influência que o processo de urbanização pode ocasionar no modo de vida das famílias que vivem no campo, evidenciou-se, ainda, no Curso de Economia Doméstica. Durante a graduação, disciplinas vinculadas às áreas da sociologia rural, a exemplo de *Mundo Rural e Habitação*, *Extensão Rural*, *Sociologia*, *Desenvolvimento de Comunidades*, *Agricultura Familiar*, bem como os estágios em Ensino na área rural que proporcionaram ao longo da trajetória profissional, o interesse e a afinidade com questões envolvendo o campo.

No entanto, foi durante o estágio na EMATER-MG<sup>2</sup>, que questões relacionadas aos modos de moradia e consumo começaram a se colocar, de forma mais sistematizada, fazendo-nos perceber indícios das transformações nas moradias e nos hábitos de consumo das famílias que vivem atualmente no campo.

Tais discussões, certamente, podem trazer reflexões que poderão subsidiar a atuação do profissional da Economia Doméstica e outros profissionais em áreas afins em termos das discussões relativas aos modos de vida das populações rurais, com foco na moradia e no consumo – temas ainda não aventurados nas pesquisas desenvolvidas junto ao Programa de Pós Graduação em Economia Doméstica (PPGED) da Universidade Federal de Viçosa. Esta ideia inicial foi apresentada ao PPGED, em 2010, identificando-se com a linha de pesquisa, “Família, Bem-estar e Qualidade de Vida”.

### 1.2 Contextualização e Justificativa do Problema

---

<sup>2</sup> Empresa Mineira de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais.

O meio rural tem passado por diferentes mudanças estruturais resultantes essencialmente do processo de urbanização, que se estendem e penetram em áreas significativas das zonas rurais, modificando os modos de vida dos habitantes do campo que se apropriam de novos estilos de vida<sup>3</sup> e incorporam novos valores e rotinas tidas como mais modernas e urbanizadas.

Tais mudanças podem ser exemplificadas por um conjunto de atividades diferentes das tradicionais que passaram a ser desenvolvidas no campo. Essas atividades caracterizam-se pela incorporação de novos produtos agropecuários, industriais, prestações de serviços, comércio, atividades de entretenimento e turísticas, caracterizadas pela busca por espaços e/ou marcados pela tradição cultural, nos momentos de ócio (ENDLICH, 2010).

Rambaud (1973) acredita que esses processos tendem a uma aproximação econômica e social dos habitantes do campo e da cidade em função da efetiva expansão das cidades e das facilidades de acesso da população rural a bens e serviços modernos. Assim, por meio dessas facilidades de apropriação dos bens de consumo e do estilo de vida da sociedade moderna seria possível a integração cada vez maior dos indivíduos, independentemente de viverem no campo ou na cidade.

Nesse sentido, pode-se dizer com base neste mesmo autor, que a existência da inter-relação entre “rural” e “urbano” depende dos contextos sociais, na medida em que o moderno não deve ser entendido como um elemento que se alastra nos espaços rurais, e nem a tradição como um elemento que se apropria dos aspectos urbanos. Ou seja, a modernização e a urbanização que adentram em espaços rurais derivam de processos ativos e dinâmicos, almejados pelas próprias comunidades locais, que se apropriam de fatores de ordem socioeconômica e sociocultural sem, no entanto,

---

<sup>3</sup> A expressão “*estilo de vida*” pode ser entendido como demarcadores de diferenças sociais, culturais e econômicas. Segundo Bourdieu (2008, p.165), o “*estilo de vida*” constitui em “*um conjunto unitário de preferências distintivas que exprimem, na lógica específica de cada um dos subespaços simbólicos, móvel, vestimentas, linguagem ou hexis corporal (...)*”. Constitui, portanto, uma “cultura” adquirida em um grupo homogêneo, produto de disposições objetivamente concertadas, por constituírem a interiorização das estruturas objetivas. As práticas de cada agente social são produto de uma situação e um princípio gerador, o *habitus*. Estes manifestam-se na *hexis* corporal, a mitologia política realizada e incorporada, transformada em disposição permanente, como maneira durável de se comportar, de falar, de andar e, conseqüentemente, de sentir e pensar (D’AQUINO, 1996). Os estilos de vida são, assim, os produtos sistemáticos dos *habitus* que, percebidos em suas relações mútuas segundo os esquemas dos *habitus*, tornam-se sistemas de sinais socialmente qualificados.

resultar na descaracterização da sua cultura local e até mesmo na perda de sua identidade.

Carneiro (1997), em seu estudo sobre a ruralidade, parte de um viés relacionado à dificuldade que se tem em delimitar fronteiras entre a cidade e o campo, a partir de uma classificação amparada em atividades econômicas ou mesmo em hábitos culturais. O seu estudo evidenciou processos de dinamização desses espaços que nos leva a refletir que, diante do processo global em que vivemos, a visão dicotômica entre o rural e urbano não faz sentido. Isso porque, segundo a autora, as pessoas residentes no campo são capazes de absorver e de acompanhar o movimento e a dinâmica da sociedade em que se inserem e de se adaptarem às novas estruturas sem, contudo, desfazer de seus valores, costumes, hábitos e modos de vida tradicionais. O estudo de Carneiro, que teve como recorte empírico uma aldeia dos Alpes franceses, constatou que as mudanças no espaço agrário estimuladas pela expansão da exploração do turismo não desestruturaram a identidade da aldeia, mas possibilitaram ampliar as relações sociais entre o grupo por meio de trocas simbólicas e culturais. Esses processos, de certa forma, reestruturaram e reforçaram a identidade local e não necessariamente a sua descaracterização.

A conclusão da autora foi similar a que Nicoloso (2006) chegou ao desenvolver um estudo no pequeno município gaúcho de Nova Pádua<sup>4</sup>, cujo objetivo foi de analisar a importância dos saberes tradicionais e do modo de vida camponês como elementos para a compreensão de uma nova forma de organização camponesa. Foi durante o trabalho de campo que esse autor pôde perceber como as transformações decorrentes dos novos meios de produção influenciavam diretamente, além do próprio sistema produtivo com base nos novos meios técnicos de produção, a estrutura familiar da comunidade e sua qualidade de vida. Estas transformações se materializavam no espaço e tornava-se visível a substituição do antigo em detrimento do novo, isso porque a estrutura familiar passou por um processo profundo de reestruturação. Os reflexos da economia mundial impuseram, no caso de Nova Pádua, uma adaptação da estrutura familiar às novas condições de vida e de trabalho

---

<sup>4</sup> Nova Pádua, pequeno município da serra gaúcha, com uma população estimada de 2396 habitantes, estando 530 habitantes no perímetro urbano e 1866 na área rural (NICOLOSO, 2006).

dos tempos atuais. Percebeu-se uma relação direta entre o interesse e a abertura do produtor sobre as novidades tecnológicas que vinham a facilitar a produção, a melhoria de sua situação financeira e, conseqüentemente, a ampliação de acesso do mesmo aos bens de consumo. Todavia, Nicoloso percebeu, também, que essa substituição não se dava de forma tão simples e direta, uma vez que, seria normal pensar que o uso acentuado de novas tecnologias representaria uma proporção diretamente inversa ao abandono dos saberes tradicionais. Mas o que ele observou em Nova Pádua foi que os novos meios técnicos de produção estavam servindo simplesmente para qualificar tais saberes, afirmando, portanto, que é perfeitamente possível a existência de um modo de vida camponês vinculada à incorporação de uma forma de produção capitalista. Isto porque se considera que a simples adequação dos meios de produção às novas tecnologias existentes não são suficientes para que haja uma alteração significativa na essência dos modos de vida desses camponeses e naquilo que o move como indivíduo e como membro de um grupo que compartilha os mesmos significados de existência e de reprodução.

Sendo assim, podemos dizer que essas novas marcas simbolizam na verdade o grau de adequação dos meios de produção, do papel da família e das novas necessidades dentro deste contexto, sem, contudo desfazer de seus aspectos tradicionais. Logo, o que se reforça é uma integração do mundo rural com o mundo urbano, que diante de um processo dinamizado de reestruturação com a incorporação de valores, hábitos, costumes e técnicas por parte dos habitantes do campo, o rural se moderniza, fortalecendo a ideia de identidade, pertencimento e prevalência da cultura local e não a sua eliminação. Assim, pode-se dizer que a população que vive no campo não está inserida num mundo rural fechado em si mesmo; sendo ela caracterizada como um agente ativo, apropriando-se da cultura urbana em busca daquilo que lhe é conveniente.

Nessa perspectiva, essa busca se daria por meio de um processo de aculturação<sup>5</sup>, onde os rurais ativados a fazerem suas escolhas se adaptariam a novos

---

<sup>5</sup> Com base em Rambaud (1973) é um processo em que os rurais absorvem a Cultura urbana na sua própria cultura, selecionando o conteúdo a ser absorvido, bem como dando forma e ritmo próprio a este processo de aculturação. Aculturação esta ativa em que há uma visão de totalização.

elementos, sejam eles costumes e conhecimentos, ou até mesmo, bens materiais, numa apropriação constante daquilo que vem da cidade.

De forma geral, inferimos que as inter-relações que se estabelecem entre o rural e o urbano tendem a refletir principalmente nos modos de vida adotado pelas famílias que vivem no campo, possibilitando compreender o processo que abrange diferentes áreas. Isso porque, tradicionalmente, a distância física e social que existia entre os habitantes do campo e da cidade foi sendo reduzida, sobretudo, pela real expansão das cidades e pelas facilidades relacionadas a bens e serviços modernos que são produzidos nos centros urbanos, além do meio rural ter se tornado atrativo para outras categorias sociais de origem urbana.

Destarte, são as práticas, como a maximização dos hábitos de consumo, as formas de moradia, a ampliação do tempo destinado ao lazer, a importância atribuída à cultura, o acesso generalizado aos meios de comunicação e de informação de massa, que fazem com que parte dos espaços rurais, se assemelhe visivelmente aos modos de vida urbanos. No entanto, embora essas práticas sejam generalizáveis, hábitos e valores de caráter urbano tendem a ser interpretados e assimilados por um viés voltado para a cultura local e para os modos de vida tradicionais preexistentes.

É pensando nisso, que escolhemos o *processo de urbanização do campo*, como norteador da análise, visto que ele se refere a uma lógica englobadora, e se caracteriza por um processo de expansão da sociedade urbana, concebida como nascendo na cidade, mas, se expandindo, englobando e envolvendo o campo. Processo que se manifesta pela incorporação de um modo de vida urbano pelos moradores do campo e conseqüentemente por uma similaridade e proximidade, cada vez maior, de modos de vida, até então concebidos como distantes e diferentes, que vem se expressando principalmente nas formas de moradia e de consumo nos espaços rurais chegando a reorientar a maneira de viver das famílias que ali residem.

Seria então um processo que se traduziria em um modo de vida que se manifesta por condições simbólicas que permeiam a existência de um grupo, referindo-se ao conjunto de comportamentos e de atitudes, valores ou regras apreendidas e organizadas em um sistema específico que fazem parte de cada sociedade rural que se define pela originalidade de sua cultura e por modos de vida

próprios constituídos por conhecimentos, ética, maneiras de pensar, instituições e técnicas relativamente originais (RAMBAUD, 1973).

Em outras palavras, consistiria em um processo caracterizado por um modo de vida que nasce na cidade, mas que não está restrito a ela, pois se expande através dos meios de comunicação, assim como por meio das relações sociais das pessoas do campo e que marcaria mudanças nos hábitos, nos valores, nas relações de trabalho, pela modernização tecnológica, pela escolarização e profissionalização e por um crescente desenvolvimento de serviços no mundo rural.

Foi com base nessas discussões que a pesquisa ancorou-se em duas hipóteses: 1<sup>a</sup>) O processo de *urbanização do campo* modifica os modos de morar dos rurais, bem como os seus hábitos de consumo; 2<sup>a</sup>) A apropriação que os rurais fazem da cultura urbana de bens de consumo e de modos de vida urbano não descaracteriza a cultura local.

Estas hipóteses constituem-se, antes de tudo, em respostas às indagações problematizadas acerca do contexto aqui apresentado e escolhido referente ao processo de urbanização do campo, que como veremos nos próximos capítulos, nos leva a constatar mudanças que vão sendo expressas nos modos de vida das famílias que vivem no campo, devido a paridade que se evidencia entre campo e cidade, particularmente no que se refere ao acesso de seus respectivos habitantes aos bens e serviços disponíveis na sociedade, tornando-se, pois, de interesse científico conhecê-las.

Cabe ressaltar ainda que essas transformações deverão ser constatadas em termos dos “*modos de vida do rural tradicional ao moderno*” que poderão se expressar nas habitações e nas formas de consumo, de modo a observar de que forma essa maior proximidade entre campo-cidade se manifestaria. Ou ainda problematizar de que maneira essa maior proximidade entre campo-cidade se configuraria numa forma mais modernizada de habitação, incluindo: o uso dos materiais e as formas construtivas de habitação; as formas de utilização e organização das habitações, as formas de consumo materializadas nos adornos, utensílios, móveis, eletrodomésticos e acessórios.

Assim, o problema em questão possui os seguintes questionamentos: Quais as influências trazidas pela *urbanização* para os *modos de vida* das famílias que residem

no campo em termos dos modos de moradia e hábitos de consumo? Será o processo de *urbanização do campo* influenciador nos *modos de vida* das famílias rurais? Como sua manifestação (da urbanização) tem se refletido em termos dos modos de morar e de consumo das famílias rurais do município de Araponga – MG?

### **1.3 Importância e Contribuição da Pesquisa**

A importância desta pesquisa se justifica em termos do seu caráter inovador, dado que ainda não foram realizados estudos desta natureza no município de Araponga – MG, cuja metodologia poderá, futuramente, servir de modelo a ser replicado em outros estudos nos demais municípios da Zona da Mata Mineira. E como forma de contribuição, nossas questões de investigação e hipóteses nos conduziram a realizar uma pesquisa que visa, de um lado, contribuir para ampliar o foco de análise das relações que se estabelecem entre o rural e o urbano; campo e cidade e, conseqüentemente, demonstrar de forma prática que tais padrões/estilos de vida “urbanos” ou “rurais” podem se estabelecer tanto na cidade como no campo, desconstruindo a imagem dicotomizada que separa estes espaços. De outro lado, essa pesquisa pode contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas que estimulem a formulação de projetos capazes de valorizar os atributos locais e regionais no processo de desenvolvimento, de forma a combinar o aspecto econômico (aumento do nível e estabilidade da renda familiar) e o aspecto social (obtenção de um nível de vida socialmente aceitável), e que sua trajetória principal possa residir na diversificação das atividades que gerem renda (pluriatividade).

Além disso, contribuir com os estudos desenvolvidos pelo Programa de Pós-Graduação em Econômica Doméstica, que por ter como foco a família, poderá evidenciar as principais mudanças pelas quais estas famílias que vivem na zona rural estão passando diante de um processo global, possibilitando observar mudanças no seu modo de vida, mediante a incorporação da renda, do consumo e da incorporação de valores urbanos.

### **1.4 Objetivos da Pesquisa**

#### **1.4.1 Objetivo Geral**

– Compreender as influências do processo de *urbanização do campo* no modo de moradia e de consumo das famílias que vivem no campo.

#### **1.4.2 Objetivos Específicos**

- 1- Traçar o perfil socioeconômico das famílias rurais residentes no município de Araponga – MG.
- 2- Verificar se ocorre uma aproximação socioeconômica das famílias que residem no campo com as famílias residentes na cidade, e se esta pode ser percebida nos modos de morar, na estrutura da habitação e nos hábitos de consumo.
- 3- Identificar os hábitos de consumo que fazem parte do cotidiano das famílias rurais buscando analisar em que medida esses hábitos refletem mudanças no estilo de vida das famílias.
- 4- Descrever as moradias das famílias rurais do município buscando analisar em que medida essas edificações expressam mudanças nos modos de morar das famílias na atualidade.

#### **1.5 Procedimentos Metodológicos**

Com base nos objetivos propostos, esta pesquisa se caracterizou por uma pesquisa descritiva, que teve como finalidade conforme destacou Gil (2002), a exposição de características de determinada população e/ou fenômeno social por considerar o estabelecimento de relações entre as variáveis expostas para a explicação de um fenômeno. Optou-se pela combinação de abordagens metodológicas qualitativas e quantitativas, em face da particularidade destes procedimentos e da complementaridade permitida, uma vez associados, já que descreveu os modos de vida das famílias residentes no campo. Sendo, portanto, nosso objeto de estudo os modos de vida e a unidade de análise composta pelas famílias rurais localizadas no município de Araponga – MG.

Nesta perspectiva, o enfoque quantitativo forneceu resultados que, de acordo com a proposta de compreensão das influências do processo urbanização do campo nas formas de moradia e de consumo das famílias rurais, podem ser generalizados. Entretanto, compreendendo que estes resultados quantitativos não exprimem as motivações, as percepções e os valores dos seus envolvidos, considerou-se ainda o enfoque qualitativo, que não se traduziu em resultados generalizáveis, mas que foi essencial e enriquecedor para a compreensão da realidade da pesquisa.

Segundo Dias (1999), esse tipo de pesquisa qualitativa busca estabelecer uma relação mais segura com os objetivos pretendidos, permitindo que se estabeleça um relacionamento mais longo e flexível, entre o pesquisador e pesquisados, proporcionando o alcance de informações mais subjetivas, amplas e com maiores riquezas de detalhes.

### **1.5.1 Escolha e Caracterização do Local de Estudo**

A escolha do município de Araponga (Figura 1), como espaço de investigação, justificou-se por apresentar características socioeconômicas típicas à Zona da Mata Mineira, onde se encontra situado.

**FIGURA 1** – Vista parcial do município de Araponga, MG.



Fonte: <http://araponga-mg.blogspot.com.br/>

O município é delimitado, de forma mais restrita, como fazendo parte da microrregião de Viçosa, MG. Trata-se de uma cidade rural que faz limites geográficos com outros pequenos municípios, como Sericita, Jequiri, Canaã, Ervália, Miradouro, Fervedouro e Pedra Bonita.

A área do município de Araponga, de acordo com dados do IBGE (2010), é de 304 km<sup>2</sup>, com população de 8.152 habitantes, distribuídos num percentual de 37,3%, 3.041 habitantes no perímetro urbano e 62,7%, 5.111 habitantes, no perímetro rural do município. De forma geral, a densidade populacional no município atinge o percentual de 26,83 habitantes/km<sup>2</sup>.

A evolução da população, apresentada na Tabela 1 aponta que, tal qual a tendência nacional, a população urbana experimentou um crescimento percentual ao longo dos anos (IBGE, 2010). Em termos das atividades econômicas as quais a população esteve relacionada, percebeu-se que, a maioria esteve atrelada às atividades do setor de serviços, seguido do setor agropecuário.

**TABELA 1** – Evolução da população urbana e rural nos anos de 1970 a 2010 em números relativos e absolutos em Araponga, MG.

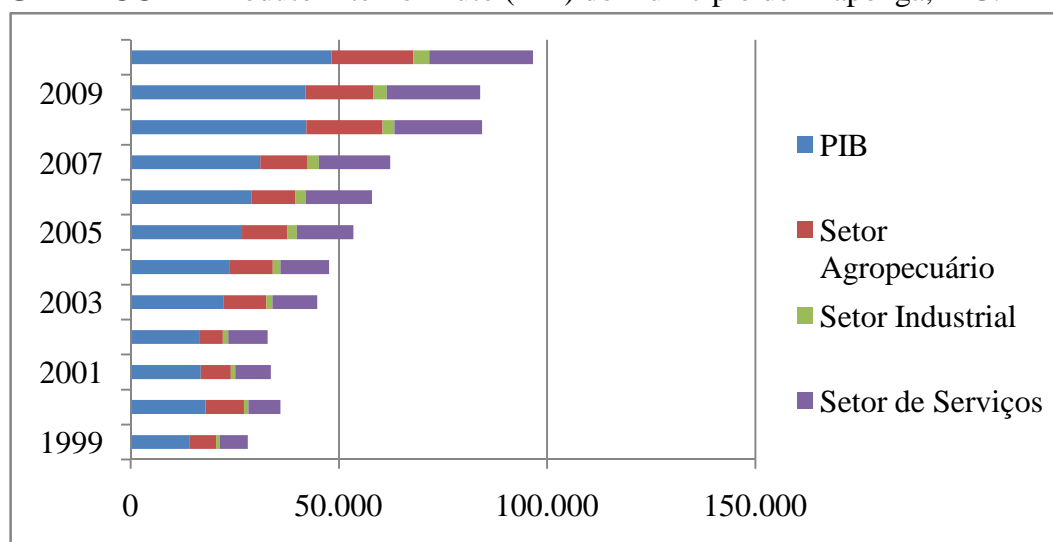
<b>Anos</b>	<b>População Urbana</b>	<b>População Rural</b>	<b>Total</b>
1970	925 (14,6%)	5.429 (85,4%)	6.354
1980	1.081 (16,4%)	5.488 (83,6%)	6.569
1991	1.631 (20,8%)	6.243 (79,2%)	7.874
2000	2.537 (32,0%)	5.374 (68,0%)	7.911
2010	3.041 (37,3%)	5.111 (62,7%)	8.152

**Fonte:** Fundação Instituto de Geografia e Estatística – IBGE, 2010.

Em termos gerais, pode-se dizer, a partir dos dados apresentados na Tabela 1, que o município de Araponga manteve a sua população estável, ao longo dos últimos quarenta anos, pois, embora o meio rural tenha perdido população, esta foi absorvida na própria cidade.

Em termos das ocupações da população por setor produtivo o município de Araponga não possui um perfil industrial. Este dado é confirmado pela baixa contribuição do PIB industrial do município. O destaque na estrutura empresarial fica por conta das atividades relacionadas aos serviços, que como mostra o Gráfico 1, é inclusive superior ao PIB agropecuário e apresenta um crescimento estável.

**GRÁFICO 1** – Produto Interno Bruto (PIB) do município de Araponga, MG.



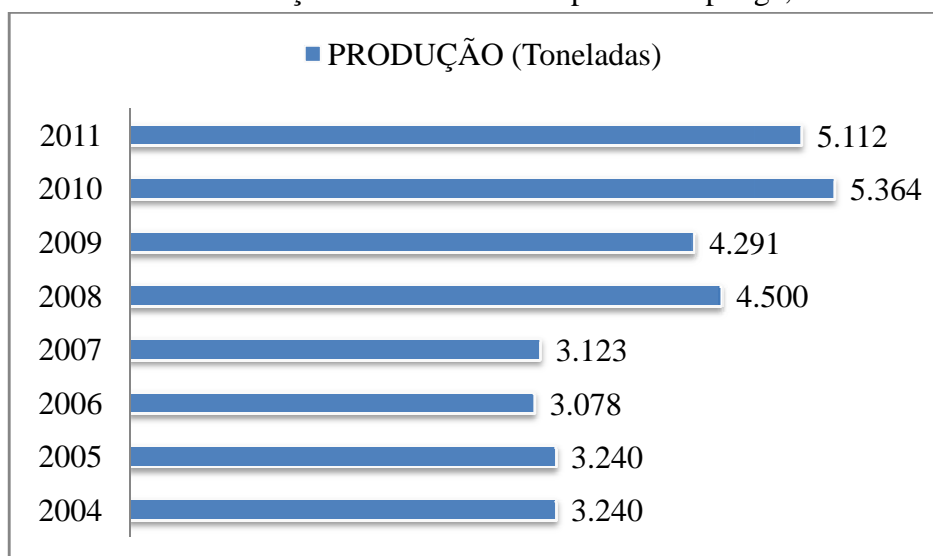
**Fonte:** Fundação Instituto de Geografia e Estatística – IBGE, 2010.

Assim, pode se perceber no município um marcado perfil rural de base produtiva. O setor de serviços é o que responde por uma maior fatia do PIB, no qual o setor industrial é praticamente insignificante. As estratégias de desenvolvimento que estão sendo implementadas no município, – conforme mencionado anteriormente, – concentra-se no setor rural, que é onde mora a maior parte da população do município.

Os principais produtos cultivados no município vão desde aqueles que fazem parte da lavoura permanente, como o café, banana e tangerina, quanto aqueles da lavoura temporária, como feijão, milho, cana-de-açúcar e mandioca (IBGE, 2010).

Dentre esses produtos, o café é o produto tradicional que tem melhorado sua qualidade, e cada ano tende a aumentar sua produção (Gráfico 2).

**GRÁFICO 2** – Produção de café no município de Araponga, MG.



**Fonte:** Fundação Instituto de Geografia e Estatística – IBGE, 2010.

Segundo o site Agrosoft Brasil<sup>6</sup>, o projeto de café orgânico e agroecológico, iniciado no ano de 2002, no município, é uma boa alternativa para as famílias residentes na zona rural, visto que, esse projeto tem por finalidade suprir as demandas dos agricultores no que se refere à recomendação de cultivares de café para o cultivo orgânico, permitindo que os agricultores obtenham um valor monetário considerável pela produção podendo desenvolver juntamente com essa produção, outros cultivos na propriedade, o que contribui para a valorização do trabalho familiar e a sua permanência no campo.

Além dos produtos agrícolas, o município produz, também, produtos da silvicultura, composto pelo carvão vegetal, lenha e madeira em tora (IBGE, 2010).

Quanto aos empreendimentos agropecuários no município, o Censo Agropecuário 2006, do IBGE, mostra as principais produções agropecuárias pertencentes a esse município, conforme exemplificados na Tabela 2.

<sup>6</sup> Disponível em: < <http://www.revistacafeicultura.com.br/index.php> >, consultado no mês de novembro de 2011.

**TABELA 2** – Principais produções agropecuárias no município de Araponga no ano de 2006, Censo Agropecuário 2006.

<b>Indicadores</b>	<b>Valores</b>
Número de estabelecimentos agropecuários de proprietário individual	1.270
Área dos estabelecimentos agropecuários	16.503 ha
Superfície média dos estabelecimentos agropecuários	12,81 ha
Número de estabelecimentos agropecuários com tratores	35
Número de estabelecimentos agropecuários com bovinos	466
Número de cabeças de bovinos	6.787
Número de estabelecimentos com produção de leite de vaca	181
Produção de leite de vaca	1.197 mil litros
Café (beneficiário) área colhida	3.420 ha
Café (beneficiário) valor de produção	10.004 mil reais

**Fonte:** Fundação Instituto de Geografia e Estatística – IBGE, 2006.

Outra atividade econômica do município refere-se ao seu potencial turístico (Figura 2 e 3). De acordo com o sítio Minastour<sup>7</sup>, o município de Araponga possui o maior potencial turístico da região e também possui a maior diversidade de atrativos turísticos no espaço rural, o que possibilitou este município inserir-se no *Circuito Turístico Serras de Minas*.

<sup>7</sup> Disponível em: < <http://www.minastour.com.br/websit.php> >, consultado no mês de novembro de 2011.

**FIGURA 2** – Cachoeira de Araponga (à esquerda) e Pousada Remanso (à direita).



Fonte: Resultados da Pesquisa, 2012.

**FIGURA 3** – Fazenda do Brigadeiro (Patrimônio Histórico do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, em Araponga, MG).



Fonte: Resultados da Pesquisa, 2012.

Em se tratando dos aspectos turísticos do município de Araponga, cabe destacar que o Parque Estadual Serra do Brigadeiro criado em 27 de setembro de 1996, também, é considerado um desses atrativos. De acordo com Leite *et al.* (2008), o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB) foi criado oficialmente em 1996 e delimitado mediante mobilização dos moradores do seu entorno, do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA/ZM), dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, da Comissão Pastoral da Terra da CNBB, da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e do Instituto Estadual de Florestas (IEF). No entorno do Parque residem cerca de 14.000 habitantes, 1.900 famílias, em pequenas

propriedades rurais, com sistemas de produção baseados na cafeicultura, pecuária e na agricultura de subsistência. Está localizado no extremo norte da Serra da Mantiqueira, na região da Zona da Mata mineira, a cerca de 290 km de Belo Horizonte. A unidade de conservação tem 14.984 hectares de matas nativas e uma paisagem dominada por montanhas, vales e chapadas. Abriga diversos cursos d'água que integram as bacias dos rios Paraíba do Sul e Doce, ocupando terrenos de nove municípios mineiros.

### **1.5.2 População e Amostra Selecionada para a Pesquisa**

Para seleção da amostra foi utilizado uma listagem fornecida pela Secretária de Saúde do município de Araponga e outras informações fornecidas pela EMATER de Araponga, que continham informações sobre as famílias residentes nas zonas rurais do município, com seus respectivos nomes e comunidades. As escolhas dessas instituições se justificaram pelo fato de que a Secretaria de Saúde do município era o órgão que mais detinha informações sobre as famílias pertencentes aos municípios de pequeno porte, em razão da necessidade de se ter informações para o controle do atendimento às unidades familiares em termos dos serviços de saúde e programas sociais. E, a EMATER, por estar ligada aos profissionais que prestavam assistência técnica às famílias residentes na zona rural do município, o que lhes proporcionavam um amplo conhecimento da região contribuindo para o “trabalho de campo”<sup>8</sup> dessa pesquisa.

Dessa forma, ao ter acesso a essas listagens fornecidas pela Secretária de Saúde do município, constatou-se que o total de famílias cadastradas no Programa Saúde da Família (PSF), era de 1254 famílias, sendo estas distribuídas em três PSFs do município, que ao todo, somavam-se em quarenta comunidades, conforme o quadro abaixo.

---

<sup>8</sup> Esse termo “trabalho de campo” refere-se ao momento em que o pesquisador vai ao local de estudo coletar seus dados para a pesquisa.

**QUADRO 1** – Comunidades cadastradas nos PSFs no ano de 2011 do município de Araponga, MG.

<b>PSFs do município de Araponga</b>	<b>Comunidades</b>
PSF de São Bento	Caracol; Santa Rosa; Bananal; Fortaleza; Braúna; Pontes; Santo Antonio; Santa Cruz e Baú.
PSF de Estouros	Barra; Barro Branco; Bananal; Prainha; Braga; Taquaruçu; Carapina; Tromba Danta; Manjas; Brigadeiro; Paulas; Pereira; Laia; Matuca; Boné I; Boné II e Caparaó.
PSF de Araponga	Praia Danta; São Joaquim; Serra dos Teixeiras; Serra; Lanas; Floresta; Serrinha; Afonsos; São Domingos; Paciência; Salazar; Moita; São Caetano e Córrego São Gabriel.

**Fonte:** Secretária de Saúde do município de Araponga, 2012.

No entanto, durante a pesquisa de campo e ao ter acesso a essas listagens, constatou-se não ser possível apontar com precisão o total de famílias existentes em cada comunidade, uma vez que, não se tinha um controle exato do total de famílias cadastradas por comunidade, por serem informações manuscritas, que quase não permitia a leitura, e por ter comunidades agrupadas umas com as outras, não estabelecendo, portanto, separadamente, de qual comunidade pertenceria determinada família. Sendo, dessa forma, impossível precisar com exatidão a quantidade de famílias por comunidade, já que os mesmos fogem ao controle dos órgãos públicos. Mesmo considerando essa imprecisão nos números de famílias presentes nas comunidades, o levantamento do PSF foi levado em consideração no cálculo da amostra em virtude dele retratar com muita proximidade os dados demográficos da região e por não se dispor de nenhuma outra listagem que facilitasse o processo amostral.

Assim, com base no número total das famílias cadastradas nos PSFs foi construída a amostra que, em princípio, pretendia-se aleatória. No entanto, algumas outras dificuldades se somaram à época de desenvolvimento de nossa pesquisa de

campo, que nos fizeram optar pela amostragem não-aleatória intencional, conforme passamos a descrever.

Durante a pesquisa de campo, constatou-se que algumas das comunidades cadastradas não eram de conhecimento nem do técnico e nem dos ajudantes que moravam na região. Grande parte das comunidades cadastradas (inclusive muitas das comunidades visitadas) é de muito difícil acesso. Tal dificuldade deve-se ao fato de, a maior parte delas, não ser pavimentada e estarem localizadas em áreas de relevo muito acidentado. Pode-se dizer que, muitas das famílias eram pouco acessíveis, receosas em dar entrevistas, não permitindo uma maior abertura para que a pesquisadora pudesse conversar com elas. Soma-se a isso, o fato da pesquisa ter sido realizada em um ano eleitoral, o que de certa forma trouxe certa desconfiança de algumas famílias para o recebimento de uma pesquisadora em suas casas, pois algumas famílias consideraram que a presença de uma pessoa “estranha” à comunidade (no caso a pesquisadora) estivesse associada às campanhas eleitorais.

Outro fato circunstancial e que trouxe certo prejuízo à receptividade das famílias deu-se em função de vários roubos que estavam ocorrendo à época das entrevistas na região, o que também contribuiu para esse estado de desconfiança das famílias ao recebimento de desconhecidos em suas moradas.

Todos esses fatores apontados levaram a pesquisadora a buscar a ajuda de um técnico em extensão do município e a ajuda de duas pessoas que moravam na região que possuíam um amplo conhecimento do local. Essas pessoas serviram de guias para o trabalho de campo e nos permitiu identificar as famílias a serem pesquisadas.

Em decorrência da indicação das famílias a serem entrevistadas a partir desses profissionais e pessoas da comunidade foi que o processo de seleção da unidade de amostra seguiu os procedimentos não aleatórios. Dessa forma, estes “guias” foram indicando as possíveis famílias que poderiam participar da pesquisa. Assim, ao todo, foram entrevistadas 72 famílias, distribuídas em vinte comunidades, como se pode perceber pela tabela a seguir:

**TABELA 3** - Comunidades entrevistadas localizadas no município de Araçonga, MG.

<b>Comunidades</b>	<b>Quantidade de famílias entrevistadas</b>
Baú	3
Santo Antônio	4
Fortaleza	6
Pontes	1
Braúna	5
São Joaquim	9
São Caetano	1
Barra	2
Bananal	3
Braga	2
Taquaruçú	3
Carapina	2
Tromba Danta	4
Boné I	1
Boné II	2
Caparaó	1
Manjas	4
Praia Danta	2
Paulas	6
Pereira	6
Santa Cruz	5
<b>TOTAL</b>	<b>72 Famílias</b>

**Fonte:** Resultados da pesquisa, 2012.

Cabe ressaltar que para o cálculo da amostra, utilizamos a determinação do tamanho da amostra para populações finitas, de acordo com Triola (2011):

$$n = \frac{Z_{\alpha/2}^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{Z_{\alpha/2}^2 \cdot p \cdot q + (N - 1) E^2}$$

Onde:

n = tamanho da amostra.

Z = valor tabelado de uma distribuição normal

N = tamanho populacional

E = margem de erro ou erro máximo de estimativa

$p$  = proporção populacional de indivíduos que pertence à categoria que estamos estudando

$q$  = proporção populacional de indivíduos que pertence à categoria que estamos estudando ( $q = 1 - p$ )

$\alpha$  = nível de significância

De acordo com o autor, se os valores populacionais  $p$  e  $q$  forem desconhecidos, substitui-se pelos valores amostrais  $\hat{p}$  e  $\hat{q}$ . Mas se estes também forem desconhecidos, substituímos  $\hat{p}$  e  $\hat{q}$  por 0,5. Portanto, foi a partir desses dados que realizamos os cálculos, considerando um nível de confiança de 90%, e utilizando o erro máximo de 10% que de acordo com Triola (2011) pode ser considerado um dos níveis de confiança mais comum a ser trabalhado em pesquisas aplicadas a Ciências Humanas. Além disso,  $N$  é igual 1254, e o valor de  $Z$  é tabelado<sup>9</sup> em 1,645. Substituindo os valores na equação citada acima obtivemos:

$$n = (1,645)^2 \times 0,5 \times 0,5 \times 1254 / (1,645)^2 \times 0,5 \times 0,5 + (1254 - 1) \times (0,10)^2 = 65$$

Foi a partir desse cálculo, que obtivemos um total de 65 famílias a serem entrevistadas no período do mês de julho e agosto de 2012. No entanto, por questões de precaução e pela disponibilidade de tempo que ainda tínhamos, achou-se conveniente entrevistar 72 famílias para garantir o total de 65 famílias estipulados *a priori*, caso houvesse uma suposta exclusão de questionário inadequado por ausência de respostas.

Além disso, os questionários foram aplicados a um dos responsáveis das famílias pesquisadas que tinham condições de fornecer informações referentes às perguntas a serem questionadas. A duração de aplicação do questionário ao responsável de cada família ficou em torno de quarenta minutos.

### 1.5.3 Método e Técnicas de Coleta

---

<sup>9</sup> Verifica-se esse valor na tabela de distribuição normal, apresentada por Triola (2011) que corresponde a 1,645 com  $\alpha = 0,10$ .

Como forma de testar as hipóteses formuladas e alcançar os objetivos propostos, a pesquisa fez uso de dois tipos de fontes.

A primeira referiu-se às fontes secundárias, onde se utilizou de dados disponibilizados pelo IBGE e do Programa Nacional de Pesquisas por Amostra de Domicílios (PNAD). Assim como, o Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA).

A segunda se referiu às fontes primárias, onde se utilizou o delineamento tipo Survey, com aplicação de questionários semi-estruturados, contendo questões abertas e fechadas. As questões dos questionários foram formuladas em função da teoria, de maneira que permitissem responder às hipóteses e objetivos da pesquisa.

De acordo com Babbie (2003), o questionário é um conjunto de questões pré-elaboradas, sistemática e sequencialmente dispostas em itens que constituem o tema da pesquisa, com o objetivo de suscitar dos informantes respostas por escrito ou verbalmente acerca do assunto sobre o qual saibam opinar ou informar. Entretanto, para que o questionário obtenha êxito nos seus objetivos, são necessários alguns cuidados não apenas na sua elaboração, mas também na sua aplicação.

Para Gil (2008), ao se elaborar um questionário deve ser considerado o formato e o teor das questões, a formulação e o número de perguntas, a ordem das perguntas, entre outros. No que se refere à sua aplicação, é necessário propiciar o momento adequado e estabelecer confiança para que o entrevistado possa se sentir seguro para responder as questões.

Além disso, utilizaram-se dados documentais, com base em registro fotográfico e áudios. Assim como observações não participantes. De acordo com Achutti (1997), em uma pesquisa científica, as fotografias têm a função de auxiliar no trabalho de campo, evocando a memória do pesquisador no sentido de apoiar a construção do texto.

Portanto, para alcançar o primeiro objetivo, que foi caracterizar o **perfil socioeconômico** das famílias entrevistadas, foram aplicados questionários semi-estruturados, num primeiro momento contendo perguntas relacionadas ao grau de parentesco em relação ao respondente, sexo, idade, naturalidade, estado civil, escolaridade, formação, religião e renda. Posteriormente, foram perguntados **aspectos relacionados ao trabalho** (se trabalha, onde trabalha, atividade principal

desenvolvida, ocupação secundária, número de horas de trabalho, se possui carteira assinada, local de trabalho, renda individual e se reside no campo ou cidade). Depois buscamos compor os **aspectos que caracterizassem a propriedade** (número de hectares, atividades agrícolas desenvolvidas, atividade agrícola considerada mais importante em termos de renda, membro da família que realiza a atividade agrícola, tipo de mão-de-obra na propriedade, tipo de atividades não-agrícolas desenvolvidas, membro familiar que trabalha fora, tipos de máquinas na propriedade, anos do equipamento, produtos químicos utilizados, tipo de assistência técnica, tipo de empréstimo) e posteriormente foram feitas perguntas relacionadas à **gestão da propriedade** (utilização de planilha de custo, contabilidade, responsável pela comercialização dos produtos, responsável por lidar com o dinheiro, curso de capacitação desenvolvido). Especificamente, os questionários foram aplicados a pessoa responsável pela família.

Para atender ao segundo objetivo, recorreu-se a dados secundários já sistematizados e disponíveis no banco de dados do IBGE e do Programa Nacional de Pesquisas por Amostra de Domicílios (PNAD) referentes ao município de Araponga, onde foram utilizadas variáveis relacionadas ao sexo, idade, religião, escolaridade, trabalho, perfil familiar (tipo de unidade doméstica, número de pessoas no domicílio, condição na família e nível de responsabilidade por sexo), renda, acesso a bens de consumo duráveis (acesso às tecnologias de informação e comunicação, acesso a bens de consumo e meios de transporte), aspectos ligados à habitação (tipo de domicílio, condição de ocupação do domicílio, número de cômodos e tipo de material das paredes externas) e acesso a serviços (existência de energia elétrica, existência de água encanada e forma de abastecimento, esgotamento sanitário, e destino do lixo). Além disso, fizemos uso do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) para conseguirmos obter dados segmentados da zona rural e urbana do município em questão.

Quanto ao terceiro objetivo, este foi alcançado com a aplicação do questionário, onde foram feitas questões relacionadas aos **hábitos de consumo**, tanto consumo alimentar e de bens materiais, assim como práticas de **lazer** e **acesso a serviços** pela comunidade.

Finalmente, para o alcance do último objetivo, foram aplicados questionários com questões referentes aos **aspectos habitacionais** (saneamento básico, tipo de materiais, revestimentos, acabamentos e função dos espaços, aspectos relacionados à casa e os investimentos na mesma). Para alcançar esse objetivo também, utilizou-se a pesquisa documental, onde foram feitas fotos a partir dos registros fotográficos que as famílias possuíam de suas habitações e que estavam presentes nos álbuns de fotos das famílias. Além disso, foi feito uso de registro fotográfico das habitações no momento da pesquisa, o que permitiu a pesquisadora fazer uma comparação das mesmas, sendo uma num tempo pretérito e outra no tempo presente.

#### **1.5.4 Método de Análise dos Dados**

Para análise dos dados secundários, referentes aos dados já sistematizados e disponíveis no banco de dados do IBGE utilizou-se de uma abordagem qualitativa. Os dados foram transcritos e analisados com base na teoria de urbanização do campo. A análise dos dados primários, oriundas dos dados obtidos dos questionários junto às famílias, foi feita a partir de uma abordagem quantitativa e qualitativa. Os dados foram digitados no banco de dados no EXCEL versão 2007 e inseridos no programa software Statistical Package for Social Sciences (SPSS), versão 20.0.

A análise dos dados foi realizada com uso do mesmo programa, através de estatística descritiva mediante verificação de frequências simples, média, mediana, desvio-padrão e porcentagem, montagem de tabelas, gráficos e quadros, visando responder aos objetivos do estudo. Também foi realizado teste de hipótese, sendo este: testes de médias para as variáveis métricas (*Teste T*).

Segundo Hair *et al.* (2005) uma hipótese é uma suposição sobre a natureza de um fenômeno ou de uma situação específica, possibilitando que os pesquisadores expliquem e testem fatos ou fenômenos propostos. A hipótese nula é sempre aquela que supõe que não há diferença nas médias dos grupos, já a hipótese alternativa estabelece que existem diferenças entre as médias. O *Teste T* pode ser usado para testar uma hipótese que estabelece que as médias para as variáveis associadas com amostras ou grupos independentes serão iguais. Sendo assim, o *Teste T* avalia se as diferenças de médias observadas ocorrem por acaso ou se houve uma diferença verdadeira (HAIR *et al.*, 2005).

Este procedimento foi adotado, tendo em vista a própria natureza descritiva do estudo em questão. As frequências foram discutidas, apresentando-se e discutindo aquelas de maior expressividade, sendo as médias também descritas.

As questões abertas foram categorizadas pela sua frequência e agrupadas conforme a semelhança entre elas, sendo, então, relatadas na pesquisa. A interpretação e discussão dos dados ocorreram com base no referencial teórico assumido na revisão de literatura. O referencial contribuiu para a construção das categorias de análise e para o apontamento dos indicadores de modos de vida.

Os depoimentos tomados (dados empíricos) foram utilizados como forma de “ilustrar” a realidade apresentada pelas famílias. E somando-se a esses dados obtidos foram descritos notas analíticas referentes às observações.

## **1.6 Aspectos Éticos**

O projeto dessa pesquisa foi submetido à análise e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, aprovado sob Protocolo N° 042/2012. Para coleta dos dados, os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido no momento de participação da pesquisa, conforme o protocolo ético.

## CAPÍTULO 2

### CONCEPÇÕES TEÓRICAS ACERCA DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DO CAMPO E SEUS INDICADORES

Por muito tempo as interpretações sobre a relação entre o rural e o urbano estiveram atreladas a uma visão dualista e tradicional entre ambos. Visão esta que insistia em considerar o rural como sendo o local de atraso, de isolamento, onde as atividades agrícolas eram as que predominavam. No lado oposto, o espaço urbano, sempre fora visto como o local de desenvolvimento, de encantamento e de atividades ligadas à produção industrial.

No entanto, em pleno século XXI, esta visão estanque sobre esses espaços já não faz mais sentido, visto que, o rural inter-relacionado com o urbano tem, gradativamente, passado por diferentes transformações, em função da expansão capitalista, da urbanização, da modernização tecnológica e do processo de globalização que têm influenciado significativamente para essas transformações.

Nesse sentido, não resta dúvida que o rural contemporâneo já não é o mesmo de outros tempos. Porém, as interpretações em torno desse processo de mudança podem alterar-se consideravelmente, revelando posições e despertando questionamentos, entre alguns autores, que por um lado podem transparecer visões que se complementam, e por outro, transparecer visões que se distanciam, ainda que talvez não por completo. A fim de compor algumas dessas visões, a seguir buscamos explicar essas discussões a partir de duas correntes de pensamento, conforme apresentamos a seguir.

#### **2.1 O rural e o urbano a partir de uma perspectiva dicotômica**

Desde a Antiguidade, a contraposição entre o rural e o urbano, estiveram associados às condições políticas e sociais que permitiram a divisão socioespacial do trabalho. Acredita-se que o surgimento das cidades na Antiguidade se deu devido aos limites físicos estabelecidos entre o campo e a cidade, em função da produção do excedente na agricultura. Isso se explica pela sedentarização que havia de grupos

humanos, que logo tiveram de desenvolver meios que proporcionassem à capacidade de produção de excedente dos produtos básicos para a sua sobrevivência. Nesse processo, foram gerados contextos favoráveis que liberaram outros homens desta atividade, devido ao desenvolvimento das técnicas na agricultura que permitiram o estabelecimento da divisão do trabalho (ENDLICH, 2010).

Foi a partir do estabelecimento dessa divisão do trabalho, mas agora de caráter social, que se desencadeou uma nova divisão, sendo esta espacial, entre o campo e a cidade, devido à atuação ativa das classes sociais (grupos humanos da Antiguidade) que começaram a se agrupar em espaços mais dinâmicos possibilitando o desenvolvimento de outras atividades, onde foram se constituindo as primeiras cidades.

Dessa forma, as cidades atraíam e centralizavam para si tudo que nascia da natureza e do trabalho, não se limitando apenas pelo trabalho intelectual, mas pelo desenvolvimento de formas políticas e sociais que estabeleciam a origem do modelo de organização política e administrativa reproduzida ainda hoje (BARRETO, 2011).

Segundo Barreto (2011), o habitar nas cidades, reconhecido como processo de urbanização, só se tornou uma realidade para um maior contingente de pessoas posteriormente, quando foram se desenvolvendo técnicas, e principalmente pelas necessidades que foram sendo impostas por meio dos sistemas econômicos que se difundiram, em especial o capitalismo.

Nesta retrospectiva às origens das cidades e refazendo o extenso percurso do processo de urbanização, podemos perceber que certos atributos sempre estiveram associados aos espaços urbanos, que permaneceram e permanecem como marcas das cidades ainda hoje.

Neste sentido, a questão cidade e campo a partir da *concentração demográfica* seria um dos atributos, que segundo Sposito (2010), é o mais casual deles, tomados para caracterizar as cidades, uma vez que, se reduz a compreensão da urbanização ao aumento relativo do número de pessoas que vivem em cidades, em detrimento do número daquelas que vivem no campo. Esse critério do ponto de vista metodológico poderia parecer uma solução num primeiro momento, já que é preciso haver parâmetros que possam ser elencados para avaliar em termos estatísticos, o que corresponderia às cidades em cada parcela do território (SPOSITO, 2010).

Entretanto, conforme lembrou Wirth (1979), “o grau em que o mundo contemporâneo poderá ser chamado de ‘urbano’ não é medido inteira ou precisamente pela proporção total que habita as cidades”. Por isso, definir o urbanismo apenas considerando esse critério não mostraria as particularidades de cada cidadão, no que se referem, às relações sociais, questões culturais, econômicas, políticas, enfim, tudo aquilo que envolve a vida humana.

Outro atributo que acompanha a urbanização refere-se à questão campo e cidade a partir da *diferenciação social*. Conforme visto no início dessa discussão, o aparecimento das primeiras cidades esteve atrelado às condições de sedentarização de grupos humanos, que gerou situações favoráveis para o estabelecimento de uma divisão do trabalho que posteriormente tornou-se uma divisão *social* do trabalho. A consequência, dessa divisão como vimos, foi a constituição de espaços diferentes, cidade e campo, que segundo Sposito (2010) correspondiam a papéis e formas distintas de relação entre as sociedades. Sendo que, na verdade, o correto seria entender que tal atributo não se consistiria somente como sendo da cidade ou do campo, mas sim dos dois espaços. Para a autora, “*não há diferenciação social sem divisão social e territorial do trabalho e a divisão territorial do trabalho mais elementar é a que se estabelece entre a cidade e o campo. Na divisão do trabalho há divisão, separação, mas também complementaridade*” (SPOSITO, 2010, p.116).

A partir daí, poderíamos elencar outro atributo, que envolve a *ocupação econômica da população*, definido pela natureza das atividades econômicas, conforme pontuou Endlich (2010) em seu texto “*Perspectivas sobre o urbano e o rural*”.

No entanto, esse tipo de critério não está sendo mais suficiente para distinguir tais espaços, pois os defensores do “*novo rural*” alertam para as múltiplas atividades que estão sendo desenvolvidas no campo, além das primárias.

De acordo com Silva *et al.* (2002), foi a partir de meados dos anos 1980, que se assistiu a uma nova conformação do meio rural. Esse “*Novo Rural*” como tem sido chamado por alguns autores, compõe três tipos de atividades. A primeira referente à agropecuária moderna, baseada em *commodities* e intimamente ligada às agroindústrias. A segunda por um conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas a moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços. E, a

terceira, por um conjunto de “novas” atividades agropecuárias, impulsionadas pelos nichos de mercados.

Entretanto, esse entre aspas colocado pelos autores nas “novas”, tem o intuito de chamar a atenção de que muitas das atividades já são existentes há séculos, porém, ainda não tinham adquirido importância econômica.

Não se filiando a esse grupo, José Graziano da Silva (1997), engrossa o grupo de autores que apostam no novo rural. Para esse autor novas atividades estão se desenvolvendo no campo brasileiro, especificamente, as atividades não-agrícolas. Segundo ele, hoje não é mais possível definir o rural de modo eminente agrícola, já que consideradas atividades urbanas são cada vez mais encontradas no meio rural.

Segundo Bernardelli (2010) estudos do Projeto Rurbano coordenado por Graziano da Silva tem demonstrado que desde meados da década de 1980, o emprego agrícola tem decrescido, mas, em contraposição, a população rural ocupada (PEA rural) vem mostrando uma ampliação. Isso em decorrência, justamente, do surgimento de novas atividades não-agrícolas no campo.

Numa perspectiva um pouco diferenciada desses autores, Carneiro (2012) ressalta, que têm surgido além dessas atividades, novas funções e tipos de ocupações, estimuladas pela exploração do turismo e pela transformação de espaços rurais em áreas de lazer (hotéis, chácaras, pesque-pague); moradia (condomínios rurais fechados), atividades ligadas à preservação e conservação da natureza, além do surgimento de profissões tipicamente urbanas (condutores de veículos, mecânicos, pedreiros, jardineiros, caseiros, empregadas domésticas, dentre outras) em função da urbanização do trabalho rural. Além disso, a autora destaca as famílias pluriativas<sup>10</sup>, que se caracterizam pela combinação da atividade agrícola a outras ocupações, devido ao crescimento de atividades de serviços, comércio e indústria, que serve como estratégia familiar de melhoria de condição de vida, ou até mesmo de permanência no campo.

---

<sup>10</sup> A pluriatividade em termos gerais seria a combinação de atividades agrícolas com não-agrícolas, já as atividades não-agrícolas referir-se-iam aquelas atividades não relacionadas diretamente com as atividades agrícolas, mas que ainda assim poderiam ser exercidas no campo. Assim, a pluriatividade implicaria na existência de atividades não-agrícolas, mas as atividades não-agrícolas não implicariam na presença de pluriatividade (SOUZA & SOUZA, 2008).

Silva *et al.* (2002) concorda com Carneiro (2012) ao perceber que o meio rural se transformou e abarca outras funções que não apenas as de produção agrícola e agro-industriais. E, complementa que as ideias ligadas às alternativas de ocupações não-agrícolas no campo talvez seja a única maneira de reter a população rural nos seus atuais lugares, ao mesmo tempo em que pode elevar a renda dessas famílias.

Todavia, o crescimento dessas atividades não-agrícolas não deve ser interpretado como a perda da importância das atividades propriamente agrícolas. Na verdade, é ainda o espaço rural o meio mais eficaz e econômico de se produzir os produtos agrícolas, que servem até mesmo de insumos para viabilizar o desenvolvimento das atividades rurais não-agrícolas. Fato este comprovado no estudo de Chequer (2004), ao examinar as influências socioeconômicas do turismo rural nas unidades agrícolas produtoras de cachaça, na região metropolitana de Belo Horizonte/MG, onde constatou-se que a cana-de-açúcar era um dos insumos produzidos nas propriedades que viabilizava a produção da cachaça para a comercialização.

Rimbaud (1973), em sua obra clássica da Sociologia Rural, “*Société rurale et urbanisation*”, apresenta um dos indicadores com os quais ele trabalha ao estudar as mudanças que foram ocorrendo na sociedade rural na França, no pós Segunda Guerra . Este indicador refere-se à questão do trabalho rural acoplado ao fenômeno da pluriatividade. O autor explica que mesmo diante das transformações vivenciadas no campo pela inserção de outros tipos de ocupações no mesmo, o trabalho agrícola permanece.

Além desses atributos anteriormente apresentados poderíamos elencar ainda a questão cidade e campo a partir da *unidade espacial* e dos aspectos *morfológicos* (formas urbanas), onde mais uma vez voltaríamos à Antiguidade, já que essa unidade espacial vinha sendo propagada, no plano territorial. Isto em função dos limites físicos entre a cidade e o campo que se encontravam expressos de forma mais evidente nas cidades muradas, peculiares do período medieval. Sendo este, sem dúvida, o período em que a concentração urbana ganhou sua maior força, pois as cidades estavam restritas aos muros que as fortificavam e à medida que a população crescia, as construções aumentavam, as ruas retraíam e os espaços livres desapareciam (SPOSITO, 2010). Observa-se, portanto, que a representação

cartográfica de cidade considera as formas assumidas em seu processo de produção, sendo sua expressão material, expressos nas edificações, na forma de parcelamento do solo; na estruturação dos usos do solo, nas vias de transporte, nos espaços públicos e privados entre outros aspectos (BERNARDELLI, 2010).

Entretanto, de acordo com Sposito (2010), tem se ampliado a área de transição entre o que se apreende como cidade e o que se compreende como campo, gerando um nível maior de indefinição ou de dificuldade de distinção entre espaços urbanos e espaços rurais. Isso, porque as formas se confundem, já que as relações se intensificam, e os limites entre esses dois espaços tornam-se imprecisos em decorrência dos avanços tecnológicos, especialmente nos setores de telecomunicações e transporte.

Neste contexto, podemos perceber que a existência de divergências quanto ao modo de definir o rural são muitas, e isto se deve a uma série de fatores que vão desde a forma diversificada em que esta realidade se apresenta no espaço e no tempo, até as influências de caráter político-ideológico e os objetivos a que visam atender as diversas definições. Pensando nisso, podemos perceber que os Estados têm sempre estabelecido definições oficiais, classificando os espaços em rural e urbano para fins estatísticos e administrativos.

Ao olharmos especificamente no caso do Brasil, percebemos que o principal critério adotado para distinguir o espaço rural do urbano seria principalmente o político-administrativo, que considera urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila). Segundo o IBGE, é considerada área urbanizada toda área de vila ou de cidade, legalmente definida como urbana e caracterizada por construções, arruamentos e intensa ocupação humana; as áreas afetadas por transformações decorrentes do desenvolvimento urbano, e aquelas reservadas à expansão urbana (IBGE, 1999). Nessa classificação, o *espaço rural* corresponde àquilo que não é urbano, sendo definido a partir de suas deficiências e não de suas próprias características, ou ainda, o rural, assim como o urbano, é definido pelos ditames dos poderes municipais.

Veiga (2002) em sua obra “*Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*” chama atenção à metodologia oficial utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Primeiro, para o fato de estimar um

índice de urbanização para o Brasil de 82%, o que em sua opinião torna-se descabido, em relação aos somente 57% da população que faria, efetivamente, parte da rede urbana. Segundo, por incluir três categorias de áreas urbanas (urbanizadas, não urbanizadas e urbanas isoladas), além de quatro tipos de aglomerados rurais (extensão urbana, povoado, núcleo e outros). Para o autor este critério, levaria a classificar como área urbana sedes de municípios muito pequenas, algumas com população inferior a 2.000 habitantes, reforçando tal ideia na consideração de que “(...) *toda sede de município é necessariamente espaço urbano, seja qual for a sua função, dimensão ou situação*” (VEIGA, 2002, p.64). Tal distorção nos levaria a designar de cidade o que na realidade seriam aldeias, povoados e vilas, superestimando nosso grau de urbanização, e o que por sinal, não levariam em consideração as características locais dos municípios.

Segundo Bernardelli (2010) em nível mundial, houve uma evolução das abordagens de delimitação urbana, ficando o Brasil entre os poucos países que não utilizou tal critério na definição de espaço urbano. A autora está se referindo ao parâmetro utilizado pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), considerando como unidade de base rural toda unidade administrativa ou estatística elementar com densidade inferior a 150 habitantes/km<sup>2</sup>, que para Veiga não seria um critério justo, já que “(...) *apenas 411 dos 5.507 municípios brasileiros existentes em 2000 seriam considerados urbanos*” (VEIGA, 2002, p.65).

Além disso, Veiga (2002) argumenta que a proposta que se apresenta como forma de contornar as dificuldades da atual divisão urbana e rural dever-se-ia considerar o uso combinado de três critérios para evitar a ilusão imposta pela atual norma legal, que seria *o tamanho populacional do município, sua densidade demográfica e sua localização*.

Como sugestão para o Censo 2000, Veiga (2002) sugeriu que fossem considerados urbanos 455 municípios. Para os 5.052 municípios remanescentes seria necessário diferenciar os que, efetivamente, estariam vinculados a um “Brasil rural” dos que apresentam certa dubiedade rural/urbana (BERNARDELLI, 2010). Sendo assim, Veiga (2002) diz que a densidade demográfica se constituiria como um critério importante para permitir esta diferenciação entre urbano e rural do restante dos municípios. Pois, seria o indicador que melhor expressa a “*pressão antrópica*” e

reflete as modificações do meio natural ou o grau de artificialização dos ecossistemas que resultam de atividades humanas, sendo o que, de fato, indicaria o grau de urbanização dos territórios (VEIGA, 2002).

Assim, com base na combinação da densidade demográfica e do tamanho populacional Veiga (2002) considera de pequeno porte os municípios que apresentam menos de 50 mil habitantes e menos de 80 habitantes/km<sup>2</sup> e finaliza que em 90% do território brasileiro, 80% de seus municípios residindo 30% de sua população seriam considerados como *essencialmente rurais*. Os 10% dos municípios onde habita, para o autor, 13% da população caberiam numa *categoria intermediária*, onde não seriam nem rurais e nem urbanos (VEIGA, 2002).

Nesta perspectiva, podemos inferir que Veiga (2002) parece ter se inspirado de certa forma na proposta da OCDE apresentada anteriormente, já que propôs a divisão do território brasileiro em *inequivocamente urbano*, *essencialmente rural* e em *condições intermediárias*.

Apesar da importância das questões tratadas por Veiga (2002) e da relevância de sua iniciativa no sentido de propor uma classificação mais adequada de nossa realidade espacial, sua proposta metodológica também se torna questionável. Pois parece estático demais restringir-se na diferença entre os espaços urbanos e rurais, de forma descontextualizada, sem analisar a historicidade presente nos fatos e processos, de forma a considerar as diferenças entre esses espaços somente com base em critérios demográficos e fundamentos estatísticos, o que de certa forma não problematiza os aspectos sociais envolvidos nas atuais mudanças verificadas na relação cidade-campo.

Neste sentido, a contribuição feita por Wanderley (2009) em seu livro “*O Mundo Rural como um Espaço de Vida*” em torno dessa discussão merece destaque. A autora se inspirou na perspectiva de que as profundas transformações resultantes dos processos de urbanização, industrialização e modernização da agricultura não se traduziram em nenhuma “uniformização” da sociedade, que provocasse o *fim* das particularidades de certos espaços ou grupos sociais. Ao contrário, a autora acredita que a modernização da sociedade nos espaços rurais tem como base a crescente “paridade social”, isto é, a semelhança entre os modos de vida das populações que

vivem nas cidades e no meio rural, e também a crescente disponibilidade, no meio rural, daquilo que ainda é definido como o padrão de “conforto urbano”.

Perspectiva esta diferente de alguns autores, que mesmo observando as transformações ocorridas nos últimos tempos, no campo, e com as novas configurações obtidas pelas cidades, ainda mantêm-se em definições clássicas dos conceitos rural como sinônimo de atraso e urbano como sinônimo de moderno.

Ideias estas compartilhadas e que foram apresentadas na década de 1930 do século XX, por autores antigos como Sorokin, Zimmerman e Galpin (1986, apud Marques, 2002), onde em seu texto clássico *“Diferenças Fundamentais entre o mundo Rural e o Urbano”* traz uma constatação, de que o “mundo rural” e o “mundo urbano” seriam cada vez mais diferentes entre si. Sendo suas ideias de marcado caráter dicotômico, pontuando diferenças fundamentais entre o rural e o urbano que assinalariam para a desconexão entre esses espaços, atribuindo certas diferenças a características de ordem econômica, espacial, social e cultural, consideradas a partir de nove traços: (1) diferenças ocupacionais ou principais atividades em que se concentra a população economicamente ativa; (2) diferenças de ambientes (trabalhadores do campo em contato com a natureza, ao ar livre, enquanto os trabalhadores urbanos trabalham em ambientes fechados, artificiais); (3) diferenças no tamanho das comunidades, onde existiria uma correlação negativa entre o tamanho da comunidade e a percentagem da população ocupada na agricultura; (4) diferenças na densidade populacional, nas quais as comunidades de agricultores teriam uma densidade populacional mais baixa do que das comunidades urbanas; (5) diferenças na homogeneidade e na heterogeneidade das populações das comunidades rurais que tenderiam a ser mais homogêneas em suas características psico-sociais; (6) divergências na diferenciação, estratificação e complexidade social, na qual a população do campo seria homogênea, enquanto os aglomerados urbanos seriam marcados por uma complexidade maior, manifesta em maior diferenciação e estratificação social; (7) diferenças na mobilidade social, pois a classe urbana seria mais móbil e dinâmica que a rural, deslocando-se mais de lugar, de ocupação, de posição social, da riqueza para a pobreza e vice-versa; (8) diferenças na direção da migração, pois correntes de população que vem do campo para a cidade, são maiores que as da cidade indo para o campo; (9) diferenças no sistema de integração social,

pois os moradores rurais teriam contato com menor número de pessoas, porém, seriam mais diretos e duradouros do que os moradores da cidade.

Deste modo, cabe ressaltar antecipadamente que não queremos dizer que os autores que iremos trabalhar na segunda corrente de pensamento, não deixem de estabelecer que “campo” e “cidade” se instituem enquanto espaços caracterizados por suas formas e critérios diferenciados que inclui a densidade demográfica, aspectos morfológicos, tipo de atividade econômica entre outros parâmetros citados acima. Mas para, além disso, queremos destacar que eles buscam compreender o rural como parte integrante da sociedade urbana em sua totalidade e não em formas fragmentadas. Pois as influências que as cidades exercem sobre a vida social do homem ultrapassam simplesmente a fenômenos abordados a meros elementos ou fatores numéricos, quantitativos, estatísticos. Caso contrário, se perderá a noção de processo e de totalidade que abrangem esses espaços.

## **2.2 O rural como parte integrante da Cultura Urbana**

Sob o olhar dessa perspectiva, autores como Lefebvre, Rambaud, Wirth, Sanchez-Casas, entre outros procuram entender a relação campo e cidade de modo articulado em um mesmo momento histórico, considerando as diferentes dimensões que se estabelecem entre esses espaços, sejam elas de caráter cultural, social e econômico, ou até mesmo político, desde que possam apreendê-los em sua totalidade.

Para esses autores, o processo de *Urbanização do Campo* estaria ligado a conteúdos, a um *modo de vida*, que nasce na cidade, mas que não está restrito a ela, pois se expande através dos meios de comunicação, assim como por meio das relações sociais das pessoas do campo.

Lefebvre (2008) engajado nesse processo de urbanização, pontuou em seu livro “*Revolução Urbana*” uma periodização em três grandes eras como forma de explicar esse processo. A primeira grande periodização traçada por ele referia-se, a *Era Agrária*, onde a oposição existente entre o campo e a cidade se pautava na divisão do trabalho, competindo ao campo o trabalho material, em oposição à cidade, com o trabalho intelectual. Já na *Era Industrial*, seria onde ocorreria a absorção do campo pela cidade, uma vez que, é nas cidades que se localizavam as primeiras

indústrias, obtinham-se as matérias-primas, despertando a explosão desta em direção ao campo como se fosse uma verdadeira “*Revolução Urbana*”<sup>11</sup>, sendo esta, justamente, a última era chamada por ele de *Era Urbana* (SOBARZO, 2010).

Neste sentido, Lefebvre (2008) aponta para uma sociedade urbana nascida da industrialização, e que estaria em constituição. A explosão da qual ele faz referência se daria principalmente em decorrência das tecnologias que vão se desenvolvendo na cidade, pelo modo de vida urbano que vai penetrando o campo, e pela expansão da troca e de mercadorias que vão se firmando nos dois espaços (campo e cidade). Esse mesmo autor acredita que esta sociedade tem suas origens no processo de industrialização quando a superação da precariedade foi possibilitada pela evolução tecnológica. Contudo, afirma que nem toda sociedade tem acesso aos meios necessários para vencer tal precariedade. Logo, a chamada *Sociedade Urbana* é uma virtualidade, um vir-a-ser, onde o urbano se apresenta como um processo, uma realidade inacabada, sendo as relações sociais o centro da contradição.

Nessa perspectiva, é como o autor mesmo diz:

“(...) o tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos da vida agrária. Estas palavras, o “tecido urbano”, não designam, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo (...)” (LEFEBVRE, 2008, p.15).

Portanto, pode-se inferir que o urbano prolifera e corrói a vida rural, seus costumes, suas tradições, dando um sentido novo ao espaço e ao modo de vida rural.

No entanto, cabe mencionar neste trabalho que as perspectivas Lefebvrianas foram muito criticadas por alguns autores, dentre eles Eli da Veiga (2004), principalmente pelo fato de Lefebvre se basear na hipótese inicial de uma *urbanização completa da sociedade*, que por sinal nos remeteria a uma ideia do *fim do rural*, algo, portanto, não projetado pelos outros autores aqui trabalhados.

---

<sup>11</sup> Lefebvre (2008) considera o termo “Revolução Urbana” como sendo o mesmo de “Sociedade Urbana”. Esse autor utiliza essa expressão “Revolução Urbana”, para caracterizar “*o conjunto das transformações que a sociedade contemporânea atravessa para passar do período em que predominam as questões de crescimento e de industrialização*” (LEFEBVRE, 2008, p.16).

A título de curiosidade, Veiga (2012) em seu artigo “*A atualidade da contradição urbano-rural*” traça alguns pontos da obra *Revolução Urbana* de Lefebvre, publicado na década de 1970, com o intuito de convidar o leitor a refletir sobre apenas três passagens desse livro: 1) “*O campo industrial substitui as particularidades naturais, ou supostas como tais, por uma homogeneidade metódica e sistematicamente imposta*” (p.42); 2) “*Associadas e concorrentes, a industrialização e a urbanização devastam a natureza. A água, a terra, o ar, a luz, os elementos estão ameaçados de destruição. Os prazos finais chegarão em datas precisas. Por volta do ano 2000, com ou sem guerra nuclear, a água e o ar estarão poluídos a tal ponto que a vida tornar-se-á difícil na Terra*” (p.36); 3) “*A época industrial (...) se via como produtora e criadora, dominando a natureza e substituindo os determinismos da matéria pela liberdade da produção. De fato, ela era, na sua verdade, radicalmente contraditória e conflituosa. Acreditando dominar a natureza, ela a devastava, a destruía completamente*” (p.160).

Com essas passagens Veiga (2012) diz que:

“É óbvio que o crescimento econômico moderno acelerou a degradação de inúmeros ecossistemas. Nem por isso se pode pensar que industrialização e urbanização devastam ou destroem completamente a natureza, ou mesmo que sejam capazes de substituir muitas das “particularidades naturais (VEIGA, 2012, p.8)”.

Veiga (2006) em outro artigo denominado “*Nascimento de outra ruralidade*” também critica Henri Lefebvre, pois segundo ele, esse autor manifesta forte tendência a interpretar a histórica oposição entre os fenômenos urbano-rural e cidade-campo como uma contradição de caráter antagônico ou irredutível, onde um deles tende a eliminar o outro.

Entretanto, Eli da Veiga embora não concorde e critique a tese de uma *sociedade urbana total* apresentada por Lefebvre, ele também não se esquivou das críticas levantadas por outros autores, como já fora mencionado na primeira corrente; uma vez que, ele insistia em tratar o urbanismo não como um modo de vida, mas sim com base em critérios estatísticos e morfológicos.

Pensando nisso, é necessário ressaltar que esse entendimento trazido por Lefebvre (2008) não representa, necessariamente, o desaparecimento completo do

campo nem a extensão total da urbanização por todo o mundo, mas que a superação da divisão entre cidade e campo se estabelece pela ampliação do conhecimento técnico científico. Isso ocorre a partir do momento em que o campo passa a incorporar novos sistemas de produção e tecnologia produzidos na cidade, bem como em relação ao modo de vida. Assim, as relações travadas a partir desses espaços (cidade e campo) são feitas em novos termos, ou seja, tanto a agricultura quanto a indústria são transformadas, novas formas e novos conteúdos espaciais são produzidos (BERNARDELLI, 2010).

Enfim, deixando de lado as particularidades críticas em relação a Lefebvre, outro autor importante em nossas análises do “rural” como parte integrante da “sociedade urbana” seria o Louis Wirth (1979) que discutiu o urbanismo como um modo de vida característico da cidade, mas que não se limitava a ela somente. Esse autor defende que:

“(…) a urbanização já não denota meramente o processo pelo qual as pessoas são atraídas a uma localidade, intitulada cidade, e incorporadas em seu sistema de vida. Ela se refere também àquela acentuação cumulativa das características que distingue o modo de vida associado com o crescimento das cidades e, finalmente, com as mudanças de sentido dos modos de vida reconhecidos como urbanos que são aparentes entre os povos, sejam eles quais forem, que tenham ficado sob o encantamento das influências que a cidade exerce por meio do poder de suas instituições e personalidades, através dos meios comunicação e transporte” (WIRTH, 1979, p.93-94).

Nesta concepção do urbano como um modo de vida, percebe-se que o rural é também atingido, e daí parte a crítica do autor ao definir urbanismo com base em critérios estatísticos, conforme vistos na primeira corrente.

Dessa forma, como podemos perceber em sua fala, o modo de vida urbano não se restringe aos limites físicos da cidade, pois os desenvolvimentos tecnológicos no transporte e na comunicação assinalam uma nova época na história humana, acentuando-se o papel das cidades como elementos dominantes na nossa civilização e que estenderiam o modo de vida urbano para além dos limites da própria cidade (WIRTH, 1979).

Sendo assim, a cidade se apresenta como o espaço da diferença, da diversidade, como também da exclusão e da segregação. O urbano é colocado nessa

perspectiva como modo de vida específico de quem vive na cidade, mas que extrapola os limites da urbanização. Para o autor, a cidade exerce influência sobre o modo como as pessoas se comportam, em maior ou menor escala, mas essa influência “*não é capaz de eliminar completamente modos de associação humana que predominavam anteriormente*” (WIRTH, 1979, p. 91-92).

Wirth (1979) complementa, ainda que empiricamente, três perspectivas inter-relacionadas que compreende o urbanismo como um modo de vida além de considerar os fatores físicos. A primeira diz respeito a um urbanismo baseado na perspectiva ecológica, ou seja, como estrutura física consistindo uma base da população, uma tecnologia e uma ordem ecológica, parecida com as explicações trazidas pela primeira corrente. A segunda entende o urbanismo como forma de organização social envolvendo uma estrutura social característica, uma série de instituições sociais e um modelo típico de relações sociais. Na terceira o urbanismo seria como um conjunto de atitudes, de ideias e uma constelação de personalidades dedicadas a formas típicas do comportamento coletivo e sujeitas a mecanismos característicos de controle social (WIRTH, 1979).

Esse tipo de representação traçado por Wirth (1979) em relação à cidade nos remete aos aspectos levantados por Rambaud (1973), ao apresentar os contrastes que se observa entre os *modos de vida* que se estabelecem entre um “Campo Ruralizado” e “Campo Urbanizado”, e posteriormente utilizando das representações feitas pelos próprios rurais para descrever como eles percebem, deformam e recriam a realidade urbana.

O “Campo Ruralizado” segundo Rambaud (1973), seria marcado por fortes traços de tradição, como por exemplo, o lugar do falar pouco, utilizando-se dos “*patoás*”, que seriam uma espécie de dialeto, que se caracterizam pela economia de palavras em virtude do se trabalhar muito, traduzindo-se em um campo fechado sobre si mesmo, característico, ainda, de uma autonomia relativa. Ao contrário, do “Campo Urbanizado”, que se caracterizaria por meio das inter-relações e aproximação dos modos de vida estabelecidos entre a sociedade rural e a urbana, uma vez que, propiciaria ao indivíduo dialogar dentro de uma mesma linguagem dentro de parâmetros normativos mais universais.

Já se apoiando na perspectiva da força expansiva da Cultura e do modo de vida urbano sobre a “*sociedade rural*”, Rambaud (1973) pontua em seu trabalho a imagem que os membros de uma cultura fazem das vantagens e dos inconvenientes de outra cultura, ou seja, a representação positiva e negativa que os rurais fazem da imagem social da cidade.

Neste sentido, se de um lado, a cidade corresponderia ao local de trabalho, com benefícios e garantias sociais; de instrução, com diversidades de profissões; de qualidade educacional; distração e diversão; dinheiro; liberdade; religião; e, maior abertura de espírito a partir das relações estabelecidas com vizinhos, colegas de trabalho e comerciantes. De outro, a cidade se delimitaria como sendo o local de barulho, de problemas sociais, onde faltaria humanidade, devido principalmente à solidão dos indivíduos, a não dominação do trabalho, e onde haveria certo deslocamento da vida do lar para o trabalho, havendo pouco convívio com a família.

Vemos assim que a “*representação social da cidade é parte integrante da urbanização, e se constrói no plano cognitivo as propriedades do objeto urbano tais como as percepções do grupo rural*” (RAMBAUD, 1973). Portanto, tais representações dos rurais acerca do campo e da cidade tende a mostrar o caráter relacional que os mesmos fazem de ambas, mas acima de tudo, vem destacar um aspecto muito importante da teoria de Rambaud (1973), que segundo ele, antes de existir um arcabouço típico de um campo urbanizado, materialmente, este processo se desvendaria por meio das aspirações dos indivíduos a fim de idealizarem seus projetos de vida, reforçando, por exemplo, a forma como avaliam, de modo consciente, os aspectos negativos e positivos, do que querem escolher do melhor dos dois mundos, segundo as suas experiências passadas e de suas demandas atuais. Seria o que Rambaud denominou de “*canivas*” que pressuporia a pré-existência de uma estrutura, tendo como elemento simbólico a tela, que seria originalmente rural.

Dessa forma, o que o autor tende a reforçar é o dinamismo do rural diante do processo de urbanização do campo, devido à força expansiva própria ao modo de vida urbano, por meio de um sistema de atitudes, condutas, objetos, valores, e pela apropriação dos bens de consumo, que propicia a “*abertura de espírito*” de uma sociedade.

Sendo assim, cabe ressaltar que, para Rambaud (1973), a urbanização do campo não se traduziria em algo *homogeneizante* ou numa *completa urbanização do campo*, a ponto de cogitar o *fim do rural*. Pelo contrário, para o autor a noção de urbanização recobre o conjunto dos processos pelos quais um meio rural se aproxima da paridade social e econômica com as cidades vizinhas, tanto no que se refere à renda, à mobilidade profissional e às chances de cultura ou gestão dos negócios. Seria, portanto, a integração da sociedade rural a economia e à sociedade global.

Todavia, Rambaud (1973) reconhece que a urbanização se caracteriza por especificidades de unidades espaciais com seus critérios geográficos ou demográficos mensuráveis. No entanto, para ele, levando em consideração apenas esses aspectos físicos impediriam de pensar a urbanização como uma difusão da cidade através de todo o território. Assim como, reduzir a urbanização a um processo como a industrialização, obrigando-a a colocar a especificidade da unidade espacial que é o campo. Neste último ponto citado pelo autor não poderíamos deixar de comentar que parece ele questionar Lefebvre, já que este tem recebido críticas também por tratar a urbanização como sendo algo paralelo a industrialização.

Enfim, de modo bastante esquemático, poderíamos traçar alguns pontos que Rambaud (1973) propõe com sua teoria da urbanização: (1) entender a *urbanização* não somente como a ação da cidade sobre o campo, nem como o aumento da densidade da população das cidades, mas a invenção de um modo de vida em vias de se tornar universal e de realizar a unidade do homem social; (2) entender que os agentes dessa transformação são tanto os moradores do campo (porque acolhem os modelos urbanos de existência e porque vivem uma relação com a natureza invejada por aqueles que estão dela privados) quanto os da cidade (porque acumulam às técnicas modernas, a riqueza, o lazer, as possibilidades de instruções e informações); (3) entender que a urbanização se apresenta como um movimento complexo, econômico, social, intelectual e afetivo externalizando o processo de diferenciação de dada sociedade, uma vez que, se reconhece que cada sociedade rural, se define ainda pela originalidade de sua cultura, pelo conjunto de comportamentos e de atitudes, valores ou regras apreendidas e organizadas em um sistema específico, por modos de vida próprios constituídos por conhecimentos, ética, maneiras de pensar, instituições e técnicas relativamente originais; (4) entender que a urbanização passa a

princípio por uma aculturação, pela interpenetração de duas subculturas através de contatos diretos ou não, contínuos ou episódicos, que provocará mudanças da sociedade em seu conjunto, isto porque a aculturação da sociedade rural à sociedade urbana se realiza entre grupos de desigual volume e, sobretudo em posição social desigual, sempre um pouco de dominado a dominante e, segundo o caso ou o momento, entre um grupo e os fragmentos da cultura do outro.

Sendo assim, poderíamos dizer com base nesse último item colocado por Rambaud (1973), que o processo de aculturação estabelecido através do estreitamento da relação da cultura urbana com a sociedade rural não se estabeleceria por uma simples série de estados sucessivos de equilíbrio, pelo contrário, se estabeleceria de forma heterogênea e diferenciada, uma vez que, as tendências contraditórias existem; podendo alguns grupos, mais que outros, dentro da sociedade manifestarem o desejo em equipar o seu modo de vida ao dos cidadãos; alguns grupos introduzem as atitudes ou os valores em função de sua proximidade com a sociedade urbana, como os jovens, as pessoas que não trabalham com a agricultura, as mulheres, que se adequariam melhor à cultura urbana; outros resistem porque eles tornam-se prisioneiros de seu espaço tradicional, como os agricultores, os idosos, os homens; e às vezes o mesmo grupo oscila sucessivamente de um a outro comportamento, por exemplo, aqueles que no inverno se tornam monitores de esqui e no verão permanecem como agricultores, fragmentando os seus papéis no tempo.

Portanto, seria um processo marcado por conflitos e contradições, sendo preciso dar maior atenção às mudanças que intervêm na memória coletiva dos rurais, pois estes associam suas lembranças ao grupo e aos objetos materiais, organizando-os em um espaço delimitado; e a sociedade urbana começa por desorganizar tais memórias, antes de inseri-los em outros quadros sociais.

### **2.3 A opção pela distinção conceitual entre “campo” e “rural”**

Tendo em vista a primeira corrente de pensamento, observou-se que sua ênfase recaiu sobre as diferenças existentes entre os espaços, campo e cidade, em suas formas tradicionais que seriam resolvidas pela sociedade com o predomínio da cidade sobre o campo, caminhando rumo ao único desfecho que se traduziria no *fim do rural* e na *urbanização completa do campo*.

Nesta dissertação, por sua vez, optou-se pelos argumentos presentes na segunda corrente de pensamento, onde se ancoram na perspectiva de compreensão do rural e do urbano, a partir de suas novas e modernas formas, resultantes dos processos sociais mais globais, que não se traduzem a uma homogeneização da sociedade, a ponto de deixar de lado as particularidades de certos espaços e grupos sociais. Assim, entenderemos que cidade e campo permanecem, mas as relações se transformam e as formas ganham novos conteúdos.

Dessa forma, o processo de urbanização que estaremos discutindo aqui estará pautado dentro de uma perspectiva de “sociedade urbana” onde teremos como ancoragem teórica principalmente as contribuições trazidas por Placide Rambaud (1973) ao entender o processo de urbanização do campo como um modo de vida.

Neste contexto, poderemos partir de uma reflexão apresentada por Sanches-Casas (2009), que considera a cidade e o campo como âmbitos concretos (formas físicas espacializadas), mas que, no entanto, não apresenta conteúdo exclusivamente espacial, refletindo a necessidade social dominante em um determinado período histórico. E rural e urbano interpretado como meios característicos de um modo de assentamento, ou seja, como um “*modo de vida rural*” e o “*modo de vida urbano*” que identifica as características do meio físico, tanto em termos das características materiais e imateriais adotadas, quanto em termos da formação social construída mediante a sua produção do espaço e do seu uso.

Reflexão esta importante, pois significa que o rural e o urbano não correspondem a formas físicas espacializadas, mas, antes, a um modo de organização do espaço que reflete os efeitos das estratégias de satisfação das necessidades sociais dominantes em termos de reprodução biológica, socioeconômica e socioambiental (SANCHES-CASAS, 2009).

Deste modo, é preciso considerar que este mundo rural é dinâmico e se movimenta em um espaço específico, o espaço rural, que conforme retrata Wanderley (2009, p.290), é compreendido em dupla face. Primeiro, enquanto um espaço físico diferenciado, resultante da ocupação do território, das formas de dominação social que tem como base material a estrutura de posse e uso da terra e outros recursos naturais, como a água, da conservação e uso social das paisagens naturais e construídas das relações campo-cidade. Segundo, enquanto um lugar de

vida, isto é, lugar onde se vive, considerando as particularidades do modo de vida e referência identitária; e lugar onde se vê e se vive o mundo, expressos na cidadania do homem rural e sua inserção na sociedade nacional.

Portanto, a partir dessas considerações assumiremos a ideia de “rural” e “urbano” como modos de vida, onde acreditamos ser possível perceber o dinamismo e o movimento que se dá em meio aos espaços campo e cidade, que por sinal são marcados por dimensões sociais, materiais e imateriais, que serão expressas justamente por meio dos modos de vida das pessoas.

## **2.4 Indicadores do processo de urbanização do campo**

Ao trabalharmos com perspectivas teóricas envolvendo o processo de urbanização do campo nos tópicos anteriores, procuramos elencar neste item, alguns indicadores desse processo, pois acreditamos que a sociedade urbana introduz na sociedade rural um novo modo de vida marcado por mudanças nos hábitos, nos valores, nas relações de trabalho, pela modernização tecnológica, pela escolarização e profissionalização, por um crescente desenvolvimento de serviços e também pelo acesso às tecnologias da comunicação e da informação, facilidades de transporte e deslocamento, bem como o acesso aos serviços públicos e às políticas governamentais no mundo rural. Essa introdução da sociedade urbana na rural possibilitaria, além disso, o acesso a bens e serviços materiais e culturais que se refletiriam no estilo de vida, nas condições materiais de existência, se materializando no padrão de moradia, nos hábitos de consumo, no tempo gasto para as pessoas realizarem as suas atividades domésticas e “produtivas”, bem como nas suas formas e possibilidades de lazer (RAMBAUD, 1973).

Diante disso, Rambaud (1973), assim como outros autores, dentre eles Antônio Cândido (1964), Heredia (1979) e Wanderley (2009), apresentam importantes contribuições acerca das mudanças vivenciadas no campo em decorrência do processo de urbanização.

No entanto, compete a nós destacar que as perspectivas abordadas por Placide Rambaud (1973), terão uma maior ênfase neste trabalho, pois este autor trabalha com a categoria *urbanização do campo*, que foi o processo por nós adotado para investigar as transformações nos *modos de vida* das famílias rurais, e por apontar

elementos e indicadores de urbanização no decorrer de sua obra, que são percebidos em torno de elementos centrais conforme apresentaremos a seguir.

A começar pelo **trabalho e a terra**, que dentro de um campo tradicional a vida rural significaria uma situação humana em que a sobrevivência só seria possível com muito trabalho, sendo a terra o local em que sobre ela e nela trabalha, semeando, colhendo ou extraindo. Consistiria neste contexto em um trabalho voltado para o autoconsumo, realizado sem remuneração e com a gratuidade do trabalho dos membros da família em que ocuparia todo o tempo da vida.

Cenário este compatível com aquele apontado por Antônio Cândido (1964) e Heredia (1979), onde o resultado do trabalho oferecia o mínimo necessário para a sobrevivência. Entretanto, com o desenvolvimento social da produção a partir do processo de urbanização percebeu-se que novos parâmetros foram introduzidos ao homem do campo distanciando-o dos padrões mínimos tradicionalmente estabelecidos na vida rural, impondo-lhes um novo ritmo de trabalho e ingressando-o à vida urbana, visto que dentro de um campo tradicional não havia a existência de uma racionalidade econômica no trabalho (CÂNDIDO, 1964).

Portanto, seria a partir do momento em que o trabalho adquire essa lógica racional moderna que a vida das famílias no meio rural se modifica. Tais mudanças podem ser percebidas na construção necessária de um orçamento, no uso da contabilidade na gestão da propriedade, no empréstimo que passam a ser utilizados na aquisição de bens de consumo e investimento na propriedade. O trabalho agrícola passa a dar suporte a projetos econômicos, levando os rurais a contabilizar o tempo de trabalho cujo resultado não é mais somente o produto, mas também o dinheiro (RAMBAUD, 1973).

Outro indicador que trouxe mudanças nas relações sociais no campo urbanizado poderia ser tomado em relação ao **tempo de trabalho e tempo de lazer**. Num campo tradicional o uso do tempo era outro, onde os rurais eram obrigados a labutar todos os dias, ressalvo aos domingos e em algumas circunstâncias particulares. A sua vida se comportava a um ritmo diverso de trabalho e que não era determinado tanto quanto aquele visto após a transição para uma sociedade capitalista, forçando o caipira a multiplicar seus esforços físicos e atrofiando as

formas coletivas de organização do trabalho como os mutirões<sup>12</sup> e outros tipos de ajudas coletivas, eximindo as possibilidades de uma sociabilidade mais aberta e de uma cultura harmônica (CÂNDIDO, 1964).

Dessa forma, seriam introduzidas mudanças nas noções de tempo, ditando um novo conceito de trabalho no campo, onde a rotina de trabalho impõe horários mais rigorosos e não coincidentes com a lógica natural. Seria então a cidade introduzindo na sociedade rural uma nova noção de trabalho que daria ao tempo um novo valor. Como Cândido (1964) disse:

“(...) a situação se afirma sem alternativas para o parceiro caipira. Ou renuncia ao estilo tradicional de vida e se absorve de todo nas tarefas econômicas, seja como indivíduo, seja com a família, para poder deste modo manter um equilíbrio ecológico mínimo e preparar a integração em um novo sistema social, aberto e amplo; ou deverá renunciar ao mínimo de autonomia que a situação de pareceria lhe assegura, passando ao salariado rural e urbano, se não à fome, pura e simples” (CÂNDIDO, 1964, p.171).

Rimbaud (1973) em relação ao **tempo de trabalho e de lazer** acrescenta que o trabalho urbano passa a existir, mas ocasionando uma perda dos traços típicos do trabalho, que acaba por separar a vida e a profissão, de forma a reduzir também o tempo de atividade, devido a sua regularidade, nos horários.

A **renda** seria outro indicador de um campo urbanizado, uma vez que, o salário se torna símbolo de segurança e de lucro para os rurais, retirando-os de uma fase em que o dinheiro estava inserido em uma lógica fechada, onde a racionalidade econômica era quase inexistente ou simplesmente não existia. O novo contexto representado pela “monetarização” que se propagava no recebimento do salário junto com a qualificação profissional introduziria a lógica do investimento e do lucro, possibilitando que os rurais construíssem um projeto econômico de futuro (RAMBAUD, 1973).

---

<sup>12</sup> O mutirão consiste em uma das formas tradicionais de ajuda mútua. Ele permite, seja através das trocas de dias entre várias famílias, solucionar o problema da falta de mão-de-obra em momentos críticos em propriedades que tem como força de trabalho somente os membros da família. São as atividades da lavoura, roçados, plantações e indústria doméstica que proporcionam o mutirão. Portanto, o mutirão acontece na época de maior demanda por trabalho e incorpora em sua prática, para além da mera realização de um trabalho, formas de sociabilidade e cooperação entre os agricultores.

Nesse sentido, o desfecho dessa situação se daria por mudanças no campo e impondo ao campo novos valores, que se refletiria nos **padrões de consumo** considerado outro indicador dessas mudanças, e despertando o desejo de acesso aos bens e serviços que a urbanização oferece, como por exemplo, poupança, investimento na casa, compra de eletrodomésticos, compra de aparatos tecnológicos para a produção, como máquinas, produtos para a lavoura, entre outros (RAMBAUD, 1973).

Situação essa relatada por Cândido (1964, p.168), ao perceber que o consumo de bens produzidos *in loco*, especificamente para a subsistência; e a troca de bens e serviços condicionava a um comportamento econômico. Isto em função da avaliação monetária que se estendia e exigia uma reorganização da vida familiar e grupal nessa sociedade, já que, os bens de consumo se tornavam na maior parte das vezes obtidos através da compra, pois os que se produziam no âmbito doméstico cediam lugar a substitutos proporcionados pelo comércio.

Sobre esses indicadores Wanderley (2009) corrobora em dizer que um dos resultados da transformação do “rural” seria a *paridade social e econômica* entre habitantes do campo e da cidade produzida pela crescente facilidade de acesso da população rural, tanto aos bens e serviços modernos, produzidos na cidade, como a níveis de renda mais próximos aos habitantes da cidade.

Nessa perspectiva, tomemos como exemplo dessas mudanças os **modos de morar**, onde a casa vai tomando outra forma dentro da propriedade, visto que a renda proporciona investimentos na mesma, tanto investimentos em relação a sua estrutura física quanto na compra de objetos para compô-la fazendo com que esta seja mais valorizada (RAMBAUD, 1973).

Outro indicador relevante para este estudo é o **acesso às tecnologias de comunicação e as mídias**, vistas por Rambaud (1973) como ferramentas de unificação, instituidoras de comportamentos, a partir da construção de imaginários comuns, aproximando habitantes do campo e da cidade. Isto em decorrência de fatores citados por Wanderley (2009) como o encurtamento de distâncias a partir das inovações em comunicação e transporte.

Por fim, a **escolarização** que também é considerado um forte indicador de urbanização. Em uma sociedade tradicional a atribuição que os rurais dariam ao

trabalho seria de caráter primordial quando comparado aos estudos. Visto que eles não dariam valor àqueles que permaneceriam por um longo tempo de formação escolar.

Rimbaud (1973) considera a escolarização como um processo formativo de desenvolvimento de sujeitos sociais e de qualificação profissional. Ao ser buscada no campo, a escolarização provoca alterações, contribuindo com a formação intelectual e a conseqüente mudança de postura em relação ao futuro, sendo, portanto, como uma condição para o crescimento do bem estar e do progresso social.

Na pesquisa desenvolvida pelo autor, na França, ele observou que a sociedade rural intensificadamente exprime a vontade de ir mais além nos estudos. Eles querem mais que isso. Eles querem aprender uma profissão, além daquela de agricultor para engajarem em um processo complexo de mobilidade profissional, cultural e espacial, sendo possível por meio do acesso ao ensino secundário e técnico (RAMBAUD, 1973).

Portanto, a cidade aparece aos rurais como produtoras de profissões numerosas e diversas. As características da profissão que eles selecionam e a hierarquização delas indica certas vias de aculturação urbana. Considera-se que a escolarização é um meio de aculturação que produz uma ruptura cultural. A sociedade urbana através da educação coloca o campo em um processo que vai se fazendo, se tornado semelhante à cidade.

A partir das mudanças propiciadas pelo processo de urbanização do campo apontadas por Rimbaud (1973) e outros autores, sintetizamos os indicadores em um quadro, como forma de ilustrar as variáveis usadas no estudo para traduzir esse processo de mudança nos modos de vida. Conforme podemos observar no Quadro 2, são pontuadas características relacionadas a três categorias, onde em cada uma delas foram delineadas variáveis e apontadas características que, com base na teoria, as descrevemos ora por um modo de vida rural tido como tradicional, ora por um modo de vida tido como moderno e urbano. A primeira categoria diz respeito ao **estilo de vida**, onde relacionamos variáveis relacionadas aos padrões de consumo (alimentação, vestuário e lazer), modos de morar (móveis, eletrodomésticos, meios de comunicação, transporte, e estrutura física da casa), tempo gasto para o trabalho e lazer, práticas culturais e de lazer (religiosas, esportivas, bailes, bares), práticas

políticas e associativas (sindicato, partido, movimentos sociais, associação, cooperativa), capital cultural (anos de estudo, qualificação profissional), capital econômico (renda, pensão, aposentadoria, auxílio do governo), e frequência de deslocamento para a cidade. A segunda categoria referiu-se ao **trabalho**, que incluiu o tipo de vínculo com o trabalho, realização do trabalho, assistência técnica, forma de gerir a propriedade, uso de aparatos tecnológicos (maquinários, insumos, mudanças nas práticas produtivas). A terceira categoria faz referência ao **acesso a serviço**, que inclui escolas, hospitais, postos de saúde, atendimento jurídico, entre outros.

**QUADRO 2** – Síntese das características constitutivas do perfil relativo ao “Modo de vida rural” e ao “Modo de vida urbano”.

<b>MODOS DE VIDA/ CARACTERÍSTICAS</b>	<b>MODO DE VIDA RURAL</b>	<b>MODO DE VIDA URBANO</b>
<b>1. Estilo de vida</b>		
<b>1.1. Padrões de consumo</b>		
1.1.1. Alimentação	Presença significativa do autoconsumo	Gastos com alimentação (alimentos comprados e locais de alimentação)
1.1.2. Vestuário	Gasto restrito com vestuário (ocasiões especiais)	Gastos casuais com vestuário
1.1.3. Lazer	Gasto restrito com lazer	Gastos casuais com lazer
<b>1.2. Modos de Morar</b>		
1.2.1. Móveis	Predomínio de mobília que passa de geração para geração	Predomínio de mobília adquirida anualmente
1.2.2. Eletrodomésticos	Básicos	Diversificados
1.2.3. Meios de comunicação	Básicos	Diversificados
1.2.4. Meios de transporte	Coletivo	Próprio
1.2.5. Estrutura física da casa (número de cômodos, existência ou não de saneamento básico, de eletricidade).	Pouco alterada ao longo dos anos	Alterada com constância ao longo dos anos
<b>1.3. Tempo gasto</b>		
1.3.1. No trabalho	Sem demarcações para descanso e lazer	Com demarcações para descanso e lazer

1.3.2. Para o lazer	Pequena importância	Grande importância
<b>1.4. Práticas culturais e de lazer</b>		
1.4.1. Práticas Religiosas	Muito expressiva	Secundárias
1.4.2. Práticas Esportivas	Masculinas	Masculinas e Femininas
1.4.3. Bailes	Em datas tradicionais	Casuais e com a presença de jovens e idosos.
1.4.4. Bares	Sem especificidades geracionais	Com especificidade geracional
1.4.5. Outras atividades de lazer:	Inexpressivas	Diversificadas
<b>1.5. Práticas Políticas e associativas</b>		
1.5.1. Sindicato	Masculino	Presença feminina constante
1.5.2. Partido	Masculino	Presença feminina constante
1.5.3. Movimentos sociais	Masculino	Presença feminina constante
1.5.4. Associação/ Cooperativa	Masculino	Presença feminina constante
<b>1.6. Capital Cultural</b>		
1.6.1. Anos de estudo	Não passa de 4 anos	Acima de 6 anos
1.6.2. Qualificação Profissional	Ausente	Presente
<b>1.7. Capital Econômico</b>		
1.7.1. Renda	Predominantemente agrícola	Predominantemente não-agrícola
1.7.2. Pensão, aposentadoria,	Utilizada nas atividades agrícolas	Utilizada nas atividades não-agrícolas
1.7.3. Auxílio do governo	Acessado por homens	Acessado constantemente por mulheres
<b>1.8. Frequência de deslocamento para a cidade</b>	Esporádica	Semanal
<b>2. Trabalho</b>		
2.1. Tipo de vínculo de trabalho	Sem contrato/sem carteira assinada	Com contrato/carteira assinada
2.2. Realização do trabalho	Pela família	Com mão-de-obra contratada esporádica e permanentemente
2.3. Assistência técnica	Ocasional	Frequente

2.4. Forma de gerir a propriedade	Sem utilizar planilha de custo	Utilizando planilha de custos
<b>2.5. Aparato tecnológico produtivo</b>		
2.5.1 Máquinas	Antigas	Novas
2.5.2 Insumos	Pouco usados	Muito usadas
2.5.3 Mudanças nas práticas produtivas	Passadas de pai para filho	Adquiridas através de capacitação profissional
<b>3. Acesso a Serviços</b>		
3.1. Escola (Graus)	Ensino básico e fundamental	Ensino Médio e Superior
3.2. Hospitais, postos de saúde	Uso Municipal	Uso regional
3.3. Atendimento jurídico	Inexistente	Presente
3.4. Outros	Pouco presente	Variados

**Fonte:** Arquivo do Grupo de Pesquisa Gerar – Grupo de Estudos Rurais: agriculturas e ruralidade do Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa.

O constructo dessas categorias relacionadas ao “modo de vida” nos permitiu fundamentar o pressuposto defendido neste trabalho, segundo o qual o processo de urbanização *do campo* tende a modificar os modos de morar dos rurais, bem como os seus hábitos de consumo. Essa mudança, não necessariamente, significa uma descaracterização da cultura local da população envolvida.

## CAPÍTULO 3

### OS PROCESSOS DE URBANIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO CAMPO E SEUS REFLEXOS NOS MODOS DE VIDA

Com a finalidade de compreender como o fenômeno da urbanização foi se intensificando e desencadeando mudanças nos modos de vida das famílias que residem no campo, buscou-se estabelecer, neste capítulo, um resgate histórico do processo de urbanização no Brasil que se refletiu diretamente nos modos de vida das pessoas que vivem no campo.

Para alcançar essa finalidade fizemos uso neste capítulo, das análises trazidas, especialmente, pelo geógrafo Milton Santos (1994) devido à sua sensibilidade em compreender o espaço e a sociedade como instâncias dinâmicas da realidade, de forma a estar sempre disposto a propor uma reflexão em torno do caráter de totalidade do espaço; e, por apresentar questões referentes às transformações da sociedade, que tenderia a diluir a distinção entre urbano e rural e substituí-la pela distinção entre regiões agrícolas e regiões urbanas; assim como, a proposta de análise das transformações em torno das pequenas cidades; questões estas que acreditamos contribuir para a compreensão do processo de urbanização. Nesse sentido, além das análises trazidas por esse autor, associamos alguns outros (Silva, 2010; Barreto, 2011; Vasconcellos *et al.*, 1999; Brum, 1997; Duarte e Graciolli, 2011; Teixeira, 2005; Martine e Garcia, 1987; Hespanhol, 2007; Graziano da Silva, 1982, 1996; Veloso *et al.*, 2008; Carneiro, 2012, 1997; Wanderley, 2001; Rambaud, 1973 entre outros) buscando compor os elementos históricos relacionados ao processo de urbanização que marcou a sociedade brasileira e trouxe marcas profundas aos costumes e modos de vida da população.

#### 3.1 O Processo de Urbanização no Brasil

“(…) O urbanismo é condição moderníssima da nossa evolução social. Toda a nossa história é a história de um povo agrícola, é a história de uma sociedade de lavradores e pastores. É no campo que se forma a nossa raça e se elaboram as forças íntimas de nossa

civilização. O dinamismo da nossa história, no período colonial, vem do campo. Do campo, as bases em que se assenta a estabilidade admirável da nossa sociedade no período imperial” (VIANNA, 1956, p.55 apud SANTOS, 1994).

Diante dessa expressão, considera-se que as raízes da urbanização brasileira são decorrentes da história, cujo autor Milton Santos (1994) em seu livro “*A urbanização brasileira*” buscou essas origens, demonstrando como nas primeiras décadas foi lento o processo de transferência da população para as cidades.

O Brasil, por ter sido durante séculos considerado como um país agrário, reconhece o processo de urbanização desde o período da colonização, quando se iniciava o desenvolvimento dos primeiros centros urbanos que centralizavam as atividades comerciais entre a Colônia e a Metrópole.

Nestor Goulart Reis (1968 apud Santos, 1994), referindo-se aos primeiros passos da urbanização no período de 1500 e 1720, apontava alguns elementos do sistema social da Colônia que serviriam de explicação para a urbanização naquele momento. O primeiro fazia referência à organização política administrativa, que considerava de um lado, as capitanias e o governo-geral, e de outro, a organização municipal. As atividades econômicas rurais, que envolvendo a agricultura de exportação e de subsistência; as camadas sociais, compostas pelos proprietários rurais; e as atividades econômicas urbanas e seus atores, como, por exemplo, o comércio, ofícios mecânicos, funcionalismo, mineração, também faziam parte deste sistema social da Colônia nessa época.

A expansão da agricultura comercial e a exploração mineral serviram de base para um povoamento e uma criação de riquezas redundando na ampliação da vida e de relações e no surgimento de cidades no litoral e no interior (SILVA, 2010).

Portanto, foi durante o período colonial que tivemos uma urbanização totalmente vinculada ao exterior, sempre na proximidade imediata com o litoral, sendo cidades com funções administrativas e burocráticas e com finalidades de escoamento da produção agrícola para exportação. Dessa forma, pode-se dizer que foi a mecanização da produção e do território que trouxeram um novo impulso e uma nova lógica ao processo de urbanização (SILVA, 2010).

No entanto, havemos de convir que não foi de imediato que a urbanização atingira a sua maturidade. Milton Santos (1994) argumenta que foi a partir do século

XVIII que a urbanização se desenvolveu, atingindo a sua maturidade no século XIX, para que somente no século XX, assumisse as características com as quais conhecemos atualmente. Esse mesmo autor apresenta dados demográficos que expõe o atual grau de urbanização brasileira e observa que o índice de urbanização pouco se alterou entre o fim do período colonial até o final do século XIX, afirmando com base em Oliven e Geiger (1980), que é no fim do século XIX, que se conhece a primeira aceleração do fenômeno.

Para Santos (1994) a verdadeira inversão quanto ao lugar de residência da população brasileira, se deu entre os anos de 1940 e 1980, quando a taxa de urbanização era de 26,35% e alcança 68,86% respectivamente, conforme pode ser percebido na tabela abaixo.

**TABELA 4** – Evolução da população urbana nas décadas de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991 no Brasil.

<b>Anos</b>	<b>População Total</b>	<b>População Urbana</b>	<b>Índice de Urbanização</b>
1940	41.326.000	10.891.000	26,35%
1950	51.944.000	18.783.000	36,16%
1960	70.191.000	31.954.000	45,52%
1970	93.139.000	52.905.000	56,80%
1980	119.099.000	82.013.000	68,86%
1991	150.400.000	115.700.000	77,13%

Fonte: SANTOS (1994, p.29).

No entanto, nota-se também que entre 1950 e 1991, a população total triplica, ao passo que a população urbana, representando 77% do total, tem seu volume multiplicado por 6,15%.

Entretanto, foi nos anos 1960 que ocorreu uma inflexão demográfica no Brasil, tendo o processo de urbanização acelerado na década seguinte, sendo conseqüência de um forte movimento de urbanização que se verificava a partir do fim da segunda guerra mundial, devido ao crescimento demográfico, resultado de uma natalidade elevada e de uma mortalidade em descenso, cujas causas essenciais seriam os progressos sanitários, a melhoria relativa nos padrões de vida e a própria urbanização (SANTOS, 1994).

Neste sentido, Barreto (2011) acrescenta que esse processo recente de urbanização acentuada, constituiu o marco da sociedade urbana no Brasil vinculado ao desenvolvimento do capitalismo industrial. Urbanização esta que teve as suas bases lançadas para a industrialização do país pelas políticas implementadas primeiramente pelo governo de Getúlio Vargas, a partir de 1930. Essa política de industrialização da década de 1930 seria uma repercussão da Grande Depressão de 1929, quando ficou demonstrada a fragilidade econômica da condição do país de economia agrícola exportadora, cujo mercado produtor era extremamente dependente da economia externa.

Neste período, o Brasil passava por importantes modificações, pois o modelo de desenvolvimento adotado a partir dos anos 1930 foi fundamentado em um Estado forte, e que, por sua vez, fomentava uma política de industrialização por substituição de importação.

“A forma assumida pela industrialização brasileira depois de 1930 foi o chamado Processo de Substituição de Importação (PSI). Devido ao estrangulamento externo, gerado pela crise internacional decorrente da queda da Bolsa de Nova York, houve a necessidade de se produzir internamente o que antes era importado, defendendo-se dessa forma o nível de atividade econômica. A industrialização feita a partir deste processo de substituição de importações é uma industrialização voltada para dentro, isto é, que visa o mercado interno” (VASCONCELLOS, *et al.*, 1999, p.232).

Com isso, o Brasil deu início à transição de um país anteriormente com característica de agrário-exportador para um país urbano-industrial, devido à implantação das indústrias de base, sobretudo, estatais, que serviriam para produzir internamente o que vinham de fora, ou seja, um processo de industrialização que visava atender o mercado interno brasileiro.

Brum (1997) destaca três fases distintas durante a evolução desse processo de substituição de importações. A primeira seria a produção de bens de consumo imediato (bens não-duráveis); a segunda, de produção de bens de consumo duráveis; e a terceira, produção de bens de capital e de insumos básico.

Esse processo de industrialização, que emergiu após 1930, veio, portanto, redefinir o sentido da urbanização brasileira, conforme expresso por Sposito (1993 apud Bernardelli, 2010):

“Assim reorienta e estimula a urbanização, de um lado provocando taxas de crescimento urbano mais altas que as de crescimento industrial e, de outro e pelas mesmas razões propiciando a diversificação dos papéis urbanos. Multiplica-se o conjunto de atividades que eram necessárias ao próprio funcionamento das indústrias, e articula-se o conjunto das cidades através da formação de um mercado consumidor nacional para uma industrialização predominantemente apoiada na produção de bens de consumo” (SPOSITO, 1993, p.67 apud BERNARDELLI, 2010, p.226).

Dessa maneira, não restam dúvidas de que a urbanização e a industrialização embora sejam processos distintos, apresentem imbricações, mas que não podem ser analisados de forma dissociada. No que refere ao país, especificamente, o processo de industrialização, Bernardelli (2010) afirmou que ao redefinir a urbanização, contribuiu para a ampliação expressiva dos papéis urbanos, uma vez que as cidades se tornaram, de modo mais efetivo, *locus* da produção industrial.

Em razão da implementação da atividade industrial, há uma reestruturação em relação à cidade específica em que se instala. Isto seria decorrente de novos fluxos de pessoas, mercadorias e matérias-primas. Assim, as mudanças derivadas da transição de uma economia de base agrário-exportadora para a de base urbano-industrial estimularam uma complexa mudança nas dinâmicas existentes, promovendo a constituição de um mercado interno cada vez mais articulado, aumentando a circulação e, assim, os fluxos entre os lugares (BERNARDELLI, 2010).

Todavia, são nas décadas de 1940-50, que o processo de urbanização sustentado pelo crescimento da atividade industrial tomou forma, havendo uma profunda redefinição do urbano brasileiro, em termos econômicos, demográficos, urbanísticos, políticos, assim como, em relação aos papéis exercidos pelas cidades.

No final da década de 1940, foi criada pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), sendo essa política estatal retomada, com o objetivo de elaborar estudos e alternativas para que os países latino-americanos se desenvolvessem a partir da montagem de um aparato industrial orientado pela ação do Estado. Sendo assim, o que os princípios da CEPAL propunham era um modelo de desenvolvimento pela via industrial, uma vez que entendiam que a industrialização era o elemento aglutinador e articulador do desenvolvimento, progresso, modernidade, civilização e democracia política (DUARTE & GRACIOLLI, 2011).

Nos anos 1950, também, época da política desenvolvimentista inserida no governo de Juscelino Kubitschek, foi que a lógica da industrialização se fortificou, havendo, uma nítida transição nos cenários políticos e econômicos. Esse período refletiu em uma preocupação com a economia dos países periféricos que se estabeleceram como discussão teórica internacional no período pós- Segunda Guerra.

No entanto, foi em 1955 que o processo de internacionalização da economia brasileira e a penetração de capitais multinacionais, consolidou, de fato, o Brasil como país urbano-industrial.

É com base nessa nova dinâmica que o processo de industrialização se desenvolveu, permitindo por meio de novas condições políticas e organizacionais, que a industrialização conhecesse uma nova impulsão vinda do poder público e começasse a permitir que o mercado interno ganhasse um papel na elaboração para o País, de uma nova lógica econômica e territorial, onde tenderia a prevalecer a lógica da industrialização.

Para Santos (1994) o termo industrialização não poderia pautar-se somente como criação de atividades industriais nos lugares. O termo deveria ir mais além do seu significado, de forma a considerá-lo com toda a sua complexidade enquanto processo social, que inclui tanto a formação de um mercado nacional e os esforços de equipamento do território para torná-lo integrado, assim como, a expansão do consumo em formas diversas, o que impulsionava a vida de relações e ativava o próprio processo de urbanização. Essa nova base econômica ultrapassava o nível regional, para situar-se na escala do País; por isso a partir daí uma urbanização cada vez mais envolvente e mais presente no território dava-se com o crescimento demográfico sustentado das cidades médias e maiores, incluídas, naturalmente, as capitais de estado (SANTOS, 1994).

A partir de 1960, foi o período em que as relações entre indústria e agricultura, designadas especificamente, por *complexo agroindustrial (CAI)*<sup>13</sup>,

---

<sup>13</sup> De acordo com Müller (1989, p.45), o “complexo agroindustrial, CAI, pode ser definido como um conjunto formado pela sucessão de atividades vinculadas à produção e transformação de produtos agropecuários e florestais. Atividades tais como: a geração destes produtos, seu beneficiamento/transformação e a produção de bens de capital e de insumos industriais para as atividades agrícolas; ainda: a coleta, a armazenagem, o transporte, a distribuição dos produtos industriais e agrícolas; e ainda mais: o financiamento, pesquisa e a tecnologia, e a assistência técnica”.

passaram por notáveis transformações, implicando no padrão agrário moderno<sup>14</sup>. Foi onde a modernização do campo brasileiro começou a se consolidar com a vinda de empresas multinacionais produtoras de maquinários, implementos e insumos agrícolas, tornando a agricultura dependente da produção industrial (TEIXEIRA, 2005). Ou seja, pretendia-se passar de uma agricultura tradicional, totalmente dependente da natureza e praticada por meio de técnicas rudimentares, para uma agricultura mecanizada, conforme entraremos em mais detalhes no tópico seguinte.

Teixeira (2005) complementa que apesar das modificações promovidas na economia brasileira, o crescimento não se deu de maneira uniforme e com a rapidez esperada. Segundo Gonçalves Neto (1997 apud Teixeira 2005), a lentidão se acentuou entre os anos de 1965 e 1967, devido à reorganização sob o regime militar que se instalara no país.

Nesta perspectiva, uma nova expressão do desenvolvimento urbano veio se somar no final da década de 1960, com as políticas adotadas pelo governo militar de caráter ditatorial. O golpe de Estado de 1964 foi o movimento que criou as condições de uma rápida integração do País a um movimento de internacionalização da economia, por meio de uma política de crescimento econômico com base na expansão do consumo interno, que veio a ser denominado como “milagre brasileiro”<sup>15</sup>.

Nesse período, a economia do Brasil se desenvolveu, de forma a atender a um mercado consumidor em expansão e/ou atender a uma demanda exterior, fazendo com que o País se tornasse exportador de produtos agrícolas não tradicionais (soja, cítricos) parcialmente beneficiados antes de se conduzirem ao estrangeiro, quanto de produtos industrializados (SANTOS, 1994).

No âmbito demográfico, por exemplo, foi o período em que houve um significativo aumento da população, onde a classe média ampliou-se, sendo o consumo diversificado e tornado um atrativo, principalmente aos pobres, em função

---

<sup>14</sup> O padrão agrário moderno é a expressão da aplicação das conquistas da ciência moderna na agricultura e das novas formas de organizar a produção rural (MULLER, 1989, p.18).

<sup>15</sup> De acordo com Veloso *et al.* (2008), o período de 1968 à 1973 é conhecido como "milagre" econômico brasileiro, em função das extraordinárias taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) então verificadas, de 11,1% ao ano (a.a.). Uma característica notável do "milagre" é que o rápido crescimento veio acompanhado de inflação declinante e relativamente baixa para os padrões brasileiros, além de superávits no balanço de pagamentos.

dos sistemas extensivos de créditos, servindo como impulsão à expansão industrial (SANTOS, 1994).

Dessa forma, observa-se que ocorreram transformações na esfera produtiva que terminariam por introduzirem novos processos e formas urbanas, com novas dinâmicas econômicas e novos papéis a serem desempenhados.

Estas reflexões nos permitem perceber que o processo de urbanização mais recente do país, ou aceleração da urbanização, foram determinantes para que ocorressem transformações nas características das cidades. Esses fatores serviram de base, como relata Silva (2010), para um aumento das metrópoles, que passaram a se tornarem mais complexas e a iniciarem um aprofundamento na divisão social e territorial do trabalho das indústrias de bens de consumo, dinamizando os papéis desempenhados pelas cidades, gerando fluxos mais expressivos dentro do território nacional e um aumento da procura por mão-de-obra nas áreas de maior concentração industrial.

O autor relata ainda, que esse processo de urbanização também ajudou a intensificar a migração de trabalhadores de diferentes regiões do Brasil, sobretudo, do Nordeste para o eixo Rio de Janeiro/São Paulo, juntamente com a migração rural-urbana que fora intensificada nesse período em virtude da mecanização do campo e do aumento da concentração da propriedade das terras.

Tais fatos serviram para solidificar a manifestação de um capitalismo que amadurecera e firmar a integração e a fluidez do território, uma vez que, permitiu que os fatores de produção, o trabalho, os produtos, as mercadorias, o capital, passassem a ter uma grande mobilidade (SILVA, 2010). Portanto, há de se convir que esse cenário ocorrera somente em função da ampliação da complexidade das divisões social e territorial do trabalho, do aumento das diferenças e do avanço no estágio de desenvolvimento técnico, que foi chamado por Milton Santos (1994) de período técnico-científico-informacional.

### **3.2 A Modernização do Campo**

Tendo em vista o cenário apresentado acima, vimos que durante o século XIX, no Brasil, ocorreu o predomínio do capitalismo industrial, que foi se delineando nos projetos pensados e implantados, e promovendo uma profunda reestruturação dos

espaços produtivos do campo. Tal fato se deu a partir da valorização de um conhecimento técnico-científico-informacional, que incorporou novas tecnologias nas etapas do trabalho agrícola, e possibilitou o aperfeiçoamento das atividades econômicas e da especialização produtiva dos lugares, principalmente em áreas com habilidades para a produção agrícola.

Para Santos (1994) esse meio técnico-científico-informacional seria marcado pela presença da ciência e da técnica nos processos de remodelação do território fundamentais às produções hegemônicas, que careciam de um novo meio geográfico para sua realização. Como ele mesmo disse, *“a informação, em todas as suas formas, é o motor fundamental do processo social e o território é, também, equipado para facilitar a circulação”* (SANTOS, 1994, p.36).

Entretanto, conforme relatou esse autor, a integração do território só se tornou viável, após a Segunda Guerra Mundial, quando as estradas de ferro até então desconectadas na maior parte do País foram interligadas, e quando se construiu estradas de rodagem, possibilitando o contato de diversas regiões por meio delas, caracterizando-se, assim, em um ousado programa de investimentos em infra-estruturas, que viabilizaram o processo de substituição de importações para o qual todo um arsenal financeiro, fiscal, monetário, servisse como base das novas relações sociais, incluindo, o aumento do consumo (SANTOS, 1994).

Especificamente, o processo de modernização da agricultura no Brasil teve sua origem na década de 1950 com as importações de meios de produção mais avançados. No entanto, foi somente na década de 1960 que esse processo avançou, em função da implantação no país de um setor industrial voltado para a produção de equipamentos e insumos para a agricultura (TEIXEIRA, 2005).

Em uma perspectiva sistêmica, Teixeira (2005) afirma que o conceito de modernização da agricultura pode ser encarado entre os diversos autores que abordam o tema, por duas perspectivas, onde uns consideram apenas as modificações na base técnica e outros levam em conta todo o processo de produção. No primeiro caso, considera-se modernizada a produção agrícola que faz uso intensivo de equipamentos e técnicas, tais como máquinas e insumos modernos, que lhe permite maior rendimento no processo produtivo. Assim, modernização da agricultura seria sinônimo de mecanização e tecnificação da lavoura. Já no segundo caso, considera

que o conceito de modernização não pode se restringir aos equipamentos usados e sim, deve levar em conta todo o processo de modificações ocorrido nas relações sociais de produção.

A verdade como foi dito por Teixeira (2005) é que a modernização da agricultura segue os moldes capitalistas e tende a beneficiar apenas determinados produtos e produtores, tendendo a fortalecer a monocultura. Com a modernização ocorre o que vários autores denominam de “industrialização da agricultura”, tornando-a uma atividade nitidamente empresarial, abrindo um mercado de consumo para as indústrias de máquinas e insumos modernos, o que de certa forma, transparece em seu caráter excludente por não estar presente em todos os níveis da agricultura brasileira, possibilitando assim as diferenças estruturais no espaço rural, principalmente de produção.

Para Brum (1988) esse fenômeno pode ser entendido como sendo:

“o processo através do qual ocorrem modificações na base técnica da produção. Assim, a agricultura moderna (ou modernizada) é a fase agrícola que se caracteriza pelo uso intensivo, a nível das unidades produtoras, de máquinas e insumos modernos, bem como por uma maior racionalização do empreendimento e pela incorporação de inovações técnicas, quer dizer, a utilização de métodos e técnicas de preparo e cultivo do solo, de tratos culturais e de processos de colheita mais sofisticados”(BRUM, 1988, p.60) .

Esse mesmo autor acrescenta, de forma geral, que significa “*o processo de mecanização e tecnificação da lavoura*” que se caracterizam pelo uso de máquinas, equipamentos, implementos e insumos modernos. Mas, ressalta ainda que mais do que algo material, o significado de modernização vai muito além, podendo ser definido como sendo um processo de modificação nas relações sociais de produção, em que implica numa maior integração do produtor e da produção no mercado e na racionalidade do lucro<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> Segundo Brum (1988, p.60) o “objetivo principal da produção agrícola ou agropecuária, então, passa a ser o lucro, através do qual se dá a acumulação. A produção destina-se antes de tudo ao mercado, no qual vai ter atuação privilegiada o segmento que controla a comercialização. Outra característica importante é a transformação capitalista da agricultura. À medida que o processo de modernização se implanta e avança, a agricultura tende a especializar-se, orientando-se para um ou dois produtos (raramente mais), em cada região. Esta tendência em direção à monocultura, de um lado, cria dificuldades e estrangulamentos à pequena propriedade rural e aos produtores autônomos e, de outro, viabiliza e estimula a empresa rural, grande e média, onde se estabelecem as relações capitalistas de produção, com os proprietários dos meios de produção (terras, máquinas etc.)

Contudo, de acordo Martine e Garcia (1987) foi somente em 1970, que este fenômeno conseguiu dar um salto em sua modernidade em função de muitos agricultores passarem a colocar em prática nos processos produtivos o pacote tecnológico, já que empresas multinacionais vindas de países desenvolvidos, produtoras de maquinários, implementos e insumos agrícolas vieram para o Brasil. Ou seja, a década de 1970 representou um maior desenvolvimento do setor agrário e a agricultura passou a responder aos anseios da sociedade urbano-industrial.

Teixeira (2005), analisando os índices de indicadores de modernização, verificou uma transformação significativa no âmbito da agricultura nacional, onde se notou um aumento considerável no uso de tratores no Brasil, comparando a década de 1950 com as décadas seguintes. Esse acréscimo no número de tratores é, sem dúvida, um indicativo de mudança nos moldes produtivos do país, conforme demonstra a tabela a seguir.

**TABELA 5 – Uso de tratores no Brasil (1950-1985).**

<b>Anos</b>	<b>Número de tratores</b>
1950	8.372
1960	61.338
1970	165.870
1980	527.906
1985	665.280

**Fonte:** FIBGE – Censos Agrícolas do Brasil de 1950 e 1960; Censos Agropecuários do Brasil de 1970, 1975, 1980 e 1985 apud Teixeira (2005).

Esse mesmo autor acrescenta que a produção interna de tratores no Brasil só se iniciou no ano de 1959, com a instalação da Ford. Antes desse ano, os tratores usados eram todos importados. O uso de fertilizantes artificiais e agrotóxicos também se acentuou a partir da década de 1960, com índices bastante elevados. Segundo Graziano Neto (1985 apud Teixeira, 2005), entre 1965 e 1975 o consumo de fertilizantes cresceu a taxa média de 60% ao ano, enquanto que os agrotóxicos cresceram numa média anual de 25%.

---

assumindo o papel de patrões e os trabalhadores diretos, destituídos dos meios, assumindo a condição de assalariados rurais”.

Neste contexto, as indústrias de equipamentos e insumos passaram a pressionar, direta ou indiretamente, a agricultura a se modernizar, conforme comentado por Teixeira (2005), isto porque almejavam ampliar o número de vendas.

Graziano da Silva (1982), em seu trabalho “*A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*” relatou que com a modernização ocorrida no campo brasileiro, houve a conversão gradativa da agricultura num setor subordinado à indústria e ao capital financeiro, e que o processo de “modernização” da agricultura brasileira se deslancha apenas com a concretização da supremacia do capital industrial com a industrialização pesada, uma vez que:

“a agricultura deixa gradativamente o seu papel de “mercado de bens de consumo” para cada vez mais assumir a posição de “meios industriais de produção”, quer como consumidora de certos insumos, quer como vendedora de outros. É a isso que chamamos processo de industrialização da agricultura brasileira, num duplo sentido: o da elevação da composição técnica nas suas unidades de produção e o da subordinação do setor aos interesses do capital industrial e financeiro (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p.46).

Nesse contexto, o elemento que deu um grande impulso na transformação da base técnica da produção agrícola foi o incentivo governamental através do chamado crédito rural, viabilizado principalmente a partir de meados da década de 1960. Isso porque esta forma de produção necessitava de elevados investimentos em tecnologia, e demandava por financiamentos, fazendo com que o Estado associado aos pareceres do capital internacional, fosse atuante na inserção de modernização agrícola no País, sobretudo, pela criação dos meios essenciais à expansão desse novo modelo de produção no campo que atuou, através de subsídios creditícios, incentivos fiscais e todo um conjunto de políticas incentivadoras das exportações (MULLER, 1989).

Em outras palavras, o Estado atuou no sentido de desenvolver uma política de apoio aos produtores rurais, concedendo-lhes créditos, procurando melhorar a infraestrutura produtiva (por meio da construção de estradas de rodagens, usinas hidrelétricas e ampliação da eletrificação rural, e também com ações político-administrativas para amparar, divulgar e desenvolver os novos processos produtivos); criando órgãos de pesquisa, assistência rural e programas de subsídios diretos às atividades rurais, visando baratear a compra de insumos, através do

pagamento de parte do preço do produto industrial com recursos do Estado; além dos incentivos em relação aos subsídios creditícios e as isenções fiscais.

Hespanhol (2007) confirma essa perspectiva ao afirmar que nesse período dos anos 1960 e 1970, muitas indústrias vinculadas à agropecuária se implantaram no país, em decorrência, justamente, dos incentivos oferecidos pelo Estado e do promissor mercado brasileiro, que foi artificialmente ampliado pelas políticas modernizantes, notadamente pela oferta de crédito rural<sup>17</sup> em grande volume e por baixas taxas de juros para a aquisição de máquinas, implementos e insumos químicos (HESPANHOL, 2007).

Nesse sentido, aproveitando-se dessa qualidade de potencialidade agrícola brasileira, entende-se a meu ver, que a modernização da agricultura assumiria o mesmo significado que o processo de transformação capitalista da agricultura, amplamente vinculada às transformações contemporâneas da economia brasileira.

Além do mais, a preocupação do governo era aumentar as exportações do Brasil, de forma a controlar a balança comercial do País para pagamento da dívida externa. Sendo assim, o aumento do consumo de produtos agrícolas, tanto no Brasil quanto no mundo, fez com que uma nova lógica de produção fosse implantada na agricultura, de cunho capitalista e com operacionalidade empresarial, em vistas a desenvolver também no campo uma nova maneira de ampliar cada vez mais a acumulação de capital. A produtividade foi garantida graças ao consumo de inovações tecnológicas que foram empregadas ao longo da cadeia produtiva,

---

<sup>17</sup> No que diz respeito ao crédito, Alves (2006) comenta que a discussão sobre o crédito para a pequena produção rural tem ganhado cada vez mais importância tendo em vista a perspectiva de fortalecimento da agricultura familiar e a sua repercussão social. Na prática, o que se verifica é que quase sempre o crédito é acessado, empregado e distribuído segundo as necessidades e interesses dos homens, chefes das famílias, que por sinal representam aqueles que estabelecem legitimamente relação com o mundo público. Essa mesma autora acrescenta que se verifica, ainda, uma representação naturalizada do homem como chefe da família e responsável pela produção, o que conduz a uma perspectiva masculina desta. Como consequência, observa-se uma desvalorização e marginalização das atividades realizadas pelas mulheres nas esferas produtivas e reprodutivas. A mulher é vista comumente como mãe, filha ou mulher de agricultor e não como agricultora. Neste sentido, a divisão sexual do trabalho na família representa um entrave fundamental para a participação das mulheres em atividades produtivas remuneradas e conseqüentemente no acesso ao crédito por estas. A maioria das dificuldades relacionadas ao acesso ao crédito pelas mulheres se relaciona com a forma como as mulheres e os homens rurais se constroem e pensam o seu lugar nas estruturas de poder, particularmente nas relações de gênero; bem como, na forma como os demais agentes dos processos sociais e políticas públicas os vêem (ALVES, 2006).

financiada por incentivos creditícios, aproximando o setor industrial e financeiro ao setor agrícola e, ao mesmo tempo, o campo da cidade (SANTOS & VALE, 2012).

Sob essa perspectiva, com o surgimento de novas técnicas e equipamentos modernos, poderíamos cogitar que o produtor passasse a depender cada vez menos da “generosidade” da natureza, adaptando-a mais facilmente de acordo com seus interesses; e que a agricultura estaria também, cada vez mais, subordinada à indústria, que dita as regras de produção. No entanto, ao olharmos por outro ângulo, não resta dúvida que o emprego de tecnologias tem possibilitado um maior aproveitamento da terra, mas isso não permite, segundo Bagli (2010), uma emancipação total, uma vez que, a tecnologia contribui, mas não promove o domínio completo da natureza, especialmente no que diz respeito à produção agrícola.

De acordo com Teixeira (2005), por meio da modernização da agricultura, os produtores buscam melhores condições de enfrentar as dificuldades impostas pela natureza no que concerne à produção e melhorar alguns fatores necessários. Assim, através de uma artificial conservação e fertilização do solo, mecanização da lavoura, seleção de sementes, dentre outros recursos, busca-se a obtenção de maior produtividade.

A partir dessa nova dinâmica marcada pela lógica da modernização, e, especificamente, pelo que Milton Santos (1994) chamou de meio técnico-científico-informacional, é onde se observa as remodelações que se impõem, tanto no meio rural quanto no meio urbano. Sendo estas cada vez mais dotadas de ciência, tecnologia e informação que fazem parte dos afazeres dos indivíduos que vivem nesses espaços, graças aos investimentos em infraestruturas e à cibernética, às biotecnologias, às novas químicas, à informática e à eletrônica, que se dá paralelamente com a cientificidade do trabalho, pelo fato de utilizar novas técnicas criadas por meio de pesquisas científicas e juntamente pela informatização do território, por meio do comando político, econômico e financeiro internacional (SANTOS, 1994).

Esse processo contínuo de industrialização das áreas rurais trouxe transformações nas relações de produção na agricultura e, conseqüentemente, redefine toda a estrutura socioeconômica e política no campo.

Segundo Santos e Silveira (2001):

“as inovações técnicas e organizacionais na agricultura concorrem para criar um novo uso do tempo e um novo uso da terra. O aproveitamento de momentos vagos no calendário agrícola ou o encurtamento dos ciclos vegetais, a velocidade da circulação de produtos e de informações, a disponibilidade de crédito e a preeminência dada à exportação constituem, certamente, dados que vão permitir reinventar a natureza, modificando solos, criando sementes e até buscando, embora pontualmente, impor leis ao clima. Eis o novo uso agrícola do território no período técnico-científico-informacional” (SANTOS E SILVEIRA, 2001, p.118).

Esse movimento de fundo, no território e na sociedade, de acordo com Santos (1994), vai ter como desfecho uma nova urbanização brasileira. Isso porque vai se construindo bases de uma verdadeira fluidez do território permitindo que os fatores de produção, o trabalho, os produtos, as mercadorias, o capital, passem a ter uma grande mobilidade. Por isso, enquanto o País melhora sua fluidez e conhece uma expansão como bens de consumo local, ou outros bens que tenham apenas valor de uso, transformam-se em valores de troca (mercadoria).

Esse fato reforça a intensificação das relações entre o campo e a cidade a partir da dependência do campo às atividades da cidade, à medida que o meio rural vai absorvendo inovações tecnológicas de produção, ofertadas e distribuídas pelos centros urbanos por meio da rede de serviços e infraestruturas, como os meios de transporte e a comunicação (SANTOS, 1994).

Dessa forma, à medida que o campo se moderniza, requerendo máquinas, implementos, componentes, insumos materiais e intelectuais indispensáveis à produção, ao crédito, à administração pública e privada, o mecanismo territorial da oferta e da demanda de bens e serviços tende a ser substancialmente diferente da face anterior. Além disso, com a modernização agrícola, o consumo produtivo tende a se expandir e a representar uma parcela importante das trocas entre os lugares da produção agrícola e as localidades urbanas (SANTOS, 1994).

Tanto o campo passa a ter novas necessidades para continuar desenvolvendo suas atividades modernas, ficando dependente das atividades urbanas, como rede de serviços e infraestruturas especializados; quanto a cidade passa a se beneficiar e depender economicamente desta nova realidade do campo, a partir da dinamização de suas atividades, especialmente a agroindustrial e a de serviços.

Dessa forma, o rural e o urbano vão assumindo novos contornos sociais, culturais, políticos e econômicos, mas, também, semânticos, de forma que, não poderão mais ser lidos como o eram anteriormente.

Assim, poderemos retomar as duas questões da análise de Milton Santos (1994) expostas no início desse capítulo. Em primeiro lugar, à consideração que ele faz sobre as transformações da sociedade, que tenderia a diluir a distinção entre urbano e rural e substituí-la pela distinção entre regiões agrícolas e regiões urbanas, quando ele diz:

“Graças à evolução contemporânea da economia e da sociedade e como resultado do recente movimento de urbanização e expansão capitalista no campo, podemos admitir, de modo geral, que o território brasileiro se encontra, hoje, grosseiramente repartido em dois grandes subtipos que agora vamos denominar de *espaços agrícolas* e *espaços urbanos*. Utilizando, com um novo sentido, a expressão *região*, diremos que o espaço total brasileiro é atualmente preenchido por *regiões agrícolas* e *regiões urbanas*. Simplesmente, não mais se trataria de “regiões rurais” e de “cidades”. Hoje, as regiões agrícolas (e não rurais) contêm cidades; as regiões urbanas contêm atividades rurais” (SANTOS, 1994, p.65, grifo do autor).

Segundo, pelo fato, dele propor uma análise das transformações das pequenas cidades.

“As cidades locais mudam de conteúdo. Antes, eram as cidades dos notáveis, hoje se transformam em cidades econômicas. A cidade dos notáveis, onde as personalidades notáveis eram o padre, o tabelião, a professora primária, o juiz, o promotor, o telegrafista, cede lugar à cidade econômica, onde são imprescindíveis o agrônomo (que antes vivia nas capitais), o veterinário, o bancário, o piloto agrícola, o especialista em adubos, o responsável pelos comércios especializados” (SANTOS, 1994, p.51).

Nesse novo quadro, “*a cidade torna-se o lócus da regulação do que se faz no campo (...) tudo isso faz com que a cidade local deixe de ser a cidade no campo e se transforme na cidade do campo*” (SANTOS, 1994, p.52).

A partir desta nova realidade, a integração do meio rural com outras atividades de origem e predominância urbana, permeadas por trocas e fluxos de mercadorias, pessoas, capital e informação se tornam mais intensas, criando novas relações entre campo-cidade que antes quase não existiam. Antes agrícola, agora o

campo passa a ser, também, cenário para o desenvolvimento de outras atividades, absorvendo demandas que vão além da produção de alimentos. Como exemplo, teríamos as atividades relacionadas a novos tipos de ocupação não-agrícolas, como o turismo, o lazer e a segunda residência, além da presença da pluriatividade no campo que mescla atividades agrícolas e não-agrícolas no espaço rural.

Na concepção de Carneiro (1997), esse fenômeno – a pluriatividade –, ainda que antigo, adquire novas dimensões no campo brasileiro, chamando a nossa atenção para a possibilidade de novas formas de organizações da produção se desenvolver no campo ou de antigas práticas assumirem novos significados. Já Wanderley (2001), acredita que a pluriatividade seria uma estratégia da família, com a finalidade de assegurar a reprodução desta e sua permanência como ponto de referência central e de convergência para todos os membros da família. Nesse sentido, a busca de atividades não-agrícolas contribuiria para a permanência das famílias rurais no campo e pode ser compreendida como uma manifestação de resistência ao movimento de unificação urbano/rural pela lógica capitalista homogeneizadora realizada pelas famílias que tentam manter ou reconstruir suas identidades.

Para Graziano da Silva (1996), o crescimento das atividades não-agrícolas seria uma decorrência da ampliação do mercado de trabalho urbano para as áreas rurais, sobretudo as mais próximas das grandes cidades.

Cabe ressaltar, ainda, os “novos tipos de ocupações”, estimuladas pela exploração do turismo e pela transformação de espaços rurais em áreas de lazer, que segundo Carneiro (2012) encontram-se, aí, as principais alternativas de trabalho para os jovens filhos de agricultores, que perpassam pelas atividades como jardineiros, pedreiros, empregadas domésticas entre outras. Lembrando com base em Carneiro (1997) que a procura crescente de formas de lazer e até mesmo de meios alternativos de vida no campo, por pessoas vindas das cidades, se iniciou de forma tímida no Brasil na década de 1970, ganhando uma maior expressividade nos anos 1990.

No contexto que se apresentou, a visão que se tem entre campo e cidade, perpassa diretamente pelos processos de urbanização, significando dizer que a maneira como o campo se modernizou guiado pelo processo de industrialização elimina gradativamente esta separação, entre campo-cidade, articulando esses espaços.

Assim, concordamos com Sposito (2001 apud Bernardelli, 2010, p.234) quando afirma que, “*a modernização foi responsável por maior articulação entre cidade e campo*”. Isso em função dos avanços técnicos que permitiram a ampliação da acessibilidade levando as pequenas cidades a perderem a centralidade que representavam no passado. Assim como, as novas facilidades engendradas com o desenvolvimento dos meios de transporte, complementadas pelas novas formas de comunicação e circulação imateriais, especialmente de informações, que atingem esses espaços.

Por isso, tanto o processo de urbanização quanto o processo de industrialização e modernização, que estão vinculados, devem ser entendidos como sendo mais amplos que a produção de cidades e do que a implantação de indústrias. Estes processos representam a introdução de uma lógica social, um novo modo de vida, que inovam a maneira de produção e apropriação do espaço, e incluem a implantação de meios de consumo coletivos, de infraestruturas e de culturas para se concretizarem.

Seguindo essa linha de raciocínio, a invasão do urbano ao rural, ao mesmo tempo em que possibilita mudanças culturais no campo, influenciadas pelo modo de vida das cidades, sujeitará, também, o urbano a um misto de tradições e culturas trazidas do rural. Esses espaços sociais rurais e urbanos apresentam em vez de uma homogeneidade nos modos de vida, diferenças significativas, o que reflete diretamente sobre identidades sociais, tanto rurais quanto urbanas.

Neste contexto, passaremos a perceber que esses espaços (campo e cidade) não são estáticos, e que o acesso a bens e serviços materiais e culturais advindos em decorrência desses processos até aqui estudados refletem diretamente no estilo de vida das pessoas, em suas condições materiais de vida, tal como em seu padrão de moradia, nos seus hábitos de consumo, bem como nas suas formas e possibilidades de lazer (RAMBAUD, 1973).

A partir dessas considerações, no próximo capítulo, buscamos analisar as influências desse processo de urbanização sobre os modos de vida das pessoas que vivem no campo, especificamente, no que se refere aos modos de morar e em relação aos hábitos de consumo, uma vez que, que estas pessoas se encontram imbuídas por uma lógica em que a rapidez dos acontecimentos determina o ritmo de seu modo de

vida, sendo o trabalho, lazer, consumo, formas de morar cadenciados pelo compasso da lógica do capital de maneira mais efetiva.

## CAPÍTULO 4

### OS REFLEXOS DA URBANIZAÇÃO DO CAMPO NOS MODOS DE MORADIA E CONSUMO

A urbanização por ser um fenômeno demográfico e social, é caracterizada como uma manifestação das relações econômicas e dos modos de vida, vigentes numa comunidade em dado momento histórico. De acordo com Sposito (2010), mesmo tendo a urbanização iniciado há mais de 5.500 anos, ainda não se havia experimentado uma amplitude de ritmos de crescimento do número de cidades, de seus tamanhos e da proporção de pessoas que vivem em espaços urbanos, relativamente aos habitantes dos espaços rurais. Esses processos, de certa forma, suscitam desafios à sociedade que experimenta novas formas de *habitat* e de vida.

Para uma melhor compreensão desses processos e suas influências nos modos de vida, nos hábitos e costumes da sociedade, nosso objetivo nesse capítulo, consideramos essencial a referência ao passado, buscando traços da constituição da sociedade brasileira, uma vez que ela fornece subsídios para compreensão da formação de um modo de produção urbano-industrial capitalista que esteve atrelado ao enfraquecimento da economia colonial e à emergência de uma economia de mercado.

#### **4.1 Breve histórico das formas de morar e dos hábitos de consumo durante o período colonial**

Como vimos no capítulo anterior, no Brasil, o processo de urbanização iniciou-se na década de 1950, ganhando intensidade nas décadas de 1960 e 1970, período em que a urbanização ganhou novo conteúdo e nova dinâmica, devido à industrialização e ao processo de modernização das atividades agrárias, mas se desenvolvendo mesmo no século XVIII e XIX, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, quando a integração do território se tornou viável introduzindo uma nova lógica social tanto no campo como nas cidades.

Silva (2007) comenta que o Brasil, antes um país predominantemente agrário, transformou-se em um país virtualmente urbanizado. Para ele, o fenômeno da urbanização é consequência de fatores antigos, pois, com a crise do sistema colonial houve uma mudança na economia que favoreceu o mercado urbano, a partir da transferência para a cidade de fluxos enormes da mão-de-obra utilizada no campo.

Em sua obra “*Casa-grande & Senzala*”, Freyre (1973) analisa os elementos centrais que serviram de alicerce para a sociedade brasileira e para a formação da nossa cultura. Segundo o autor, no Brasil Colônia, nossa base econômica se constituiu a partir de um sistema de produção monocultora com base na mão-de-obra escrava; cujas condições de vida se deram intrincadas pela estabilidade do regime patriarcal da família. Essa organização contribuiu para a inexistência da noção de indivíduo.

“A família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVI o grande fator colonizador no Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala as fazendas, compra escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América” (FREYRE, 1973, p.25).

Alguns elementos trazidos por Freyre (2004) acerca dos modos de vida do período colonial são reveladores do peso da estrutura agindo sobre as pessoas, bem como a existência da lógica do privado e não a do público. Nesse sistema, o patriarca detinha o controle sobre os escravos, os familiares, os filhos e seus descendentes, a mulher, entre outros elementos que se abrigavam em sua propriedade rural e o peso social e simbólico da família eram muito evidentes.

Na organização espacial dessa estrutura, a casa compunha o espaço das multifuncionalidades, como unidade de produção e consumo — uma verdadeira indústria doméstica<sup>18</sup> — devido ao isolamento que existia entre as habitações. Era também como Gilberto Freyre demonstrou em sua obra, local onde se podia penetrar e ser penetrado pelas estruturas que ela mesma inventava. Ou seja, a casa-grande, juntamente com a senzala, representavam tanto um sistema econômico, social e

---

<sup>18</sup> Local onde escravos e senhores se envolviam no dia-a-dia numa série de atividades que visavam à alimentação, ao vestir, à construção e fabricação de equipamentos e utensílios de uso diário.

político, quanto cultural da época. Sua autonomia se dava em termos de que nessa estrutura se abrigava toda a base sobre a qual se alicerçava o sistema agrário: na monocultura latifundiária baseada no trabalho escravo; no poder político que estava centrado nas mãos do patriarca, no sistema religioso baseado na religião católica; na vida de família baseada no patriarcalismo polígamo; na indústria doméstica cuja produção se dava a partir do trabalho das mulheres e dos escravos para a produção dos itens alimentícios (farinha que precisava ser lavada, espremida e cozida antes de se transformar nos bolos e pães, o milho que necessitava ser pilado ou moído), de vestuário, de saneamento e de combustível; no sistema de transporte, baseado no carro de boi, a rede, o cavalo, entre outros elementos. Foi ainda o local de produção agrícola, local de diversão, banco, cemitério, hotel, escola, igreja, hospital, partido político, casa comercial, hospício, e o que mais se queira, que tinha como propósito atender toda a população que ali residisse. De acordo com Freyre (2004, p.17), era como um “*campo do qual se irradiam modelos de comportamento, comandos, símbolos e, sobretudo, relações sociais*”.

No contexto apresentado pelo autor, a casa era, portanto, reveladora das formas de sociabilidades e das relações de poder e hierarquia que estavam postas naquele momento do Brasil - Colônia, no contexto de uma sociedade que ainda não se institucionalizara. Pois o Estado não se fazia presente, sendo a família patriarcal a instituição monopolizadora que vigorava no momento.

No seu estudo “*Famílias e Vida Doméstica*”, Algranti (1997) analisa o sentido da vida privada nas primeiras décadas do século XVI para aqueles que “*moravam a quilômetros de distância uns dos outros, afastados do que poderíamos considerar uma vida efetivamente pública, num território pouquíssimo povoado, cercado de índios e escravos que poderiam ser hostis (...)*” (ALGRANTI, 1997, p.88).

Nessa perspectiva, o domicílio, enquanto espaço de intimidade, é tomado como elemento revelador da vida doméstica no Brasil Colônia, mais do que a própria família. A partir da moradia e das atividades desenvolvidas no seu interior, Algranti (1997) nos aproxima das formas de convívio e sociabilidade na Colônia. Nesse percurso, alguns elementos são relacionados pela autora como tendo trazido marcas à formação da sociedade brasileira e aos modos de vida dos seus habitantes e, por sua

vez, influenciado na organização familiar e na vida doméstica no Brasil. O primeiro deles estava relacionado com a distância da Metrópole, que trazia o isolamento das moradias rurais em relação aos centros urbanos que, como consequência, repercutiria em transformações dos modos de vida desses habitantes. Além disso, a falta de mulheres brancas fazia com que os colonos unissem em mancebias com as índias, mas sendo com as brancas do Reino que se casavam para estabelecer a descendência legítima e ampliar o patrimônio familiar; a presença da escravidão negra e indígena fez com que se desenvolvesse a indústria doméstica, uma vez que os colonos tinham necessidade de mão-de-obra; a expansão do território, assim como a precariedade de recursos e de produtos com os quais os colonos estavam acostumados no seu dia-a-dia foram outros elementos que também contribuíram para essas transformações nos modos de vida familiar na Colônia. São esses elementos que vão influenciar nas práticas e costumes constituídos no Reino em relação à constituição das famílias, nos padrões de moradia, alimentação e hábitos domésticos.

Ao caracterizar os domicílios nas primeiras décadas do século XVI Algranti (1997) os descreve como distantes um dos outros, de diversos tipos, habitados por indivíduos de origens diferentes num território pouco povoado, privados de uma vida pública e que se diferenciariam, em muito, dos domicílios do século XIX, na época em que D. João VI veio para o Brasil.

A autora descreve que nas vilas e cidades, nos três primeiros séculos da colonização, o aspecto das moradas apresentava-se simples e pobre, uma vez que era povoada por pessoas com poucos recursos, havendo assim, certa homogeneidade nas construções urbanas. Essas foram caracterizadas como sendo de tamanhos reduzidos, de apenas um andar, nas quais predominavam os materiais disponíveis na região, como barro, madeira ou pedras.

Em termos das condições de habitação no meio rural podemos perceber que elas guardam uma estreita relação com o desenvolvimento das cidades. Sobre esse aspecto Freyre (2004) comenta que nos primeiros tempos, as coberturas de capim ou sapé pareciam ter sido utilizadas de uma forma geral, independente dos contextos de classe social. A cobertura de sapé das primeiras casas-grandes e dos primeiros sobrados levou-o a identificar as edificações dessa primeira fase como sendo “um pouco mucambos”. Segundo ele, a habitação da pequena burguesia, formada por

artífices ou pequenos negociantes europeus recém chegados ao Brasil eram caracterizadas como:

“(...) geralmente de acanhadas dimensões, baixas, edificadas ao nível do solo, e munidas de um pequeno número de janelas, às vezes destituídas de assoalhos e por cobertura a telha, diferentemente das casas que eram de barro, cujo chão era de terra, úmida, preta e pegajenta; cobertas de folha-de-zinco e agravada pela aglomeração de indivíduos” (FREYRE, 2004, p.298).

Com o passar do tempo, notava-se que as pessoas mais abonadas foram se diferenciando das casas dos pobres pelo tipo menos vegetal de casa. A nobreza da casa estava mais nos elementos duradouros de sua composição: pedra e cal, adobe, telha, madeira de lei, grade de ferro, assim como na elevação do edifício, como o sobrado, na sua vastidão – casa-grande.

O povoamento e a colonização trouxeram transformações: novos costumes trazidos pelos imigrantes; maior conforto e novos significados à intimidade. Cronistas e viajantes percorrendo o Brasil entre os séculos XVI e XIX também deixaram suas impressões escritas sobre a forma de morar dos colonos, tanto no mundo rural como no urbano. As diferenças se refletiam pela diversidade dos materiais utilizados na construção, pelas formas arquitetônicas, divisão interna, na forma de morar dos mais humildes e dos privilegiados (ALGRANTI, 1997).

Contudo, cabe destacar que no campo ou na cidade, nas casas dos ricos ou dos pobres, a morada colonial não se restringiu às áreas edificadas, ou à construção principal, conforme descreveu Algranti (1997). Quintais, jardins, pomares e hortas, além de anexos (casas de farinha, monjolo, moenda), estes cobertos de telhas ou palha, eram geralmente circundados por muros baixos que delimitavam o espaço doméstico. Além do mais, essas áreas eram destinadas ao convívio, ao cuidado dos animais, onde se criavam aves e porcos, e neles se instalavam galinheiros e currais; assim como, à indústria doméstica, que forneciam produtos para a subsistência, já que eram por meio das hortas e pomares que vinham os alimentos básicos para a mesa dos colonos.

A partir dos fins do século XVIII, com a decadência do patriarcado rural e com a chegada de D. João VI em 1808, com a mineração, o país começa a vivenciar

o início do processo de urbanização, e mudanças na estrutura antes existente passam a se evidenciar. Para Gilberto Freyre:

“(…) a simples presença de um monarca em terra tão republicanizada como o Brasil, (…) nas suas tendências para as autonomias regionais e até feudais, veio modificar a fisionomia da sociedade colonial; alterá-la nos seus traços mais característicos. Uma série de influências sociais – principalmente econômicas – algumas anteriores à chegada do príncipe, mas que só depois dela se definiram ou tomaram cor, começaram a alterar a estrutura da colônia no sentido de maior prestígio do poder real. Mas não só do poder real (...); também das cidades e das indústrias ou atividades urbanas” (FREYRE, 2004, p.106).

Dessa forma, todo o cenário social começou a se alterar. As acomodações produzidas pela casa-grande já não eram as mesmas, desenvolvendo novas relações de subordinação entre o rico e o pobre, entre a casa grande e a casa pequena. A casa foi aos poucos sendo desprestigiada pela rua e diminuída pela matriz, pela fábrica, pelo colégio, pelo laboratório, pelo banco, entre outros. Os mucambos cresciam ao lado dos sobrados, as ruas ganhavam um novo prestígio no sistema de relações sociais, com seus “momentos de confraternização” urbanos, simbolizados pelos carnavais, festas de igreja, procissões. O absolutismo do sistema patriarcal das casas assobradadas que faziam das ruas durante o dia o escoadouro das águas servidas dos sobrados, picadeiro de lenha, atirando para o meio da rua bicho morto, resto de alimentos, foram restritos pelas posturas municipais. As câmaras foram também proibindo as negras dos mucambos de lavarem roupas nas bicas dentro da cidade. Os construtores e proprietários de prédios urbanos se viram obrigados a levantar seus sobrados com alinhamento regular. Ocorreria o início da iluminação pública, onde as ruas foram deixando de ser o corredor escuro que os particulares atravessavam somente com a presença do escravo.

Tratava-se, dessa forma, de um período em que a desintegração do sistema patriarcal era notória, acentuando-se em D. João VI o desprestígio da aristocracia rural. Segundo Freyre (2004, p.126), “*foi um período de diferenciação profunda*” onde o patriarcalismo se urbanizou, visto que, “*Mauá e os ingleses modernizaram a técnica de transporte. Os serviços urbanos se aperfeiçoaram e com eles – iluminação, calçamento, e, por fim, saneamento – os estilos de vida nas cidades*”. Portanto, eram as fábricas que iam surgindo dentro das cidades fabricando o sabão

que anteriormente só fabricavam em casa, nos engenhos, de forma lenta e patriarcal; pessoas vindas de outros países e ofícios diversos, dentre eles, marceneiros, cabeleireiros, ferreiros, fundições, modistas, estabeleciam oficinas, fundições e lojas; meninos educando-se em colégios e em academias, e não apenas em casa com o padre. Tudo isso se apresentava como indícios da desintegração do sistema patriarcal (FREYRE, 2004).

Maricato (1997) em seu livro “*Habitação e Cidade*” apontou de forma sucinta as mudanças ocorridas no século XIX sobre a vida da colônia, que prepararam a urbanização. Em especial essa autora enfatizou as mudanças ocorridas na cidade do Rio de Janeiro após o desembarque, em 1808, de D. João VI. A começar pela abertura dos portos, que trouxe o fim das restrições que visavam proteger as mercadorias aqui trazidas por Portugal. A produção industrial que foi liberada, rompendo-se o estatuto colonial. Houve o desenvolvimento de atividades produtivas, como a metalurgia e a mineração. A ciência moderna chegou ao Brasil e o ensino superior, antes proibido foi instituído. Criaram-se escolas de Medicina na Bahia e no Rio de Janeiro, academias de Direito em Olinda e São Paulo. A engenharia ganhou destaque devido à mudança da colônia e às grandes conquistas tecnológicas, como máquina a vapor, de tear, ferrovia, etc. A imprensa nacional, que antes era proibida, foi criada. Fundaram-se as Academias Militar e da Marinha e inaugurou-se o Banco do Brasil. Foram inaugurados teatro, biblioteca, academias literárias. Houve o desenvolvimento das artes, entre outros elementos. Enfim, segundo Maricato (1997), a população carioca passou de 50 mil para 100 mil habitantes, verificando, portanto, que a cidade ganhou mais vida e se diversificou. Além disso, a ampliação do consumo para a manutenção da realeza não foi acompanhada do aumento proporcional da produção. A combinação da crescente inflação com o endividamento externo iria acompanhar a história do país a partir de então.

Outro aspecto interessante que foi expressão dessas transformações refere-se à **arquitetura**. Freyre (2004) descreve a arquitetura dos sobrados nos diferentes séculos e pontos do país: sobrados de dois e três andares, fachadas de cantaria, sacadas largas, paredes grossas, tetos de telha. Casas construídas de pedras à maneira espanhola ou portuguesa, com balcões diante dos postigos das janelas, que eram cercadas de grades, e ainda apontava os jardins entre as casas. Já no século XIX o

interior dos sobrados é descrito pela evidência da sala de visita, geralmente, pintada com cores vistosas, pela presença da varanda, das alcovas, da cozinha e do estábulo. O material de construção era granito ou o tijolo. As janelas já eram de vidro substituindo as gelosias (elemento que por tempos caracterizou o confinamento feminino).

Pelas descrições de Freyre (2004), pode-se afirmar que a situação social dos moradores se distinguia pelo tipo de material utilizado na construção da casa, que variava de pedra e cal à palha, e que representava a situação social dos moradores. A partir dessa distinção, decorrente da diversificação da economia e do crescimento urbano, pôde-se perceber que as casas-grandes se urbanizavam em sobrados e vivendas mais requintados com um toque europeu.

**O reequacionamento dos espaços** também evidencia essas transformações. Os próprios espaços foram reequacionados no interior das casas, demonstrando sinais de uma vida íntima em ascensão, apontando elementos capazes de transparecer os modos de vida das pessoas e das famílias, já que antes o reduzido número de cômodos não deixava dúvidas sobre a superposição de funções e atividades que neles se desenvolviam, além da falta de privacidade. A cozinha, por exemplo, era um ambiente que mostrou o reequacionamento do espaço no interior da casa, onde esta passou a integrar o corpo da casa, após terem sido erguidas em seu exterior. Essa opção arquitetônica pode ser entendida como uma forma de divisão dos espaços entre senhores e seus escravos, que foi se transformando com o passar dos séculos à medida que as refeições se tornavam momentos mais importantes de reunião familiar e a privacidade da localização da cozinha no interior das residências tornava-se evidente (ALGRANTI, 1997).

A capela era outro exemplo desse reequacionamento dos espaços, uma vez que ela foi sendo substituída por oratórios, colocados em nichos nas paredes ou nos quartos para uso individual. O mesmo sucede com a lavagem das roupas e da louça. Já que, as residências não dispunham de água encanada e seu abastecimento era algo fundamental. Essas atividades ligadas à limpeza eram efetuadas nas áreas de serviço situadas fora das casas, ou à beira dos rios, preservando-se o ambiente interno. Somente quando a água encanada finalmente se fez presente para o conforto dos

moradores, o hábito se manteve, com a instalação dos tanques nas dependências externas da casa (ALGRANTI, 1997).

Da mesma forma que a arquitetura das habitações e o reequacionamento dos espaços, os **equipamentos** das moradias, com seus móveis, utensílios e adornos também são instrumentos que possibilitam conhecer os modos de vida das pessoas e as relações que vão sendo estabelecidas entre o campo e a cidade. Uma vez que, com o passar dos anos, alguns equipamentos foram sendo substituídos, outros desapareceram totalmente ou mudaram de função.

Nos séculos XVI a XVIII e início do XIX a precariedade do mobiliário e dos ambientes domésticos comuns a toda colônia era recorrente, sendo estes compostos de poucas cadeiras, uma ou duas mesas com seus bancos, além de algumas caixas e baús (ALGRANTI, 1997).

Esta falta era justificada nos primeiros tempos, conforme relata Algranti (1997), pela carência de recursos financeiros e ausência de artesãos competentes. Entretanto, a falta de conforto doméstico que permanecia, nos séculos seguintes, mesmo quando chegavam ao Brasil oficiais mecânicos de todos os tipos, talvez esteja ligada ao próprio modo de vida dos colonos, que assumia muitas vezes um caráter passageiro, típico nas colônias, na medida em que não havia a intenção de fixar residência. Além do mais, o primitivismo da maioria dos lares coloniais se justificava pelo trabalho árduo para a sobrevivência, que não deixava muito tempo livre para se pensar em requintes na moradia.

Todavia, os utensílios que antes eram produzidos em casa, com o tempo foram se aperfeiçoando. O ralador que antes era de pedrinhas, foi substituído pelos raladores de cascas de concha e depois pelos de ferro. Panelas de barro foram sendo substituídas pelos alguidares de ferro e cobre, ou com os fogões rudimentares construídos com simples pedras postas no chão, ou com trempe, que foram se transformando até chegar ao fogão de barro, de taipa de pilão e depois de tijolos. O pilão de madeira aperfeiçoou-se, transformando-se nos vários tipos de monjolos, principalmente para tratamento do arroz. Os moinhos foram adaptados ao beneficiamento do milho. Tem-se, ainda, que ao invés de camas havia redes de dormir, que predominaram até o século XVIII.

No século XIX surgiam as marquesas, as secretarias, escrivainhas, e toucadores. Para as famílias remediadas, tal carência começou a ser suprida, com a chegada aos portos de Recife, Bahia e Rio de Janeiro de mobílias mais elaboradas e outras espécies de tabuados. Foi onde os tapetes grosseiros foram substituídos por assoalhos ou tapetes mais sofisticados. As paredes antes nuas ou decoradas com quadros religiosos e crucifixos receberam quadros com cenas paisagísticas. Cortinas mais ricas, lustres e armários passaram a ser utilizados, pois antes o comum era guardar roupas e papéis em caixas, baús ou canastras, colocados sobre estrados acima do chão para prevenir a umidade e roedores.

Neste contexto, Algranti (1997) já comentava que foi por volta dos meados do século XVIII, quando a colonização se estabeleceu definitivamente, que a composição da morada colonial, no que tange aos seus exteriores como aos seus interiores, começou a apresentar indícios de mudanças.

#### **4.1.1 Formas de sociabilidades e costumes domésticos**

Tendo o mesmo ocorrido com as formas de sociabilidade e os costumes domésticos. Durante os primeiros séculos de colonização, o espaço de sociabilidade, para a maior parte da população se encontrava fora das paredes do domicílio, fosse ele a rua ou a igreja, uma vez que os grandes momentos de integração social eram as festas religiosas comemoradas com procissões e missas. Segundo Algranti (1997):

“a timidez das construções humildes, o desconforto dos interiores e o trabalho cotidiano dos menos favorecidos levava-os com maior frequência para o mundo exterior, fosse o campo ou a cidade. O lazer doméstico, longe de ser cultuado, fazia dos lares o local quase exclusivamente de repouso para grande parte da população” (ALGRANTI, 1997, p.114).

Dessa forma, a cidade e suas dependências se tornavam arena para as formas de sociabilidades, visto que as grandes distâncias que separavam os moradores, as dificuldades de transporte, os poucos recursos dos habitantes e até a luta pela sobrevivência dificultavam os encontros e a convivência dos colonos, uma vez que se levantava com o nascer do sol, descansava-se quando ele estava a pino e dormia-se quando ele se punha (ALGRANTI, 1997).

Sendo assim, a mesma autora comenta que, a sociabilidade doméstica ficava restrita, também, a alguns jogos (baralho, xadrez), reuniões e às visitas. Sendo esta última prática de visitar os amigos, comum desde os primeiros séculos da colonização. Entretanto, no campo, os já mencionados problemas de locomoção e, nas cidades, a proximidade excessiva das casas faziam das visitas sem cerimônia uma prática corriqueira.

Entretanto, foi durante o século XVIII e início do século XIX, nos centros urbanos mais desenvolvidos, que mudanças significativas ocorreram. As mulheres passaram a conversar com os homens ou em pequenas rodas entre si, frequentavam teatro, ópera, e participavam da vida social ativamente, representando os sinais da modernidade importada. Além disso, as transformações no sistema de iluminação foram responsáveis por mudanças nas práticas sociais, permitindo os serões noturnos e reuniões sociais. Mas, isso apenas com a introdução dos candeeiros de querosene, pois antes o que se tinha eram as velas de sebo, que por economia, apagavam-se cedo e impediam uma convivência maior entre os membros da família (ALGRANTI, 1997).

No que se refere aos **costumes domésticos**, verificou-se que não era apenas a natureza desconhecida que se impunha normas de morar. Como vimos anteriormente, a distância da Metrópole, elemento apontado por Algranti (1997) como influenciador na organização familiar e na vida doméstica no Brasil, era vencida pelas embarcações, que ditou modas e hábitos de todo tipo. No entanto, o atraso das frotas e o abastecimento precário pela falta de alimentos e utensílios domésticos, equipamentos de trabalho fizeram parte do dia-a-dia dos colonos durante vários séculos. Daí, a necessidade de se aprender com os gentios da terra a se proteger do clima e dos animais, a preparar alimentos disponíveis, a fabricar utensílios e a explorar metais (ALGRANTI, 1997).

Em relação à **mulher**, Freyre (2004) explana que, no geral, era característico do regime patriarcal o homem fazer da mulher uma criatura diferente dele, onde os binarismos entre os sexos se constituíam, sendo o homem considerado o sexo forte e o nobre, ao contrário da mulher, sendo o sexo fraco e o belo, ainda que seja uma beleza meio mórbida.

Cabe destacar que a mulher desempenhou em todas as civilizações o papel de provedora de alimentos da família e de responsável pela organização doméstica. Nos primeiros tempos da colonização, em virtude da falta de mulheres brancas, as índias assumiram seu lugar, ensinando a socar o milho, a preparar a mandioca, a fazer redes, moldar o barro. Sendo assim, no espaço do domicílio, e no que toca o costume doméstico, a figura feminina ganhou destaque. Era, todavia, a cargo delas que ficava o asseio e a limpeza da casa, a preparação dos alimentos, de doces, o comando das escravas e dos índios domésticos, além da grande parte da indústria caseira. Afinal, toda a sua educação era voltada para o casamento, para as atividades que deveriam desempenhar enquanto mães e esposas. Além do desenvolvimento de trabalhos manuais, que cabiam a elas, onde bordavam ricamente a roupa de cama e de mesa da casa, assim com fabricavam almofadas e travesseiros. No final do século XVIII e início do século XIX, nas casas ricas de Minas Gerais, os colchões eram de algodão e os lençóis de linho muito fino, resultado das habilidades femininas, que também transpareciam nos arranjos de flores artificiais e no delicado trabalho de fazer renda (ALGRANTI, 1997).

Já em relação aos **hábitos de consumo**, Algranti (1997) apontou aspectos referentes aos alimentos, objetos e adornos. Quanto ao primeiro, a autora esclarece que o alimento principal da dieta dos colonos foi durante muitos séculos a farinha de mandioca, preparadas em formas de bolos, angus, sopas. Os objetos de uso caseiro e pessoal (espelhos, tinteiros, cofres, crucifixos, santinhos), indicavam hábitos e necessidades dos colonos, que serviam de complemento e enfeitavam o ambiente doméstico. Cabe destacar que quanto às imagens e oratórios muitas vezes eram adornados e tinham vasos de flores em homenagem aos santos de sua devoção.

Quanto ao **trabalho e lazer**, estes se confundiam no ambiente doméstico, pois as pessoas podiam passar horas juntas, cada uma em sua atividade, que nem sempre se estabelecia uma divisão nítida entre elas. O dia-a-dia passava devagar, envolvendo cada um com seus afazeres, pois o trabalho era infundável. Trabalho este que assumia a característica de não-trabalho, uma vez que fazia referência às ocupações domésticas, em especial as das mulheres, assim como as dos homens que poderiam ser feitas a qualquer hora. Cabe mencionar, que enquanto os senhores administravam seus negócios e cuidavam do funcionamento da casa, dedicavam-se a

outras atividades, algumas delas manuais. As atividades domésticas de homens e mulheres, porém, não se resumiam à cozinha e sua dependência. A fiação do algodão e sua tecelagem, que visavam à confecção de roupas brancas masculinas e femininas e às vestimentas dos serviçais, consumiam parte do tempo dedicado ao trabalho doméstico. Por outro lado, parte dos utensílios da cozinha era produzido em casa, além de se produzirem redes, vassouras de piaçaba e esteiras. O preparo do sabão e do combustível, por exemplo, também era extremamente importante na economia doméstica. Com o avançar dos séculos, se visualizava uma especialização dos ofícios, sobretudo nos centros urbanos, onde muitos produtos que eram produzidos em casa agora podiam ser adquiridos (ALGRANTI, 1997).

De qualquer forma, o trabalho permeou o cotidiano dos indivíduos e trouxe dinamismo ao interior dos domicílios, fosse ele dirigido para a subsistência e consumo dos moradores, fosse voltado para o mercado. O gosto por morar bem e confortavelmente se expressava em alguns elementos. Sendo um deles referente à decoração e na mobília das casas dos indivíduos mais abastados, já que esta ia sendo equipada com o melhor que havia na época, compostas por mesas de vários tipos para os diversos ambientes, sofás, poltronas, utensílios de mesa luxuosos e de cozinha. Outros elementos estavam expressos na maneira de receber os amigos e hóspedes, nas formas de lazer, na forma de administrar os próprios bens. De forma geral, pode-se dizer que estes são alguns elementos reveladores dos modos de vida das pessoas que já vivenciavam o início de um urbanismo em ascensão.

Em resumo, eram as casas-grandes que se urbanizavam em sobrados mais requintados com um toque europeu; as senzalas que se reduziam de forma a parecer quartos de criados; as moças que namoravam das janelas para a rua; os mucambos que cresciam ao lado dos sobrados; as ruas que ganhavam prestígio, devido ao sistema de relações sociais, as procissões, as festas de igreja, que as pessoas participavam; a possibilidade de importação, de móveis, alimentos, vestuário e outros bens materiais; assim como a presença do Estado, que a partir dos princípios do século XIX, com o intuito de proteger as ruas dos moradores que traziam da casa-grande costumes, posturas, ações e hábitos que desrespeitavam esse espaço, foram sendo proibidos.

## **4.2 Mudanças nas formas de morar e de consumo na atualidade**

Essas discussões nos permitem perceber a relação que vai se estabelecendo entre a cidade e o campo, seja em suas manifestações ancoradas nas formas arquitetônicas das habitações, assim como, nos hábitos de consumo, costumes, formas de trabalho e lazer que foram sendo transformados ao longo dos séculos.

A partir do século XIX, sobretudo, com a transferência da Corte para o Brasil essas mudanças vão se expressar de forma mais significativa. Do período Colonial até hoje, a relação entre campo e cidade ganhou formas distintas com a proximidade do sistema de transporte, de comunicação e pela semelhança que se tem hoje entre os modos de vidas das pessoas que vivem na cidade com as residentes no campo.

Segundo Brandenburg (2010), quando a sociedade se moderniza e impõe seu ritmo e seu padrão de vida ao campo, as condições de vida camponesa se redefinem e a vida social em comunidade se reorganiza, reforçando a relação que se estabelece entre esses espaços.

De acordo com Bagli (2010), as pessoas encontram-se imbuídas por uma lógica em que a rapidez dos acontecimentos determina o ritmo de seu modo de vida. Trabalho, descanso, compras e lazer são cadenciados pelo compasso da lógica do capital de maneira mais efetiva.

Diante disso, percebe-se que há uma racionalidade propagada pela cidade, que se caracteriza pelos modos de viver urbano, que adentra ao campo, seja por meio de elementos de infraestrutura (água, eletricidade) ou bens materiais (produtos eletroeletrônicos, mobiliários), fazendo com que muitas casas tenham semelhanças às casas localizadas nas cidades, como podemos visualizar na Figura 4 (ENDLICH, 2010).

**FIGURA 4** – Casa rural com mobília moderna.



**Fonte:** Resultado da Pesquisa, 2012.

Para Rambaud (1973), a possibilidade de acesso que os rurais têm aos bens de consumo e aos serviços urbanos, introduz no campo uma ética voltada para o consumo, destinado principalmente à compra de bens. Isso vem de encontro à racionalidade, uma vez que a imagem que os rurais perpetram da cidade faz com que eles queiram se modificar, a fim de tornarem-se menos isolados e terem uma postura mais aberta. Contudo, esse autor acredita que não há uma recusa do passado, mas sim uma idéia de continuidade com inovação, uma vez que, poderá utilizar-se do passado, mas com inovações que são necessárias para o presente.

Nesse cenário, é fato que a inserção no mercado de consumo tem construído hábitos comuns entre os rurais e os urbanos. Hábitos estes que são reflexos das relações estabelecidas no cotidiano. Para Bourdieu (2008), o *habitus* é uma qualidade, no sentido pleno do termo, que realiza nossa relação com o mundo, sendo o princípio unificador e gerador de todas as práticas. O gosto, propensão e aptidão para a apropriação, material e/ou simbólica, de determinada classe se encontra na origem do estilo de vida. A possibilidade de adquirir determinados produtos e serviços aproxima realidades que em outro momento eram bem contrastantes. Mercadorias são adquiridas por moradores do campo e da cidade, seja para suprir necessidades, divertir ou simplesmente enfeitar. O próprio consumo tornou-se um hábito comum aos espaços rurais e urbanos, isso em consequência da difusão dos meios de comunicação e o estreitamento das relações entre campo e cidade, que

possibilitou que o mundo da mercadoria invadisse os espaços rurais. Segundo Bagli (2010, p.94), “*a lógica expansiva do modo de produção incorporou os espaços mais distantes via consumo*”.

Sendo assim, esse acesso da população que vive no campo a bens e serviços produzidos na cidade se constitui em um dos mais expressivos retratos da transformação dos modos de vida no campo.

Contudo cabe ressaltar que não é apenas a posse de móveis e adornos que exemplificam essas mudanças. Seria também, o uso de aparatos tecnológicos para a realização de tarefas domésticas que se ampliam a cada dia, tanto nos espaços urbanos, quanto nos rurais, verificando, por exemplo, que pessoas de realidades próximas ou distantes têm a possibilidade de assistir à mesma programação na televisão ou conversar pelo telefone ou internet, graças ao desenvolvimento tecnológico. O emprego de tecnologias, como o uso de adubos, maquinários e defensivos agrícolas tem possibilitado um maior aproveitamento da terra e contribuído para aumentar a produção. Assim como, os avanços da biotecnologia que têm contribuído para criar sementes selecionadas mais resistentes e nutritivas, fazendo chegar aos consumidores produtos de maior qualidade e em maior quantidade (BAGLI, 2010).

Neste cenário, poderemos retomar aquilo que já foi dito por Wanderley (2009) no capítulo 2, onde, segundo ela, o acesso a esses bens e serviços se traduz em termos de *paridade social e econômica* entre habitantes do campo e da cidade. Perspectiva essa compartilhada por Rambaud (1973) que acrescenta ser essa paridade, em parte, o produto, da integração da sociedade rural à economia e sociedade global, mesmo que esta integração não se estabeleça de forma uniforme, já que nem todos os grupos sociais possuem poder aquisitivo para incorporar ao seu cotidiano o uso de tais tecnologias, existindo assim, desigualdades e diferenciação entre os grupos que habitam o campo, conforme apresentado na Figura 5.

Para Rambaud (1973), a diferença entre os grupos sociais que habitam o campo seriam mais importantes e viriam antes mesmo da própria dicotomia campo e cidade.

**FIGURA 5** – Diferenciações e desigualdades entre os grupos que habitam o campo.



Fonte: Resultados da Pesquisa, 2012.

Analisando os processos de mudanças ou reorganização da vida social no campo, a clássica obra “*Os parceiros do Rio Bonito*”, estudo realizado por Antônio Cândido (1964), em Bofete no Estado de São Paulo, apresenta de forma objetiva, as transformações dos “*meios de vida*”<sup>19</sup> em um agrupamento de caipiras, durante os anos de 1948 a 1954 diante do processo de urbanização. Processo esse que se constitui à medida que o camponês se integra à sociedade de mercado e participa das relações comerciais. No geral, a situação estudada pelo autor seria resultado da coexistência dos fatores de persistência, os quais contribuiriam para a continuidade

<sup>19</sup> Segundo Cândido (1964), o termo “*meios de vida*” pressupõe um equilíbrio relativo entre as necessidades de dada sociedade e a sua satisfação por meio de recursos do meio físico. No entanto, as necessidades de uma sociedade não podem ser entendidas apenas pelo seu caráter natural, relativo à existência física dos indivíduos, mas, também, pelo seu caráter social e cultural, ou seja, as necessidades seriam inventadas pelo homem na vida em sociedade e a sua satisfação dependeria dos recursos por eles disponibilizados. A sociedade, portanto, precisaria se organizar a fim de satisfazer determinada necessidade. A essa organização da sociedade para satisfazer as suas necessidades chamar-se-ia “*meios de vida*” ou “*modos de vida*”.

dos *modos tradicionais de vida* e dos *fatores de transformação* que representariam a incorporação de padrões modernos.

Num primeiro momento, o autor procura desvendar a obtenção dos modos de vida social tradicional caipira e como se dá a relação com os recursos da natureza para a sua sobrevivência. Ele recorre a Marx para trabalhar a questão da obtenção dos meios de vida em decorrência das necessidades, da possibilidade do homem se definir em face da natureza. Os meios são tidos também como fator de sociabilidade e o trabalho, como humanização. Segundo o autor, “*todo grupo social pressupõe a obtenção de um equilíbrio relativo entre as suas necessidades e os recursos do meio físico*” (CÂNDIDO, 1964, p. 29).

Para Cândido (1964), a cultura e a sociedade rústica apontavam para o que existia de tradicional no Brasil. Neste sentido, o autor estudando os caipiras paulistas, caracteriza-os por sua vida social do tipo fechada, sem dinamismo e ancorada na economia de subsistência, ligada à agricultura itinerante, onde o que se produzia era para o consumo próprio, sendo a dieta compatível para sua sobrevivência. Visto que nesta sociedade ainda não existia diferenciações de papéis sociais, o Bairro era uma unidade de sociabilidade do caipira, que mantinham os vínculos pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e atividades lúdicas religiosas, além do trabalho coletivo (mutirão). A rusticidade era outro elemento característico da vida social desse caipira, já que conservando elementos condicionados pelas suas origens nômades, as técnicas eram totalmente rudimentares.

A casa era um dos exemplos que confirmava essa rusticidade. Chamada por eles de rancho (pouso), sendo um abrigo de palha, sobre paredes de pau-a-pique ou varas não barreadas levemente pousado no solo. Cabana de palha, algumas infestadas de baratas, choupanas de um andar. Quanto ao chão, este não era pavimentado nem assoalhado, e os compartimentos eram formados de vigas trançadas, revestidas de barro e irregularmente construída.

Com o desenvolvimento do capitalismo, processos de mudanças se colocavam em curso em relação aos padrões tradicionais tidos anteriormente. Sobre essa passagem, Antônio Cândido (1964) analisa que a marcha da urbanização em São Paulo ligada ao progresso industrial e conseqüentemente a abertura de mercados,

teria favorecido a penetração de bens de consumo desconhecidos ou pouco conhecidos na vida da população caipira, criando assim necessidades novas para esse grupo, intensificando as suas relações com a cidade, destruindo a sua autonomia relativa e ligando essa população ao ritmo geral da economia. No entanto, cabe destacar que essa realidade seria complexa e não permitiria ver na influência exercida pela urbanização um processo evolutivo simples e unívoco.

Na verdade, o processo de urbanização, se apresentava ao homem rústico, conforme declarou o autor, propondo ou impondo certos traços de cultura material e imaterial, onde os caipiras paulistas teriam três reações adaptativas em face de tal processo: 1- aceitação dos traços impostos e propostos; 2- aceitação apenas dos traços impostos; 3- rejeição de ambos.

Porém, o que prevalecia eram que os fatores tradicionais exerceriam ação reguladora, não raro envolvendo os outros, combinando-se a eles, integrando-os de certo modo no seu sistema. *“A situação não é de substituição mecânica dos padrões; mas de redefinição dos incentivos tradicionais, por meio do ajustamento dos velhos padrões ao novo contexto social”* (CÂNDIDO, 1964, p.200). O “ajustamento” do caipira aos padrões urbanos se faria conforme o encontro de condições satisfatórias para substituir os seus próprios padrões de vida.

Neste contexto, se antes da chegada do capitalismo, o caipira consumia o que eles próprios produziam em sua própria casa<sup>20</sup>, como, vestuário, utensílios (potes de barro, colheres de pau, gamelas de raiz de figueira, vasilhas de porunga), pólvora, candeeiro para iluminação, moendas para se produzir o açúcar, representando a indústria caseira. Posteriormente a chegada do capitalismo, o que se percebia era que os bens de consumo antes produzidos e processados na unidade familiar, passavam a ser substituídos por mercadorias industriais e obtidos por meio da compra que iam desde as roupas e os utensílios, até alimentos e bugingangas de vários tipos. Isso fortaleceu para que desaparecessem os equipamentos relacionados à indústria doméstica e ocorresse uma maior dependência em relação aos centros urbanos, que

---

<sup>20</sup> Ou seja, a produção familiar se inseria a partir da lógica da produção simples de mercadoria, onde a força de trabalho da família era predominante no grupo doméstico. Segundo Heredia (1979, p. 37) baseada na concepção de Tepicht (1973) e Galeski (1972), grupo doméstico seria “o conjunto de indivíduos que vivem na mesma casa e possuem uma economia doméstica comum”. O grupo doméstico é a unidade de residência e é dentro dele que supõe reprodução da própria força de trabalho, o que significa reprodução da família.

desencadearia como consequência a necessidade da construção de um orçamento, como base da economia doméstica.

Cândido (1964), de forma simples e direta, exemplifica essa transformação citando como exemplo os monjolos d'água que segundo ele:

“Os monjolos d'água são excepcionais, rareiam as prensas e pilões de pé, desapareceu completamente o fabrico de farinha de mandioca e todo o equipamento correspondente, corriqueiro há meio século e, hoje desconhecido pela maioria dos caipiras na área estudada” (CÂNDIDO, 1964, p. 179).

Apesar da referência de Cândido sobre o desaparecimento dos monjolos, pudemos encontrar uma dessas engenhocas (Figura 6) na casa de uma das famílias rurais pesquisadas, mas que conforme observações durante a pesquisa de campo, esse foi um caso isolado, não sendo comum esse tipo de equipamento na região ou nas proximidades.

**FIGURA 6** – Monjolos d'água.



**Fonte:** Resultados da Pesquisa, 2012.

Nesse sentido, percebe-se que tal situação esboçada, provoca uma reorganização da vida familiar e grupal, a fim de enfrentar as necessidades comerciais de compra e venda que constituem novidades, sob os aspectos atuais. Os bens de consumo que antes eram produzidos *in loco*; a troca de bens e serviços; todo o ritmo tradicional de vida, que em suma, condicionavam um comportamento econômico “instintivo”, onde o cálculo era praticamente inexistente; agora impunha um mínimo de racionalidade, pois saía de uma fase onde o dinheiro era quase

inexistente para outra onde este assume vulto cada vez mais poderoso, pelo incremento da compra e venda (CÂNDIDO, 1964).

Rimbaud (1973), já comentava em seu trabalho relacionado às populações residentes no campo, na França, sobre esta racionalidade econômica ligada ao dinheiro, visto que esse produto ganharia cada vez mais importância numa sociedade em processo urbanização, em que as relações produtivas se monetarizavam. Seria com a introdução do dinheiro e a partir do contato com os citadinos que se criariam novas necessidades que antes eram pouco conhecidas, ou mesmo desconhecidas pelos habitantes do campo.

Neste passo, convém assinalar que a atuação da influência urbana introduz novos hábitos, que contribuem para transformar o panorama tecnológico. Ou seja, a incorporação à economia capitalista altera as posições na estrutura tradicional e possibilita as definições de outras, fazendo com que o caipira se desprendesse das técnicas e conhecimentos que faziam parte da sua própria cultura, incorporando-o a uma nova cultura que incluem técnicas e conhecimentos novos. Um exemplo, citado por Cândido (1964), refere-se ao momento em que se instalam máquinas de beneficiar arroz na vila. Isso fez com que os caipiras passassem a depender mais dos recursos desta máquina, e deixassem de lado ainda que não por completo, o esforço requerido para descascar o arroz no pilão, (conforme Figura 7, ilustrativa desse equipamento) que por sinal iam se tornando uma prática insuportável principalmente pelas mulheres, suas principais manipuladoras.

**FIGURA 7 – Pilão.**



**Fonte:** Resultado da Pesquisa, 2012.

Além do mais, essas mudanças se expressavam, também, no aumento das horas de trabalho que levava à queda da indústria e manipulação doméstica e, a necessidade de comprar o que antes se produzia, reorientando os sistemas produtivos.

Outras mudanças se fizeram notar, a partir do momento em que ocorrera um rompimento da estrutura tradicional e o aparecimento de novos incentivos (industrialização, diferenciação agrícola, extensão do crédito, abertura do mercado interno, entre outros) que impunha ao campo um novo ritmo de trabalho, novos hábitos de consumo, individualização do trabalho, racionalização do orçamento, de modo a incorporá-lo progressivamente à esfera da cultura urbana. Isso graças aos recursos modernos de comunicação, ao aumento da densidade demográfica e à generalização das necessidades complementares que foram sendo desenvolvidas durante o processo de urbanização.

Vemos, portanto, que há na tradição cultural do caipira certas técnicas, hábitos, usos, normas, valores, que por formarem um complexo de padrões que podem ser considerados mínimos sociais e vitais, tendem a ser superados à medida que se vão abrindo formas mais satisfatórias de ajustamento social e ecológico.

Cândido (1964) argumenta que o fenômeno da urbanização não deveria ser encarado em si como expressão de uma cultura vivendo fases do seu desenvolvimento, dentro de uma perspectiva evolutiva, mas, antes, como um fenômeno global de aproximação entre a cultura das cidades que vai absorvendo as variedades culturais rústicas, desempenhando, assim, cada vez mais, o papel de cultura dominante, através da imposição de suas técnicas, seus valores e padrões de vida.

Segundo Endlich (2010), a partir do momento em que os investimentos urbanos e o modo de vida urbano vão além das cidades, demonstram que historicamente, o urbano atinge o campo, havendo a preponderância da mentalidade econômica, isto porque na sociedade rural tradicional, não existiria, por exemplo, uma racionalidade econômica com base no cálculo. Por sua vez, a exploração agrícola não teria como objetivo direto o lucro, sendo por meio da monetarização das relações de trabalho e de produção que se introduziria essa lógica voltada para o investimento e para o lucro.

Mais uma vez reforçaríamos a perspectiva de Wanderley (2009), a respeito dos resultados dessa transformação do “rural” que seria a *paridade social e econômica* entre habitantes do campo e da cidade produzida pela crescente facilidade de acesso da população rural, tanto aos bens e serviços modernos, produzidos na cidade, mas agora com um diferencial, que seria com níveis de renda mais próximos aos habitantes da cidade.

Nessas circunstâncias, partindo de uma realidade mais contemporânea, já não se pode mais falar de um campo marcado por um único modo de vida. Nos últimos anos, a sociedade rural de acordo com Rambaud (1973) procura novas formas de trabalho e um novo modo de vida em estreita dependência daquele da cidade. Até a metade do século XX a sociedade rural se dispersava em uma multidão de pequenos *villages* agrícolas tendo cada um suas técnicas, seus costumes e seu dialeto próprio, por não haver uma comunicação entre eles na França. Contexto este permanecido, até o momento em que a rede de estradas começou a se fazer presente interligando campo e cidade, e fazendo com que esta última difundisse “*o poder conquistador*” impondo ao campo seus serviços comerciais ou culturais por meio da imprensa ou do rádio, conforme declarou Rambaud (1973).

Neste sentido, pode-se afirmar que há uma nova condição de vida que consiste em novas necessidades. Trata-se de um novo ajustamento relacionado às situações diversas, que implica gradativamente em um rompimento de vida econômica e social centrada na vida comunitária rural. A vida social no campo se moderniza, os meios de comunicação, como o rádio e mais tarde a TV, atingem os mais distantes locais e novas formas de consumo e de moradia se fazem presente no espaço rural (BRANDEMBURG, 2010).

Para Rambaud (1973), especificamente no que se refere ao consumo, este é um elemento importante de uma sociedade urbana, pelo fato de ser uma forma de integração dos rurais à vida urbana. Segundo esse mesmo autor, o consumo abre uma lógica de individualismo, de satisfação pessoal, trazendo junto com ele não só acesso material, mas também uma forma de enxergar a vida que vai se alterando.

Carneiro (1997), já apresentava nos seus estudos, análises sobre essa integração a partir do consumo e de como as residências evidenciam essa nova condição social, conforme ilustradas nas Figuras 8 e 9, que segundo ela:

“A residência vai, pouco a pouco, se transformando e assumindo características definidas como "urbanas", num processo longo, e talvez interminável, de reformas. Externamente, a antena parabólica e a fachada azulejada com esquadrias de alumínio são as marcas de distinção que sugerem a adoção dos novos padrões. Internamente, o conjunto de estofados, os móveis da sala de jantar e os aparelhos eletrodomésticos complementam a distinção para aqueles que "melhoram de vida” (CARNEIRO, 1997, p.68).

**FIGURA 8** – Antena parabólica. **FIGURA 9** – Fachada azulejada.



**Fonte:** Resultado da Pesquisa, 2012.



**Fonte:** Resultados da Pesquisa, 2012.

Nesta perspectiva, ainda que o campo pareça isolado, pelo menos em aparência, este recebe da cidade imagens e ações atrativas, repulsivas ou simplesmente aceitáveis que têm um papel em sua vida cotidiana para facilitar ou inibir suas decisões e dar aos rurais os quadros de referência para seus comportamentos com relação a eles mesmos (RAMBAUD, 1973).

Portanto, há evidências de novos valores (novos modos de vida que vão se alastrando), de uma sociedade que não está fechada em si mesma, onde os indivíduos independentes de estarem no meio rural ou urbano, sentem necessidade e se apropriam de bens de consumo e dos modos de vida que fazem parte da sociedade urbana, em que campo e cidade estão incluídos, não sendo, portanto, um processo exterior.

Contudo, como comentara Carneiro (1997), mesmo ocorrendo o desenvolvimento da sociedade urbano-industrial, e reconhecendo as transformações que esta sociedade pode acarretar para o campo, este espaço não é obrigatoriamente descaracterizado culturalmente e tradicionalmente. O que poderá ocorrer é uma reelaboração/ajustamento de práticas e códigos culturais, a partir da relação de

alteridade entre os dois espaços que seria a demonstração das possibilidades de interação dos agentes sociais à sociedade e à economia global, rompendo os binarismos.

Dessa forma, a noção de localidade, segundo Carneiro (2012), daria maior substrato para se pensar a interação de agentes sociais com a sociedade global, já que o global não excluiria o local. Enquanto representação, o “rural”, então, poderia ser reelaborado a partir de códigos e valores urbanos, já que as representações não seriam fixas e cristalizadas, mas antes, fruto do momento histórico em que se vive. A “ruralidade” seria fruto, então, de constantes processos de reestruturação da cultura e dos valores.

Diante disso, percebe-se que o processo de “urbanização” enquanto um *modo de vida* tende a se expandir, e como consequência poderá aproximar os indivíduos com os modos de vida rurais e urbanos, a fim de confirmar a integração desses meios que estão inseridos num processo global-local.

Neste sentido, o campo não estará isolado da cidade, haja vista a circulação de pessoas, mercadorias, informações e ideias que as estradas, o comércio, a indústria, as redes de telecomunicação, dentre outras formas de conexão, permitirão essa interação. E mesmo com a sociedade se modernizando e a lógica capitalista ganhando espaço e impondo seu ritmo ao campo, os modos de vida dos rurais poderão se redefinir pela possibilidade dos mesmos elevarem seu status, passando a serem consumidores e a fazerem parte da sociedade urbana.

Nesta perspectiva, é importante observar se esse processo se trata do avanço de um modo de vida sobre outro. Onde reforçaria a ideia de que a urbanização não eliminaria por completo as estruturas anteriores, mas que estas tenderiam a interagir com as estruturas modernas, de modo a constituir determinado tipo de práticas e de comportamentos sociais que não são de todo modernos nem puramente tradicionais.

Conforme a concepção de Rambaud (1973), seria a aculturação no sentido de que o modo de vida rural iria se sobrepondo por outro modelo, mas no qual os rurais, como agentes ativos, seriam capazes de fazerem suas escolhas individuais, apropriando-se de elementos da cultura urbana, segundo sua vontade e necessidade objetiva, mesmo que estes estivessem envolvidos em um quadro de crenças, valores,

hábitos e costumes tradicionais, o que desmistificaria a ideia de “vitimização” dos mesmos como sujeitos inertes num processo de mudança cultural.

Finalizando, a aculturação da sociedade rural à sociedade urbana se realizaria entre grupos de desigual volume e, sobretudo em posição social desigual, sempre um pouco de dominado à dominante e, segundo o caso ou o momento, entre um grupo e os fragmentos da cultura do outro. O clima é então, em um momento de expectativa ou acolhida, em outro momento, de hostilidade e resistência engendrando reações de manutenção agressiva do modo de vida original (RAMBAUD, 1973). Quase sempre os rurais começam por atribuir antigos significados aos elementos novos importados ou adotando valores que devem pouco a pouco modificar as formas passadas. Isto é, se de um lado eles se desprendem das técnicas e conhecimentos que constituíam o seu acervo cultural próprio, por outro ele encontra técnicas e conhecimentos novos que, num universo diferente, compensarão a atrofia da sua cultura, pela sua incorporação a uma cultura nova.

Sendo assim, será com base nesses argumentos expressos anteriormente que nos próximos capítulos 5 e 6 iremos apresentar os dados empíricos coletados durante a pesquisa de campo realizada no município de Araponga, a fim de verificar a ocorrência de uma aproximação socioeconômica das famílias que residem no campo com as famílias residentes na cidade, por meio dos dados censitários. Assim como, apontar, especificamente, no capítulo 6, os reflexos da urbanização do campo evidenciados nos modos de moradia e consumo das famílias que residem na zona rural desse município.

## **CAPÍTULO 5**

### **ANÁLISE DOS MODOS DE VIDA RURAL E URBANO A PARTIR DOS DADOS CENSITÁRIOS**

Como vimos nos capítulos anteriores, nas últimas décadas, o espaço rural passou de ambiente antagônico ao espaço urbano para se tornar uma mescla entre esses dois espaços. Embora muito das características típicas permaneçam, os valores pré-definidos pela sociedade urbana passaram a ser incorporados aos modos de vida rurais. Elencam-se os novos costumes e serviços, necessidade de instalações físicas padronizadas, modos de produção em escala, meios de comunicação e transporte modernos e eficientes, entre outros, como fatores que contribuem para as transformações vivenciadas no espaço rural hoje.

Endlich (2010), com base em Lefebvre, complementa que, diante dessas transformações pelas quais o campo vem passando, as pessoas que nele residem, perfilam por um modo de viver urbano, que penetra neste espaço (campo) de forma a se comportar em dois sistemas: o de objeto e o de valores. O primeiro seria em relação a água, à eletricidade, e o gás que são objetos almejados pelas pessoas que vivem no campo, assim como, o carro, a televisão, os utensílios de plástico, o mobiliário ‘moderno’. O segundo se referiria aos sistemas de valores, que perpassaria por elementos ligados aos tipos de lazeres voltados ao mundo urbano, com suas danças, canções, costumes, e a rápida ação das modas que vêm da cidade.

Dessa forma, partimos do pressuposto que as transformações observadas no meio rural brasileiro são resultados dos processos mais globais que conformam hoje a sociedade brasileira. E seria a partir disso, que este capítulo buscou construir alguns indicadores específicos em relação ao campo e a cidade do município de Araçuaia, como forma de averiguar se existe uma aproximação socioeconômica entre os modos de vida das famílias que residem nesses espaços, principalmente em relação aos aspectos ligados à moradia, nosso objetivo neste capítulo.

#### **5.1 Fonte de dados**

Para desenvolver este propósito, foram tomados como base os dados sistematizados e disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pela Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) referente ao município de Araponga, no ano de 2010. Também utilizamos o Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) como forma de obter dados segmentados em relação às realidades rural e urbana. Neste sistema (SIDRA) foram recalculadas as porcentagens oferecidas pelo mesmo, uma vez que, este sistema não apresentava porcentagens separadas para os domicílios rurais e os domicílios urbanos. Foi a partir desses dados juntamente com o uso da teoria de *urbanização do campo* que buscamos analisar tais informações.

O total de domicílios particulares permanentes a partir dos quais estes órgãos obtiveram informações contabilizou um total de 2368 domicílios, sendo que 962 dos domicílios encontravam-se na zona urbana e 1406 na zona rural<sup>21</sup>.

As variáveis com os quais iremos trabalhar nesse capítulo referem-se: ao sexo, idade, religião, escolaridade, trabalho, perfil familiar (tipo de unidade doméstica, número de pessoas no domicílio, condição na família e nível de responsabilidade por sexo), renda, acesso a bens de consumo duráveis (acesso às tecnologias de informação e comunicação, acesso a bens de consumo e meios de transporte), aspectos ligados à habitação (tipo de domicílio, condição de ocupação do domicílio, número de cômodos e tipo de material das paredes externas) e acesso a serviços (existência de energia elétrica, existência de água encanada e forma de abastecimento, esgotamento sanitário, e destino do lixo).

## **5.2 Resultados e discussões da coleta censitária com base na teoria de urbanização do campo**

De acordo com o IBGE (2010), o total populacional do município de Araponga é composto por 8152 pessoas. A partir dessa fonte (conforme apresentado na Tabela 6), constatou-se que em relação ao **sexo**, 32,80% dos 2674 indivíduos que

---

<sup>21</sup> Cabe ressaltar que, para alguns indicadores, esses órgãos trabalharam com um total de 2371 domicílios. Essas diferenças são explicadas em função da ausência de resposta por parte dos entrevistados na hora da entrevista censitária ou eliminação de algum questionário.

compunham a população rural do município era do sexo masculino, enquanto que 29,9% dos 2437 indivíduos era do sexo feminino.

Já na população urbana, verificou-se que 18,60% (1517) dos indivíduos eram do sexo masculino, enquanto que 18,70% (1527) eram do sexo feminino.

**TABELA 6** – Distribuição da população rural e urbana, por sexo, dos residentes em Araponga, no ano de 2010.

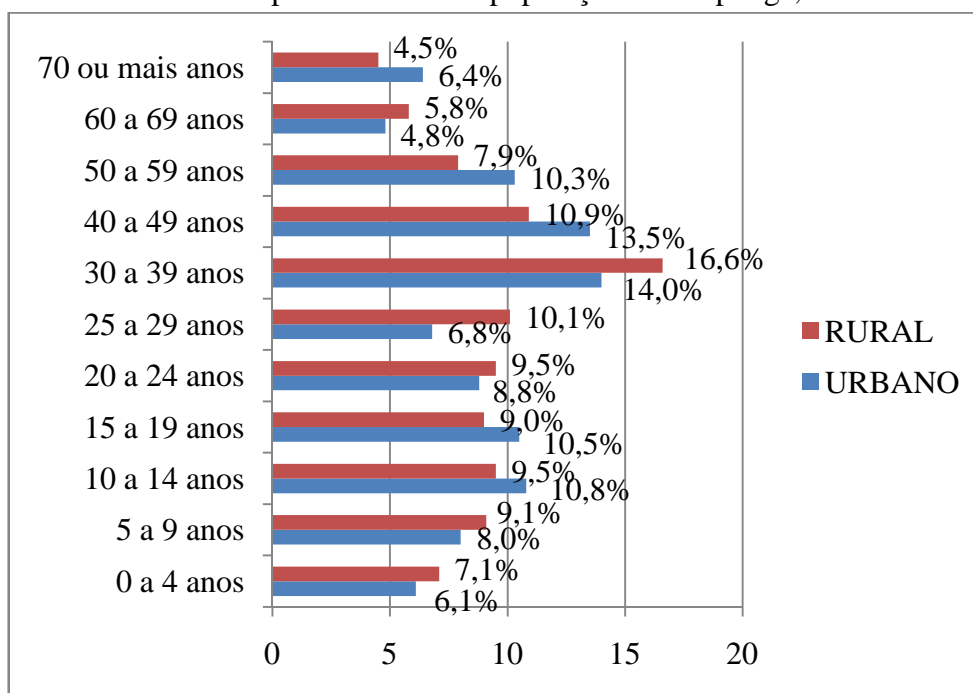
Área	Sexo Masculino	Porcentagem	Sexo Feminino	Porcentagem
<b>Rural</b>	2674	32,80%	2437	29,9%
<b>Urbana</b>	1517	18,60%	1527	18,70%
	4191	51,41%	3961	48,59%
<b>População Total = 8152</b>				

**Fonte:** IBGE, Censo Demográfico, 2010.

Observamos a partir desses dados que no município estudado, a proporção de homens na zona rural era maior que o das mulheres. Enquanto que na zona urbana, as mulheres apresentavam um percentual (18,70%) maior que dos homens (18,60%), ainda que as diferenças não se apresentassem tão discrepantes.

Em relação à **idade**, verificou-se que a maior parte da população com 16,6% para a zona rural e 14,0% para a zona urbana, conforme apresentado no Gráfico 3, estava entre a faixa etária de 30 a 39 anos, seguidos dos grupos com idades entre 40 e 49 anos.

**GRÁFICO 3** – Grupos de idades da população de Araponga, no ano de 2010.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

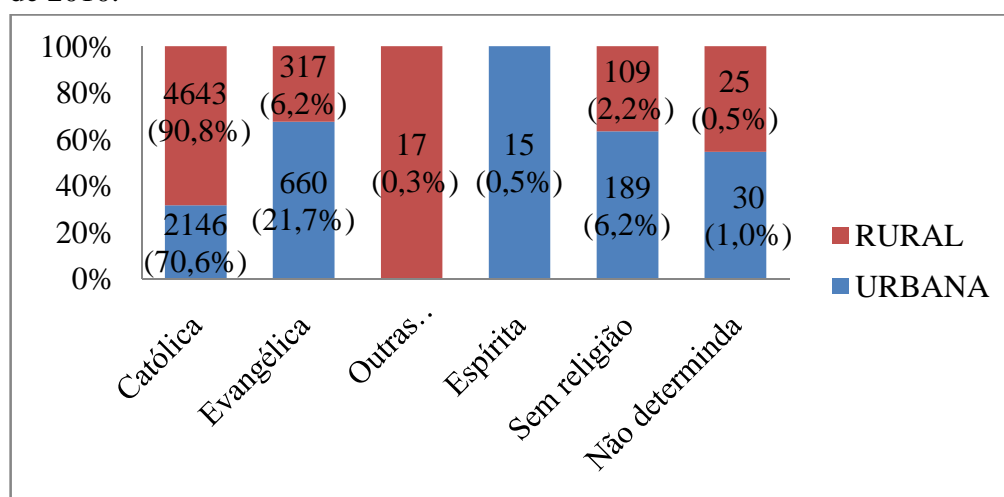
Estes dados revelam que existe uma predominância de pessoas mais velhas na cidade. Entretanto, os percentuais apresentados nas faixas etárias entre 60 a 69 anos idades são mais elevados no campo (5,8%) que corroboram com a teoria da urbanização do campo, uma vez que, em um “campo ruralizado<sup>22</sup>” existiria uma tendência de predominância de pessoas mais velhas em relação ao “campo urbanizado”.

Em relação à **religião**, verificou-se que a maioria (6789 pessoas) era da religião Católica, seguidas da Evangélica (977 pessoas), e Espírita com um total de 15 pessoas (Gráfico 4). Ademais constatou-se, de acordo com os dados censitários, que 298 declaram não ter religião e 55 pessoas não determinaram ou então pertenciam a várias religiões ao mesmo tempo. O fato da população Araponguense estar vinculada a uma religião é, de acordo com Rambaud (1973), um elemento de

<sup>22</sup> Quando usamos a categoria “Campo Ruralizado” estamos caracterizando um espaço marcado por um modo de vida que reflete uma pequena diferenciação social do trabalho e do tecido social e com certas particularidades físicas, como pequena densidade demográfica, natureza com pequeno grau de artificialização, mas com a presença de bens e serviços típicos do padrão de urbanização. Ao contrário da categoria “Campo Urbanizado”, que seria um espaço marcado por um processo de diferenciação das atividades econômicas, de especialização da divisão social do trabalho e, portanto, de diferenciação do tecido social.

tradicionalidade ligado aos modos de vida rural. Cândido (1964) também a descreve referindo-se aos caipiras de Bofete como um elemento de definição da sociabilidade daquele grupo que transcende o âmbito familiar, encontrando na comunidade a sua unidade básica de manifestação, seja por meio de missas que proporcionam encontros, já que as moradias, eram, não raro muito afastadas umas das outras.

**GRÁFICO 4** – Tipo de religião pertencente à população de Araponga, no ano de 2010.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

Em relação à **escolaridade**, constatou-se que 6017 pessoas no município eram alfabetizadas, sendo que 51,9% das pessoas correspondiam ao homem e 48,1% às mulheres. Em específico para a zona urbana a população **alfabetizada** era num total de 2354 pessoas, estando inseridos nesse total, 50,9% de homens, e 49,1% de mulheres. Já na zona rural tinha um total de 3663 pessoas alfabetizadas, sendo 52,5% correspondentes ao homem e 47,5% as mulheres (Tabela 7).

**TABELA 7** – Escolaridade e alfabetização da população de Araponga, no ano de 2010.

	Total de Pessoas	Homens	Mulheres
Escolaridade	6017	3120 (51,9%)	2897 (48,1%)
Alfabetizada	2354	1198 (50,9%)	1156 (49,1%)
Alfabetizada na Zona rural	3663	1922 (52,5%)	1741 (47,5%)

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

Ao verificarmos o **nível de instrução** das pessoas que viviam no município de Araponga, os dados do IBGE (2010) revelaram que tanto na zona rural, quanto na urbana, o nível de instrução estava pautado em sua ausência, assim como, no ensino fundamental incompleto (Tabela 8).

**TABELA 8** – Nível de instrução da população de Araponga, no ano de 2010.

Nível de instrução	Situação do domicílio							
	Urbana		(%)		Rural		(%)	
	H*	M*	H*	M*	H*	M*	H*	M*
Sem instrução e fundamental incompleto	1059	960	80,7	73,7	2064	1709	90,7	85,1
Fundamental completo e médio incompleto	128	140	9,8	10,8	128	175	5,7	8,7
Médio completo e superior incompleto	91	115	7,0	8,8	69	92	3,0	4,6
Superior completo	30	85	2,3	6,5	14	32	0,6	1,6
Não determinado	3	3	0,2	0,2	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>1311</b>	<b>1303</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>2275</b>	<b>2008</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

H\* = Homem; M\* = Mulher

Fonte: Censo Demográfico, IBGE, 2010.

Desse modo, pode-se observar com base na Tabela 8, que esse nível de instrução (sem instrução e fundamental incompleto) pertencia a 90,7% dos homens e 85,1% das mulheres que moravam no campo. Já para aquelas pessoas que viviam na cidade, verificou-se que 80,7% estavam direcionados aos homens e 73,7% às mulheres que moravam na cidade.

No geral, foi possível observar que o nível de instrução dos residentes no campo eram menores que os residentes na cidade. De acordo com a teoria da

urbanização do campo, em um campo ruralizado verificaríamos que o tempo de estudo seria tendencialmente menor que em um campo urbanizado, em função do modo de vida rural se caracterizar por certa impaciência em relação ao tempo de estudo necessários a uma formação profissional, não habitual em sociedades rurais. Além disso, Rambaud (1973) comenta que tais dados poderiam ser explicados pelo fato da cultura rural valorizar o status de trabalhador em detrimento à escolarização e se voltar para a busca do trabalho rápido, levando a inserção antecipada ao mundo do trabalho. Entretanto, consideramos que os dados apresentados não permitem que afirmemos concretamente tal afirmação.

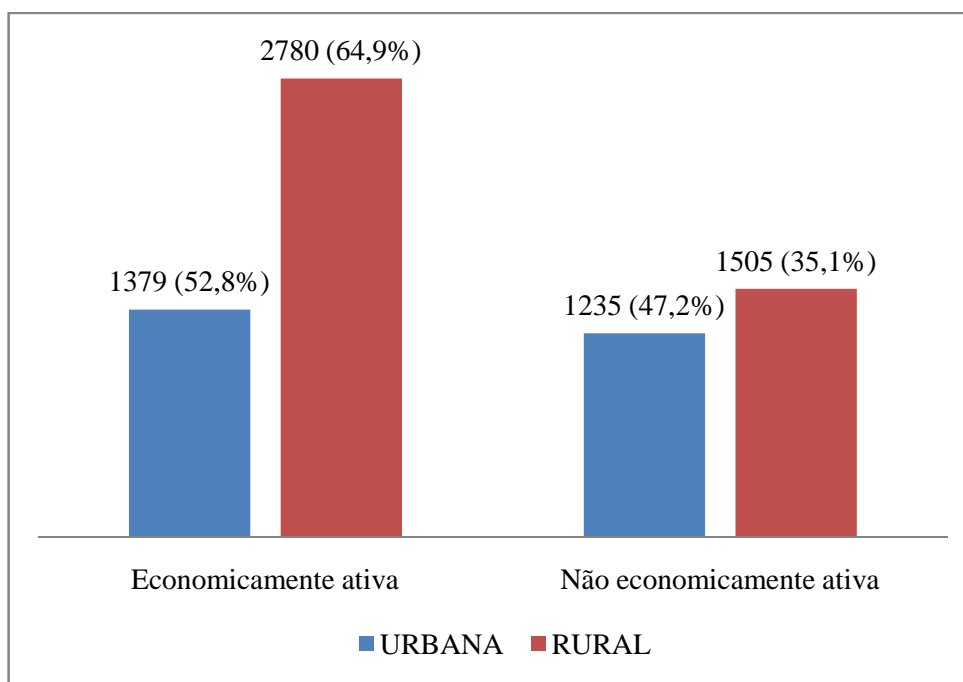
Rambaud (1973) acrescenta, ainda, no que se refere ao nível de escolaridade, que este estaria relacionado ao tipo de trabalho desempenhado. De tal modo, que em termos teóricos o menor nível de escolaridade atribuído ao campo estaria conexo ao fato da atividade agrícola ser aprendida nas práticas passadas de pai para filho, que nesse contexto, não era exigido um nível maior de escolarização, assim como, de profissionalização.

Outro aspecto ainda em relação à **escolaridade** pode vir a ser analisado. Ou seja, considerando a realidade educacional de homens e mulheres, seja no campo ou na cidade, percebe-se uma maior escolaridade da mulher. Esses dados demonstram segundo Beltrão e Alves (2009), a reversão do hiato de gênero na educação, visto que a economia colonial brasileira, fundada na grande propriedade rural e na mão-de-obra escrava, deu pouca atenção ao ensino formal para os homens e nenhuma para as mulheres. Para os mesmos autores, não há dúvida de que existem diferenças expressivas entre a escolaridade das mulheres e a dos homens brasileiros, sendo que na segunda metade do século XX, houve uma reversão do hiato de gênero e as mulheres ultrapassaram seus congêneres masculinos em termos de anos médios de escolaridade. Tais elementos poderiam ser tomados como indícios de mudanças no quadro de tradicionalidade referentes às populações residentes no campo, com a demanda maior por quadros profissionais mais qualificados para o mercado de trabalho, mesmo em pequena escala ainda.

Em relação ao **trabalho**, para aqueles domicílios particulares em que tinham pessoas de 10 anos ou mais de idade, em famílias únicas e conviventes principais, verificou-se que o número de pessoas economicamente ativas no campo era maior

(64,9%) do que aquelas não ativas (35,1%). O mesmo pode ser verificado em relação à cidade, onde a população ativa com 52,8% ultrapassava o segmento dos não ativos (47,2%), conforme mostra o gráfico a seguir.

**GRÁFICO 5** – Pessoas economicamente ativas do município de Araponga, no ano de 2010.



Fonte: Censo Demográfico, IBGE, 2010.

Em relação à **condição de ocupação por sexo**, verificou-se que os homens ultrapassavam as mulheres em relação à condição de economicamente ativos, tanto no campo como na cidade (Tabela 9).

**TABELA 9** – Condição de ocupação da população rural e urbana, por sexo, dos residentes em Araponga, no ano de 2010.

Condição de ocupação	Situação do domicílio							
	Urbana		(%)		Rural		(%)	
	H*	M*	H*	M*	H*	M*	H*	M*
Economicamente ativa	740	497	38,5	30,1	1617	1051	42,8	36,0
Economicamente ativa – ocupadas	722	471	37,5	28,6	1599	1018	42,2	34,8
Economicamente ativa – desocupadas	18	25	0,9	1,5	18	33	0,5	1,1
Não economicamente ativa	445	655	23,1	39,8	550	825	14,5	28,1
<b>TOTAL</b>	<b>1925</b>	<b>1648</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>3784</b>	<b>2927</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

H\* = Homem; M\* = Mulher

Fonte: Censo Demográfico, IBGE, 2010.

Podemos inferir que essa situação das mulheres serem consideradas como não economicamente ativas, possam trazer consigo resquícios de um passado histórico e traços de um modo de vida mais ruralizado, conforme vimos nas descrições trazidas por Gilberto Freyre (2004). Vimos que nas sociedades patriarcais, a desigualdade entre os sexos se fez presente, uma vez que, o poder sempre esteve instituído nas mãos dos homens, sendo estes classificados como chefes de família, ao contrário das mulheres, que tiveram suas funções limitadas ao âmbito doméstico, sendo submetidas à condição de submissão e coagidas por esse sistema, de modo a manter uma imagem voltada às características que a sociedade patriarcalista lhes queria impor. Apesar de não ser esta a realidade do grupo estudado que, nesse aspecto, apresenta um “*ethos*” mais ruralizado, estudos voltados para as populações rurais têm observado mudanças nos papéis entre os sexos e novas atividades que vêm sendo inseridas no espaço rural, tal como apontou o estudo de Carneiro (2012) relacionado às novas funções e tipos de ocupações que estão sendo inseridas no campo. Observou-se que, não se trata mais de enxergar um campo exclusivamente agrícola,

fechado dentro da sua função agrícola, tradicional, de produzir alimentos. O campo ora observado incorpora uma dimensão multifuncional, realizando atividades e desempenhando funções para além das agrícolas, onde as famílias (conhecidas como pluriativas) desenvolvem diversas atividades não-agrícolas paralelamente à agricultura: atividades agroindustriais, artesanato, lazer e turismo.

O Quadro 3 exemplifica de forma geral as principais atividades do trabalho principal realizado por pessoas de 10 anos ou mais de idade, no município analisado. Por meio dele foi possível perceber que a agricultura, a pecuária, a produção florestal, a pesca e a arquitetura (74,5%) eram as atividades mais desenvolvidas pelas pessoas residentes nesse município; seguido da administração pública, defesa e seguridade social (6,2%), assim como os serviços domésticos (5,4%) que haviam um elevado número de pessoas nesses tipos de serviços. Nessa distribuição, percebemos que as atividades ligadas, principalmente, à agricultura compõem as principais atividades econômicas do município.

No entanto, notamos neste espaço a inserção de outras atividades produtivas, assim como o desenvolvimento de atividades não-agrícolas, a exemplo de indústria de transformação, construção, comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas, transporte, armazenagem e correio, alojamento e alimentação, atividades financeiras, administrativas, seguros, serviços domésticos, e outras atividades de serviços.

**QUADRO 3** – Atividades principais desenvolvidas no município de Araçatuba, no ano de 2010.

<b>Atividades Principais</b>	<b>Número de pessoas</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e arquitetura	3025	74,5
Indústria de transformação	62	1,5
Construção	91	2,2
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	167	4,1
Transporte, armazenagem e correio	29	0,7
Alojamento e alimentação	8	0,2
Atividades financeiras de seguros e serviços relacionados	16	0,4
Atividades administrativas e serviços complementares	23	0,6
Administração pública, defesa e seguridade social	250	6,2
Educação	81	2,0
Saúde Humana e serviços sociais	25	0,6
Artes, cultura, esporte e recreação	7	0,1
Outras atividades de serviços	15	0,4
Serviços domésticos	220	5,4
Atividades mal especificadas	46	1,1
<b>TOTAL</b>	<b>4065</b>	<b>100</b>

Fonte: Censo Demográfico, IBGE, 2010.

Quanto ao **perfil familiar** observamos as seguintes variáveis: tipo de unidade doméstica; número de pessoas no domicílio; condição na família e nível de responsabilidade por sexo.

No que se refere ao **tipo de unidade doméstica**, constatou-se, de uma forma geral, que nas unidades domésticas presentes no município compunham os seguintes arranjos familiares (Tabela 10):

**TABELA 10** – Tipos de unidades domésticas presentes no município de Araponga, no ano de 2010.

<b>Tipos de Unidades Domésticas</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Proporção de unipessoais	9,6
Nuclear – casal sem filho (s)	18,3
Nuclear – casal com filho (s)	70,4
Nuclear – homem com filho (s)	1,9
Nuclear – mulher com filho (s)	9,4
Estendida – casal sem filho (s) com outro (s) parente (s)	12,5
Estendida – casal com filho (s) com outro (s) parente (s)	47,4
Estendida – homem com filho (s) com outro (s) parente (s)	5,1
Estendida – mulher com filho (s) com outro (s) parente (s)	19,0
Estendida – outros tipos	15,9
Composta – casal sem filho (s), com não parente (s) e com ou sem outro (s) parente (s)	23,3
Composta – casal sem filho (s), com não parente (s) e com ou sem outro (s) parente (s)	26,7
Composta – mulher com filho (s), com não parente (s) e com ou sem outro (s) parente (s)	10,0
Composta – outros tipos	40,0

**Fonte:** Censo Demográfico, IBGE, 2010.

A partir desses resultados observou-se que 70,4% das unidades domésticas do município tinham uma classificação de família do tipo nuclear composta de casal com filho (s). E, 47,4% famílias do tipo estendida composta pelo casal com filho (s) e com outro (s) parente (s). Esses dados relativos ao modelo familiar prevalente revelam uma proximidade cada vez maior com as famílias urbanas. Nesse sentido, percebemos uma tendência de redução das famílias no meio rural, deixando esta de ter o caráter extenso de antes.

Em relação ao **número de pessoas no domicílio**, constatou-se que em um total de 2263 domicílios entrevistados, a maioria (688) apresentava um número de 3 pessoas, sendo que 29,8% dos domicílios se localizavam na zona rural e 31,3% se localizavam na zona urbana, conforme pode ser percebido na tabela a seguir.

**TABELA 11** – Número de pessoas presentes nos domicílios, rural e urbano, no município de Araponga, no ano de 2010.

Número de componentes da família	Situação do domicílio			
	Urbana	(%)	Rural	(%)
2 pessoas	281	32,4	330	23,6
3 pessoas	271	31,3	417	29,8
4 pessoas	154	17,8	352	25,2
5 pessoas	109	12,6	170	12,2
6 pessoas	37	4,3	76	5,5
7 pessoas	14	1,6	36	2,6
8 pessoas	-	-	11	0,8
9 pessoas	-	-	2	0,1
10 pessoas	-	-	3	0,2
<b>TOTAL</b>	<b>866</b>	<b>100</b>	<b>1397</b>	<b>100</b>

Fonte: Censo Demográfico, IBGE, 2010.

A partir desses resultados, pode-se inferir, com base em Rambaud (1973), que ao observar o reduzido tamanho das famílias, este seria um indicativo da influência dos padrões citadinos. Isso porque se olharmos pela perspectiva de um campo ruralizado, observaríamos com base neste mesmo autor, que as famílias tenderiam a serem maiores. Ou seja, seria uma família do tipo extensa, cujo modelo é justificado inclusive pelo importante papel que assume como base para a reprodução da unidade familiar, pautada no autoconsumo.

Quanto à **condição na família e nível de responsabilidade por sexo** (conforme o Quadro 4) constatou-se que os homens em sua maioria continuavam sendo os responsáveis pela unidade doméstica. Na zona urbana, os homens assumiam um nível de responsabilidade sem compartilhamento com outra pessoa. Já na zona rural, verificou-se que o nível de responsabilidade se pautava principalmente no filho homem da pessoa responsável e do cônjuge.

**QUADRO 4** – Nível de responsabilidade na família rural e urbana, por sexo, no município de Araponga, no ano de 2010.

Condição na família e nível de responsabilidade	Situação do domicílio			
	Urbana		Rural	
	Homem (%)	Mulher (%)	Homem (%)	Mulher (%)
Pessoa responsável com responsabilidade compartilhada	9,8	4,7	14,7	3,5
Pessoa responsável sem responsabilidade compartilhada	32,3	16,5	27,4	8,2
Cônjuge ou companheiro (a) de sexo diferente	7,5	36,0	4,5	41,2
Filho (a) da pessoa responsável e do cônjuge	28,7	25,6	38,4	32,9
Filho (a) somente da pessoa responsável	11,4	7,4	7,4	5,4
Enteado (a)	1,3	1,3	0,7	0,6
Genro ou Nora	0,7	0,4	0,8	1,3
Pai, Mãe, Padrasto ou Madrasta	0,5	0,8	0,3	0,8
Sogro	0,1	0,4	0,1	0,4
Neto (a)	4,0	3,2	3,4	3,9
Bisneto (a)	0,1	0,4	0,1	0,1
Irmão ou Irmã	0,9	0,9	0,7	0,6
Outro parente	2,0	1,6	1,1	0,8
Agregado	0,1	0,1	0,3	-
Convivente	0,3	0,4	0,1	0,2
Empregado Doméstico (a)	-	-	-	0,1
Individual em domicílio coletivo	0,3	0,3	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: Censo Demográfico, IBGE, 2010.

Portanto, podemos verificar que nesse quesito o modo de vida rural ainda apontava para um tipo de família com supremacia do homem enquanto chefe da família, mesmo que ocorressem mudanças de papéis entre os sexos. Por exemplo, no nível de responsabilidade em relação ao cônjuge ou companheiro (a) de sexo diferente, constatou-se que tanto a mulher na zona rural (41,2%) quanto à mulher na zona urbana (36,0%) apresentaram percentuais mais elevados que os homens, sendo, portanto, à responsável pela unidade doméstica.

Outra variável que poderíamos usar como forma de verificar se ocorre uma aproximação socioeconômica entre os modos de vida rural e urbano seria por meio da **renda**. Sobre esse aspecto tomamos como referência os dados do IBGE (2010) direcionado às famílias conviventes em domicílios particulares por classes de rendimento nominal mensal familiar per capita, segundo a situação do domicílio e o tipo de composição familiar, conforme apresentado na Tabela 12, abaixo:

**TABELA 12** – Rendimento nominal mensal familiar per capita, segundo o tipo de composição familiar no município de Araponga, no ano de 2010.

Rendimento	Situação do domicílio x Tipo de Composição Familiar					
	Casal sem filho		Casal com filho		Mulher sem cônjuge com filho	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Até ¼ S.M.	5 (35,7%)	11 (39,3%)	-	6 (31,6%)	6 (16,2%)	19 (55,9%)
Entre ¼ a ½ S.M.	9 (64,3%)	8 (28,6%)	3 (100%)	8 (42,1%)	9 (24,3%)	-
Entre ½ a 1 S.M.	-	4 (14,3%)	-	1 (5,3%)	6 (16,2%)	-
Entre 1 a 2 S.M.	-	-	-	-	-	2 (5,9%)
Mais de 2 S.M.	-	-	-	-	-	-
Sem rendimento	-	5 (17,8%)	-	4 (21,0%)	16 (43,3%)	13 (38,2%)
<b>TOTAL</b>	14 (100%)	28 (100%)	3 (100%)	19 (100%)	37 (100%)	34 (100%)

\* S.M. = Salário mínimo que em 2010 correspondia ao valor de R\$ 510,00.

Fonte: Censo Demográfico, IBGE, 2010.

Com base na Tabela 12 observamos que o rendimento de até ¼ do salário mínimo é mais recorrente entre a população rural que tem composição familiar: casal sem filhos e mulher sem cônjuge com filho. Já em relação ao rendimento de mais de ¼ a ½ salário mínimo, verificou-se que, para a composição familiar casal sem filho a zona rural teve um rendimento um pouco abaixo da urbana com 28,6%. Ao contrário da composição casal com filhos que para esse rendimento teve um percentual mais alto na zona rural (42,1%); e quanto à composição mulher sem cônjuge com filho

com esse rendimento ficou presente apenas na zona urbana (24,3%). Para o rendimento mais de ½ a 1 salário mínimo nas composições casal com e sem filho, esse valor só esteve presente na zona rural e se ausentando na composição mulher sem cônjuge com filho que estava presente apenas na zona urbana (16,2%). Para os rendimentos de 1 a 2 salários mínimos este estava presente apenas na composição mulher sem cônjuge com filho localizado na zona rural. Além disso, para as composições familiares sem rendimento, verificou-se que nos três tipos de composição familiar a ausência estava pautada na zona rural. Sendo apenas na composição mulher sem cônjuge com filho na zona urbana que apresentou ausência de rendimento que, por sinal, era maior que a do campo em 43,3% dos domicílios.

Para melhor percebermos os dados, buscamos reagrupá-los na Tabela 13, de acordo com o rendimento nominal mensal familiar per capita e, segundo as faixas de renda dos moradores do município de Araponga.

**TABELA 13** – Rendimento nominal mensal familiar per capita, segundo as faixas de renda no município de Araponga, no ano de 2010.

<b>Rendimento</b>	<b>Urbano</b>	<b>(%)</b>	<b>Rural</b>	<b>(%)</b>
Sem rendimento	16	29,6	22	27,2
Até ¼ S.M.	11	20,4	36	44,4
Entre ¼ a ½ S.M.	21	38,9	16	19,8
Entre ½ a 1 S.M.	6	11,1	5	6,2
Entre 1 a 2 S.M.	-	-	2	2,4
Mais de 2 S.M.	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>54</b>	<b>100</b>	<b>81</b>	<b>100</b>

\* S.M. = Salário mínimo que em 2010 correspondia ao valor de R\$ 510,00.

**Fonte:** Censo Demográfico, IBGE, 2010.

De forma geral, o rendimento nominal per capita é baixo e não se difere muito em se comparando as zonas rurais e urbanas, apresentando uma grande paridade nessas duas realidades. No entanto, nas faixas mais baixas de renda constituída a partir da população sem rendimento às faixas de ¼ a ½ salário mínimo observou-se que o total percentual é de, aproximadamente, 39,3% para a população urbana e 60,7% para a população rural.

Quanto ao **valor do rendimento mensal** dos domicílios particulares permanentes, verificou-se que na zona rural o rendimento nominal mensal são mais elevados que na zona urbana, ainda que não apresentem diferenças tão discrepantes entre os espaços, vide Tabela 14, a seguir.

**TABELA 14** – Valor do rendimento mensal dos domicílios localizados no município de Araponga, no ano de 2010.

Rendimento	Situação do domicílio					
	Rendimento nominal mensal		Médio mensal (R\$)		Mediana mensal (R\$)	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Até ¼ S.M.	46 (4,8%)	33 (2,3%)	93,12	89,13	100,00	90,00
Entre ¼ a ½ S.M.	42 (4,4%)	61 (4,3%)	473,15	441,37	200,00	240,00
Entre ½ a 1 S.M.	213 (22,2%)	288 (20,5%)	473,15	441,37	510,00	500,00
Entre 1 a 2 S.M.	257 (26,7%)	511 (36,3%)	843,42	818,22	860,00	809,00
Entre 2 a 3 S.M.	153 (16,0%)	204 (14,5%)	1308,93	1287,09	1.280,00	1.220,00
Entre 3 a 5 S.M.	150 (15,6%)	195 (13,9%)	1904,47	1981,89	1.892,00	1.950,00
Entre 5 a 10 S.M.	56 (5,8%)	73 (5,2%)	3663,63	3433,37	3.400,00	2.900,00
Entre 10 a 15 S.M.	5 (0,5%)	1 (0,1%)	7000,00	6520,00	7.000,00	6.520,00
Entre 15 a 20 S.M.	-	7 (0,5%)	-	7800,00	-	7.800,00
Entre 20 a 30 S.M.	5 (0,5%)	-	15000,0 0	-	15.000,00	-
Sem rendimento	34 (3,5%)	34 (2,4%)	960,00	860,00	16 (11,67%)	13 (9,95%)

\* S.M. = Salário mínimo que em 2010 correspondia ao valor de R\$ 510,00.

Fonte: Censo Demográfico, IBGE, 2010.

Os dados revelam uma paridade econômica que vai se estabelecendo entre o campo e a cidade, se diferenciando, portanto, daquele campo ruralizado, onde a monetarização das relações de trabalho não se manifestava de forma constante,

devido à gratuidade do trabalho dos membros da família e do fato de a unidade produtiva produzir o essencial para o autoconsumo, não sendo tão necessária a presença do dinheiro para a realização das trocas. Essa tendência foi apontada recentemente nos estudos de Wanderley (2009) e, anteriormente, no clássico estudo de Rambaud (1973).

No que se refere ao acesso a **bens de consumo duráveis** nos domicílios particulares permanentes, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), feita pelo IBGE (2010), verificou-se que todos os itens pontuados, na Tabela 15, estavam presentes tanto nos espaços urbanos quanto nos espaços rurais, ainda que alguns deles estivessem em número reduzido nos domicílios rurais.

**TABELA 15** – Existência de bens duráveis nos domicílios localizados na zona rural e urbana do município de Araponga, no ano de 2010.

<b>Bens Duráveis</b>	<b>Situação do domicílio</b>			
	<b>Urbana</b>	<b>(%)</b>	<b>Rural</b>	<b>(%)</b>
Rádio	761	79,1	1172	83,3
Televisão	865	89,9	1251	88,9
Máquina de lavar roupa	116	12,0	60	4,2
Geladeira	775	80,5	1042	74,1
Telefone celular	668	69,4	572	40,6
Telefone fixo	126	13,0	20	1,4
Microcomputador	123	12,7	51	3,6
Microcomputador com acesso à internet	103	10,7	19	1,3
Motocicleta para uso particular	274	28,4	811	57,6
Automóvel para uso particular	227	23,5	241	17,1
<b>TOTAL</b>	<b>962</b>	<b>100</b>	<b>1406</b>	<b>100</b>

Fonte: Censo Demográfico, IBGE, 2010.

A Tabela 15 nos permite analisar a proximidade entre campo-cidade, a partir de alguns indicadores que construímos (acesso às tecnologias de informação e comunicação, acesso à bens de consumo, meios de transporte, aspectos habitacionais, acesso a serviços) tratados de forma particularizada a seguir.

### 1) Acesso às tecnologias de informação e comunicação

Neste item constatou-se que o rádio, a televisão e o celular, eram bens duráveis que se encontravam presentes nos domicílios localizados tanto na zona rural como na urbana, uma vez que são itens que, aparentemente, revelam uma baixa diferenciação desse indicador.

Ao contrário, temos o microcomputador e principalmente do telefone fixo e o acesso à internet, apresentaram discrepâncias entre o campo e a cidade. Assim, percebemos que, na zona rural, apenas 1,4% dos domicílios possuíam telefone fixo, 3,6% microcomputador, e 1,3% tinham acesso à internet. Esses dados se colocam em oposição aos obtidos em relação aos domicílios localizados na zona urbana, onde obtivemos que 13,0% dos domicílios tinham telefone fixo, 12,7% microcomputador, e 10,7% acesso à internet.

Em relação a esse item cabe ressaltar que, embora o acesso a informação e a possibilidade de comunicação ainda sejam menores no campo, não podemos deixar de reconhecer que esses bens, ainda que em quantidades mínimas, fazem parte atualmente da realidade das pessoas que residem neste espaço. Fato este positivo, já que em um campo urbanizado espera-se uma maior presença das tecnologias da informação e comunicação, bem como maior intercâmbio em termos de troca de informações.

## **2) Acesso a bens de consumo**

Observou-se em relação a este indicador, que a obtenção de eletrodomésticos como a geladeira, por exemplo, estavam presente em 74,1% dos domicílios localizados no campo, e em 80,5% dos domicílios localizados na cidade. Já em relação à máquina de lavar roupas percebeu-se um percentual de 4,2% de domicílios localizados no campo que possuíam esse eletrodoméstico, em contraposição ao percentual de 12,0% dos domicílios da cidade. Esses dados revelam que itens como a geladeira, a máquina de lavar roupa, por exemplo, antes como parte da realidade urbana já se introduz nas residências rurais.

## **3) Meios de transporte**

Em relação a esse indicador observou-se que 1553 dos domicílios possuíam veículos de transporte, sendo o domicílio localizado na zona rural com 1052

veículos, distribuídos entre a motocicleta (57,6%) e o automóvel (17,1%), versus 501 da população urbana (motocicleta – 28,4% e automóvel – 23,5%). Esse resultado aponta a importância do meio de transporte no campo, mas também explicita a carência de transporte público no campo, fazendo com que os habitantes necessitem de um meio de locomoção próprio.

#### **4) Aspectos habitacionais**

Os **aspectos habitacionais** dos domicílios particulares permanentes foram analisados com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, tendo sido analisados os seguintes itens: tipo de domicílio, condição de ocupação do domicílio, número de cômodos dos domicílios, tipo de material das paredes externas, e presença de banheiro e sanitário.

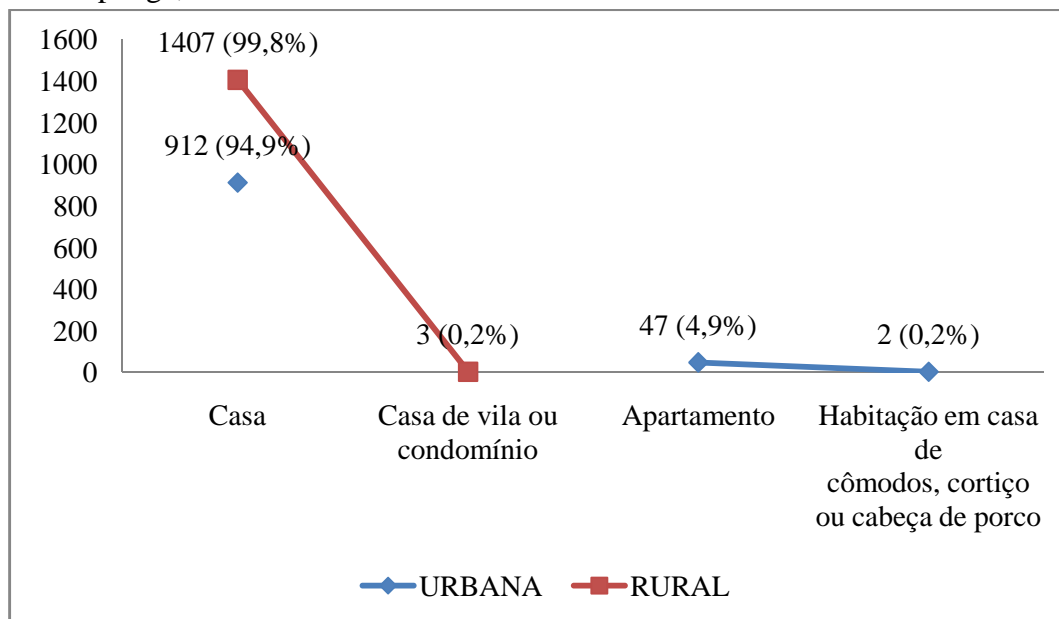
##### **a) Tipo de domicílio**

Quanto ao tipo de domicílio, verificou-se que a morada em “casa” era o tipo mais comum de edificação tanto no campo (99,8%) como na cidade (94,9%). Além disso, verificou-se que no campo havia ainda o agrupamento por vila (0,2%) e na cidade encontramos ainda edificações do tipo apartamento (4,9%) e a habitação em casa de cômodos, cortiço ou cabeça de porco<sup>23</sup> (0,2%), conforme apontados no Gráfico 6.

---

<sup>23</sup> A expressão “cabeça de porco” significa aquelas casas cujos cômodos eram repartidos por várias famílias (MARICATO, 1997, p.28).

**GRÁFICO 6** – Tipos de domicílios localizados na área urbana e rural do município de Araponga, no ano de 2010.



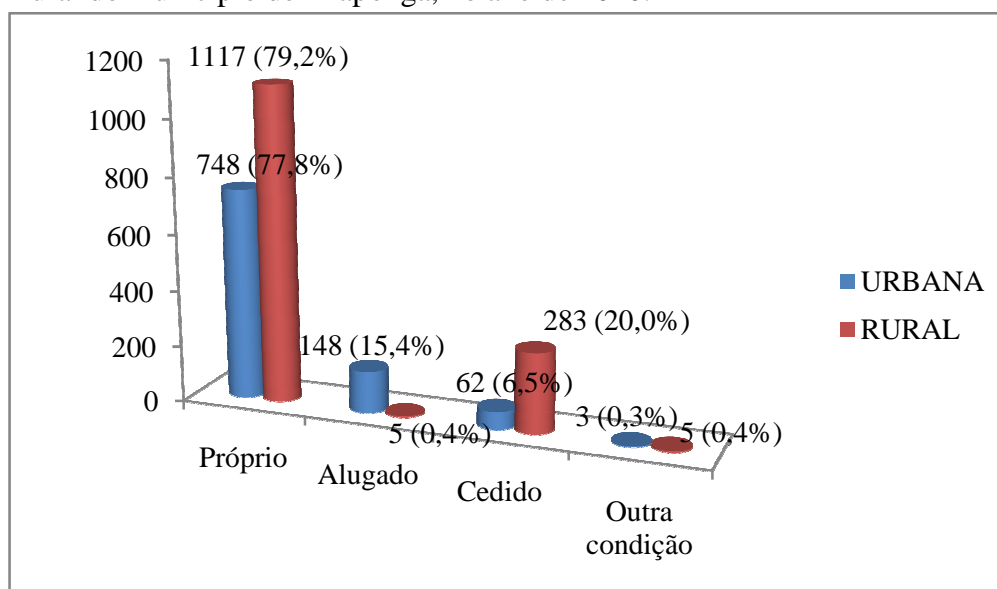
**Fonte:** Censo Demográfico, IBGE, 2010.

Esses dados demonstram como a casa continua sendo o tipo de domicílio mais frequente para as famílias rurais e urbanas residentes no município de Araponga, mantendo características de moradias tradicionais descritas por Freyre (2004), que as descreve como uma categoria sociocultural, agência de sentimentos e instituição econômica. D’Aquino (1996) se refere a elas como o centro, o espaço por excelência da construção da vida familiar. Apesar da prevalência das casas como edificação principal na forma de moradia das famílias estudadas, podemos notar outras formas de residência que foram aparecendo com o passar dos anos, como, por exemplo, as casas de vila ou condomínio (aquelas casas que fazem parte de um grupo de casas); apartamento (tipo de moradia localizado em edifício de um ou mais andares, com mais de um domicílio, servidos por espaços comuns – *hall* de entrada, escadas, corredores, portaria ou outras dependências); habitação em casa de cômodos, cortiço ou cabeça de porco (unidade de moradia com várias famílias diferentes).

#### **b) Condição de ocupação do domicílio**

Quanto à condição de ocupação do domicílio verificou-se que, tanto no campo com na cidade, a condição de ocupação se dava por meio da casa própria, e em específico no caso da zona rural, por ocupação cedida, onde havia um percentual de 20,0% de domicílios nesta condição, conforme pode ser visualizado no gráfico abaixo.

**GRÁFICO 7** – Condição de ocupação do domicílio localizado na área urbana e rural do município de Araponga, no ano de 2010.



Fonte: Censo Demográfico, IBGE, 2010.

Esses dados demonstram como a casa própria torna-se o objetivo patrimonial da família, embora tenhamos notado outras formas de ocupação das famílias, como, por exemplo, por meio da casa cedida, assim como, através do aluguel. Percebemos que esta última forma de ocupação (aluguel) corresponde a cinco domicílios localizados na zona rural.

### c) Número de cômodos nos domicílios

Neste quesito, observando a Tabela 16, constatou-se que o número de cômodos variava de 1 a 10 ou mais cômodos, sendo o maior número de cômodos presentes nos domicílios tanto da cidade quanto do campo variando entre 6 cômodos. No entanto, constatou-se, também, que os domicílios que tinham cômodos acima de 6 apresentou percentuais significativos. Na zona urbana, 22,4% dos domicílios

tinham 7 cômodos, enquanto na zona rural esse percentual ficava em torno de 17,8%. Além disso, 14,1% dos domicílios na zona rural continuavam tendo suas habitações com características de casa-grande, visto que, o número de cômodos era de dez ou mais cômodos.

**TABELA 16** – Número de cômodos dos domicílios rurais e urbanos localizados no município de Araponga, no ano de 2010.

Número de Cômodos	Situação do domicílio			
	Urbana	(%)	Rural	(%)
1 cômodo	-	-	6	0,4
2 cômodos	11	1,1	10	0,7
3 cômodos	42	4,4	37	2,6
4 cômodos	61	6,3	61	4,3
5 cômodos	141	14,7	152	10,8
6 cômodos	267	27,7	318	22,6
7 cômodos	216	22,4	251	17,8
8 cômodos	106	11,0	247	17,6
9 cômodos	84	8,7	126	9,0
10 ou mais cômodos	35	3,6	199	14,1
<b>TOTAL</b>	<b>963</b>	<b>100</b>	<b>1407</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Censo Demográfico, IBGE, 2010.

A partir desses dados, podemos dizer que mesmo percebendo a permanência de domicílios com características de casa-grande, as residências com o passar do tempo vão deixando de ter esse aspecto e adquirindo aspectos arquitetônicos próximo aos domicílios citadinos, onde o número de cômodos tendem a diminuir. Aspecto, inclusive, coerente com a realidade das famílias que também estão a diminuir, conforme dados já analisados anteriormente.

#### **d) Tipo de material das paredes externas**

Quanto ao tipo de material predominante nas habitações, percebeu-se que tanto nas habitações citadinas (83,8%) quanto nas do campo (83,7%), o material predominante foi o mesmo: a alvenaria com revestimento. Entretanto, observou-se,

que a taipa revestida e não revestida era um dos materiais também utilizados nas construções das habitações rurais localizadas no município de Araçuaia (Tabela 17).

**TABELA 17** – Material das paredes externas dos domicílios rurais e urbanos localizados no município de Araçuaia, no ano de 2010.

<b>Tipo de material das paredes externas</b>				
	<b>Urbana</b>	<b>(%)</b>	<b>Rural</b>	<b>(%)</b>
Alvenaria com revestimento	806	83,8	1177	83,7
Alvenaria sem revestimento	156	16,2	210	15,0
Madeira aparelhada	-	-	-	-
Taipa revestida	-	-	9	0,6
Taipa não revestida	-	-	6	0,4
Madeira aproveitada	-	-	-	-
Palha	-	-	-	-
Outro material	-	-	4	0,3
Sem parede	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>962</b>	<b>100</b>	<b>1406</b>	<b>100</b>

Fonte: Censo Demográfico, IBGE, 2010.

Com base nessas informações, podemos dizer que há, cada vez mais, uma aproximação dos materiais utilizados na construção das habitações rurais e das habitações urbanas.

#### **e) Presença de banheiro e sanitário**

Em relação à presença de banheiro e sanitário nos domicílios, verificou-se que, no total havia 2201 domicílios com banheiro, sendo estes distribuídos em 927 (42,1%) domicílios localizados na zona urbana e 1274 (57,9%) localizados na zona rural.

Já em relação ao sanitário, estes estavam presentes no total de 104 domicílios, onde 21 domicílios (20,2%) dos domicílios eram localizados na zona urbana e 83 dos domicílios (79,8%) na zona rural.

Para aqueles domicílios que não tinham nem banheiro e nem sanitário, constatou-se que eram ausentes de forma geral em 66 domicílios, onde 13 (19,7%)

estavam localizados na zona urbana e 53 (80,3%) na zona rural. Esses dados demonstram a realidade precária que ainda se faz presente no município pesquisado.

## 5) Acesso a Serviços

Em relação ao acesso a **serviços** foram analisados o acesso à energia elétrica, acesso à água encanada e a forma de abastecimento, esgotamento sanitário, e destino do lixo.

### a) Existência de energia elétrica

Nesse item verificou-se que apenas um domicílio da zona rural não possuía rede elétrica, sendo que na cidade esse número passava para dois domicílios com ausência de rede elétrica (Tabela 18). Esses dados evidenciam a maioria do oferecimento desse serviço nos domicílios do município, ainda que apresente algumas exceções.

**TABELA 18** – Existência de energia elétrica dos domicílios rurais e urbanos localizados no município de Araponga, no ano de 2010.

Energia elétrica	Situação do domicílio			
	Urbana	(%)	Rural	(%)
Tinham energia elétrica	925	99,8	1273	99,92
Não tinham energia elétrica	2	0,2	1	0,07
<b>TOTAL</b>	<b>927</b>	<b>100</b>	<b>1274</b>	<b>100</b>

Fonte: Censo Demográfico, IBGE, 2010.

### b) Existência de água encanada

Com base na Tabela 19 verificamos que 96,3% dos domicílios localizados no campo tinham água encanada em, pelo menos, um cômodo. Enquanto, na cidade, esse percentual ficava em torno de 99,5% dos domicílios que possuíam esse tipo de serviço. Entretanto, verificou-se também que 3,7% dos domicílios rurais ainda não tinham água canalizada, conforme mostra a Tabela a seguir.

**TABELA 19** – Existência de água encanada nos domicílios rurais e urbanos localizados no município de Araponga, no ano de 2010.

<b>Água canalizada</b>	<b>Situação do domicílio</b>			
	<b>Urbana</b>	<b>(%)</b>	<b>Rural</b>	<b>(%)</b>
Tinham água canalizada em pelo menos um cômodo	957	99,5	1330	96,3
Não tinham água canalizada	5	0,5	51	3,7
<b>TOTAL</b>	<b>962</b>	<b>100</b>	<b>1381</b>	<b>100</b>

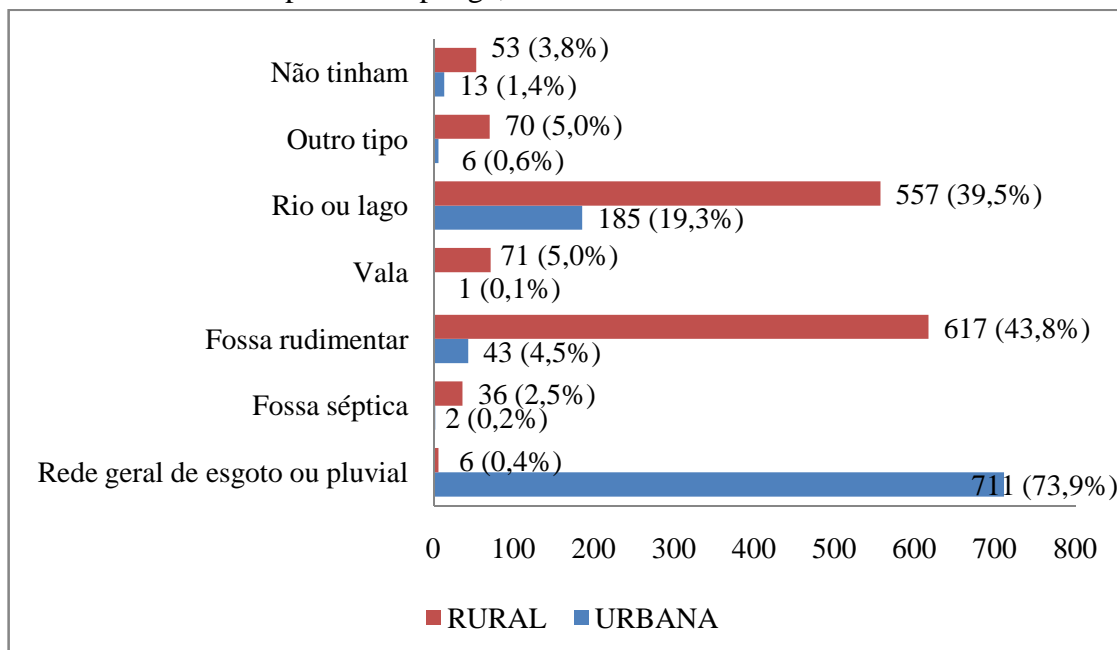
**Fonte:** Censo Demográfico, IBGE, 2010.

Pode-se dizer que a ausência no oferecimento desse serviço é alto quando comparado ao da cidade onde apenas 0,5% dos domicílios não tinham acesso a esse serviço. Esses dados apontam a precariedade existente em relação a esse tipo de serviço na zona rural.

### **c) Esgotamento sanitário**

Em relação ao esgotamento sanitário, verificou-se a rede de esgoto era praticamente inexistente na zona rural desse município, onde se constatou que apenas 6 (0,4%) domicílios possuía esse tipo de esgotamento, pois o que predominava eram as fossas rudimentares (43,8%), seguidas do rio ou lago (39,5%), conforme apresentado no Gráfico 8.

**GRÁFICO 8** – Tipo de esgotamento sanitário dos domicílios rurais e urbanos localizados no município de Araponga, no ano de 2010.



Fonte: Censo Demográfico, IBGE, 2010.

A partir desse dado, o que se pode verificar, mais uma vez, é a precariedade existente no município em relação a esse tipo de serviço, principalmente, quando analisados os dados relacionados a zona rural.

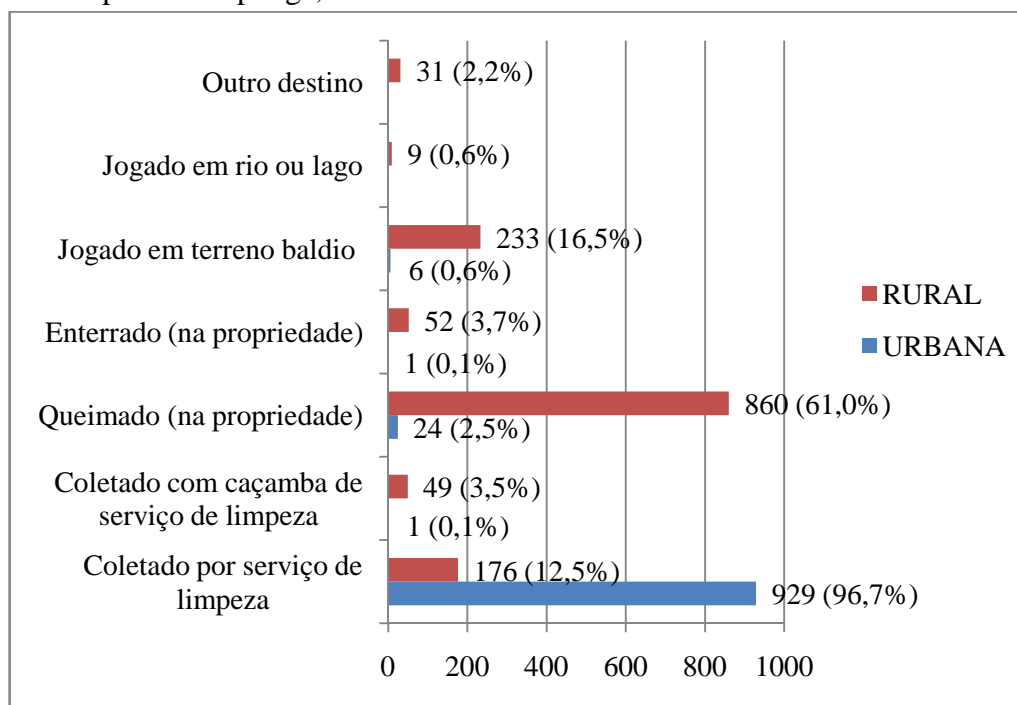
#### **d) Destino do lixo**

No que se refere ao destino do lixo na zona rural, a maioria dos domicílios entrevistados queimava o lixo (61,0%) ou jogava em terreno baldio (16,5%). Isto porque, de acordo com os dados expostos no Gráfico 9, a coleta por serviço de limpeza ou com caçamba era realizada em 16,0% dos domicílios localizados na zona rural. Quando comparado o serviço de coleta na zona urbana, verificou-se que 96,8% dos domicílios tinham acesso a esse tipo de serviço. Carvalho *et al.* (2009) comentam sobre essa questão e relata que:

“Normalmente, os lixos são encontrados jogados nos quintais, hortas e arredores das casas ou amontoado nas adjacências da residência. Alguns os jogam em buracos, outros queimam, enquanto outros levam para as margens da rodovia. O lixo orgânico é reaproveitado como complemento para a alimentação das criações como galinhas e suínos. Algumas latas e sacolas

recebem uma segunda utilização, até mesmo usos extremos, como a reutilização de galões de óleo diesel para armazenar água para o consumo” (CARVALHO *et al.*, 2009, p. 87).

**GRÁFICO 9** – Destino do lixo dos domicílios rurais e urbanos localizados no município de Araponga, no ano de 2010.



Fonte: Censo Demográfico, IBGE, 2010.

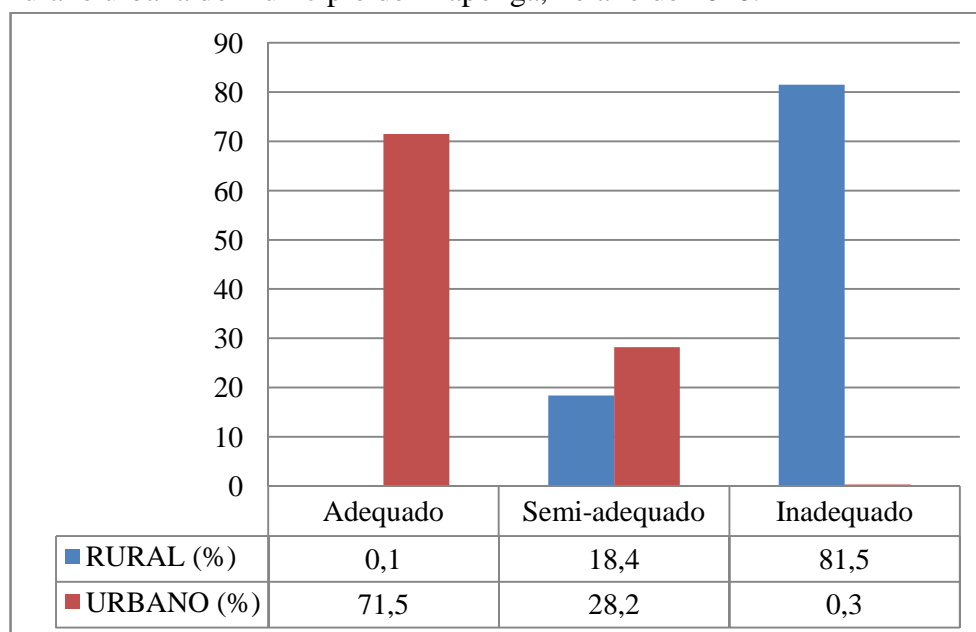
Diante do exposto, os indicadores aqui tratados (acesso às tecnologias de informação e comunicação, acesso à bens de consumo, meios de transporte, aspectos habitacionais, acesso a serviços) apontam, de forma geral, para um modo de vida mais ‘rural’ que urbano, demonstrando a permanência de fortes traços de um modo de vida rural ainda muito presente no município pesquisado. Entretanto, podemos perceber, também que, o processo de urbanização instaurou no campo um modelo de consumo citadino, voltado para a compra de bens materiais e para a busca de acesso aos confortos urbanos, expressos, sobretudo, nos itens de eletrodomésticos e meios de transporte.

Wanderley (2009) em seu texto “*O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade*” acredita que a interconexão entre os espaços rurais e urbanos se afirma, igualmente, pela forma como, a partir da cidade, é equacionada na distribuição espacial da infraestrutura básica. Entretanto, como diria

essa mesma autora em relação aos serviços públicos, “*longe de ser um apanágio urbano*”, a instalação de equipamentos públicos, tais como eletricidade, vias de comunicação, canalização de águas pluviais e sistemas de esgotos sanitários deveriam refletir o reconhecimento dos direitos dos cidadãos, independentemente de seu local de moradia. Uma vez que, ainda notamos carências por parte dos habitantes do campo principalmente, pela falta de políticas públicas voltadas para o meio rural em que vivem que, de certa, forma tendem a reforçar o grau de insatisfação deles quando o assunto esta pautado nos serviços oferecidos pelos órgãos públicos.

De acordo com os dados do IBGE (2010), constatou-se que o grau de insatisfação das populações rurais em relação aos serviços de saneamento era mais elevado do que em relação ao grau de insatisfação dos citadinos, conforme se verificou no gráfico abaixo referente ao tipo de saneamento do município de Araponga.

**GRÁFICO 10** – Grau de satisfação do tipo de saneamento da população rural e urbana do município de Araponga, no ano de 2010.



**Fonte:** Censo Demográfico, IBGE, 2010.

Portanto, esses dados vêm ressaltar aquilo que já presenciamos em regiões do Brasil de uma forma geral. Entretanto, cabe esclarecer que não negamos que o grande investimento em eletrificação rural, estradas vicinais, tenha possibilitado os

contatos entre as áreas rurais e as sedes municipais. Esse aspecto foi analisado por Milton Santos (1994) e, segundo esse autor, a integração do território brasileiro só se tornou viável, a partir do momento em que as estradas de ferro que antes eram desconexas na maior parte do país foram interligadas, e quando se investiu em um ousado programa de infraestruturas. No entanto, esse processo ainda se coloca de forma incompleta, não tendo atingindo todas as regiões de forma homogênea, nem mesmo em relação às mesmas realidades dos municípios, havendo, pois, grandes discrepâncias nas zonas rurais e urbanas. No contexto de industrialização do país, o Estado procurou melhorar a infraestrutura produtiva por meio da construção de estradas de rodagens, usinas hidrelétricas e ampliação da eletrificação rural. Sendo, portanto, aquilo que Santos (1994) chamou de meio técnico-científico-informacional. Meio este que permitiu observar as remodelações que foram se impondo tanto no meio rural quanto no meio urbano, que eram dotadas de ciência, tecnologia e informação, mesmo que esse processo ainda esteja incompleto, conforme apontaram os dados dessa pesquisa. Ou seja, apesar de as populações rurais estudadas estarem tendo mais acesso a um padrão de consumo maior, especialmente relacionado aos equipamentos domésticos e à casa, os serviços e equipamentos públicos ainda são muito precários, o que coloca certa inflexão ao processo de urbanização.

Para Wanderley (2009), transporte intramunicipal, saúde e educação, entre outros, também são elementos que possibilitam os contatos entre as áreas rurais e as sedes municipais, além do acesso a bens, tais como a moradia e a eletricidade e, no caso dos agricultores, o acesso à terra e à água – são elementos que se constituem fundamentais e indispensáveis para a própria permanência no campo.

Dessa forma, pode-se dizer com base em Endlich (2010) que, a permanência no campo, só é aceitável, por parte da sociedade, tendo em vista o conforto e a acessibilidade, vinda a partir de uma perspectiva urbana. Ou será como diz a mesma autora “*que as pessoas voltariam para o campo sem eletricidade e outros confortos já incorporados como necessidades, com base em referenciais urbanos?*” (ENDLICH, 2010, p.29).

Finalmente, os vários indicadores e aspectos aqui relacionados nos permitem analisar sobre os modos de vida das populações estudadas. Esses indicadores revelaram algumas mudanças relacionadas aos valores, costumes e hábitos clássicos

que se refletem, particularmente, sobre as condições materiais de vida das populações rurais e urbanas estudadas, tendendo a diminuir as diferenças existentes entre ambos, por meio da incorporação de algumas mudanças em detrimento de outras, em função de seus interesses e possibilidades.

## CAPÍTULO 6

### **MORADIA, CONSUMO E MODOS DE VIDA NA ZONA RURAL ARAPONGUENSE: as transformações advindas com o processo de urbanização do campo**

Na busca da compreensão do processo de urbanização do campo, em específico no que se refere aos aspectos ligados à moradia e aos hábitos de consumo, algumas questões se colocaram como primordiais no delineamento desse capítulo. Para tanto, fez-se um recorte empírico, tomando-se como objeto de estudo, a zona rural do município de Araponga, MG, onde a partir das variáveis e indicadores já tratados, buscamos compreender como as famílias residentes nessa localidade, com suas condições específicas de existência, tecem seus modos de vida diante do processo de urbanização. Temos como pressuposto que, imerso em um mundo já capitalista, inferimos ser possível encontrar elementos significativos nas relações que o integram, diluindo a dicotomia campo e cidade. Nesse contexto, visto que a distância física e social, que tradicionalmente existia entre os habitantes desses espaços, foi sendo, progressivamente, reduzida, conforme afirmou Wanderley (2009).

No entanto, acreditamos também ser possível ainda encontrar elementos significativos nas relações que o integram. Essas relações remetem à construção de um contexto social e simbólico, marcado por especificidades das pessoas que vivem no campo e que se manifestam no seu modo de vida. Um modo de vida que “pertence” ao sistema capitalista, mas que não se subordina a ele, ou seja, que se integra marginalmente e se ajusta às condições do mundo moderno.

Portanto, aqui serão apontados os resultados, discussões, descrições e análises dos dados coletados durante a pesquisa de campo, com base nos estudos sobre as temáticas apresentadas nos capítulos anteriores. Em específico, daremos ênfase para os aspectos que vão desde as formas de morar, representadas pela casa, com seus infinitos valores, até a obtenção de bens de consumo e serviços, antes inexistentes no campo, que agora se fazem presente devido à paridade econômica e social que se evidencia atualmente entre a relação campo e cidade.

Nesse sentido, entender quem são essas famílias, como se reproduzem e como organizam seu modo de vida diante das transformações que a sociedade rural vem passando gradativamente foi um dos desafios que apareceram no decorrer da pesquisa.

## 6.1 Perfil Socioeconômico das Famílias Rurais Pesquisadas no Município de Araponga, MG

Durante a realização da pesquisa de campo foram aplicados questionários a setenta e duas (72) famílias rurais residentes no município de Araponga. Do total de respondentes da amostra, 100% deles moravam no campo, sendo 54,2% naturais da mesma comunidade, 20,8% pertenciam à outra comunidade e 25% pertenciam a outro município.

Com base no **número de membros familiar**, verificou-se que 73,6% das famílias tinham entre 1 a 4 membros, conforme mostra a Tabela 20.

**TABELA 20** – Número de membros das famílias rurais pesquisadas no município de Araponga, MG.

<b>Número de Membros da Família</b>	<b>Número de respondentes</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
1 a 4 pessoas	53	73,6
5 a 7 pessoas	17	23,6
8 a 11 pessoas	2	2,8
<b>TOTAL</b>	<b>72</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Resultados da Pesquisa, 2012.

Do total de 72 respondentes (Tabela 21), verificou-se que 53 deles tinham filhos (73,6%) em detrimento de 26,4%. O mínimo de filhos estava em torno de 1 e máximo de 5, com média de 2,04 filhos e mediana de 2 filhos por família. Esse dado demonstra como as famílias no meio rural têm reduzido o número de filhos, deixando de ter o caráter extenso de antes. Estudos na área da Sociologia Rural (a exemplo do estudo de Heredia, 1979) evidenciaram que nas sociedades rurais brasileira, a família extensa era tida como o arranjo familiar de base para o trabalho agrícola voltado ao autoconsumo e ancorada sobre a gratuidade da mão-de-obra

familiar. Nessa organização, cabia à esposa de agricultor o compromisso de gerar muitos filhos como forma de se obter mais mão-de-obra para ajudar no trabalho da terra. Evidenciando uma outra tendência, o Censo demográfico, nas últimas décadas, tem evidenciado uma reversão desse quadro.

**TABELA 21** – Número de filhos das famílias rurais pesquisadas no município de Araponga, MG.

<b>Número de Filhos</b>	<b>Número de respondentes</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
1 Filho	16	30,1
2 Filhos	23	43,4
3 Filhos	11	20,8
4 Filhos	2	3,8
5 Filhos	1	1,9
<b>TOTAL</b>	<b>53</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Resultados da Pesquisa, 2012.

A partir deste dado, pode-se inferir com base em Rambaud (1969), que essa redução do tamanho da família pode ser indicativa de uma interferência de padrões e valores urbanos/proximidade com padrões urbanos de estilo de vida.

Em relação à **composição familiar**, reforça-se a percepção do reduzido tamanho das famílias, onde 30,5% dos respondentes são casadas (os) e têm filhos adolescentes morando em casa e 19,4% são casadas (os) com filhos pequenos morando em casa (Quadro 5).

**QUADRO 5** – Composição familiar das famílias rurais pesquisadas no município de Araponga, MG.

<b>Composição Familiar</b>	<b>n<sup>1</sup></b>	<b>%</b>
Casada (o) com filhos pequenos morando em casa	10	13,9
Casada (o) sem filhos	11	15,2
Casada (o) com filhos adultos morando em casa	14	19,4
Casada (o) com adolescentes morando em casa	22	30,5
Casada com filhos adultos morando em casa e filhos adultos morando fora	1	1,4
Casada (o) com filhos adultos morando em casa e outros parentes morando em casa	2	2,8
Casada com filhos pequenos morando em casa e outros parentes morando em casa	1	1,4
Casado com filhos adultos morando fora	1	1,4
Viúva morando com a empregada	1	1,4
Viúva com filhos adultos morando em casa	1	1,4
Viúvo com filhos adultos morando em casa e outros parentes morando em casa	1	1,4
Viúva com filhos morando fora	1	1,4
Solteira morando com o pai na mesma casa	1	1,4
Solteira morando com irmãos	2	2,8
Separado com filhos pequenos	1	1,4
Divorciado morando com a mãe na mesma casa	1	1,4
União estável	1	1,4
<b>TOTAL</b>	<b>72</b>	<b>100</b>

n<sup>1</sup> = número de pessoas que responderam a mesma questão.

**Fonte:** Resultados da Pesquisa, 2012.

Quanto ao **sexo dos respondentes**, 33 eram do sexo masculino (45,8%) e 39 do sexo feminino (54,2%).

No que se refere ao **estado civil dos respondentes**, constatou-se que 62 destes (86,1%) eram casados, sendo 3 deles solteiros (4,2%), 1 em união estável (1,4%), 2 separado ou divorciados (2,8%) e 4 viúvos (5,5%).

A **idade dos respondentes** variou entre o mínimo de 25 e o máximo de 88 anos, apresentando um desvio-padrão de 13,168, média de 48,54 e a mediana de 45 anos, compreendendo desde jovens em plena idade produtiva até idosos já aposentados.

Já em relação à **idade dos filhos dos respondentes**, predominaram a idade entre 12 a 17 anos, com 35,2%, e entre 18 a 23 anos, com 27,8% (Tabela 22). É importante destacar que a idade dos filhos influencia nas atividades desenvolvidas nas propriedades visitadas, uma vez que, as famílias que possuem crianças pequenas geralmente se afastam das atividades agrícolas ou se restringem a trabalhar nas proximidades da casa, a fim de cuidar das crianças.

**TABELA 22** – Idade dos filhos das famílias rurais pesquisadas no município de Araponga, MG.

<b>Idade dos Filhos</b>	<b>Número de respondentes</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
0 a 5 anos	8	7,4
6 a 11 anos	17	15,7
12 a 17 anos	38	35,2
18 a 23 anos	30	27,8
24 a 29 anos	5	4,6
30 a 35 anos	10	9,3
<b>TOTAL</b>	<b>108</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Resultados da Pesquisa, 2012.

Quanto à **religião**, verificou-se que 93,0% dos respondentes se declaram pertencentes à religião católica, seguido da evangélica com 5,6%, e apenas 1,4% disse não pertencer a nenhuma religião.

Verificamos, finalmente, que 100% dos respondentes moravam no campo, sendo sua maioria natural da mesma comunidade, cujos agregados eram constituídos por 1 a 4 membros morando na mesma residência. A maioria dos respondentes, com 73,6%, tinha uma mediana de 2 filhos, o que comprova a tendência do Censo Demográfico, nas últimas décadas, de redução dos tamanhos das famílias. A maioria

dos respondentes era o sexo feminino, com estado civil de casado e mediana de idade de 45 anos. Para os 73,6% que tinham filhos, as idades variavam de 0 a 35 anos, com maior percentual para as idades entre 12 a 17 anos (35,2%) e 18 a 23 anos (27,8%). Quanto à religião, a católica era a que predominava, tendo sido esta a religião declarada por 93,0% dos respondentes.

### 6.1.1 Escolaridade e Formação Técnica

Como vimos no Capítulo 2, a escolaridade da população rural é um dos quesitos importantes na mensuração do processo de urbanização do campo, visto que a educação escolar atua com um processo formativo de desenvolvimento de sujeitos sociais e de qualificação profissional. E esta, ao ser buscada pela população residente no campo de forma crescente, provoca alterações contribuindo para a formação intelectual e consequente mudança de postura em relação ao futuro (RAMBAUD, 1973).

Sobre esse aspecto, da **escolaridade dos respondentes** apontada na Tabela 23, constatou-se que o número de anos de estudo variou entre 0 para aqueles que não tinham estudo algum, e 17 anos, ficando a média em 5,01 anos de estudo e mediana em torno de 4 anos de estudo.

**TABELA 23** – Escolaridade dos entrevistados residentes na zona rural do município de Araponga, MG.

<b>Fase Escolar dos Respondentes</b>	<b>Número de respondentes</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Analfabeto	7	9,7
Ensino Fundamental Incompleto	50*	69,4
Ensino Fundamental Completo	3	4,2
Ensino Médio Incompleto	3	4,2
Ensino Médio Completo	4	5,5
Ensino Superior Incompleto	1	1,4
Ensino Superior Completo	3	4,2
Pós-Graduação Completa	1	1,4
<b>TOTAL</b>	<b>72</b>	<b>100</b>

\* Inserido nesse total de 50 pessoas, 64,0% correspondia até 4ª série do ensino fundamental, totalizando um número de 32 pessoas que responderam a mesma questão.

**Fonte:** Resultados da Pesquisa, 2012.

Esse resultado indica as marcas de um campo ruralizado durante a idade escolar correspondente a sua faixa etária, o que remete a uma geração anterior de modos de vida vividos pelos respondentes em que a prioridade era o trabalho e não os estudos.

Constatamos, também, por meio do Teste T, que o nível de escolaridade das mulheres respondentes, em relação aos homens respondentes, apresentava um valor significativo, sendo elas com um nível de estudo maior que os homens, conforme pode ser visualizado na tabela que se segue.

**TABELA 24** – Grau de escolaridade entre homens e mulheres respondentes do município de Araponga, MG.

<b>Sexo do Respondente</b>	<b>Número de respondentes</b>	<b>Média</b>	<b>Sig</b>
Feminino	39	5,95	,000*
Masculino	33	3,91	

\* Para que o teste t seja significativo o valor do sig deve dar menos que -0,05.

**Fonte:** Resultados da Pesquisa, 2012.

Apesar de constatar uma maior escolaridade da mulher em relação à do homem, essa não é significativa a ponto de percebermos aí um grande investimento da mulher em termos de sua qualificação para atuação em um mercado de trabalho à parte à agricultura. Ao contrário do que observou Camarano e Abramovay (1998)<sup>24</sup>, essa qualificação não configura um quadro propício à migração feminina para a cidade ou para os grandes centros para ocupação de melhores e mais qualificados postos de trabalhos. Nesse sentido, esses dados não nos permitem associá-los a uma tendência de independentização econômica da mulher a partir da sua maior escolarização, enquanto um valor citadino.

Já com relação à **escolaridade dos filhos**<sup>25</sup> dos respondentes, dentre o total de 53 que possuíam filhos, observou-se que 48,2% dos filhos estavam com suas idades

<sup>24</sup> O estudo desses dois autores relacionados evidenciou a tendência das mulheres rurais de migrarem para a cidade para estudar mais e almejem por um futuro profissional promissor, de forma que possam ter uma boa condição econômica e serem independentes.

<sup>25</sup> Para verificarmos se os filhos estavam dentro da faixa etária escolar correta, utilizamos como critério de classificação a Resolução de 2010 do Conselho Nacional de Educação, onde se tem a pré-escola (5 a 6 anos de idade); o ensino fundamental (dividido em anos, que vão do 1º ao 9º ano e as

dentro do esperado para a série que frequentavam. Em contraposição, 50,9% dos filhos não estavam em fase escolar compatível com suas idades e 0,9% dos filhos não havia estudado. Os anos de estudos tiveram o mínimo de 1 ano e máximo de 15 anos. O Quadro 6 mostra as principais fases escolares dos filhos dos respondentes, onde verificou-se que 35,2% dos filhos estavam cursando o ensino fundamental cuja a idade não estava dentro do esperado para a série frequentada.

**QUADRO 6** – Escolaridade dos filhos dos respondentes pesquisados no município de Araponga, MG.

<b>Fase Escolar dos Filhos</b>	<b>n<sup>I*</sup></b>	<b>%</b>
Ensino Fundamental Incompleto dentro da faixa etária correta para cada série	18	16,7
Ensino Fundamental Incompleto fora da faixa etária correta para cada série	38	35,2
Ensino Fundamental Completo e Ensino Médio Incompleto dentro da faixa etária correta para cada série	16	14,8
Ensino Fundamental Completo e Ensino Médio Incompleto fora da faixa etária correta para cada série	16	14,8
Ensino Fundamental e Médio Completo; e Ensino Superior Completo	3	2,8
Ensino Fundamental e Médio Completo; e Ensino Superior Incompleto	6	5,6
Fase Pré-Escolar dentro da faixa etária correta	1	0,9
Não está em Fase Escolar, mas está dentro da faixa etária correta	8	7,4
Não está em Fase Escolar, mas está fora da faixa etária correta	1	0,9
Não estuda	1	0,9
<b>TOTAL</b>	<b>108</b>	<b>100</b>

\* n<sup>I</sup>= número de respondentes

**Fonte:** Resultados da Pesquisa, 2012.

No que diz respeito, especificamente, ao **tipo de formação dos respondentes em curso superior**, observou-se que 93,0% dos entrevistados não tinham curso superior, sendo apenas 7,0%, com pós-graduação em Psicopedagogia; Mestrado em Linguística e Literatura Comparada; Magistério Superior e Pedagogia.

---

idades vão de 6 a 14 anos, cronologicamente um ano para cada série); o ensino médio (divididos em 3 séries que vão dos 15 a 17 anos, cronologicamente um ano para cada período) e o ensino superior.

Já em relação aos  **cursos de capacitação**  desenvolvidos pelo próprio respondente ou por algum componente na família, verificou-se que 9,7% dessas pessoas já haviam desenvolvido ou vinham desenvolvendo algum tipo curso para melhorar a propriedade. Entre os  **tipos de cursos**  estavam: análise de terra; manejo de nascentes; fabricação de iogurte; aprendendo a trabalhar com o café; fabricação de queijo; técnico administrativo; homeopatia e pecuária.

Esse dado ainda que tenha um percentual baixo em relação aos que nunca fizeram nenhum tipo de curso seria interessante, uma vez que, podemos perceber que a formação dos habitantes do campo no nível técnico e superior ampliaria a possibilidade de mobilidade social, cultural e espacial dos mesmos. Ao mesmo tempo, esse baixo percentual se justificaria por fatores de ordem cultural que estariam enraizados nos mesmos, a exemplo, do elevado grau de importância que se dá ao trabalho em detrimento do estudo, já que os mesmos apresentariam certa inquietude em esperar concluir todo o processo de formação superior. Sendo esse um forte indicativo de um modo de vida urbano, o investimento na formação escolar.

Para os 90,3% que disseram não terem feito nenhum tipo de curso, os principais argumentos baseavam-se na justificativa que se aprenderia com a prática mesmo, assim como, com os antepassados, conforme exemplificados nos relatos abaixo:

“Não, não. Não fizemos não. Mas isso boba é coisa que agente aprende na prática. Não precisa fazer não (Respondente 22, mulher, 33 anos)”.

“A gente aprende de oreia, só no tranco como diz o ditado” (Respondente 47, homem, 62 anos).

“Aprendi na prática mesmo” (Respondente 9, homem, 59 anos).

“Fiz não, aprendi com os mais antigos” (Respondente 14, mulher, 37 anos).

Entretanto, cabe destacar que muitos daqueles que ainda não haviam feito nenhum tipo de curso, expressam a vontade de desenvolvê-lo, conforme pode ser visto na fala abaixo, onde uma mãe faz referência em relação à vontade do filho:

“Meu filho mais novo tem vontade de fazer. O mais novo a vontade dele é, como que é (...) é ser mecânico. É na parte elétrica. O mais velho é ser agrônomo que continua mexendo na lavoura” (Respondente 62, mulher, 40 anos).

Tal como destaca Rambaud (1973) a sociedade urbana, através da educação, coloca o campo em um processo que vai se tornando semelhante à cidade, sendo um meio de aculturação que produz uma ruptura cultural, através do modo de vida. Ou seja, a cultura urbana transmite regras comportamentais e que vão se adentrando no campo e transformando os modos de vida. No entanto, apesar disso, o que se evidenciou na pesquisa, a despeito de os respondentes evidenciarem a importância do estudo na sociedade contemporânea, foi um investimento ainda pouco significativo nessa área.

### 6.1.2 Trabalho

Em relação ao **trabalho**, verificou-se que dos 72 respondentes, 97,2% trabalhavam e 2,8% estavam inativos por motivos de saúde. O local de trabalho que predominava era aquele desenvolvido em casa, com 84,3% (Tabela 25). Com isso, podemos inferir que a tradicional junção entre o mundo do trabalho e o mundo da casa continuava fortemente arraigada no modo de vida das famílias entrevistadas.

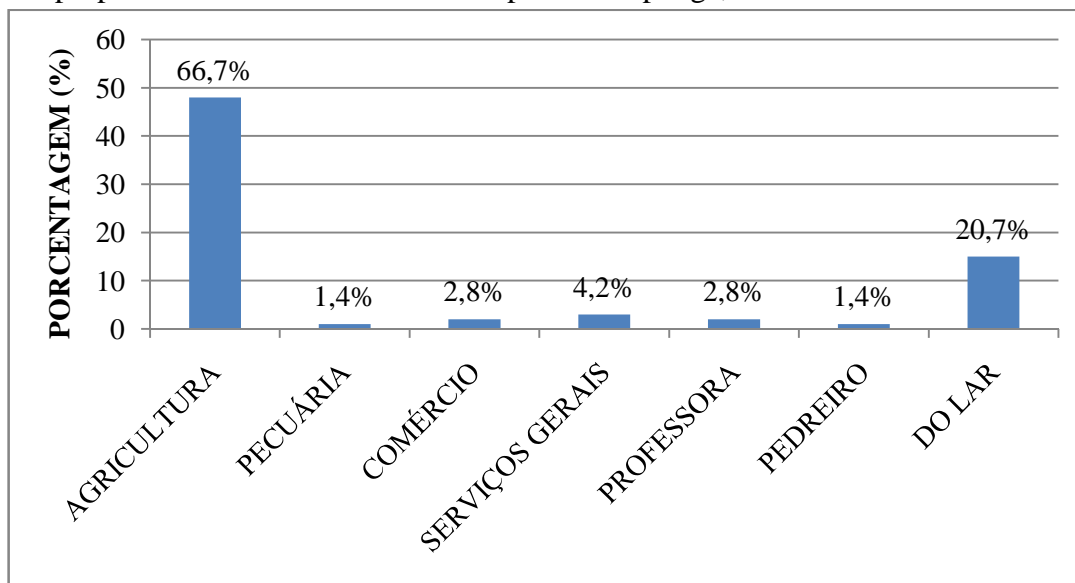
**TABELA 25** – Local de trabalho dos respondentes pesquisados no município de Araponga, MG.

				Local de Trabalho		
		Respondentes	%	Em casa	Fora de casa	Em casa e fora de casa
Trabalha	Sim	70	97,2			
	Não	2	2,8	84,3%	1,4%	14,3%
<b>TOTAL</b>		<b>72</b>	<b>100</b>	<b>100%</b>		

Fonte: Resultados da Pesquisa, 2012.

Quanto à **atividade principal** desenvolvida pela família, a agricultura com 66,7% foi a atividade com maior porcentagem, seguida das atividades domésticas com 20,7%, conforme mostra o Gráfico 11.

**GRÁFICO 11** – Atividade principal desenvolvida pelas famílias pesquisadas nas propriedades localizadas no município de Araponga, MG.

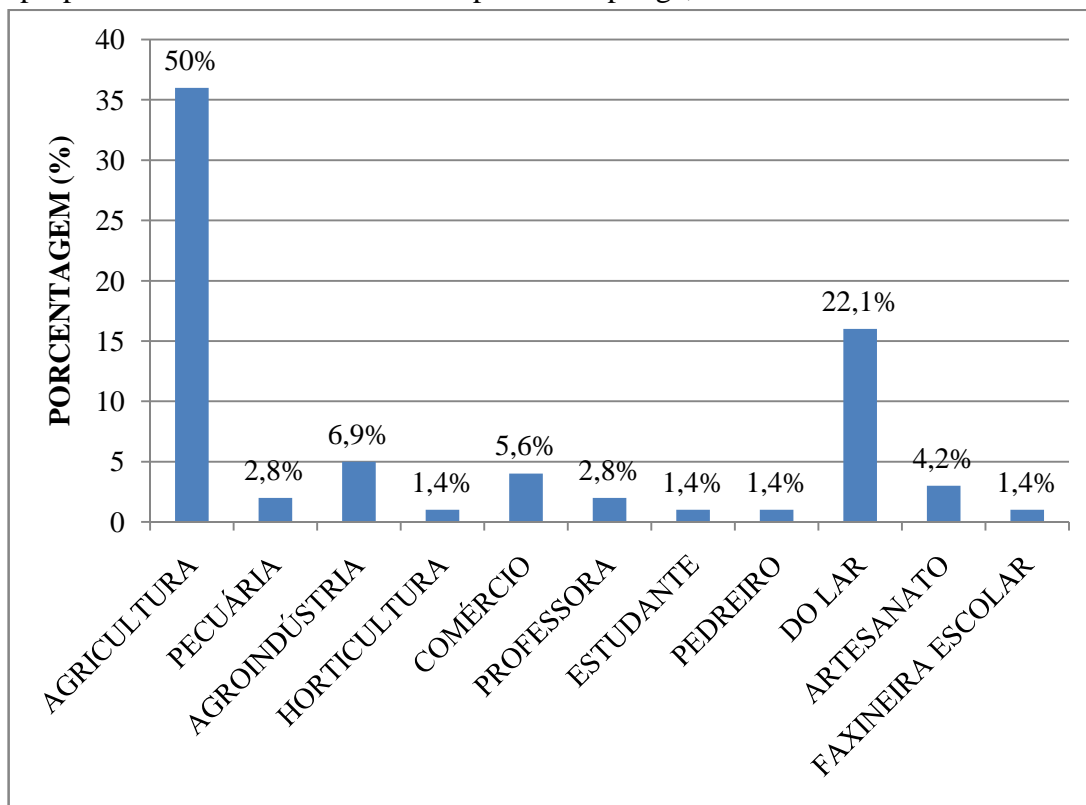


Fonte: Resultados da Pesquisa, 2012.

Já em relação à **atividade secundária**, a agricultura ganhou destaque com 50%, seguidos das tarefas domésticas com 22,1%.

Esses dados revelam a permanência da tradicionalidade ligada às atividades desenvolvidas pelas famílias nas propriedades. Isto porque as atividades agrícolas e domésticas continuam sendo as práticas mais frequentes realizadas pelas famílias. Entretanto, entremeadas a essas atividades tradicionais, observamos um conjunto de atividades diferentes das tradicionais (serviços gerais, professora, pedreiro, pecuária, comércio, agroindústria, artesanato, faxineira escolar) que passaram a ser desenvolvidas no campo, conforme aparecem no Gráfico 11 e 12. Fato este, percebido por Carneiro (2012) em seus estudos sobre o rural, ao notar que o meio rural se transformou de forma a abarcar outras funções que não apenas as de produção agrícola. Entretanto, a combinação de atividades agrícolas com atividades não-agrícolas, nesse caso, não nos permite visualizar uma dinâmica atual determinada por novas formas das analogias entre campo e cidade e pelas novas articulações entre agricultura e sociedade.

**GRÁFICO 12** – Atividade secundária desenvolvida pelas famílias pesquisadas nas propriedades localizadas no município de Araponga, MG.



Fonte: Resultados da Pesquisa, 2012.

No que se refere ao **número de horas que as famílias trabalhavam por dia**, esta variou de no mínimo 5 horas/dia e máximo de 14 horas/dia, com média de 8,83 e mediana de 8 horas/dia. Os relatos a seguir sobre o uso do tempo pelos entrevistados, corroboram a perspectiva de um modo de vida mais rural em Araponga. Ou seja, ao dizerem como empregam o seu tempo, quer seja relacionado ao “tempo do trabalho” e ao “tempo do descanso”, os nossos entrevistados evidenciam como, nos espaços rurais, o uso do tempo no trabalho assume um significado diferente daquele da cidade, onde o cotidiano é construído por um tempo mecânico, em que a rapidez dos acontecimentos determina o ritmo de seu modo de vida.

“A gente levanta cedo e vai né? (risos). Enquanto tem dia a gente vai mexendo (risos)” (Respondente 17, mulher, 51 anos).

“Na hora que amanhece até à hora de deitar. Pego seis, vou tirar leite, vou mexer na roça, chego em casa umas seis horas e vou até deitar. Dá umas doze horas (Marido da Respondente 2, homem, 55 anos)”.

“(...) Tipo assim, somos família, levanta um, levanta todos. Trabalha um vão todos (Respondente 1, homem, 47 anos).

Rimbaud (1973) já dizia que o próprio tempo dedicado ao trabalho seria diferente: o trabalho no campo operaria de acordo com o tempo natural, diferente do tempo social, da cidade. Nesse sentido, a transição de uma sociedade tradicional para uma sociedade capitalista, introduziria mudanças nas noções de tempo, ditando um novo conceito de trabalho. Cândido (1964), ao falar do processo de urbanização, no Brasil, relaciona uma profunda alteração no ritmo do trabalho, visto que a expansão do mercado capitalista forçou o caipira a multiplicar seus esforços físicos e atrofiou as formas coletivas de organização do trabalho como os mutirões e outros tipos de ajudas coletivas.

Outro elemento relacionado à ruralização nos modos de vida diz respeito à pouca formalização das relações trabalhistas. Verificamos que para o desenvolvimento das suas atividades, 95,8% não possuía **carteira assinada**. Apenas 1,4% dos respondentes, disseram possuir carteira assinada, e 2,8% não quiseram falar sobre o assunto. Não possuir carteira assinada está relacionado ao tipo de trabalho familiar que é desenvolvido, em sua maioria, pelos próprios grupos familiares.

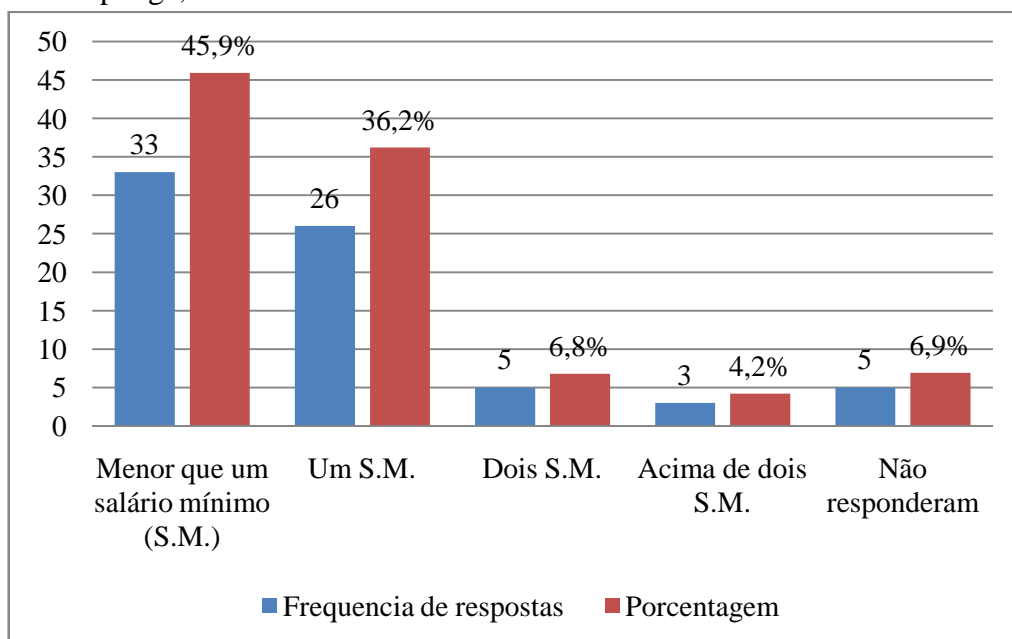
### 6.1.3 Perfil Econômico

Em relação à **renda individual dos respondentes**, esta variou de 1 a 4 salários mínimos<sup>26</sup>, sendo que 45,8% dos respondentes com renda inferior a um salário mínimo; conforme pode ser verificado no Gráfico 13.

---

<sup>26</sup> Na época do estudo o salário mínimo era de seiscentos e vinte e dois reais (R\$ 622,00).

**GRÁFICO 13** – Renda individual dos respondentes pesquisados no município de Araçuaia, MG.



Fonte: Resultados da Pesquisa, 2012.

Quanto à **renda mensal familiar**, do total das 72 famílias que a declararam, esta variou de R\$ 150,00 a R\$ 6.000,00, sendo a média de R\$ 1.253,66 e mediana de R\$ 1.100,00 por família.

Considerando-se todas as fontes de renda constatou-se que as famílias que possuem outra fonte de recursos financeiros, muitas vezes a obtêm a partir de aposentadoria, pensão, programas de transferência de renda do governo ou de forma esporádica trabalhando em faxinas, vendas.

Em relação à renda advinda da aposentadoria, verificou-se que dos 72 respondentes, 29 recebem aposentadoria, totalizando um percentual de 40,3%, sendo o próprio respondente o receptor do benefício (34,5%), seguido do casal com 27,6%, além de outros membros familiares (Tabela 26).

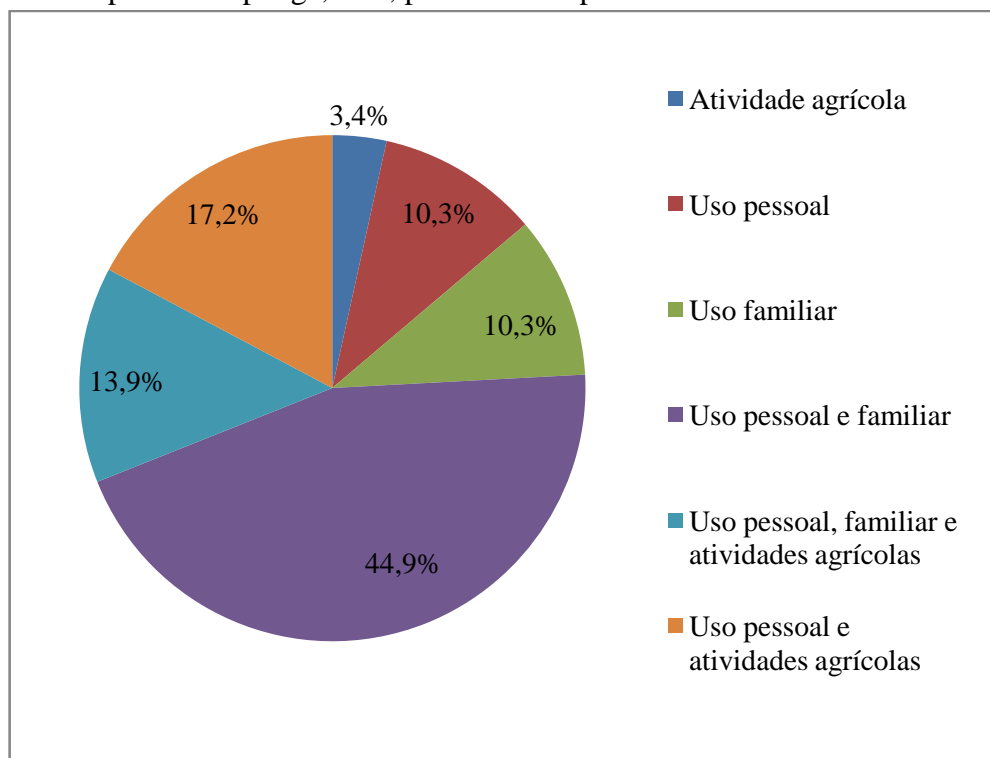
**TABELA 26** – Número de membros aposentados nas famílias pesquisadas no município de Araponga, MG.

<b>Aposentado</b>	<b>Número de respondentes</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Respondente	10	34,5
Casal	8	27,6
Esposa	4	13,9
Marido	2	6,9
Mãe	2	6,9
Irmão	1	3,4
Pai	1	3,4
Sogra	1	3,4
<b>TOTAL</b>	<b>29</b>	<b>100</b>

Fonte: Resultados da Pesquisa, 2012.

As formas de **utilização da renda advinda da aposentadoria** estão apresentadas no Gráfico 14, onde percebemos que o maior investimento com 44,9% referia-se ao uso familiar e pessoal; seguidos do uso pessoal e atividades agrícolas (17,2%).

**GRÁFICO 14** – Utilização da renda obtida pelas famílias pesquisadas no município de Araponga, MG, por meio da aposentadoria.



Fonte: Resultados da Pesquisa, 2012.

Quando perguntados sobre os **benefícios concedidos pelo governo das quais eles usufruíam**, constatou-se que dos 40,3% dos respondentes que disseram receber benefícios, estes estavam distribuídos nos seguintes itens: 62,2% de participação em programas assistenciais (a exemplo do Bolsa Família, onde as quantias mensais recebidas em dinheiro variavam de R\$ 50,00 a R\$120,00, diferença explicada pelo número de filhos na escola); 34,4% em ganho de remédios no Posto de Saúde, e 3,4% em acesso ao auxílio doença.

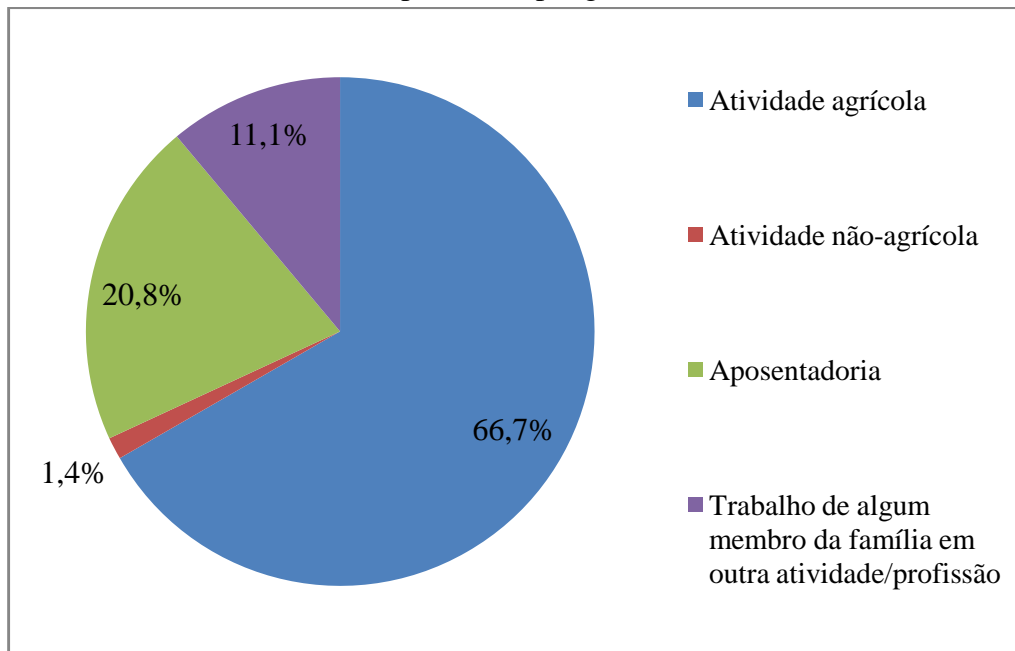
Em relação ao **acesso ao crédito**, observou-se que 62,5% dos respondentes já haviam acessado algum tipo de crédito, sendo este investido em terreiro de cimento e compra de moto para o filho. As fontes de crédito foram: PRONAF (71,1%), agência bancária (22,2%) e outros tipos não especificados pelos respondentes (6,7%). Verificou-se ainda em relação ao crédito que esses eram acessados principalmente pelos homens. Fato este que demonstra ainda a complexidade que se têm quanto o acesso ao crédito por mulheres rurais.

Segundo Alves (2006), tais dificuldades poderiam estar associadas à divisão sexual do trabalho nas famílias; o medo das mulheres em ter que lidar com instituições tais como bancos e órgãos governamentais, identificadas com a figura masculina; a falta de documentação civil e trabalhista; o viés de gênero presente na atuação da assistência técnica rural; e o título de posse da propriedade que geralmente está no nome do homem.

Mesmo assim, no geral, podemos dizer o acesso ao crédito representa, sem dúvida, uma mudança pelas quais as famílias rurais vêm passando, pois se pensarmos dentro de uma cultura rural típica tomar dinheiro emprestado significaria dizer que não se era capaz de sustentar a si mesmo e a sua família (RAMBAUD, 1973).

A atividade agrícola colocou-se como a **fonte de renda mais importante para a família** para 66,7% das famílias entrevistadas, como ilustrado no Gráfico 15, abaixo.

**GRÁFICO 15** – Fonte de renda considerada mais importante para as famílias rurais entrevistadas no município de Araponga, MG.



**Fonte:** Resultados da Pesquisa, 2012.

Ainda em relação à renda, quando questionado sobre o destino da renda, ou seja, em **que a família gastava o dinheiro**, 97,2% dos respondentes disseram investi-lo nas despesas de casa e 40,3% na compra de móveis e eletrodomésticos (Quadro 7). Esse resultado nos leva a perceber indícios da incorporação de um modo de vida citadino pelo campo, nos termos de Rambaud (1973), o que ocasiona mudanças em relação à forma como a renda é pensada e investida dentro da propriedade.

**QUADRO 7** – Investimento da renda das famílias pesquisadas no município de Araponga, MG.

Investimento	Frequência		Porcentagem (%)	
	Sim	Não	Sim	Não
Despesa de casa	70	2	97,2	2,8
Compra de roupas e calçados	34	38	47,2	52,8
Compra de móveis e eletrodomésticos	29	43	40,3	59,7
Investe na propriedade	24	48	33,3	66,7
Investe na educação	18	54	25,0	75,0
Investe na saúde	18	54	25,0	75,0
Reforma de casa	16	56	22,2	77,8
Guarda o dinheiro na poupança/casa	6	66	8,3	91,7
Combustível	6	66	8,3	91,7
Paga funcionários	6	66	8,3	91,7
Diversão	3	69	4,2	95,8
Compra de produtos	2	70	2,8	97,2
Compra terras	2	70	2,8	97,2
Investe em outra propriedade	2	70	2,8	97,2
Mesada para o filho	1	71	1,4	98,6
Paga impostos	1	71	1,4	98,6
Dízimo	1	71	1,4	98,6

Fonte: Resultados da Pesquisa, 2012.

No tocante ao **investimento da renda realizado pelos filhos**, constatou-se que do total de famílias com filhos (53), 25 destes (47,2%), alegaram investir seu dinheiro na educação (12,0%), na propriedade ou na casa (40,0%), em diversão (24,0%) e compras de roupas e calçados (24,0%). Para os demais (52,8%) não foi constatado nenhum tipo de investimento, pelo fato de alegarem não fazer nenhum tipo de investimento, pois eram dependentes dos pais.

Quando questionado (em relação a si ou a algum membro da família) se pediam **opinião para gastar o dinheiro**, observou-se que 66,7% responderam que ‘sim’, sendo a principal opinião consultada em relação ao cônjuge (52,1%), seguido de todos da família (43,7%), filho (2,1%) e irmão (2,1%). Os dois primeiros relatos exemplificam como os casais acham importante pedir opinião um para o outro quando vai investir o dinheiro em algo; e a terceira mostra a importância atribuída a todos os membros das famílias:

“Ah tem que ser ué. Primeiro a mulher, depois o homem e o travesseiro” (Respondente 48, homem, 69 anos).

“Aqui nem pra vender galinha nós não vende sem falar um com o outro. Convém de nós errar depois, mas todo mundo tem que saber (risos)” (Respondente 12, homem, 48 anos).

“Sempre a gente pede opinião. Vai fazer pra todo mundo né? A gente tem que sentar e conversar né? Principalmente quando foi construir essa casa. A gente senta, como é que eu vou fazer, assim, assado. Não é? É pra todo mundo” (Respondente 20, mulher, 41 anos).

Para aqueles respondentes (33,3%) que declaram **não pedir opinião**, as justificativas se pautavam no medo da recusa por parte do membro familiar em relação àquele investimento em determinado produto em que se quer fazer.

“Eu não, quando eu vejo que precisa comprar, que ele nem gosta que compra, eu vou e compro, pago” (Respondente 11, mulher, 76 anos).

“Depende da situação. Mulher não pergunta pro marido se deve gastar em roupa e sapato. Até porque a resposta né, não vai ser a que a gente quer ouvir. Então é melhor ficar calada (risos)” (Respondente 23, mulher, 27 anos).

Diante dos resultados expostos em relação ao perfil econômico, observamos que a renda se torna símbolo de segurança e de ganho para os rurais. Além disso, percebemos por meio da renda advinda da aposentadoria, assim como, em relação aos benefícios concedidos pelo governo, a paridade econômica e social que se estabelece.

Rambaud (1973) já dizia que dentro de um contexto representado pelo recebimento do salário, seja por meio das atividades agrícolas ou por outra fonte de renda, como a aposentadoria, pensão, programa de transferência de renda traz possibilidades de mudanças no campo como, por exemplo, novos valores do consumo que representam uma possibilidade de individualização, permeada pela relação com o dinheiro ou as trocas monetárias.

## 6.2 Características das Propriedades Rurais

A fim de descrever as características das propriedades pesquisadas considerou-se: o tamanho das propriedades, principais tipos de atividades agrícolas

presentes nas propriedades, conhecer as atividades agrícolas mais lucrativas, pessoas das famílias que realizavam essas atividades agrícolas, a existência de contrato nas propriedades, tipos de atividades não-agrícolas desenvolvidas pelas famílias nas propriedades, membro familiar que mora nas propriedades e trabalha fora, tipos de máquinas e produtos utilizados nas propriedades para desenvolver as atividades agrícolas, tipo de assistência técnica e tipo de empréstimo feito para investir nas propriedades. A escolha desses indicadores se deu em função de possibilitar caracterizar as propriedades de forma geral e visualizar de forma mais concreta evidências de mudanças de concepções em torno de elementos centrais como os tipos de máquinas e produtos utilizados nas propriedades para desenvolver as atividades agrícolas, tipo de assistência técnica e tipo de empréstimo feito para investir nas propriedades. Tais indicadores, se presentes, introduzem no sistema tradicional a possibilidade de especializar o trabalho e de romper a submissão ao dado natural através de um espaço com uma nova função.

Quanto ao tamanho das propriedades esta variou de 1 a 6 hectares (Tabela 27), sendo a média de 3,18 e mediana de 3 hectares por propriedade, com desvio-padrão de 1,802.

**TABELA 27** – Tamanho das propriedades visitadas no município de Araçuaia, MG.

Área (hectares)	Número de respondentes	Porcentagem (%)
1 a 5 ha	17	23,6
6 a 10 ha	15	20,8
11 a 20 ha	10	13,9
21 a 30 ha	10	13,9
Mais de 31 há	8	11,1
Não souberam responder	12	16,7
<b>TOTAL</b>	<b>72</b>	<b>100</b>

Fonte: Resultados da Pesquisa, 2012.

No que se refere às **atividades desenvolvidas nas propriedades**, verificou-se que estas variavam entre **atividades agrícolas** e **não-agrícolas**. Em relação às atividades agrícolas, a horticultura era o produto mais produzido pelas famílias com

95,8% de produção, seguidos do café com 91,7%, do feijão com 86,1% e do milho com 84,7% da produção, conforme mostra a Tabela 28.

Além disso, dentre os **produtos agrícolas** considerados de maior **rentabilidade** para as famílias, o café se destacou com 92,8%, seguidos do milho, 5,8% e por último o eucalipto, com 1,4%.

**TABELA 28** – Atividades agrícolas produtivas desenvolvidas nas propriedades pesquisadas no município de Araçuaia, MG.

<b>Produtos Agrícolas</b>	<b>% Produz</b>	<b>% Não Produz</b>
Horticultura	95,8	4,2
Café	91,7	8,3
Feijão	86,1	13,9
Milho	84,7	15,3
Fruticultura	26,4	73,6
Mandioca	15,3	84,7
Cana-de-açúcar	11,1	88,9
Eucalipto	5,6	94,4
Arroz	2,8	97,2
Amendoim	1,4	98,6

Fonte: Resultados da Pesquisa, 2012.

Quanto às atividades **não-agrícolas**, verificou-se que 88,9% desenvolviam esse tipo de atividade (em detrimento de 11,1% que disseram não desenvolver esse tipo de atividade) que estavam relacionadas atividades relacionadas à criação de animais domésticos com 72,2%, seguidos da pecuária, em segundo lugar com 43,1%, e a agroindústria com 23,6%, conforme apontado na Tabela abaixo.

**TABELA 29** – Atividades não-agrícolas desenvolvidas nas propriedades rurais pesquisadas no município de Araponga, MG.

<b>Atividades Não-Agrícolas</b>	<b>% Desenvolvida</b>	<b>% Não Desenvolvida</b>
Criação de animais domésticos	72,2	27,8
Pecuária	43,1	56,9
Agroindústria	23,6	76,4
Comercialização: galinha/ovo/porco	12,5	87,5
Comércio	9,7	90,3
Artesanato	6,9	93,1
Pedreiro	5,6	94,4
Outros (faxineira, serviçal)	5,6	94,4
Costura	2,8	97,2
Piscicultura	2,8	97,2
Cabeleireira	1,4	98,6
Turismo	1,4	98,6

**Fonte:** Resultados da Pesquisa, 2012.

Quanto ao número de pessoas das famílias entrevistadas que trabalhavam com a agricultura nas propriedades, observou-se, que as pessoas envolvidas com a agricultura teve o mínimo de 1 e máximo de 12 pessoas, com média de 4,56 e mediana em torno de 3 pessoas por propriedade;, sendo o desvio-padrão de 3,373.

Dentre os **membros familiares que desenvolviam estas atividades**, verificou-se com um percentual de 31,9% que todos das famílias trabalhavam em prol dessas atividades; seguidos do casal, com 20,8% (Tabela 30).

**TABELA 30** – Membros familiares que trabalhavam nas atividades agrícolas desenvolvidas nas propriedades rurais pesquisadas no município de Araponga, MG.

<b>Membro Familiar</b>	<b>Número de respondentes</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Todos da Família	23	31,9
Casal	15	20,8
Marido	7	9,8
Respondente	5	6,9
Casal e Filhos	5	6,9
Filhos	5	6,9
Pai e Filha (o)	3	4,2
Ninguém da Família	3	4,2
Avôs e Neta (o)	2	2,8
Casal, Filhos e Genro/Nora	2	2,8
Irmãos	2	2,8
<b>TOTAL</b>	<b>72</b>	<b>100</b>

Fonte: Resultados da Pesquisa, 2012.

Verificou-se que, a maior parte do grupo (43,0%), tinha na família, a base de sua **mão-de-obra** para o trabalho na propriedade (Tabela 31). Além disso, outros tipos de mão-de-obra também foram mencionados: contratada por dia (18,0%); contratada por dia e com presença de meeiros (16,7%); troca de dia e parceria (13,9%).

**TABELA 31** – Tipo de mão-de-obra utilizada nas propriedades rurais pesquisadas no município de Araponga, MG.

<b>Mão-de-obra</b>	<b>Número de respondentes</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Familiar	31	43,0
Contratada por dia	13	18,0
Contratada por dia e tem meeiro	12	16,7
Troca de dia e parceria	10	13,9
Meeiro	3	4,2
Fixo na propriedade	1	1,4
Contratada por dia, fixo e tem meeiro	1	1,4
Contratada por dia e fixo	1	1,4
<b>TOTAL</b>	<b>72</b>	<b>100</b>

Fonte: Resultados da Pesquisa, 2012.

Entretanto, quanto à **regularidade do trabalho**, notou-se que uma minoria de 10 dos respondentes (13,9%), disseram fazer contrato escrito, prevalecendo ainda com 86,1%, a ausência de regulamentação trabalhista. Tal fato se explica, certamente, também pelo fato de todos os envolvidos serem da família e da informalidade instituída historicamente nessas relações.

### **6.2.1 Aparatos Tecnológicos: do mais simples ao mais moderno**

Outro item que pode ser considerado como revelador das mudanças ocorridas no campo, refere-se aos **aparatos tecnológicos**. Podemos inferir que toda produção supõe o uso de determinado(s) instrumento(s), do mais simples ao mais complexo. A técnica é um momento da atividade, é o conjunto de ações que tendem a um resultado. Técnica é igual a meio, são os meios para obtenção de algo, para obtenção da vida. O fim da atividade produtiva serve geralmente para satisfazer a certa necessidade.

Neste sentido, constatou-se que o **uso de máquinas** esteve presente na maior parte das propriedades que fizeram parte desse estudo (68,1%). Os tipos de maquinários iam desde o uso de colheitadeira até o sistema de irrigação, e 31,9% disseram não possuir nenhum tipo de máquina. Na Tabela 32 podemos verificar os principais maquinários encontrados nas propriedades, sendo a picadeira (41,7%) e a roçadeira (40,3%) os mais citados pelos respondentes.

**TABELA 32** – Tipos de máquinas e média de anos dos maquinários presentes nas propriedades rurais pesquisadas no município de Araponga, MG.

<b>Tipo de Máquina</b>	<b>% Possui</b>	<b>% Não Possui</b>	<b>Média de Anos das Máquinas</b>
Picadeira	41,7	58,3	8,6
Roçadeira	40,3	59,7	2,8
Trator	13,9	86,1	3,6
Ciladeira	9,7	90,3	5,7
Motosserra	8,3	91,7	3,1
Debulhador de Milho	6,9	93,1	1,6
Derraçadeira	6,9	93,1	2,0
Secador de Café	4,2	95,8	11,0
Colheitadeira	2,8	97,2	16,0
Ordeneira	2,8	97,2	4,0
Arado	2,8	97,2	4,0
Moinho	2,8	97,2	19,0
Pulverizador	2,8	97,2	2,5
Resfriador de Leite	1,4	98,6	3,0
Esmeril	1,4	98,6	1,0
Balança	1,4	98,6	30,0
Moedor de Café	1,4	98,6	30,0
Limpador de Café	1,4	98,6	20,0
Despolpador de Café	1,4	98,6	15,0
Engenho	1,4	98,6	10,0
Sistema de Irrigação	1,4	98,6	4,0
<b>Total: 21 Máquinas</b>			

**Fonte:** Resultados da Pesquisa, 2012.

Cabe destacar que embora os respondentes tenham citado maquinários mais antigos como o moinho (Figura 10), o arado, o engenho (Figura 12) e o moedor de café (Figura 11), também, verificou-se o uso de tecnologias mais avançadas, como a picadeira (Figura 13), a ordeneira (Figura 14), o resfriador de leite (Figura 15), o trator (Figura 16) e o microtrator (Figura 17) que podem estar associado a mudanças nos modos de vida, a partir do trabalho no campo.

**FIGURA 10** – Moinho de fubá (1902).



Fonte: Resultado da Pesquisa, 2012.

**FIGURA 11** – Moedor de café manual.



Fonte: Resultado da Pesquisa, 2012.

**FIGURA 12** – Engenho de cana-de-açúcar.



Fonte: Resultado da Pesquisa, 2012.

**FIGURA 13** – Picadeira.



Fonte: Resultado da Pesquisa, 2012.

**FIGURA 14** – Ordenhadeira.



Fonte: Resultado da Pesquisa, 2012.

**FIGURA 15** – Resfriador de leite.



Fonte: Resultado da Pesquisa, 2012.

**FIGURA 16** – Trator.



**Fonte:** Resultado da Pesquisa, 2012.

**FIGURA 17** – Microtrator.



**Fonte:** Resultado da Pesquisa, 2012.

Mesmo que tenhamos percebido elementos de um modo de vida mais rural, a partir, por exemplo, do uso do tempo pelas famílias, a presença desses maquinários tradicionais e modernos é revelador de que, no espaço rural, há também um tempo ditado pela lógica capitalista, uma vez que o desenvolvimento tecnológico dos meios de produção tem permitido aumentar a capacidade de produção (BAGLI, 2010).

Percebe-se que os rurais almejam usufruir dessas tecnologias, ao mesmo tempo em que mantêm outras de caráter mais tradicionais, assim como demonstram a vontade de aprender a manejar o uso desses aparatos tecnológicos mais modernos, como pode ser visto na fala de um dos respondentes em relação ao manejo da roçadeira.

“Soube descansar depois que nós arrumamos ela (roçadeira). É bom demais. Esse ano se eu for panha café, vou vê se arrumo um jeito de panha café com aquele trem também. Se Deus quiser. Só que eu não ajeito não (roçar mesmo com a roçadeira). Não chega na minha memória não. Meu menino ajeita demais, até o pequeno. Só que o pequeno não pode deixa né? Mas eu falei que esse ano sai de onde sair mais eu vou aprender. Tem que aprender boba. Faz parte. Mas, o meu caso é que eu só gosto de fazer as coisas tranquilo, folgado. Eu num importo com o peso, só que uma coisa que não atrapalha minha memória. Que eu já ando com ela cheia. Se eu for pegar uma roçadeira pra mim ficar com aquela mente e parado naquilo ali, sabendo que eu tinha que fazer aquilo e não posso pensar em mais nada, pra mim já não dá. Eu gosto é de andar com minha memória mais leve. É fazer minhas contas, pensar no que tenho que fazer. É ver o que eu tenho que resolver pra mim dá lucro, porque se eu tiver com aquela mente firme ali, eu acho que tá me dando prejuízo. Então, eu não gosto de fazer não, de jeito nenhum. Só que esse ano eu vou ter que aprender, não adianta não” (Respondente 12, homem, 48 anos).

Quanto ao **uso de produtos químicos**, constatou-se que 100% das famílias utilizavam algum tipo de produto na produção agrícola. Dentre os mais citados (Tabela 33) estavam o adubo (93,1%), a herbicida (30,6%), a cama de galinha e o esterco (16,7%).

**TABELA 33** – Tipos de produtos utilizados na lavoura das propriedades rurais pesquisadas no município de Araponga, MG.

<b>Tipo de Produto</b>	<b>% Faz Uso do Produto</b>	<b>% Não Faz Uso do Produto</b>	<b>Média Utilizada por Uso do Produto</b>
Adubo	93,1	6,9	1,07
Herbicida	30,6	69,4	1,69
Cama de Frango	16,7	83,3	1,83
Esterco	16,7	83,3	1,83
Insumo Agrícola	15,3	84,7	1,85
Calcário	12,5	87,5	1,88
Sulfato	2,8	97,2	1,97
Inseticida	1,4	98,6	1,99
<b>Total: 8 Produtos</b>			

Fonte: Resultados da Pesquisa, 2012.

Esses dados revelam mudanças e permanências nos modos de vida das famílias pesquisadas, visto que, produtos tradicionais como a cama de franco<sup>27</sup> e esterco eram mantidos juntamente com produtos químicos industriais (insumo, adubo, inseticida, herbicida, calcário e sulfato). Segundo Bagli (2010), mesmo que se faça uso de tecnologias mais modernas, não seria possível a emancipação total dos meios tradicionais utilizados pelas famílias em relação à produção, pois as famílias continuam mantendo sua tradição e costumes que estão arraigadas em seus cotidianos.

Quando perguntado aos respondentes se o **uso das práticas tecnológicas era igual a que seus pais utilizavam**, verificou-se que havia um índice significativo, onde 56,9% dos respondentes reproduziam as mesmas práticas do pai, uma vez que

<sup>27</sup> Trata-se de a “cama de frango” de material orgânico produzido a partir do estrume das aves.

alegavam que “*são as mesmas, continua em tradição*” (Respondente 5, homem, 55 anos). Ou então dizendo que, “*é na enxada mesmo, trabalho manual*” (Respondente 28, homem, 50 anos). As tecnologias empregadas no grupo estão, em grande parte, relacionadas a práticas tradicionais, que remetem a um modo de trabalho herdado dos mais velhos, mais “ruralizado”, nos termos de Rambaud (1973).

Sobre esse aspecto, Heredia (1979) ressaltou em seu trabalho sobre o caráter peculiar da enxada, uma vez que a caracteriza como “[...] *a ferramenta que simboliza o trabalho no roçado. Utiliza-se a expressão ‘trabalho na enxada’ para indicar que quem trabalha com ela desenvolve tarefas agrícolas. Por isso a enxada se diferencia de qualquer outro tipo de objeto [...] visto que resume o caráter familiar do roçado*” (HEREDIA, 1979, p.60). Podemos acrescentar ainda que o significado da enxada, em uma unidade familiar de produção, tem seu sentido ligado ao conjunto de elementos em sua volta, sejam eles técnicos sejam simbólicos. Assim seu significado adquire tamanho superior. A enxada é, nesse caso, instrumento de efetivação de um modo de produção, ainda que em outros momentos possa perfeitamente perder o seu sentido, ser só uma enxada, diante ao grande uso de maquinários agrícolas que como observamos na Tabela 31, já faziam parte do cotidiano da maioria das famílias pesquisadas.

Dos 43,1% que disseram não fazer uso das mesmas práticas do pai, os motivos se baseavam principalmente ao uso de produtos químicos na lavoura, máquinas e instrumentos para facilitar o trabalho agrícola que hoje existem, diferentemente daquela época, conforme pode ser visto nas falas abaixo:

“Olha mudou. Eu posso garantir que mudou. Olha porque tipo, quando era tempo do vô, o povo não usava adubar. A mais tempo não usava fertilizante e mais o que? Não usava defensivo, sabe? Era uma coisa bem mais, como eu posso falar, (...). Nem sei como eu posso explicar isso. Mas não tinha tanto acesso a isso (produtos e máquinas) também entende? Então era bem mais atrasado vamos falar assim” (Filho do respondente 6, homem, 54 anos).

“Hoje a gente tem mais máquina né? Antes num tinha” (Respondente 12, homem, 48 anos).

“Modificou assim, porque no caso igual hoje já tem a colheitadeira, essa roçadeira. Ela colhe café né? E já pra plantar também, tem o trator, agente não tem mais que contratar o trator né? A gente não usa a mão-de-obra de fora” (Respondente16, mulher, 38 anos).

“No tempo do meu pai e do pai do meu marido mudou agora. Hoje contrata trator, antes era só arado. Pra bater o mato era com foice mesmo. Hoje já é a máquina que faz” (Respondente 19, mulher, 67 anos).

“Diferente porque agora coloca mais adubo e antes não” (Respondente 38, mulher, 63 anos).

“Antes cavava com a enxada e hoje em dia tudo é com trator” (Respondente 46, mulher, 64 anos).

No geral, poderíamos dizer que as mudanças nas práticas produtivas poderiam ser passadas de pai para filho como apresentado pelo Respondente “5” ao admitir que as práticas continuavam em tradição. E, de outro modo, que as mudanças poderiam advir da capacitação profissional. A “Escolarização e Formação Técnica” do próprio respondente ou de algum componente na família relacionada, sobretudo a cursos, sendo estes referentes à análise de terra; manejo de nascentes e aprendendo a trabalhar com o café que de certa forma traz mudanças nas formas de produção da família, corroboram esse argumento, mesmo que os percentuais apresentados de pessoas que fizeram cursos sejam baixos.

Quanto ao recebimento de **assistência técnica** na propriedade, verificou-se que 84,7% dos respondentes disseram não receber nenhum tipo de assistência, sendo este considerado um índice significativo. Verificou-se, também, que dos 15,3% dos respondentes que disseram possuir algum tipo de assistência técnica, 63,6% eram oferecidas pelo técnico extensionista da região, sendo os demais oferecidos pelo próprio filho, sobrinho ou neto. Notou-se ainda que 72,7% das assistências eram gratuitas e com um percentual de visitas de 72,7% ao ano, conforme representado na Tabela abaixo.

**TABELA 34** – Assistência técnica oferecida nas propriedades pesquisadas no município de Araçuaia, MG.

<b>Tipo de Assistência</b>	<b>%</b>	<b>Quem Oferece</b>	<b>%</b>	<b>Número de Vezes que oferece Assistência</b>	<b>%</b>
Gratuita	72,7	Técnico	63,6	Por Ano	72,7
Contratada	27,3	Filho	18,2	Por Mês	27,3
		Sobrinho	9,1		
		Neto	9,1		
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>		<b>100</b>		<b>100</b>

Fonte: Resultados da Pesquisa, 2012.

A partir dos dados expostos na Tabela 34, observamos indícios de mudanças que poderão ocorrer na forma de se produzir nas propriedades pesquisadas, visto que, a assessoria fornecida, gratuitamente, pelos técnicos extensionistas apresentou percentuais consideráveis. Entretanto, percebemos, também, permanências de um modo de vida rural associado a essa prática, na medida em que os próprios membros familiares (filho, sobrinho e neto) prestavam acessória a propriedade. Segundo Alves (2006), as entidades de assistência técnica representam o principal elo com as comunidades locais graças a sua constante atuação nestas localidades. Particularmente, por serem responsáveis pela elaboração dos projetos produtivos.

Quando perguntado aos respondentes se eles já haviam feito algum **tipo de empréstimo**, verificou-se um índice significativo, onde 45 (62,5%) dos respondentes disseram ter feito, sendo os tipos de empréstimos mais frequentes aqueles advindos do Governo (66,7%), Banco (20,0%) e Cooperativas (SICOOB<sup>28</sup>) (11,1%), sendo que 2,2% da amostra não souberam responder. Constatou-se ainda, que os empréstimos eram feitos em sua maioria em nome dos homens, sendo particularmente em nome do marido com percentual de 42,2% (Tabela 35).

**TABELA 35** – Membro familiar do grupo pesquisado que pegou empréstimo nos últimos anos.

<b>Membro Familiar</b>	<b>Número de respondentes</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Marido	19	42,2
Respondente do sexo masculino	16	35,5
Casal	2	4,5
Filho	2	4,5
Irmão	1	2,2
Respondente do sexo feminino	1	2,2
Esposa	1	2,2
Pai	1	2,2
Mãe		
<b>TOTAL</b>	<b>45</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Resultados da Pesquisa, 2012.

<sup>28</sup>

Sistema de Cooperativa de Crédito do Brasil.

Esses dados apontam para um modo de vida tradicional, visto que os homens em sua maioria continuam sendo os responsáveis por pegarem empréstimos em órgãos públicos e privados. De acordo com Alves (2006), esse fato poderia ser justificado pela perspectiva da assimetria de gênero nas relações internas à pequena produção que se configura no temor das mulheres de se endividarem e/ou deterem que lidar com instituições tais como bancos e órgãos governamentais, identificadas com a figura masculina, principalmente no universo rural. Além disso, a falta de conhecimento e domínio por parte das mulheres rurais dos tramites relacionados às instituições públicas e outras relacionadas à produção representa, neste sentido, um significativo entrave à sua participação pública e política, assim como, à relação com os agentes financeiros que caracteriza como um entrave para que as mulheres façam os empréstimos.

Constatou-se que os principais **investimentos do empréstimo** estavam os gastos com a lavoura de café com 66,6%, seguidos do terreiro de cimento para secar café (13,3%), conforme mostra a Tabela 36.

**TABELA 36** – Local onde o dinheiro do empréstimo foi investido pelas famílias no município de Araponga, MG.

<b>Investimento</b>	<b>Número de respondentes</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Na lavoura de café	30	66,6
Terreiro de cimento para secar café	6	13,3
Na propriedade	2	4,5
Compra de máquinas agrícolas	2	4,5
Compra de terras	2	4,5
Na casa	1	2,2
Compra de veículo (moto)	1	2,2
Pagar contas	1	2,2
<b>TOTAL</b>	<b>45</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Resultados da Pesquisa, 2012.

Em relação aos 37,5% dos respondentes que disseram não terem feito nenhum tipo de empréstimo, as justificativas principais se baseavam no fato de não haviam feito em função do fato de “não precisarem” (26,0%), ou por medo de não conseguir pagar (22,2%), ou ainda, por “não gostarem de mexer com Banco”

(14,8%), conforme pode ser observado na Tabela 37 e nas declarações feitas pelos respondentes apresentadas abaixo:

**TABELA 37** – Motivos apresentados pelos respondentes pesquisados no município de Araponga, para o não financiamento ou empréstimo em Banco.

<b>Motivos</b>	<b>Número de respondentes</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Nunca precisaram	7	26,0
Medo de não conseguir pagar	6	22,2
Não gosta de mexer com Banco	4	14,8
Não gosta de pegar dinheiro emprestado	3	11,1
Para não fazer dívida	2	7,4
O pedido não foi aceito pelo Banco	1	3,7
Só produz para manter a família	1	3,7
Nunca investiram em uma coisa maior que precisasse de empréstimo	1	3,7
A renda é pouca não dá para pagar o empréstimo	1	3,7
Não soube responder	1	3,7
<b>TOTAL</b>	<b>27</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Resultados da Pesquisa, 2012.

“Panhar empréstimo e depois deita na cama e não dorme. Não adianta. Tenho medo. O que agente faz, faz” (Respondente 1, homem, 50 anos).

“Ah, porque como diz: o que a gente vai fazendo vai mantendo e guardando alguma sobrinha que dá e pronto. Ah, porque pega empréstimo que vai empatar, por exemplo, em alguma coisa, igual a gente trabalha de meeiro, então num tem como você investir em muita coisa” (Respondente 16, mulher, 18 anos).

“Tenho medo. Chega na época não pode pagar” (Respondente 38, mulher, 63 anos).

“Porque graças a Deus até hoje não precisou né? (risos). Tem que evitar” (Respondente 45, mulher, 40 anos).

“Eu não gosto não. Tenho medo de conta. Gosto de colocar a cabeça no travesseiro e descansar. O doido!” (Respondente 71, homem, 42 anos).

Esses resultados ligados às características das propriedades apontam elementos como, importância da atividade agrícola como fonte de renda familiar, a permanência de mão-de-obra familiar e ausência de regulamentação trabalhista, que reforçam a permanência no campo de aspectos tradicionais que são instituídos

historicamente nessas relações. O mesmo ocorre com os elementos ligados aos aparatos tecnológicos, onde os maquinários tradicionais (moinho, engenho) ainda são mantidos nas propriedades, assim como, as práticas tecnológicas desenvolvidas nas propriedades que são as mesmas praticadas pelos seus antepassados, além do não recebimento de assistência técnica que apresentaram um índice significativo. Mesmo constatando a presença de atividades agrícolas com atividades não-agrícolas, esta não pode ser, em princípio, associada a um campo urbanizado. Isso porque ela não está associada a uma dinâmica de investimento e a um mercado de trabalho em Araponga ligado a atividades em outros setores, industrial e de serviços. Os maquinários considerados ‘modernos’ (trator, roçadeira, picadeira) e o uso de produtos químicos na lavoura apontam para a interferência de padrões urbanos no campo. Associada a isso, a possibilidade de obter empréstimos advindos do Governo, Bancos e Cooperativas que possibilitam investimentos na propriedade relacionada a uma parte significativa dos rurais (mas não a maioria) aponta para um desejo de se fazer parte de uma sociedade de empreendedores e consumidores, despertada a partir do desejo de acesso aos bens e serviços que a urbanização oferece.

### **6.3 Gestão das Propriedades Rurais**

Outro indicador utilizado para mensurar as mudanças nos modos de vida no campo se refere ao uso da planilha de custo e da contabilidade na condução dos negócios desenvolvidos nas propriedades.

Durante a pesquisa observou-se que 23,6% das famílias utilizavam a planilha de custo e 22,2% das famílias faziam a contabilidade na propriedade. Com esses dados e com base na Tabela abaixo, percebemos que os percentuais são bem próximos um do outro.

**TABELA 38** – Planilha de custo e contabilidade das famílias rurais pesquisadas no município de Araponga, MG.

	Uso de Planilha		Faz a Contabilidade	
	Frequência	Porcentagem (%)	Frequência	Porcentagem (%)
Sim	17	23,6	16	22,2
Não	55	76,4	56	77,8
<b>TOTAL</b>	<b>72</b>	<b>100</b>	<b>72</b>	<b>100</b>

Fonte: Resultados da Pesquisa, 2012.

Nesse sentido, verificou-se que 45,8% das famílias tinham uma racionalidade monetária voltada para a contabilidade e para os cálculos, enquanto 54,2% das famílias, não utilizam nenhuma dessas atividades, apontando características de um rural mais tradicional, onde a racionalidade monetária e o lucro ainda não se faziam presente.

Tal fato nos permite inferir que, a realização da contabilidade na sociedade rural quando posta em prática, indica uma mudança de mentalidade em abertura de espírito, fazendo com que o sujeito que realiza o cálculo do seu negócio, tenha acesso ao dinheiro e ao controle sobre os lucros, despesas e, portanto, ciência de tudo que está acontecendo na propriedade. As três primeiras falas expostas abaixo apontam para o reconhecimento e a motivação da utilidade do controle, ainda que para algumas famílias, esse controle seja parcial, pois não fazem anotação de tudo, conforme apresentados nos demais relatos:

“Coloco no papel com certeza. É pra ver e comprar de acordo. Anoto tudo, pra vê se têm lucro ou não. Porque se não, vamos resolver plantar lavoura o resto da vida. Fiz técnico em administração pra isso mesmo. Se a gente plantar e num tiver uma noção se está dando lucro ou não, é melhor parar por aí né?” (Respondente 50, mulher, 43 anos, grifo nosso).

“A gente faz anotações e o trator tem planilha. Fazendo isso, a gente tem controle de tudo” (Respondente 46, mulher, 64 anos, grifo nosso).

“Ah eu anoto tudo pra gente vê o que vai dar de sobra pra gente né? Eu gosto de fazer, tem um caderno que tá até ali” (Respondente 14, mulher, 37 anos, grifo nosso).

“Eu costumo anotar alguma coisa (milho, feijão, adubo) às vezes de noite. Anotações de serviço que eu vou tocando, aí eu anoto. Não é do geral não sabe? Mas, vamos supor: tudo que eu gastei eu anoto, o adubo, eu anoto o milho, o serviço que eu gastei. Mas, depois por aquela anotação eu vejo se está dando alguma coisa sabe? Aí pra algumas partes eu faço a

contabilidade, mas não pra tudo geral não sabe? Numa você já tem instruções das outras” (Respondente 3, homem, 45 anos, grifo nosso).

“Faço a contabilidade para ter noção dos gastos, e pra não entrar no vermelho” (Respondente 10, homem, 56 anos, grifo nosso).

“Anoto as pessoas que trabalhou pra mim na panha do café. Aí dá pra ter um controle mais ou menos dos gastos” (Respondente 44, homem, 35 anos, grifo nosso).

“Faço a contabilidade pra calcular e saber mais ou menos o gasto, né?” (Respondente 56, homem, 54 anos, grifo nosso).

Dessa forma, a motivação e reconhecimento das famílias a cerca da importância de se fazer o cálculo, evidencia uma mentalidade em que não existiria mais o medo de calcular. Isso se daria de acordo com Rambaud (1973) porque a produção deixaria de ser apenas para a subsistência e passaria a adquirir uma conotação econômica, de lucro. Para Cândido (1964) a necessidade de compra e venda cada vez maior exigiria a construção desse orçamento. O autor ainda acrescenta que a necessidade da construção de um orçamento seria algo imposto pelas transformações da sociedade e representaria uma situação diferente para o homem do campo, já que como os bens seriam produzidos em casa e haveria poucas trocas essa situação condicionaria os habitantes do campo a um comportamento econômico instintivo em que o cálculo, no sentido restrito do termo, quase não existiria.

Entretanto, para os 77,8% dos respondentes que relataram não realizarem a contabilidade, as principais justificativas dadas pelos respondentes, conforme apresentado na Tabela 39 e expostos por meio das falas abaixo, se pautava na falta de necessidade em realizar o cálculo (23,2%), no medo de perceber que não se obtém lucro com o empreendimento e desanimar (14,3%), e pela falta de hábito e costume de se calcular (12,5%).

**TABELA 39** – Motivos apresentados pelos respondentes pesquisados no município de Araponga, para não se fazer a contabilidade dos negócios geridos na propriedade.

<b>Motivos</b>	<b>Número de respondentes</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Não tem necessidade, guarda de cabeça	13	23,2
Se fizer fica doido e desanima	8	14,3
Falta de cuidado/costume	7	12,5
Não soube responder	6	10,7
A renda é pouca e gasta pouco	5	9,0
Tem controle dos gastos	4	7,1
Nunca planejou ou teve essa ideia	3	5,3
Só separa o dinheiro	3	5,3
Não sabe escrever/falta de leitura	2	3,6
Tudo que compra tem cupom fiscal	1	1,8
Trabalha por dia	1	1,8
Não tem tempo	1	1,8
Sabe que não dá prejuízo	1	1,8
Não gosta		
<b>TOTAL</b>	<b>56</b>	<b>100</b>

Fonte: Resultados da Pesquisa, 2012.

“Não fazemos isso não. A gente vai gastando. Gastou? É só maneirado. É igual ao caso do empréstimo; agente não pega o empréstimo, a gente fica com medo de não colher pra pagar. Aí já complica” (Respondente 1, homem, 47 anos, grifo nosso).

“Porque se eu fizer, eu fico doido. Porque se eu fizer, eles falam que não dá lucro. Então, eu conto que eu sou empregado da lavoura. Sou empregado da minha terra. Em comparação, ali você têm seu emprego né? Ali você faz suas coisas, você tem suas despesas, e tem aquela renda do seu trabalho. Mas aqui eu me considero que sou empregado da terra. Ali eu coloco nela, eu tiro dela e vou fazendo assim. Vou jogando. Aí tem que fazer a maior economia pra vê se dá alguma coisa. O que sobra é a economia que faz” (Respondente 12, homem, 48 anos, grifo nosso).

“Não tenho o hábito, é falta de cuidado mesmo. Se for levar tudo na caneta no fim do ano tá pagando para trabalhar. Tipo assim é atirar no escuro” (Respondente 36, homem, 40 anos, grifo nosso).

“Geralmente não. Acho que se a gente fizer muito controle desanima (risos). Nossa ainda mais esse ano que deu muito pouco café. Então, só pega o que dá, paga o que tem pra pagar e vai. Mais a gente não tem esse costume de fazer esse controle não. Não anota tipo assim, não sobra muita coisa. No ano que o café dá muito, você já tem que pensar no outro ano que ele já não vai dá tanto. Aí você já tem que economizar que foi a conta de pagar quem panhou. Não sobrou pra adubação. Então, você tem que controlar entendeu? Você controla desse jeito, mas não no papel direitinho. A gente não tem esse costume. Interessante seria se a gente

colocasse né? Pra ter uma ideia do retorno que ta tendo, se teve prejuízo. Mas a gente não faz isso não” (Respondente 27, mulher, 35 anos, grifo nosso).

De acordo com Rambaud (1973) essa dificuldade em não fazer a contabilidade estaria relacionada à instabilidade agrária que introduziria sempre uma extensa duração entre a terra e o trabalho, período esse cheio de incertezas e acasos, que ameaçariam a renda que foi projetada, dificultando a realização de planejamentos para o futuro. Dentro dessa perspectiva, o futuro seria associado ao medo porque seria incerto. Pode-se observar esse medo na fala de uma respondente, ao se remeter à atividade agrícola:

“Eu que fazia esse controle, mas agora não faço mais não, parei. A não, se colocar muito na ponta do lápis desiste, desanima (risos). Ainda mais esse ano com a chuva de gelo que teve né? Então aí não pode nem ficar somando muito as coisas não” (Respondente 24, mulher, 43 anos, grifo nosso).

Em relação ao membro familiar que **realiza a contabilidade**, verificou-se que em sua maioria eram os homens que realizavam a contabilidade, revelando, portanto, que os homens têm uma autonomia maior que as mulheres em relação à contabilidade gerida em torno das propriedades, conforme pode ser percebido na Tabela abaixo.

**TABELA 40** – Membro familiar que realiza a contabilidade na realidade das famílias pesquisadas em Araponga, MG.

<b>Pessoa responsável pela contabilidade</b>	<b>Número de respondentes</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Respondente do sexo masculino	7	43,7
Respondente do sexo feminino	3	18,8
Marido	3	18,8
Casal	2	12,5
Esposa	1	6,2
<b>TOTAL</b>	<b>16</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Resultados da Pesquisa, 2012.

Quanto ao responsável pela **comercialização dos produtos**, verificou-se que a maioria dos produtos eram comercializados pelos homens, com 72,2%. Apenas um

pequeno percentual de mulheres faziam essa operação (9,7%) e um percentual de 18,1%, essa operação era feita por ambos os sexos. Esses dados nos remetem ao indicador de transformação das relações sociais no campo urbanizado devido à presença da “monetização” de produtos e serviços, que introduziria no campo o sentido da segurança e da garantia de ganho. Na sociedade rural tradicional, não existiria uma racionalidade econômica com base no cálculo, a exploração agrícola não teria como objetivo direto o lucro. A monetização das relações de trabalho e de produção introduziria a lógica do investimento e do lucro. Entretanto, percebemos a permanência do tradicional, por ser o homem quem realiza a comercialização.

Quanto ao **responsável pelo dinheiro** na propriedade, verificou-se que os homens eram em sua maioria responsáveis pelo dinheiro, com 72,5%. As mulheres atingiram um percentual de 8,1%, e ambos os sexos com 19,4%.

Cabe destacar, ainda em relação ao **dinheiro**, que 56,9% dos respondentes disseram que o dinheiro correspondia a todos da família, e 43,1% tinha seu dinheiro individual.

Diante dessas discussões até aqui elencadas, observamos indícios de um modo de vida urbano, mas, preponderantemente, não há incorporação de um modo de vida moderno. O que há é um modo de vida tradicional, convivendo em meio a situações de incorporação de aparatos modernos, como consequência da forma como a renda é pensada e investida dentro da propriedade. Já a renda, esta é percebida em relação aos investimentos realizados na propriedade com os insumos e equipamentos agrícolas, aplicação do dinheiro em poupança, mesmo que em uma porcentagem mínima. A despeito disso, um aspecto que evidencia mudanças nesse quadro é o percentual da renda familiar que é direcionada para a reforma da casa (22,2%), conforme apresentado anteriormente no Quadro 7, página 139.

#### **6.4 Trabalho: da lógica do autoconsumo e subsistência para a lógica racional e moderna**

Nos espaços rurais estudados por Bagli (2010), as relações cotidianas eram construídas a partir de uma intensa ligação com a terra. O sustento da família era assegurado pelo trabalho sobre ela produzido, seja por intermédio dos produtos cultivados (para venda ou consumo), seja por intermédio da criação de animais.

Também Antônio Cândido (1964) estudando os caipiras de Bofete, SP, referiu-se, aos resultados do trabalho na agricultura, anterior à lógica capitalista, como sendo o “mínimo necessário para a sobrevivência”. Porém, com o desenvolvimento social da produção notou-se que novos parâmetros foram introduzidos ao homem do campo distanciando-o dos padrões tradicionais constituídos na vida rural, e ingressando-o à vida urbana, de forma a introduzir uma lógica econômica racional e moderna que traria com uma das consequências a mudança nas formas de consumo das famílias no meio rural (CÂNDIDO, 1964). Em suma, o que se verificaria seria a passagem do trabalho pela subsistência ao trabalho pelo lucro e pelo consumo, onde o dinheiro começaria a imperar na vida das famílias que ali viviam.

Na nossa pesquisa, em referência a essa realidade de **produção para a subsistência**, verificou-se que 18,1% dos respondentes disseram produziam os alimentos na própria propriedade para o autoconsumo e relatavam o seguinte:

“Eu não costumo comprar nada enlatado, eu já faço tudo em casa. Assim, eu não posso ficar comendo essas coisas, eu tenho problema de saúde. Aí eu não posso comer muita coisa não” (Respondente 16, mulher, 38 anos).

“Olha a gente produz todos os tipos de verduras que você imaginar. A gente no caso come arroz, feijão e carne. Quando não está comendo a carne de boi, come de porco e de frango, ou lingüiça (essas feitas em casa pelo menos). Se comprada a turma não é chegada não” (Respondente 22, mulher, 33 anos).

No entanto, constatou-se que a produção de alimentos na propriedade era pequena, quando comparada aos respondentes que mesclavam as duas situações. Ou seja, a maioria comprava e produzia os alimentos (77,7%) que consumiam na propriedade. Apenas 4,2% dos respondentes relataram que somente compravam alimentos fora, sem produzir nada na propriedade. A fala de uma respondente demonstra essa mudança de hábitos em relação aos alimentos que antes eram produzidos na propriedade para aqueles que são comprados.

“Compra aquilo que não produz. Alguns alimentos são produzidos aqui e outros que não produzimos”: alface, tomate, feijão, arroz, carne, ovo, inhame, angu. A gente cuida de tudo da agricultura familiar” (Respondente 2, mulher, 49 anos).

A constatação de que, na maioria das famílias, a maior parte dos alimentos era produzido e/ou comprado fora da propriedade, corrobora com elementos relacionados a um processo de urbanização do campo, tal qual descrito por Cândido (1964). Este autor, ao estudar as mudanças nos modos de vida do caipira paulista diante da urbanização descreveu que os bens de consumo antes produzidos em nível doméstico passavam cada vez mais a serem substituídos por itens comprados fora da propriedade. Mas, por outro lado, demonstra também que mesmo com essas mudanças as famílias não deixaram de produzir para o seu autoconsumo.

O Quadro 8 coloca em evidência os principais alimentos que são produzidos pelas famílias em sua própria propriedade, conforme descrito abaixo.

**QUADRO 8** – Alimentos produzidos pelas famílias pesquisadas na zona rural do município de Araçuaia, MG.

Alimentos Produzidos	Frequência		Porcentagem (%)	
	Produz	Não produz	Produz	Não produz
Feijão	65	7	90,3	9,7
Verduras	65	7	90,3	9,7
Carne	56	16	77,8	22,2
Ovos	48	24	66,7	33,3
Legumes	21	51	29,2	70,8
Leite	19	53	26,4	73,6
Fubá	14	58	19,4	80,6
Óleo (Banha de porco)	10	62	13,9	86,1
Arroz	8	64	11,1	88,9
Milho Verde	3	69	4,2	95,8
Biscoito	3	69	4,2	95,8
Embutidos (Linguiça)	2	70	2,8	97,2
Extrato de Tomate	1	71	1,4	98,6

**Fonte:** Resultados da Pesquisa, 2012.

Já o Quadro 9 aponta para os principais alimentos que são comprados pelas famílias entrevistadas.

**QUADRO 9** – Alimentos comprados pelas famílias pesquisadas na zona rural do município de Araponga, MG.

Alimentos Comprados	Frequência		Porcentagem (%)	
	Compra	Não compra	Compra	Não compra
Arroz	64	8	88,9	11,1
Extrato de Tomate	38	34	52,8	47,2
Macarrão	28	44	38,9	61,1
Legumes	24	48	33,3	66,7
Óleo	17	55	23,6	76,4
Açúcar	15	57	20,8	79,2
Carne	13	59	18,1	81,9
Sardinha	12	60	16,7	83,3
Milho Verde	12	60	16,7	83,3
Leite Condensado	10	62	13,9	86,1
Biscoito	9	63	12,5	87,5
Feijão	7	65	9,7	90,3
Sal	6	66	8,3	91,7
Azeitona	6	66	8,3	91,7
Leite	5	67	6,9	93,1
Embutidos	4	68	5,6	94,4
Pão	4	68	5,6	94,4
Pó de Café	4	68	5,6	94,4
Doces	4	68	5,6	94,4
Creme de Leite	4	68	5,6	94,4
Farinha de Trigo	3	69	4,2	95,8
Manteiga	3	69	4,2	95,8
Tempero	3	69	4,2	95,8
Achocolatado	3	69	4,2	95,8
Refrigerante	3	69	4,2	95,8
Verdura	2	70	2,8	97,2
Batata Palha	2	70	2,8	97,2
Suco de caixa/pacote	2	70	2,8	97,2
Fubá	2	70	2,8	97,2
Ervilha	1	71	1,4	98,6
Farinha de Milho	1	71	1,4	98,6
Maionese	1	71	1,4	98,6
Maisena	1	71	1,4	98,6
Pó de Café	1	71	1,4	98,6
Ricota	1	71	1,4	98,6
Adoçante	1	71	1,4	98,6
Azeite	1	71	1,4	98,6

Fonte: Resultados da Pesquisa, 2012.

Podemos perceber, a partir desses dados, que os padrões de consumo, envolvendo a alimentação, passam por um processo de combinação do sistema da

agricultura de subsistência destinada ao autoconsumo, com a compra de alimentos industrializados adquiridos no mercado local, predominantemente. Esses dados revelam um modo de vida mais rural, visto que, numa dieta básica (arroz, feijão, verdura e carne), a proporção de alimentos que eram produzidos nas propriedades obtiveram uma maior proporção em comparação aos alimentos que eram comprados.

Quando perguntado às **famílias se realizavam as refeições em casa ou fora de casa**, constatou-se que a maioria (93,0%) fazia as refeições em casa; 1,4% fora de casa, e 5,6% disseram realizar as refeições em casa e fora de casa, principalmente quando viajavam.

Outro aspecto observado na pesquisa referiu-se ao **consumo de produtos industrializados de limpeza**. Nesse aspecto, do total de 67 dos respondentes que mencionaram o consumo de produtos industrializados, verificou-se que 49,3% que a compra de produtos prontos era predominante; seguido de 14,9% para aqueles que disseram produzir os produtos de limpeza e 35,8% comprarem pronto e produzirem.

O fato das famílias ainda produzirem artesanalmente vários produtos (a exemplo dos produtos de limpeza, como sabão) demonstra a permanência da tradição no grupo, cujos valores são mantidos mesmo diante de um mundo de opções de produtos industrializados. Essa realidade, ainda que distante temporalmente, se aproxima bastante daquela descrita por Algranti (1997) em relação aos habitantes dos primeiros séculos da colonização, onde parte dos utensílios da cozinha, assim como vassouras de piaçaba, o preparo do sabão e do combustível eram produzidos em casa e extremamente importantes na economia doméstica das famílias.

#### **6.4.1 Consumo de Bens Materiais**

Em relação ao **consumo de bens materiais**, constatou-se que 87,5% dos respondentes disseram ter **comprados móveis** recentemente, conforme apresentado no Quadro 10.

**QUADRO 10** – Móveis comprados recentemente pelas famílias pesquisadas no município de Araponga, MG.

Tipos de móveis	Frequência		Porcentagem (%)	
	Sim	Não	Sim	Não
Guarda-roupa	13	59	18,1	81,9
Cama	9	63	12,5	87,5
Sofá	9	63	12,5	87,5
Mesa	8	64	11,1	88,9
Colchão	6	66	8,3	91,7
Estante	6	66	8,3	91,7
Armário	5	67	6,9	93,1
Cômoda	3	69	4,2	95,8
Mesa de computador	1	71	1,4	98,6
Banco de madeira	1	71	1,4	98,6
Rack	1	71	1,4	98,6
Espelho	1	71	1,4	98,6

Fonte: Resultados da Pesquisa, 2012.

A partir desses dados, constatamos aquilo que Algranti (1997) disse ao referir-se aos equipamentos das moradias, juntamente com seus móveis, utensílios e adornos. Sendo estes considerados instrumentos que possibilitam conhecer os modos de vida das pessoas e as relações que vão sendo estabelecidas entre o campo e a cidade. Uma vez que, com o passar dos anos, as famílias passaram a fazer parte de uma sociedade de consumidores, despertando-se para o desejo de acesso aos bens que a urbanização oferece como na aquisição de móveis para casa, principalmente, na compra de guarda-roupa (18,1%), cama e sofá (12,5%).

Outro item referente ao **consumo**, diz respeito ao vestuário, onde se constatou (Tabela 41), que a maioria (77,8%) dos respondentes comprava roupas prontas, que iam desde o vestuário pessoal, a roupas de cama e de banho.

**TABELA 41** – Consumo de peças do vestuário utilizadas pelas famílias pesquisadas no município de Araponga, MG.

	Compra de Vestuário		Tipos de Vestuários Comprados		
	n <sup>1*</sup>	(%)		n <sup>1*</sup>	(%)
Compra pronto	56	77,8	Roupas pessoais	46	63,9
Faz e compra	6	8,3	Roupas de banho	1	1,4
pronto			Roupas pessoais e roupas	22	30,5
Faz, compra e	8	11,1	de cama		
manda fazer			Roupas pessoais, de banho	3	4,2
Ganha	2	2,8	e de cama		
<b>TOTAL</b>	<b>72</b>	<b>100</b>		<b>72</b>	<b>100</b>

\* n<sup>1</sup>= número de respondentes

**Fonte:** Resultados da Pesquisa, 2012.

Esse dado evidencia mudanças nos hábitos de consumo das famílias, ao longo do tempo. Se antes, no período da colonização, as mulheres produziam seus próprios vestuários, bordavam suas roupas de cama, toalhas, conforme vimos nas descrições apontadas por Freyre (2004) e Algranti (1997). Hoje, diante da variedade de artigos de vestuários que estão disponíveis no mercado e pela falta de tempo, as famílias preferem comprar roupas e peças de vestuários prontas, e fazerem uso da máquina de costura somente para consertos e remendos. As falas abaixo ilustram as principais justificativas apontadas pelas famílias em relação à utilização da máquina de costura para confecção ou compra de vestuários:

“A máquina é usada mais só pra remendar alguma roupa de serviço e pra conserto” (Respondente 27, mulher, 35 anos).

“Tenho máquina de costura mais é muito ruim costurar (risos). Eu mais compro pronta. Eu gosto mesmo da máquina é mais assim, pra embainhar um pano de prateleira, de mesa, e forro de cama, às vezes” (Esposa do respondente 48, homem, 69 anos).

Por meio das falas percebemos de forma clara como na primeira, que a máquina era usada somente para alguns tipos de reparos, assim como, na segunda, cuja finalidade era usar a máquina para pequenos acabamentos, embora a respondente alegasse que não gostava da atividade de costura.

Outro aspecto relatado nas falas das respondentes abaixo e que merece atenção, refere-se à falta de tempo e paciência. Isso, porque o tempo hoje tem uma conotação diferente de outras épocas. Agora as atividades que antes “preenchiam” o tempo, passam a ser ocupadas por outras.

“Eu tenho máquina de costura, mas não costuro. Eu tenho o curso de costura, mas não costuro não. Só peguei o papel mesmo (certificado). Mas, não tenho tempo e nem paciência” (Esposa do respondente 1, homem, 47 anos).

“Faço, mas compro. Faço qualquer tipo de costura. Mas compro pronta por falta de tempo. Gosto de costurar mais o tempo é pouco. Costuro qualquer tipo de costura. Aprendi com a minha mãe costurar” (Respondente 2, mulher, 49 anos).

Além disso, a lógica do “tempo é dinheiro” também se mostrou presente no campo, conforme podemos perceber na fala da respondente 22:

“Sai mais rápido comprar” (Respondente 22, mulher, 33 anos).

“Tenho máquina, mas não sei mexer, aí compro pronta. Na verdade eu acho que ela fica atrapalhada porque eu não sei mexer. Sendo que ela é novinha” (Respondente 45, mulher, 40 anos).

Outro fator que vem modificando os modos de vida dentro de casa e a forma de realização das tarefas domésticas são os eletrodomésticos, visto que, equipamentos tidos como mais “modernos” como, a geladeira, o tanquinho, o fogão à gás, o ferro elétrico, e o liquidificador, que apresentaram os percentuais mais elevados dentre os outros equipamentos listados no Quadro 11, já faziam parte do cotidiano de quase todas as famílias pesquisadas.

**QUADRO 11** – Posse de bens materiais utilizados pelas famílias pesquisadas no município de Araponga, MG.

Tipos Bens Materiais	Frequência		Porcentagem (%)	
	Sim	Não	Sim	Não
Televisão	70	2	97,2	2,8
Antena parabólica	69	3	95,8	4,2
Geladeira	69	3	95,8	4,2
Tanquinho	67	5	93,1	6,9
Fogão a gás	67	5	93,1	6,9
Ferro elétrico	66	6	91,7	8,3
Liquidificador	66	6	91,7	8,3
Celular	56	16	77,8	22,2
Moto	49	23	68,1	31,9
Aparelho de som	44	28	61,1	38,9
Carro	37	35	51,4	48,6
Máquina de costura	34	38	47,2	52,8
Batedeira	30	42	41,7	58,3
Bicicleta	29	43	40,3	59,7
DVD	24	48	33,3	66,7
Freezer	23	49	31,9	68,1
Computador	10	62	13,9	86,1
Microondas	9	63	12,5	87,5
Rádio	8	64	11,1	88,9
Máquina de lavar roupa	6	66	8,3	91,7
Telefone fixo	6	66	8,3	91,7
Forno elétrico	4	68	5,6	94,4
Misteira	4	68	5,6	94,4
Espremedor de fruta	3	69	4,2	95,8
Acesso a internet	2	70	2,8	97,2
TV por assinatura	2	70	2,8	97,2
Ventilador	1	71	1,4	98,6
Panela elétrica	1	71	1,4	98,6
Playstation	1	71	1,4	98,6

Fonte: Resultados da Pesquisa, 2012.

Observa-se com base no Quadro 11 que a posse de alguns bens que eram originalmente considerados urbanos, já se encontra presente em grande parte das propriedades, verificando que os usos de aparatos tecnológicos se ampliam a cada dia, mesmo que o manuseio de alguns equipamentos ainda não seja de domínio das

famílias, ou representem somente algo simbólico, conforme pode ser percebido nas falas das respondentes:

“Ah eu tenho uma coisa de fazer suco que nem sei o nome daquilo lá. Só tem peça pra lavar sabe? Ele dá trabalho pra mim. É muito bom sabe, se você gostar de lavar vasilha né? Aí é ótimo. Oito peças pra lavar. Agora se você não gosta (...). Já usei duas vezes e guardei. Mas pra você fazer suco, você tem que ter assim, umas trinta laranjas e uns quatro abacaxis pra render né? (Respondente 50, mulher, 43 anos).

“Ferro tenho mais não uso, puxa muita força” (Respondente 4, mulher, 58 anos).

“Ferro elétrico tenho, mas só que eu gosto mais o de brasa. Eu tenho que ir lá pega esse ferro, liga esse ferro. Eu uso de brasa, acho melhor. É igual o fogão de gás. Tem a gás mais usa mais o de lenha né? Costume de antigo né? As meninas quando vem fala: me dá o ferro que tá guardado aí, porque eu já acostumei com esse ferro. Eu falo: Toma” (Respondente 11, mulher, 76 anos).

Um dos itens que possibilitou verificar mudanças nos modos de vida e na forma de execução das tarefas domésticas das famílias foi em relação ao uso do fogão. Quando questionado as famílias qual era o **tipo de fogão mais utilizado** no domicílio, verificou-se que, em 66,7% dos casos, predominava o fogão à lenha. Entretanto, tornou-se possível perceber durante as falas das respondentes que a pouca habilidade em relação ao manuseio do fogão à gás era uma realidade enfrentada pelas famílias.

“Uso fogão a lenha. Não dispense meu fogãozinho por nada. Eu ligo o fogão a gás pra fritar um ovo, pega fogo no pano de prato, queimo os dedos tudo” (Respondente 13, mulher, 46 anos).

Em 23,6% dos casos, verificou-se que as famílias combinavam o uso de fogão à lenha e fogão à gás, conforme percebido nas falas que se seguem:

“Uso quase o mesmo tanto no de gás e de lenha. A maioria eu faço almoço no fogão de lenha e esquento janta no fogão a gás” (Respondente 16, mulher, 38 anos).

“Almoço rápido é no fogão a gás” (Respondente 20, mulher, 41 anos).

“A comida é feita no fogão a lenha, mais tem a gás” (Respondente 40, homem, 51 anos).

Já 9,7% dos respondentes disseram que utilizavam somente o fogão à gás, alegando argumentos que se baseavam na lógica da praticidade, considerando o

fogão à lenha como “algo ruim”, pois dava mais trabalho em relação a higienização das louças que se impregnam de carvão, o que dificultava a lavagem da mesma.

“Só a gás, graças a Deus! Deus me livre lavar panela suja de carvão. Tenho à lenha mais é horrível. Não existe isso não. Eu moro na roça, mas não gosto dessas coisas não” (Respondente 50, mulher, 43 anos).

Ademais foram relatados que o uso exclusivo do fogão à gás, estava voltado para o fato das preparações rápidas.

“Odeio fogão a gás, ele só serve pra esquentar leite e fazer mingau” (Respondente 57, mulher, 25 anos).

“Fogão a gás eu só uso pra fazer café, bolo” (Respondente 72, mulher, 31 anos).

Percebemos, assim, através do uso ou não uso do fogão à lenha a coexistência de fatores de mudanças e permanências em termos dos modos de vida, uma vez que, considera-se que as famílias que residem no campo não estão totalmente independentes dos desejos de consumo que o mercado oferece. No entanto, por ter uma forma específica de ver e viver o mundo, as famílias se articulam marginalmente ao sistema. Confirmamos isto, quando observamos nas casas das famílias pesquisadas que, embora, esses novos utensílios estivessem sendo adquiridos pelas mesmas, elas mantinham, e em grande parte das vezes, privilegiavam os utensílios tradicionais. Um exemplo disso poderia ser justamente o caso do fogão a lenha, na medida em que as famílias utilizavam esse equipamento prioritariamente. O fogão à gás coexistia junto com o equipamento mais tradicional para a maioria das famílias, quase como uma peça decorativa. Portanto, podemos inferir que fogão a gás coexistindo com o fogão a lenha é um mínimo que os padrões de habitabilidade da sociedade moderna não contempla. Adquire-se o fogão a gás para a “nova” casa, mas ao mesmo tempo permanece o fogão à lenha e ainda confecciona-se capa para proteger o botijão, representando assim o zelo e cuidado da família rural que se mantém na “nova cozinha”.

O mesmo pode ser dito em relação a outros eletrodomésticos, tal como observamos nas Figuras 18 e 19. O forro de crochê tapando o liquidificador, decorando a tampa de vidro do fogão e o purificador de água. Este último pode ser

considerado um item tipicamente característico dos citadinos, mas que como estamos vendo já fazia parte da realidade estudada.

**FIGURA 18** – Fogão a gás e a lenha com presença de utensílios domésticos revestidos pela capa de crochê confeccionada manualmente.



**Fonte:** Resultados da Pesquisa, 2012.

**FIGURA 19** – Purificador de água.



**Fonte:** Resultado da Pesquisa, 2012.

O mesmo foi observado em relação aos instrumentos utilizados pelas famílias para lavar roupa, demonstrando também como os instrumentos de trabalho vão modificando as atividades e as formas de morar das famílias. Neste quesito, foi questionado sobre a forma **como as famílias lavam a roupa**. Constatou-se que 87,4% das famílias utilizavam o tanquinho; 2,8% faziam uso de máquina de lavar;

4,2% faziam uso tanto da máquina quanto do tanquinho e apenas 5,6% dos respondentes disseram lavar as roupas a mão.

“O tanquinho é para arrancar o grosso e a máquina pra enxaguar” (Respondente 19, mulher, 67 anos).

“Lavo roupa só no tanquinho. Não existe lavar roupa na mão não. Agora calçado eu lavo a mão né? Mas roupa, misericórdia!” (Respondente 50, mulher, 43 anos).

Outro fator impactante nos modos de vida no campo está relacionado à acessibilidade aos meios de transporte (Figura 20). A moto se constituiu em 44,4% dos casos no principal meio de locomoção utilizado pela família, seguido do carro (30,6%) e do ônibus (15,3%). Quanto aos meios de locomoção tradicionais como o cavalo, constatou-se um percentual de 1,4%. Além desses meios de transporte, os respondentes citaram a bicicleta (1,4%) e 6,9% disseram andar a pé.

**FIGURA 20** – Meios de transporte utilizados pelas famílias pesquisadas no município de Araponga, MG: moto (à esquerda) e carro (à direita).



**Fonte:** Resultados da Pesquisa, 2012.

Com as facilidades proporcionadas pelos meios de transporte, as famílias residentes na zona rural do município pesquisado passaram a se deslocavam de suas residências no mínimo uma vez e máximo de 5 vezes por semana ou por mês, com mediana de 3 vezes, conforme mostra a Tabela 42:

**TABELA 42** – Frequência em que as famílias vão à cidade ou ao Distrito de Araponga, MG.

	Número de vezes que vai à Cidade		Número de vezes que vai ao Distrito	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Uma vez por semana	14	19,5	9	12,5
Mais de duas vezes por semana	5	6,9	28	38,9
Uma vez por mês	23	31,9	1	1,4
Mais de duas vezes por mês	4	5,6	-	-
Apenas quando precisa	26	36,1	34	47,2
<b>TOTAL</b>	<b>72</b>	<b>100</b>	<b>72</b>	<b>100</b>

Fonte: Resultados da Pesquisa, 2012.

No que se refere ao acesso às tecnologias de comunicação e as mídias observou-se que este se dá de forma bastante diversificada como a televisão (97,2%); antena parabólica (95,8%); aparelho de som (61,1%); rádio (11,1%); DVD (33,3%). Um item interessante constatado durante a pesquisa, ainda que com percentual baixo (2,8%) em relação aos outros itens já citados, foi o acesso a TV por assinatura. Pode-se inferir que esse tipo de tecnologia se constitui, também, em um dos principais indicativos de mudanças sobre os modos de vida das pessoas que vivem no campo. Além desses itens, averiguou-se que 8,3% dos respondentes possuíam telefone fixo, 77,8% possuíam celular e 2,8% possuíam internet em casa.

O acesso a esses bens pode ser considerado uma forma de facilitar a comunicação e necessidade de adaptação às novas necessidades. Nessa perspectiva percebe-se elementos da sociedade urbana presentes na sociedade rural, já que a sociedade rural tradicional é conhecida pelo silêncio e pelo pouco da fala como nos mostra Rambaud (1973). A comunicação, portanto, é um típico valor citadino. Nesse contexto, o celular passa a ser um bem de consumo como outro qualquer. E, numa sociedade capitalista, onde o consumo assume uma importância fundamental na vida das pessoas, a reposição dos equipamentos acontece de forma contínua, motivado

pelos novos modelos que são colocados no mercado e menos pela sua perda de funcionalidade, tal qual evidencia a fala abaixo:

“O celular, meu filho não esperou nem atrapalhar e arrumou outro”  
(Respondente 1, homem, 47 anos).

Ou então, o seu uso do celular fica reservado para as ocasiões em que se está nas áreas onde há sinal para celular.

“Celular têm mais não funciona aqui” (Respondente 5, homem, 55 anos).

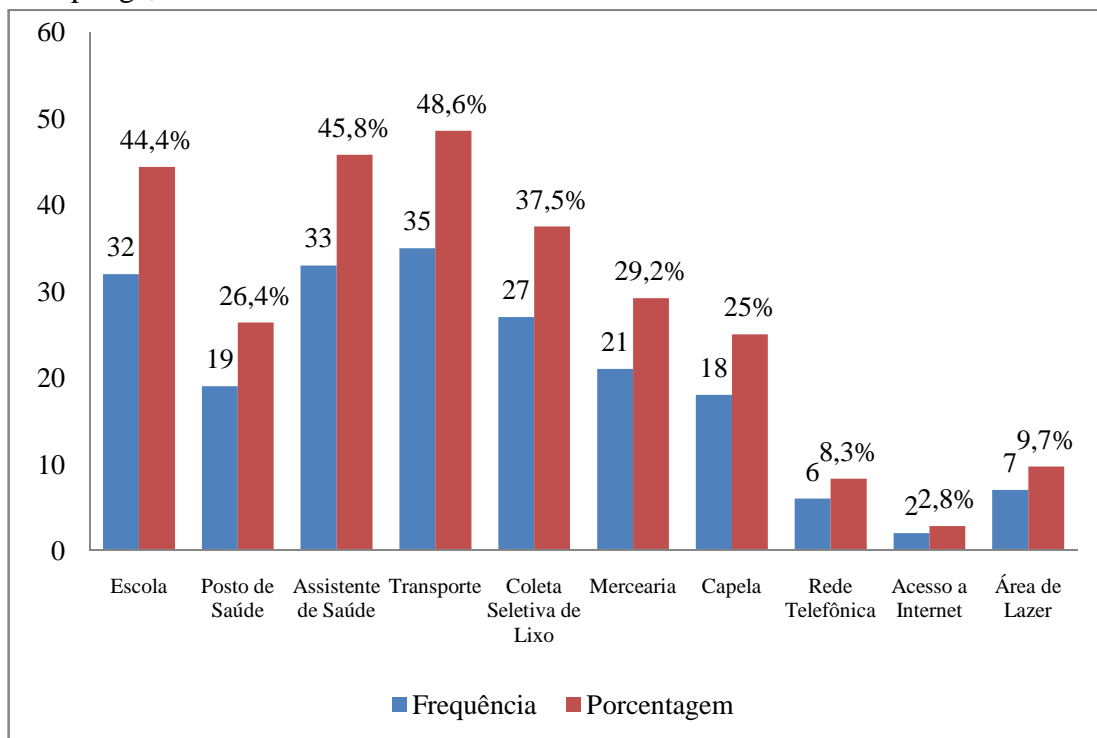
Diante dos elementos aqui tratados referentes aos bens de consumo materiais (móveis, vestuário, eletrodomésticos), acessibilidade aos meios de transporte e acesso às tecnologias de comunicação e mídias, observamos indícios de uma paridade econômica e social entre o campo e a cidade. Sposito (2010), já dizia que a sucessão de novas tecnologias de comunicação oferece a possibilidade de integração espacial, sem, no entanto, haver a necessidade de uma proximidade territorial.

## **6.5 Acesso a Serviços**

O **acesso a serviços** nas comunidades foi outro item que possibilitou visualizar a realidade do campo em termos dos modos de vida das famílias perante os equipamentos e infraestrutura pública a que tinham acesso.

Sobre essa variável, verificou-se que 91,7% dos respondentes disseram ter acesso a algum tipo de serviço na comunidade, em detrimento de 8,3% que disseram não ter acesso. Dentre os principais serviços (Gráfico 16) citados pelos respondentes estavam: o acesso ao transporte (48,6%), a visita de uma vez por mês da assistente de saúde (45,8%) e o acesso a escola (44,4%) (Figura 22). Além disso, observamos que outros tipos de serviços como, por exemplo, mercearia e capela (Figuras 21) faziam parte da realidade pesquisada.

**GRÁFICO 16** – Acesso a serviços nas comunidades pesquisadas no município de Araponga, MG.



Fonte: Resultados da Pesquisa, 2012.

**FIGURA 21** – Capela (à esquerda) e Mercadoria (à direita) localizada na comunidade de São Joaquim, Araponga, MG.



Fonte: Resultados da Pesquisa, 2012.

**FIGURA 22** – Escola Municipal, localizada na comunidade de São Joaquim, Araponga, MG.



**Fonte:** Resultado da Pesquisa, 2012.

Ainda em relação ao acesso a serviços pela população araponguense, segundo os dados preliminares do IBGE (2010), o município de Araponga, conta com três estabelecimentos públicos municipais de saúde, dispondo de atendimentos ambulatoriais e em especialidades básicas. Vale ressaltar que estes estabelecimentos prestam serviço ao Sistema Único de Saúde (SUS) Ambulatorial.

Em suma, pode-se dizer que o acesso a serviços nas comunidades apontam evidências que tendem a levar a uma aproximação econômica e social dos habitantes do campo e da cidade em função da efetiva expansão das cidades e das facilidades de acesso da população rural a bens e serviços, provocando conforme comentou Wanderley (2009), o encurtamento de distâncias a partir das inovações em comunicação e transporte.

## **6.6 Trabalho e Lazer**

Outro indicador sobre as mudanças nos modos de vida no campo se refere ao **hábito de descansar no trabalho e tirar férias**. A esse respeito, verificou-se que do total de 72 respondentes, 63 (87,5%) disseram descansar do trabalho, sendo os restantes, com 9,7% disseram não descansar e 2,8% não opinaram a respeito.

Quando perguntado se **descansavam do trabalho aos sábados e domingos**, verificou-se que 41,4% disseram que sim e a maioria com 58,6% responderam que não, uma vez que, descansavam somente em um dia da semana, sendo de preferência aos domingos, em dias santos, ou então não descansavam dia nenhum. Vale ressaltar que durante as entrevistas, nas falas feitas pelos homens e mulheres, observamos que em relação ao descanso no trabalho haviam percepções diferenciadas entre ambos os sexos. Ou seja, os homens relacionavam o descanso do trabalho ao “labutar” na lavoura/na roça, ou a outra atividade não ligada a agricultura, conforme pode ser constado nos relatos abaixo:

“Às vezes sábado e domingo e olhe lá heim! Sábado e domingo quando não é época de panhar café. Pode vim aqui dia de domingo que a luta da gente é a mesma. A rotina é uma só mesmo. Agente não tem folga. Na roça não tem folga” (Respondente 5, homem, 55 anos).

“Se não trabalha na roça trabalha em casa. É quase o mesmo pra quem mora assim na roça. Quase o mesmo serviço que faz na semana faz no domingo também. Tira o leitinho, cuida do boi, da galinha. Sempre tem uma coisinha pra fazer” (Respondente 43, homem, 65 anos).

“Eu não descanso dia nenhum. Eu abro a venda dia de domingo, aí como que vou descansar. Tem jeito não. Só para mesmo quando dorme (Respondente 37, homem, 42 anos).

Já em relação às mulheres, observamos que as mesmas relacionavam o descanso do trabalho voltado mais para as atividades da casa, ainda que algumas mencionassem as atividades na roça:

“Só domingo e dias santos. Mesmo assim não para né? Aí levanta têm que fazer almoço, têm que arrumar cozinha. Agente não folga não menina. A gente acaba um serviço, já tem outro, já tem horta pra capinar (...)” (Respondente 11, mulher, 76 anos).

“No domingo que a gente descansa um pouco. Nessa safra de café que agora o bicho pega mais né? Mais no domingo tem que descansar” (Respondente 14, mulher, 37 anos).

“Final de semana aqui é pior que do que de semana porque mais gente vem almoçar aqui. Descansa de jeito nenhum. Eu costumo ficar a toa na segunda-feira. Segunda-feira eu costumo folgar. Começo o dia e “bato uma perna” de manhã cedo. Eu saio e vou pra casa da minha mãe de manhã” (Respondente 22, mulher, 33 anos).

“No domingo a gente faz almoço, arruma cozinha. Mas no sábado é que descansa um “mucado” (Respondente 61, mulher, 43 anos).

“Ah descansa nada. A gente trabalha o tempo todo. No sábado, no domingo. Descansa à tarde no domingo, depois de uma hora mais ou menos” (Respondente 49, mulher, 41 anos).

Relações de trabalho mais democratizadas, especificamente em termos de uma divisão dos trabalhos, constituem-se evidências de um modo de vida mais urbanizado, nos termos de Rambaud (1973). Sobre isso, descreveremos os resultados a respeito do trabalho doméstico e dos papéis desempenhados por ambos os sexos (homem e mulher) no campo.

Assim, em relação às responsabilidades ligadas ao **trabalho doméstico** observamos um modelo familiar tradicional e hierárquico. Verificou-se que a mulher era a pessoa encarregada de realizar todas as atividades ligadas ao ambiente doméstico, ainda que timidamente os homens desenvolvessem algumas destas tarefas, principalmente aquelas ligadas ao jantar e ao café da manhã (Tabela 43). Esses dados nos revelam muito daquilo que vivenciamos no período patriarcal, onde a mulher desempenhava o papel de provedora de alimentos da família e de responsável pela organização doméstica (ALGRANTI, 1997). O papel da mulher, com o processo de urbanização, passou por transformações que se evidenciaram nos seus modos de vida, nos valores, nos hábitos de consumo e nas relações de gênero e geração. Freyre (2004) atribuiu isso ao diálogo com o modo de vida europeu, onde a dona de casa patriarcal (que, em sua maioria, não sabia ler, nem escrever) foi se transformando em um tipo de mulher menos servil e mais mundana, mesmo que ainda carregue consigo traços de um passado que se faz presente.

Outra constatação da pesquisa referiu-se à presença de uma filha adolescente em casa, o que significava um apoio nas atividades domésticas, pois ela sempre estava contribuindo nas atividades domésticas, seja fazendo a limpeza da casa, iniciando o preparo do almoço, ou, em relação às mulheres com filhos pequenos, cuidavam do irmão menor.

“Ah eu vou ter que ser sincera. Aqui quem faz mais o serviço de casa é minha filha. Novecentos e noventa e nove por cento é ela” (Respondente 1, homem, 47 anos).

**TABELA 43** – Atividades domésticas desenvolvidas pelas famílias pesquisadas no município de Araponga, MG.

<b>Atividades Domésticas separadas por sexo</b>	<b>Limpeza da casa</b>	<b>Café da manhã</b>	<b>Almoço</b>	<b>Janta</b>	<b>Cuidado com as crianças</b>	<b>Lavar roupa</b>
Feminino	95,8%	87,5%	86,1%	57%	88,9%	79,2%
Masculino	2,8%	8,3%	4,2%	33,3%	1,4%	11,1%
Ambos os sexos	1,4%	4,2%	9,7%	9,7%	9,7%	9,7%

**Fonte:** Resultados da Pesquisa, 2012.

A evidência desses traços estaria, pois, relacionada a modos de vida mais tradicionais. Segundo Faria (2009), as atividades domésticas se constituem em um núcleo que parece estar consolidado na vida das mulheres, visto que mesmo que as mulheres estejam inseridas em trabalhos remunerados, as atividades domésticas ainda são consideradas como atribuição feminina, o que se explica devido ao fato de os trabalhos domésticos serem introduzidos como parte do processo de socialização da menina, e, logo, vivenciado pelas mesmas como parte de sua identidade. Nos relatos abaixo, observam-se, por exemplo, que as próprias mulheres, tomam a responsabilidade da atividade doméstica para si, ainda que o marido a ajude em algo:

“Eu faço tudo, mas ele ajuda na comida” (Respondente 57, mulher, 25 anos).

“Apertou, dividi as tarefas. Cada um faz uma coisa. Ele (marido) também tá fazendo o queijo (risos). Cada um faz uma coisa né? Tem que ajudar né? (risos). Trabalho em conjunto” (Respondente 14, mulher, 37 anos).

“Comida aqui em casa é nós dois que fazemos” (Respondente 2, mulher, 49 anos).

“Meu marido costuma que faz café da manhã. Só isso que sobra pra ele, somente sábado e domingo” (Respondente 45, mulher, 40 anos).

“A minha esposa faz tudo. E ainda trabalha na roça” (Respondente 70, homem, 42 anos).

Assim, percebe-se, nesses casos, que as próprias mulheres acabam por aplicar a si mesmas a responsabilidade sobre as atividades da casa em geral, mesmo quando o marido se dispõe a ajudar, como vimos evidenciado nos depoimentos em relação à

atividade de preparo do jantar (33,3%). Isso acontece porque essas atividades estão subtendidas por elas e de forma geral, pela sociedade, como obrigações e responsabilidades femininas.

As falas que se seguem ilustram a divisão ou a unificação que se estabeleciam entre ambos os sexos, assim como, o “machismo” por parte dos homens quando o assunto perpassava aos afazeres domésticos:

“O homem pode até mexer na panela, mas foi feito pra mulher”  
(Respondente 31, homem, 60 anos).

“A mulher que faz o sevicinho da casa. O sevicinho da casa é dela”  
(Respondente 53, homem, 45 anos).

“As tarefas da casa é minha esposa. Nós só come depois (risos)”  
(Respondente 67, homem, 35 anos).

Heredia (1979), já demonstrava a divisão que se estabelecia entre o homem e a mulher, principalmente no que se referia à oposição casa-roçado. Uma vez que, o pequeno produtor, como pai de família, era quem deveria prover o consumo coletivo dos membros do grupo doméstico. E como os bens necessários ao consumo eram fornecidos pelo roçado, seria o homem responsável pelas atividades que se realizavam no mesmo. Cabendo, portanto, o lugar da mulher, enquanto mãe de família, a casa e os afazeres domésticos.

Verifica-se, portanto, uma representação naturalizada do homem como chefe da família e responsável pela produção, o que conduz a uma perspectiva masculina desta. Como consequência, observa-se uma desvalorização e marginalização das atividades realizadas pelas mulheres nas esferas produtiva e reprodutiva. A mulher é vista comumente como mãe, filha ou mulher de agricultor e não como agricultora. Neste sentido, a divisão sexual do trabalho na família representa um entrave fundamental para a participação das mulheres em atividades produtivas remuneradas (ALVES, 2006).

A partir dos dados da PNAD e do Censo Demográfico de 2000, Alves (2006) observou em relação à pequena produção rural no Brasil, uma baixa participação das mulheres na produção remunerada, que se torna cada vez mais masculina, ficando o trabalho produtivo feminino subsumido principalmente no trabalho para o

autoconsumo e no trabalho não remunerado, que é imbricado com o trabalho doméstico.

Na pesquisa realizada por Rambaud (1973), na França, na década de 1960, a adesão da mulher à urbanização se expressaria através da sua mentalidade: mais de 60% das garotas rurais escolarizadas na cidade pensavam que a mulher teria que ter uma profissão e ser economicamente independente. Reportando essa perspectiva à nossa pesquisa, a partir dos dados referentes às atividades principais e secundárias desenvolvidas pelas mulheres. Em relação a esse dado identificamos que as mulheres estavam ligadas aos serviços gerais (4,2%), à atividades de ensino como a de professora (2,8%), aos serviços ligados à agroindústria (6,9%), ao artesanato (4,2%) e aos serviços de faxina (1,4%) conforme apresentado nos Gráficos 11 e 12 das páginas 132 e 133. Os dados evidenciam, portanto, uma baixa participação das mulheres na produção remunerada, tal qual os dados apresentados por Alves (2006). Na realidade estudada é pequeno o percentual de mulheres exercendo outra profissão e/ou atividades que não aquelas ligadas ao ambiente doméstico. Esses dados reiteram a presença de um forte “*ethos*” de tradicionalismo e ruralidade à realidade estudada, com pequenos indícios de mudança dessa orientação.

Voltando para o item trabalho e lazer, no que se refere às **férias**, 12,9% dos respondentes disseram tirar férias; enquanto 87,1% disseram não ter o hábito de fazê-lo, pois segundo os respondentes “*na roça não tem férias não*” (Respondente 16, mulher, 38 anos). Essa constatação aproxima a comunidade de Araponga às sociedades rurais agrícolas estudadas por Rambaud (1973) onde existiam dias de trabalho e de não-trabalho, mas não se tinha o hábito de tirar férias. Esse traço da cultura rural fica bem claro nas falas apresentadas nas famílias de Araponga.

No que se refere à questão do **lazer**, constatou-se que dentre as famílias que possuíam opções de lazer, estas eram de acordo com a cultura local e a infraestruturas existentes nas comunidades, a exemplo do futebol, da missa, das festas, dos eventos culturais (touradas, cavalgadas) e religiosos, dentre outros. Esse indicador realça a evidência da cultura rural bastante presente na localidade, visto que havia pouco intercâmbio com a cultura urbana e com o lazer cidadão.

A Figura 23 exemplifica um crachá usado por um dos participantes durante as cavalgadas que se tem no município de Araponga, que normalmente acontece uma vez por ano e era tida por ele como uma prática de lazer.

**FIGURA 23** – Crachá dos participantes da cavalgada realizada no município de Araponga, MG.



Fonte: Resultado da Pesquisa, 2012.

Cabe destacar que para aquelas famílias que declaram não ter nenhum tipo de lazer, observou-se que esse era um desejo a ser conquistado.

“Essa casa não tem muito lazer não. Eu gosto de finais de semana ir à casa dos meus pais, mais lá a gente “munta” no serviço. O serviço só muda de lugar. A gente finge né? Gostaria muito de ter esse privilégio” (Respondente 2, mulher, 49 anos).

Em relação ao número de **horas que eram gastos para o lazer**, verificou-se que a média estava em torno de 2,69 e mediana de 3 horas por dia, com mínimo de 1 hora e máximo de 6 horas por dia.

Os principais **momentos de lazer** explicitados pelos respondentes estavam distribuídos nas seguintes atividades relatadas no Quadro 12 que se segue:

**QUADRO 12** – Atividades de lazer desenvolvidas pelas famílias pesquisadas no município de Araponga, nas horas de folga.

<b>Atividades de Lazer</b>	<b>Número de pessoas que responderam a mesma questão</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Assistir Televisão	59	81,9
Ir à Igreja	49	68,1
Fazer Visitas	33	45,8
Festas e Bailes	11	15,3
Jogar Futebol	8	11,1
Viajar	6	8,3
Contar Caso	6	8,3
Andar à Cavalo	4	5,6
Dormir	3	4,2
Pescar	2	2,8
Jogar Baralho	2	2,8
Ir a Bares	2	2,8
Fazer Caminhada	1	1,4
Cavalgada	1	1,4
Tourada	1	1,4
Jogar Sinuca	1	1,4
Brincar no Computador	1	1,4
Ouvir Música	1	1,4
Ir à Cachoeira	1	1,4
Ir à Pizzaria	1	1,4
Fazer Churrasco	1	1,4
Acessar à Internet	1	1,4
Participar de Grupo de Reflexão	1	1,4
Passar o Rodo no Café	1	1,4
Cuidar do Quintal	1	1,4

**Fonte:** Resultados da Pesquisa, 2012.

Observa-se com base no Quadro 12, que as atividades mais corriqueiras do dia-a-dia das famílias pesquisadas no município de Araponga baseavam-se praticamente em assistir televisão (81,9%), ir à igreja (68,1%) e fazer visitas (45,8%).

Quando questionado sobre a **frequência** com que praticava cada item de lazer, apurou-se, dentro da porcentagem estimada para cada prática, uma frequência que se distribuiu nas seguintes formas:

**TABELA 44** – Frequência das práticas de lazer realizadas pelas famílias pesquisadas no município de Araponga, MG.

Práticas de Lazer	1 vez/ semana	2 vezes/ semana	+ 2 vezes/ semana	Apenas em datas comemorativas ou eventualmente	Todos os dias	1 vez/ mês	2 ou + vezes/ mês	1 ou + vezes/ ano
Assistir TV	3,4%	-	1,7%	-	89,8%	5,1%	-	-
Ir à Igreja	24,5%	4,1%	2,0%	6,1%	2,0%	47,0%	12,3%	2,0%
Fazer Visitas	45,5%	3,0%	9,1%	30,3%	-	9,1%	3,0%	-
Festas e Bailes	9,1%	-	-	90,9%	-	-	-	-
Jogar Futebol	50,0%	-	-	12,5%	-	37,5%	-	-
Viajar	16,7%	-	-	-	-	-	-	83,3%
Contar Caso	50,0%	-	-	16,7%	33,3%	-	-	-
Andar à cavalo	25,0%	25,0%	-	25,0%	-	-	-	25,0%
Dormir	-	-	-	100,0%	-	-	-	-
Pescar	50,0%	-	-	50,0%	-	-	-	-
Jogar Baralho	-	-	-	100,0%	-	-	-	-
Ir a Bares	50,0%	-	-	-	50,0%	-	-	-
Caminhada	-	-	-	-	100,0%	-	-	-
Cavalgada	-	-	-	-	-	50,0%	-	50,0%
Tourada	-	-	-	-	-	-	-	100,0%
Jogar Sinuca	100,0%	-	-	-	-	-	-	-
Computador	100,0%	-	-	-	-	-	-	-
Ouvir Música	-	-	-	-	100,0%	-	-	-
Ir à Cachoeira	-	-	-	100,0%	-	-	-	-
Ir à Pizzaria	-	-	-	100,0%	-	-	-	-
Churrasco	-	-	-	100,0%	-	-	-	-
Acessar à internet	-	-	-	-	100,0%	-	-	-
Grupo de reflexão	-	-	-	100,0%	-	-	-	-
Passar o rodo no café	-	-	-	-	-	-	-	100,0%
Cuidar do quintal	-	-	-	100,0%	-	-	-	-

**Fonte:** Resultados da Pesquisa, 2012.

Com base no número de pessoas que praticavam cada atividade, conforme apresentadas no Quadro 12, os dados expostos na Tabela 44 nos permitem verificar,

de forma detalhada, as maiores frequências em termos de uma assiduidade cotidiana de lazer por parte das famílias pesquisadas. Percebe-se, assim, uma predominância das atividades de lazer relacionadas a um modo de vida rural, quando, tomamos como referência, as maiores frequências correlacionadas à assiduidade dessas práticas. Nesse sentido, registramos parte das práticas de lazer realizadas diariamente, em que o ato de assistir televisão se coloca como a prática mais corriqueira realizada pelas famílias. Observamos, também, às práticas que são realizadas uma vez por semana, em que a visita aparece como a mais frequente (45,5%), seguido da ida à igreja (24,5%) e do jogo de futebol (50,0%) e contar caso (50,0%). Já para aquelas atividades que são desenvolvidas pelas famílias apenas em datas comemorativas ou eventualmente, ganhou destaque (30,3%) as visitas, as idas a festas e bailes, assim como ida à igreja (6,1%). Além disso, notou-se que, para o período de uma vez, duas ou mais vezes por mês, a prática de ir à igreja obteve as maiores frequências comparadas às outras atividades.

Entretanto, podemos perceber que há algumas inserções de práticas de lazer ligadas ao modo de vida citadina, como, por exemplo, no caso do último período que se enquadra em uma vez por ano, notamos que a prática de viajar (83,3%) era a mais comum praticada pelas famílias e que, de certa forma, representa como uma prática mais citadina. O mesmo pode ser dito em relação à prática de se assistir televisão. Essa mídia, a televisão, permite que pessoas próximas ou de realidades distantes usufruam da mesma programação. Essa era uma prática cotidiana, evidenciada na grande frequência com que as famílias praticavam (89,8%). De outro lado, percebemos a manutenção de práticas de lazer e sociabilidades que faziam parte da maior parte da população durante os primeiros séculos de colonização. Práticas estas, conforme destacou Algranti (1997), que se encontravam fora das paredes do domicílio, fosse ele a rua ou a igreja, pois os grandes momentos de integração social eram as festas religiosas comemoradas com procissões e missas, além de jogos de baralho e visitas aos amigos.

Quando questionado se era **gasto dinheiro para se divertir e quanto era gasto**, observou-se que 51,4% das famílias alegaram gastar dinheiro, sendo que este investimento em sua maioria (89,2%) era menos de 25% da renda mensal. Apenas

5,4% alegaram ter um gasto de 25 a 50%, e 5,4% disseram gastar mais de 75% de sua renda.

De forma geral, verificamos que em relação ao trabalho e o lazer, os dados revelaram aspectos de um modo de vida mais rural, ainda que traços urbanos se fizessem presentes. Isto porque observamos que, o hábito de tirar férias praticamente era inexistente; as percepções em relação ao descanso do trabalho para os homens e as mulheres eram diferenciadas, apontando a permanência de um modelo tradicional e hierárquico; o lazer era voltado para a cultura local e com a permanência de atividades ligadas a um modo de vida mais rural que urbano; e o gasto pra diversão era restrito.

## **6.7 Participação em Sindicatos**

A participação das famílias pesquisadas em associações e sindicatos foi outro item analisado na pesquisa constituindo-se em mais um indicador do processo de transformação do campo, onde se constatou que 51,4% dos respondentes participavam de algum grupo ou associação na comunidade.

Segundo Wirth (1979), as associações voluntárias, fundadas na busca de interesses comuns, foram originalmente fundadas nas cidades. Assim, a participação das famílias em associações, sindicatos e cooperativas foram tomados nessa pesquisa como sendo um indicativo de abertura para práticas típicas do processo de urbanização.

A Tabela 45 apresenta um panorama da participação das famílias em instituições e/ou organizações coletivas:

**TABELA 45** – Participação das famílias pesquisadas no município de Araponga, em sindicatos, associações e cooperativas.

<b>Tipo de Organização</b>	<b>n<sup>1*</sup></b>	<b>Porcentagem</b>
Grupos de Igreja/oração	13	35,1
Sindicato de produtor rural	11	29,8
Sindicato de trabalhador rural	2	5,4
Cooperativa de crédito	2	5,4
Partido Político	2	5,4
Sindicato de professores do Estado	1	2,7
Associação ligada à agricultura familiar	1	2,7
Associação ligada ao turismo	1	2,7
Reuniões da Escola Família Agrícola	1	2,7
Encontro de comunidades	1	2,7
Grupo do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata <sup>29</sup>	1	2,7
Movimentos Sociais	1	2,7
<b>TOTAL</b>	<b>37</b>	<b>100</b>

\* n<sup>1</sup>= número de respondentes

**Fonte:** Resultados da Pesquisa, 2012.

Observa-se que todas as associações, sindicatos e cooperativas, exceto os grupos de oração que sempre estiveram presentes na cultura rural, estão fundados na busca de interesses comuns, que se estabelecem independentemente dos laços de parentesco ou amizade e tinham como foco a melhora na produtividade e qualidade do trabalho.

Nesta perspectiva, podemos observar que o acesso a bens e serviços produzidos na cidade pela população que vive no campo se constitui em um dos mais expressivos retratos da transformação dos modos de vida no campo. Acesso esse, como vimos de acordo com Wanderley (2009) e Rambaud (1973), traduzidos em termos de similaridade social e econômica entre habitantes do campo e da cidade. No geral, pode-se dizer com base em Rambaud (1973), que o acesso a bens e serviços materiais e culturais se reflete diretamente no estilo de vida das pessoas que vivem

<sup>29</sup> De acordo com Neto (2000) o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata é uma organização importante no município de Araponga – MG. O CTA é uma organização não governamental que teve origem na Universidade Federal de Viçosa, e que visa promover tecnologias alternativas de produção agropecuárias causadoras de menor impacto socioambiental, a pequenos e médios produtores.

no campo, nas suas condições de materiais de vida, tal como no tempo gasto para realizar as suas atividades domésticas e produtivas, nas suas formas e possibilidades de lazer, bem como no seu padrão de moradia, conforme iremos ver no tópico seguinte.

## 6.8 As Condições de Moradia e do Microambiente Familiar

Para caracterizar as condições de moradia e do microambiente onde estão as famílias pesquisadas, optou-se por identificar a moradia em relação à três itens: 1º) saneamento básico; 2º) tipos de materiais, revestimentos, acabamentos e funções dos espaços; e 3º) aspectos gerais relacionados aos investimentos que foram feitos nas habitações.

Acreditamos que, por meio desses indicadores, poderemos visualizar de forma mais objetiva se as famílias apresentam certa *paridade* com os habitantes da cidade. A começar com o **acesso a serviços básicos de infraestrutura**, a exemplo da água encanada e energia elétrica, serviços que antes se apresentavam como sendo característicos dos cidadãos, agora já fazem parte da realidade das famílias pesquisadas. No entanto, cabe ressaltar que o acesso aos serviços não se dava de forma equilibrada. Ou seja, mesmo tendo acesso a luz elétrica e a água, as famílias ainda se mostraram mais próximas de um modo de vida rural que urbano, principalmente, quando observamos os percentuais mais altos associados a ausência de sistema de esgoto e coleta de lixo. De acordo com os dados, 100% das famílias possuíam água encanada armazenando-a de forma adequada (95,8%) em caixa d'água com tampa, ou armazenando-a em caixa d'água sem tampa (2,8%) ou ainda, em baldes, latas, frascos com tampa (1,4%).

Verificou-se também que em algumas moradias (11,1%) não tinham **filtro**, e para os 88,9% que possuíam este item, eles variavam entre filtros de barro (95,2%), purificador de água (1,6%), filtro elétrico (1,6%) e outros (1,6%).

Quanto ao **sistema de esgoto** (Tabela 46), notou-se que apenas 27,8% das famílias possuíam esse tipo de sistema, dos quais em 72,2% dos casos a água e os dejetos iam diretamente para o córrego, sendo os outros tipos de sistemas distribuídos entre fossa séptica (26,4%) e fossa negra (1,4%).

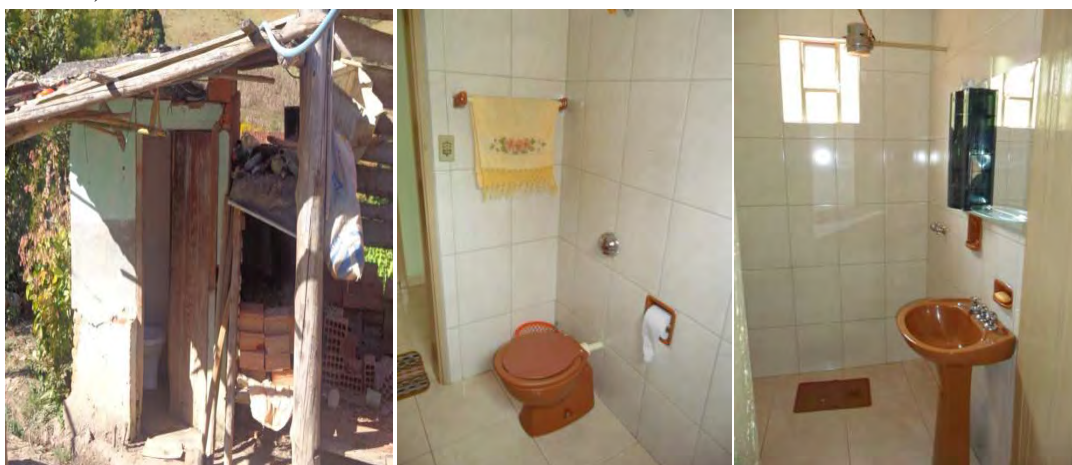
**TABELA 46** – Acesso das famílias pesquisadas, na zona rural do município de Araponga, a água, sistema de esgoto, coleta do lixo e energia elétrica.

	Frequência		Porcentagem (%)	
	Sim	Não	Sim	Não
Água encanada	72	-	100	-
Sistema de esgoto	20	52	27,8	72,2
Coleta de lixo pela Prefeitura	27	45	37,5	62,5
Energia elétrica	72	-	100	-

**Fonte:** Resultados da Pesquisa, 2012.

No que se refere ao **banheiro**, notou-se que em praticamente todas as residências visitadas, as famílias possuíam banheiro (98,6%), com exceção de apenas 1,4%. Dentre os principais locais onde estes se localizam, identificou-se que 87,3% estavam dentro de casa; 2,8% na parte externa da casa, e 9,9% em ambos os locais (Figura 24).

**FIGURA 24** – Banheiro localizado na parte externa (à esquerda) e interna (à direita) da casa.



**Fonte:** Resultados da Pesquisa, 2012.

Já em relação ao **lixo**, verificou-se que 45 das famílias entrevistadas não tinham coleta seletiva pela prefeitura (62,5%), enquanto 37,5% usufruíam desse tipo de serviço.

Quanto ao **destino que era dado ao lixo doméstico**, constatou-se que a maior parte das famílias queimava o lixo (62,5%); enterrava (4,2%); separava em

orgânico e inorgânico, sendo que esse último era levado para o lixão (2,8%); ou ainda, colocava o lixo em lata para serem recolhidos (16,6%) ou separados em sacos plásticos e colocados na rua para o caminhão pegá-lo (13,9%).

**FIGURA 25** – Destino do lixo.



**Fonte:** Resultado da Pesquisa, 2012.

Observou-se, também, que a **forma de recolhimento do lixo**, para aquelas comunidades que contavam com esse tipo de serviço fornecido pela prefeitura, se dava por semana (11,1%), de 4 em 4 meses (11,1%) ou na maioria das vezes por mês (77,8%).

Em geral, quanto ao microambiente onde as famílias habitavam, observou-se que dispunham de serviços essenciais, como o acesso à água (100%) e energia elétrica (100%), para o seu dia-a-dia. Apesar de serem estes indicadores de urbanidade, a ausência de coleta de lixo pode ser considerado como indicador de um modo de vida mais ‘rural’.

Quanto aos aspectos habitacionais relacionados aos **tipos de materiais, revestimentos, acabamentos e funções dos espaços** (Tabela 47), verificou-se que a maioria das casas possuía paredes de alvenaria (94,4%), sendo o principal tipo de acabamento das paredes feito com reboco e pintura (63,8%); cobertura de telha de barro ou colonial (94,4%); piso em cerâmica (58,3%); janelas variando entre os tipos de materiais de madeira e misto (30,6%); iluminação embutida (56,9%); e com uma média de 4,72 e mediana de 5 cômodos por casa, tendo este um desvio-padrão de 2,296.

**TABELA 47** – Condições das moradias das famílias pesquisadas, localizadas na zona rural do município de Araponga, MG.

<b>Aspectos Habitacionais</b>	<b>Características</b>	<b>Número de Respondentes</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Paredes	Alvenaria	68	94,4
	Pau a pique	4	5,6
Acabamento das paredes	Reboco e pintura	46	63,8
	Emboço e pintura	15	20,8
	Reboco	4	5,6
	Pintura	4	5,6
	Emboço	2	2,8
	Cal	1	1,4
Telhado	Telha de barro/colonial	68	94,4
	Laje com telha de barro/colonial/amianto	4	5,6
Piso	Cerâmica	42	58,3
	Cimento queimado	11	15,3
	Cimento grosso	3	4,2
	Misto (cimento queimado/grosso/assoalho/tábua/ cerâmica	14	19,4
	Madeira	1	1,4
	Barro	1	1,4
Janelas	Misto (vidro e madeira/metalão)	22	30,6
		22	30,6
	Madeira	16	22,1
	Metalão	12	16,7
	Vidro		
Iluminação	Elétrica embutida	41	56,9
	Elétrica exposta	24	33,4
	Elétrica exposta e embutida	6	8,3
	Bico de luz	1	1,4
Cômodos	5 cômodos	5	6,9
	6 cômodos	6	8,2
	7 cômodos	12	16,7
	8 cômodos	12	16,7
	9 cômodos	12	16,7
	10 cômodos	13	18,1
	11 cômodos	5	6,9
	12 cômodos	3	4,2
	13 cômodos	1	1,4
	15 cômodos	1	1,4
	16 cômodos	1	1,4

	17 cômodos	1	1,4
Local da cozinha	Parte interna da casa	56	77,8
	Parte interna e externa da casa	15	20,8
	Parte externa da casa	1	1,4
Aquisição da casa	Casa Própria	55	76,4
	Casa Cedida	17	23,6

**Fonte:** Resultados da Pesquisa, 2012.

A partir da realidade das habitações, podemos apreender o papel que a casa passa a ter dentro da propriedade. Na pesquisa de Rambaud (1973) o autor identificou as transformações pelas quais a casa vai passando dentro da propriedade, que contribuem para que as residências passem a ser mais valorizadas, reformadas e com diferentes estilos de decoração, tornando-se um lugar de bem estar e conforto.

Na nossa pesquisa, as Figuras 26 e 27 ilustram, de maneira significativa, como as habitações vão adquirindo cada vez mais características urbanas seja pelo tipo de material utilizado nas construções ou até mesmo, na construção de novos espaços. Nessas situações, as famílias separam os ambientes de trabalho na propriedade do ambiente de moradia, afastando da casa o chiqueiro, o curral, o galinheiro. Ou seja, há um afastamento do espaço da casa do mundo do trabalho e do espaço agrícola, demonstrando a influência da urbanização.

**FIGURA 26** – Arquitetura das casas em Araponga, MG.



Fonte: Resultados da Pesquisa, 2012.

**FIGURA 27** – Separação dos espaços: a casa e seu entorno.



Fonte: Resultados da Pesquisa, 2012.

Além disso, um dado que merece atenção é o investimento da renda na reforma e construção de novos espaços. Como fora visto anteriormente (Quadro 7), algumas famílias (22,2%) disseram investir seu dinheiro justamente na reforma da casa e 40,3% na compra de móveis e eletrodomésticos. Esse dado é importante, pois ao analisarmos os **aspectos relacionados à casa e aos investimentos na mesma**, foi questionado como eram as casas das famílias pesquisadas quando elas se mudaram para o local onde estavam residindo atualmente, e se elas haviam feito reformas nos últimos anos e que tipo de reforma eram estas. As respostas nos permitiram observar e constatar que as reformas, construções ou aquisição de bens materiais das casas tinham como referência o modelo de arquitetura e decoração das cidades, ainda que

as famílias continuassem a manter aspectos tradicionais ligados a moradia, seja em relação a sua estrutura física, seja em relação aos seus objetos de uso familiar e individual, assim como, utensílios domésticos, móveis, adornos e equipamentos. Podemos dizer que a modificação no *habitat*, de acordo com Rambaud (1973), um crescimento do nível de vida, fazendo da casa o símbolo dessas mudanças.

Nesse sentido, as Tabelas 48 e 49 resumem as principais respostas relatadas pelas famílias a respeito desses questionamentos. Observou-se que 18,0% dos respondentes alegaram que a casa permanecia do mesmo jeito, sendo este considerado um percentual expressivo, indicador da permanência de costumes e hábitos tradicionais que permanecem ao longo do tempo. Já, 19,4% dos respondentes alegaram que na casa antiga o número de cômodos era menor. Em relação ao questionamento relacionado a reformas, constatou-se que dos 79,2% que disseram ter feito a reforma, esta se dava principalmente na troca do telhado e na construção de outros cômodos na casa, com 24,6% das respostas.

**TABELA 48** – Características das casas das famílias pesquisadas no município de Araponga, MG, anteriormente a reforma.

<b>Características</b>	<b>n<sup>1</sup></b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Menor o número de cômodos	14	19,4
A casa permanece do mesmo jeito	13	18,0
Não tinha casa apenas o terreno	12	16,7
Chão de cimento queimado	7	9,7
Sobrado com janela de madeira, chão de tábuas e forro de taquara	6	8,3
Janelas de madeira, sem reboco e sem piso	5	6,9
Casa de pau-a-pique	4	5,6
Não havia forro no teto	3	4,2
Casa ripada, barreada e de assoalho	2	2,8
Telhado antigo	2	2,8
Os cômodos tinham outras funções	2	2,8
Casa pequena, sem banheiro e sem luz	1	1,4
Havia alpendre na frente da casa	1	1,4
<b>TOTAL</b>	<b>72</b>	<b>100</b>

n<sup>1</sup>: número de pessoas que responderam a mesma questão.

**Fonte:** Resultados da Pesquisa, 2012.

**TABELA 49** – Tipo de reforma realizada pelas famílias pesquisadas no município de Araponga, MG.

<b>Reformas realizadas nas habitações</b>	<b>n<sup>1</sup></b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Trocou o telhado	14	24,6
Construiu outros cômodos	14	24,6
Reformou a cozinha e/ou colocou forro no teto (e pôs de taquara, madeira ou PVC)	10	17,5
Colocou cerâmica em algum cômodo	9	15,8
Trocou as portas e janelas	5	8,8
Pintou ou rebocou a casa	3	5,2
Construiu toda a casa	2	3,5
<b>TOTAL</b>	<b>57</b>	<b>100</b>

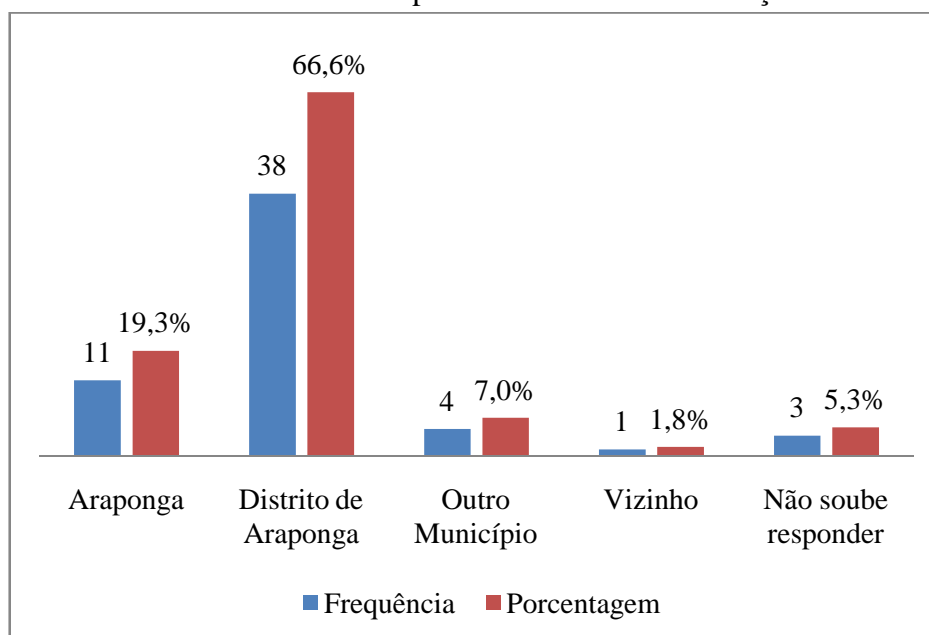
n<sup>1</sup>: número de pessoas que responderam a mesma questão.

**Fonte:** Resultados da Pesquisa, 2012.

Além disso, notificou-se que o **tipo de mão-de-obra** que foi utilizada na construção da casa era, em sua maioria, mão-de-obra especializada contratada (69,4%), sendo 23,6% utilizado mão-de-obra familiar; 5,6% mutirão e 1,4% não souberam informar. Verificou-se, também, que das 79,2% das famílias que disseram ter feito a reforma, 77,8% haviam contratado mão-de-obra que variavam entre a mão-de-obra de pedreiro (69,6%), familiar (26,8%), mutirão (1,8%) e da prefeitura (1,8%). Tendo por base esses dados, registramos a presença do assalariamento da mão-de-obra, cujo percentual de mão-de-obra contratada representa um elemento relacionado ao modo de vida urbano, visto que, tradicionalmente, num modo de vida rural, o tipo de mão-de-obra que predomina é a familiar.

Quando perguntado se utilizavam o **material da propriedade**, 42,9% disseram que usavam os materiais da propriedade, sendo estes a madeira, areia, pedra e tijolo, número significativo de famílias continuava utilizando materiais da própria propriedade para reformarem suas casas. Para aqueles que disseram não utilizar o material da propriedade, constatou-se que correspondiam a 57,1%. Além disso, notificou-se que para a reforma ou construção da casa o principal **local de compra desses materiais** era no Distrito de Araponga (66,6%), conforme mostra o Gráfico abaixo.

**GRÁFICO 17** – Local de compra de materiais de construção.



**Fonte:** Resultados da Pesquisa, 2012.

Para os 20,8% que disseram não reformar a casa, foi perguntado se tinham a **intenção ou planos de reformar ou construir** algo. Nesse quesito, constatou-se que colocar cerâmica (26,7%), trocar o telhado (26,7%), pintar a casa (13,3%) eram as respostas mais frequentes apresentadas pelas famílias.

“A gente tem vontade de pôr forro, colocar piso, arrumar o banheiro, comprar móveis pra casa, colchão, reformar o sofá e comprar um armário” (Respondente 66, homem, 44 anos).

No entanto, percebeu-se um fato interessante, 33,3% disseram ter planos em construir outra casa e colocar fogão a lenha na casa, como ilustra a fala abaixo:

“Eu pretendo é fazer outra casa e fazer ela com fogão à lenha. Porque nessa eu não fiz né? Só tem fogão a gás. Então quem sabe não dá pra mim fazer na outra que eu construir, porque foi eu que fiz essa casa sabe?” (Respondente 36, homem, 40 anos).

Em relação à mão-de-obra, quando perguntado sobre a possível pessoa que faria a reforma, a maioria com 80,0% disse ser necessário contratar um pedreiro. Mas os casos em que a reforma se tratava de pintura, 13,3% alegaram que teriam de

chamar um pintor, e somente 6,7% declarou que seria ele mesmo a pessoa responsável pela reforma.

Esses dados reforçam aquilo que Carneiro (1997) já afirmara com relação às transformações provocadas pela intensificação das trocas pessoais, simbólicas, materiais, da comunidade rural com o mundo urbano, onde não necessariamente resultariam na descaracterização de seu sistema social e cultural, mas sim numa reelaboração de novas identidades. Por isso, quando observamos a fala do respondente “36” transcrita anteriormente, entendemos que, ao mesmo tempo em que o tradicional, no caso o fogão à lenha, faz parte, de uma forma mais expressiva, da realidade desse morador da zona rural, o moderno (fogão à gás) também é almejado por ele.

A seguir, buscamos trazer a partir das fotos e das próprias falas dos respondentes os modos de morar das famílias, buscando ver, a partir delas, mudanças (ou continuidades) nos modos de morar na atualidade.

## **A) Mudanças na Estrutura Física das Habitações**

As falas e as Figuras 28 a 40 exemplificam a estrutura das habitações antes da reforma, caracterizando-as pelo tipo de material das paredes, tipo de janelas, piso, enfim todos os aspectos envolvendo a habitação; e as principais mudanças efetuadas nas habitações ao longo dos anos.

“Era pequena, não tinha banheiro, luz. A janela era aquela veneziana. Tinha um terreiro de terra. O piso era queimado, não tinha forro no teto, na cozinha. Era pintada só de cal. Já tem uns nove anos que reformou. Meu marido colocou forro na cozinha e fez outra cozinha” (Respondente 32, mulher, 33 anos).

**FIGURA 28** – Casa da Respondente 32, antes e após a reforma.



**Fonte:** Resultados da Pesquisa, 2012.

“Era casa antiga, de assoalho, ela tinha nove janelas. Essas janelas de madeira antiga, sabe? A gente desmanchou e fez essa. Reformou a cozinha e fez o teto mais alto” (Respondente 7, mulher, 82 anos).

**FIGURA 29** – Casa da Respondente 7, antes e após a reforma.



**Fonte:** Resultados da Pesquisa, 2012.

“Aqui tinha menos cômodo; a telha era mais antiga, aquela feita de barro sabe? Bem inferior. Tinha piso queimado. O teto era de taquara. Depois colocou cerâmica na casa, pintou. A cozinha foi reformada. Colocou cerâmica no fogão de lenha” (Respondente 10, homem, 56 anos).

**FIGURA 30** – Casa do Respondente 10, antes e após a reforma.



**Fonte:** Resultados da Pesquisa, 2012.

**FIGURA 31** – Característica da cozinha do Respondente 10, antes e após a reforma.



**Fonte:** Resultados da Pesquisa, 2012.

“Era um sobrado, tinha janela de madeira, era de tábuas, o forro de taquara sabe? Depois a gente trocou o forro de taquara e colocou de madeira. No chão colocamos cerâmica” (Respondente 13, mulher, 46 anos).

**FIGURA 32** – Casa da Respondente 13, antes e após a reforma.



**Fonte:** Resultados da Pesquisa, 2012.

“Era feita de pau-a-pique, velha. As janelas da velha era de madeira mesmo. Não tinha nada moderno tudo antigo. Eram cinco cômodos só, com chão de cimento queimado. Já tinha evoluído num era bosta de boi mais. O teto não tinha forro, era de telhas antigas. Era rebocada no caso. De vez em quando acontece uma reforma. Primeiro foi essa cozinha aqui (lado de fora). Aí coloco cerâmica, aí depois forro lá dentro. Fez um banheiro do lado de fora e reformou o outro (banheiro interno)” (Respondente 43, homem, 65 anos).

**FIGURA 33** – Casa da Respondente 43, após a reforma.



**Fonte:** Resultados da Pesquisa, 2012.

“Era de cinco cômodos, rebocada de cal. Não tinha forro. Os quartos eram de taquara, e era janela de madeira de eucalipto. Com a reforma a gente cresceu a cozinha. Trocamos o teto de taquara e colocamos de PVC. A janela também a gente tirô e colocamos de vidro na frente da casa e deixamos uma de metalão aqui na cozinha” (Respondente 39, mulher, 44 anos).

**FIGURA 34** – Casa da Respondente 44, após a reforma.



**Fonte:** Resultados da Pesquisa, 2012.

“Era uma casa de pau-a-pique, cheia de barro. As janelas dela era estreitinha. Não tinha essa varanda. O telhado era de telha de barro, mas aquela bem ruim sabe? Com a reforma modificou a janela, fez varanda e trocou o telhado” (Respondente 29, homem, 88 anos).

**FIGURA 35** – Casa do Respondente 29, após a reforma.



Fonte: Resultados da Pesquisa, 2012.

“A casa tinha quatro cômodos, só cimento no chão. Não tinha forro no teto. As paredes não eram rebocadas de cimento, vivia caindo faíscas. As janelas eram de lata. O banheiro você precisava vê. O chuveiro não era serpentina, nem chuveiro elétrico, era balde mesmo. Morei nela vinte anos (...) as telhas eram aquelas de barro” (Respondente 62, mulher, 40 anos).

**FIGURA 36** – Casa da Respondente 62, após a reforma.



Fonte: Resultados da Pesquisa, 2012.

“Ela tinha só três quartos. O banheiro era dentro da cozinha, era de meia água. As janelas de lata; o chão de piso liso; varanda piso grosso. Não tinha esse telhado. Era telha de barro, caibo de madeira roliça do jeito que veio do mato. Depois mudou o telhado, o jeito da varanda, coloco piso e troco as janelas” (Respondente 68, homem, 42 anos).

**FIGURA 37** – Casa do Respondente 68, após a reforma.



**Fonte:** Resultado da Pesquisa, 2012.

“Era bem pequena. Não tinha reboco nas paredes. O chão era terra batida. Com a reforma aumentou o tamanho dela e estamos fazendo mais um banheiro dentro do meu quarto (quarto do casal). Ah depois que minha esposa aposentou trocamos as portas que tava ruim” (Respondente 46, mulher, 64 anos).

**FIGURA 38** – Casa da Respondente 46, após a reforma.



**Fonte:** Resultado da Pesquisa, 2012.

“Quando eu vim pra cá, ela era menor. Só tinha cinco cômodos. O crescimento foi eu que fiz. Ela era de assoalho, de tábuia velha, podre. Precisou de tirar, fazer aterro e piso. No telhado, as madeiras tava tudo podre. As telhas era dessas antigas de guiricema. Eu que troquei e coloquei telha colonial. Tinha até cobra morando debaixo do assoalho” (Respondente 5, homem, 55 anos).

**FIGURA 39** – Casa do Respondente 5, após a reforma.



**Fonte:** Resultado da Pesquisa, 2012.

“A casa era quase a mesma coisa (risos). Ela era menor um pouco né? Mas era de piso de cimento no caso, depois que colocou esse piso (cerâmica). As janelas eram as mesmas, só que elas eram menores. Tinha 80m<sup>2</sup>, depois que agente fez uma puxada, mas tudo era de cimento queimado. O telhado foi trocado também. Era telha de barro, mas inferior, aí trocou por uma melhor” (Respondente 6, homem, 59 anos).

**FIGURA 40** – Casa do Respondente 6, após a reforma.



**Fonte:** Resultados da Pesquisa, 2012.

As falas dos nossos depoentes nos levam a perceber como o processo de urbanização está também relacionado à habitação, despertando o desejo das famílias em modificar a estrutura física e a fazerem reformas. Modificações estas que são alteradas com constância ao longo dos anos, conforme visto na fala do respondente “43” ao admitir, que de vez em quando, faz uma reforma na casa. No entanto, notamos também que, a urbanização não elimina por completo as estruturas anteriores, mas que estas tendem a interagir com as estruturas modernas. Assim, por exemplo, ao visualizarmos as Figuras 31 e 33, identificamos um fogão à lenha revestido de cerâmica. Nesse contexto, a modificação do habitat, seja pela substituição do piso, de cimento queimado/chão batido a cerâmica, ou mesmo, pela troca do telhado, que foi um item relatado com frequência pela maioria dos respondentes são mudanças que introduz em seu sistema tradicional a possibilidade de romper a submissão ao dado natural através de um espaço com uma nova característica, mas que não necessariamente significa uma mudança de estilo.

## **B) Reequacionamento e Funções dos Espaços Após as Reformas**

Na pesquisa em questão, esse item torna-se um dado importante acerca das transformações pelas quais os ambientes vão assumindo dentro das habitações. Seja em relação à localização dos cômodos, que muitas vezes passam a ser interno ou externo à habitação, ou em relação à sobreposição ou mudança de função que os cômodos vão assumindo dentro da habitação, conforme pode ser identificado na fala abaixo:

“A parte que tem o escritório fez dois quartos, ali antes era um curral. E assim, não era tudo plano igual tá agora, tinha muitas escadas né? Aí tirou essas escadas e aterrou pra poder ficar do jeito que tá agora. O chão era cimento liso, não era cerâmica não. Essa varanda aqui (ao lado da cozinha) era de tábua corrida, só que aí o sol estragou muito sabe? Aí bateu laje e colocou cerâmica né? Ali (na varanda) onde está aquelas grades colocou tudo madeira. A cozinha onde faz comida, passava oca. Um barro amarelo que você tira e coloca na água né? Aí não passava cal e nem tinta, era oca” (Respondente 27, mulher, 35 anos).

**FIGURA 41** – Casa do Respondente 27, após a reforma.



**Fonte:** Resultados da Pesquisa, 2012.

Durante a pesquisa, um dos cômodos que chamou a atenção foi em relação à localização da cozinha. Na maioria das casas, a cozinha estava localizada na parte interna da casa (77,8%). Mas, (20,8%) delas possuíam duas cozinhas, sendo uma localizada dentro de casa e outra fora e, 1,4% das famílias já tinham suas cozinhas na parte externa. A cozinha externa significa uma reminiscência, ou seja, uma lembrança, de um hábito, tipicamente relacionado ao modo de vida rural. Constatou-se ainda, que esses espaços se sobrepunham a outras funções, sendo ora espaço de refeição e ora de lavar roupas, como podemos perceber na Figura 42.

**FIGURA 42** – Local da cozinha na parte externa da casa.



**Fonte:** Resultado da Pesquisa, 2012.

O mesmo foi constatado para o banheiro, onde este, quando existia, por muito tempo ficou localizado na parte externa da casa.

“A casa não era rebocada, nós rebocamos tudo. Não tinha banheiro. O banheiro era externo” (Respondente 15, homem, 78 anos, grifo nosso).

Em síntese, correlacionado esses dados aos modos de vida das famílias pesquisadas, percebemos que a modificação do habitat faz dela (a casa) o diagrama sociológico da sua evolução, melhorando um passado normativo, como pode ser percebido no reequacionamento e funções dos espaços. Um exemplo, disso, foi justamente a cozinha e o banheiro, localizados na parte externa da casa, evidenciam a reminiscência de um hábito, tipicamente relacionado ao modo de vida rural. Quando incorporados ao “corpo” da casa, passam a expressar um outro hábito ou modo de vida, relacionado às práticas citadinas.

### **C) Mudanças e Permanências das Características e Formas de Morar das Habitações**

A casa no campo é a apropriação material e simbólica do espaço. O valor social que se dá ao objeto, ou ao que representa a casa, tem aí, além da funcionalidade do cotidiano territorializada no *habitat*, significados afetivo e simbólico que certamente representam uma série de valores da família que vive nesse espaço, construídos a partir da sua trajetória histórica, dando sentido da tradição para a sua prática.

“Ela era assim mesmo, com portas e janelas de madeira, casa de pau-a-pique, chão da cozinha de cimento, quartos e sala de tábua corrida, não tinha reboco. Os esteios dessa casa são de madeira braúna” (Respondente 11, mulher, 76 anos).

**FIGURA 43** – Casa da Respondente 11, antes e após a reforma.



**Fonte:** Resultados da Pesquisa, 2012.

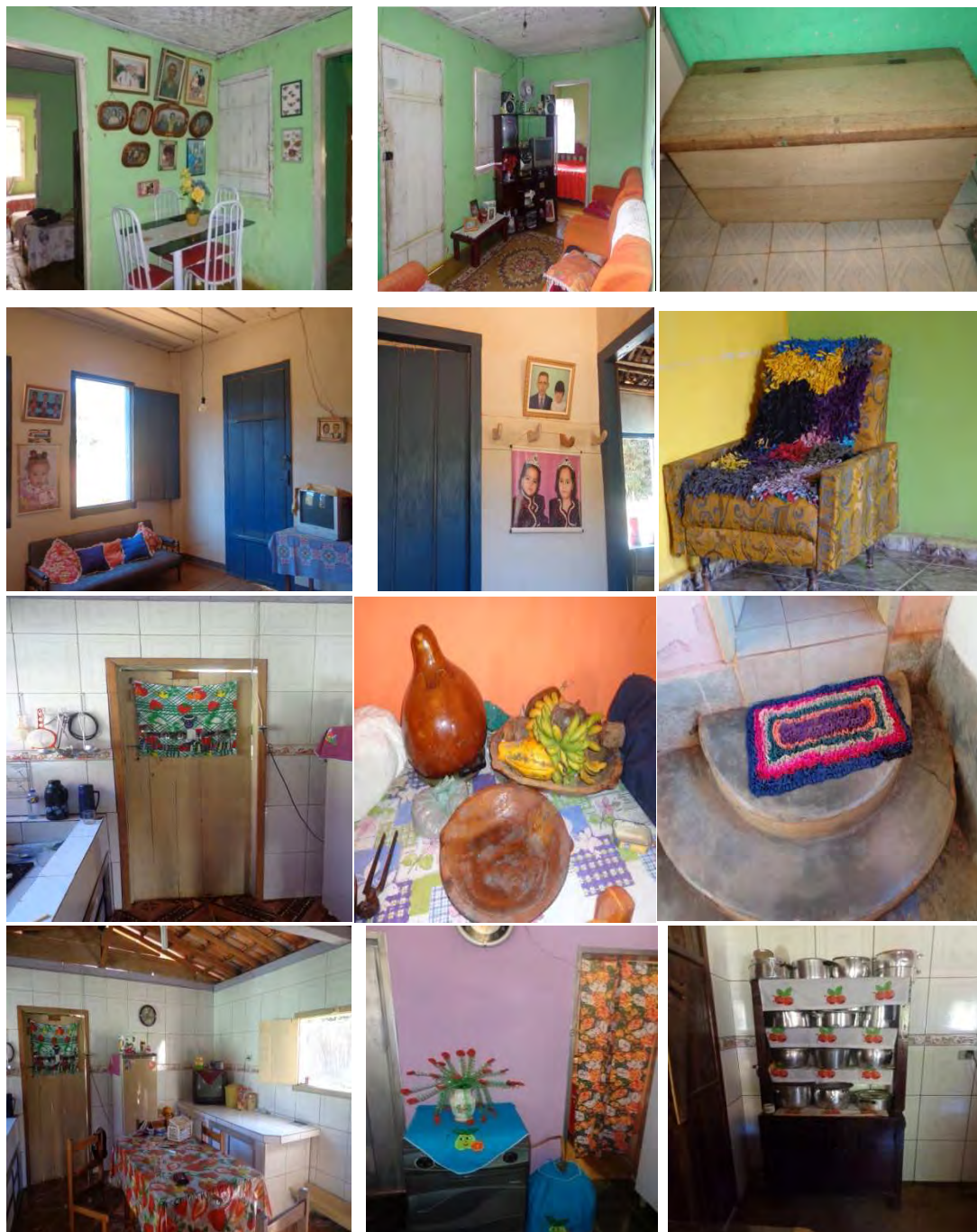
A fala de uma de nossas entrevistadas está relacionada a uma das residências que fizeram parte da nossa pesquisa, conhecida como Sítio Bela Vista (Figura 43). Este sobrado havia se tornado Patrimônio Histórico do município de Araponga – MG. A Sede do Sítio foi construída, por volta de 1900, pelo avô do proprietário, e constatamos que a edificação vinha mantendo as principais características arquitetônicas da época, se modificando somente no que se referia à construção da varanda e banheiro nos fundos da casa e substituindo algumas paredes em pau-a-pique por tijolos maciços.

Na atualidade, a preservação do patrimônio histórico-cultural se coloca como parte das políticas públicas de desenvolvimento em termos da valorização do patrimônio natural, que costuma estar ligada a alguma forma de patrimônio histórico-cultural. Mesmo diante dos aparatos tecnológicos (televisão, fogão a gás, eletrodomésticos) que as famílias possuíam em suas residências, e que se tornavam indicadores de mudanças nos modos de vida das mesmas, a morada continuava sendo dotada de valor de uso e valor cultural, com símbolos que eram apropriados através do tempo. Tal como salienta o economista Alain Rallet (apud Veiga, 2002), quando diz que a valorização do patrimônio é um meio de criar recursos específicos com o envolvimento dos atores locais. Isso permite a construção de uma imagem de marca identitária do território, da mesma forma que uma empresa elabora cuidadosamente um símbolo que a ajude a fidelizar uma clientela, ou conquistar um novo segmento de mercado. Embora não esteja associada a todas as famílias, percebe-se que a

valorização da cultura nesse caso, está associada a um interesse econômico, racional das famílias, sendo esse um indicador de um modo de vida mais citadino.

No **interior das casas** analisadas na nossa pesquisa, verificou-se que aspectos tradicionais como os adornos e lembranças da família decoravam as paredes que circunscravam as residências, assim como flores, imagens de santos, objetos confeccionados artesanalmente, que entremeados aos objetos considerados mais modernos, como televisão, aparelho de som que davam vida à residência, principalmente ao espaço da sala e da cozinha (Figura 44).

**FIGURA 44** – Quadros, almofadas, utensílios, objetos e adornos confeccionados manualmente pelas famílias pesquisadas no município de Araponga, MG.



**Fonte:** Resultados da Pesquisa, 2012.

Outro aspecto que chamou atenção no momento da pesquisa se referiu à capacidade de invenção e criatividade das famílias rurais em termos do aproveitamento e reaproveitamento dos recursos disponíveis na propriedade, inclusive, para a decoração dos ambientes. Observou-se, em muitas situações que até

a decoração não se vale da compra exclusivamente, mas da confecção a partir dos próprios recursos da propriedade. Esse é um dado que revela um forte indicativo de um modo de vida rural tradicional. Nesse sentido, a esposa de um dos respondentes ressalta que muitos dos objetos dos quais faziam parte da decoração da casa eram inventados e produzidos por eles mesmos. Em muitas dessas situações as famílias utilizavam-se de objetos da própria propriedade como forma de decoração. Essas invenções ataçavam para a inteligência prática dos rurais e às necessidades impostas pelo trabalho no dia-a-dia, assim como, uma questão de economia. Entre as invenções estavam: um ralador feito de lata de óleo (Figura 45) e alguns objetos decorativos feitos de madeira (Figura 46); e outros já presentes na propriedade, como a roda de carroça (Figura 47) que servia de assento, ou a cabaça pregada na parede como artefato decorativo (Figura 48).

**FIGURA 45** – Ralador feito de lata de óleo.



Fonte: Resultado da Pesquisa, 2012.

**FIGURA 46** – Bancos feitos de madeira e tronco de árvores retirada da própria propriedade.



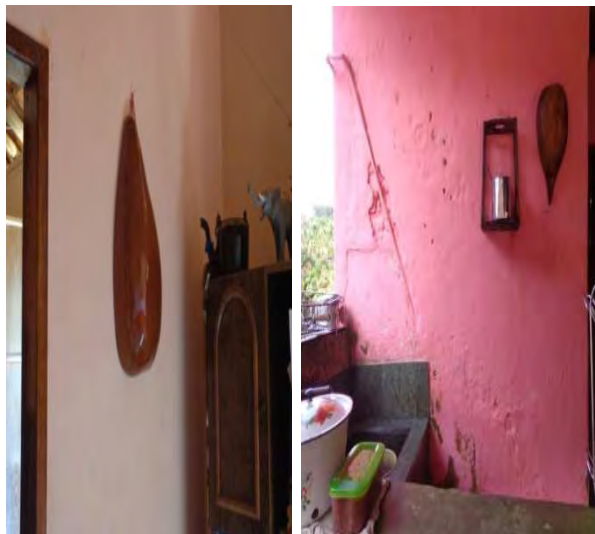
Fonte: Resultados da Pesquisa, 2012.

**FIGURA 47** – Assento feito de roda de carroça.



**Fonte:** Resultado da Pesquisa, 2012.

**FIGURA 48** – Cabaça como objeto decorativo da Sala (à esquerda) e cozinha (à direita).



**Fonte:** Resultados da Pesquisa, 2012.

De acordo com Rambaud (1973), os rurais distinguem saber de cultura. O saber está ligado à capacidade de “pensar bem”, de refletir. E nesse ponto, eles mesmos se reconhecem superiores, mais “espertos”, que os citadinos, devido ao seu espírito criador diante de situações complexas que os obriga a resolver por eles mesmos vários problemas, enquanto que os citadinos têm certa passividade procurando soluções fáceis às dificuldades cotidianas. Nesse aspecto, a população estudada se aproxima da realidade rural caracterizada por Rambaud (1973).

Outro ponto interessante que observamos durante a pesquisa referiu-se a **distribuição dos objetos** no interior da casa, onde constatamos o seu caráter utilitário em relação à localização, por exemplo, das panelas, das ferramentas, e ao mesmo tempo em relação à “decoração”: a mesma panela usada para cozinhar é cuidadosamente areada e posicionada sobre a toalha de renda ou a toalha pintada à mão na prateleira, ou pendurada na parede, sendo, portanto, utilitária e decorativa (Figura 49).

**FIGURA 49** – Panelas penduradas na parede, grades e expostas na prateleira com toalhas bordadas manualmente.



**Fonte:** Resultados da Pesquisa, 2012.

O mesmo se sucedeu, por exemplo, com a lingüiça pendurada por cima do fogão à lenha (Figura 50). Observou-se que, em muitas casas, havia a presença desse alimento sobreposto ao fogão. Claro que não se tratava de um objeto, mas de certa forma poderíamos compará-lo a um, pois além do seu caráter utilitário, mas agora para a alimentação, de certa forma servia também como um elemento decorativo, de um modo de vida que ainda se expressava pela tradição, mas com um toque citadino, já que o fogão à lenha nos novos tempo é revestido por cerâmica.

**FIGURA 50** – Alimento utilitário e decorativo.



Fonte: Resultados da Pesquisa, 2012.

Como destaca Rambaud (1973) os rurais absorvem a Cultura urbana na sua própria cultura, selecionando o conteúdo a ser absorvido, bem como dando forma e ritmo próprio a este processo de aculturação. Nesse sentido e com base nos resultados aqui apresentados, podemos entender que a urbanização multiplica, desloca e divide os centros de interesses dos rurais colocando-os diante de alternativas e/ou escolhas abrindo o caminho à mudança; e dizer que as famílias pesquisadas buscavam integrar o mundo rural ao mundo urbano, combinando formas antagônicas que faziam referência ao "antigo", o "tradicional" e o "novo", "moderno", e "urbanizado", que se expressam também na dominação da lógica capitalista sobre os valores tradicionais da sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos, nesta dissertação, compreender as influências do *processo de urbanização* nos modos de morar e de consumo das famílias que vivem no campo. Perguntou-se, a princípio, se esse processo seria influenciador nos *modos de vida* das famílias rurais, e como sua manifestação estaria refletindo em termos dos modos de morar e de consumo dessas famílias.

Diante desses questionamentos, partiu-se da primeira hipótese de que o processo de *urbanização do campo* modificaria os modos de morar dos rurais bem como os seus hábitos de consumo. Hipótese esta que foi investigada com base nos objetivos específicos por nós traçados na dissertação, e que acabaram comprovando parcialmente tal hipótese, uma vez que, mesmo que alguns elementos relacionados a um modo de vida mais urbano estivessem presentes no cotidiano das famílias pesquisadas, o que prevaleceu, em maior parte, foram os elementos que configuravam um modo de vida mais rural.

De acordo com a pesquisa, um dos indicadores que apontaram para um modo de vida mais rural foi a escolarização. Observamos que o nível de escolaridade era em torno de quatro anos de estudos evidenciando as marcas de um campo ruralizado.

No entanto, constatamos que a interferência de padrões e valores urbanos passaram a se evidenciar nos modos de vida das famílias pesquisadas. O primeiro se referiu, principalmente, a diminuição do tamanho da família, deixando de apresentar o caráter extenso de antes. O segundo indicador que apontou mudanças parciais nos modos de vida das famílias pesquisadas foi o trabalho. Parciais porque a tradicional junção entre o mundo do trabalho e o mundo da casa permanecia, sendo a mão-de-obra em sua maioria de base familiar. Constatamos ainda, que mesmo com a presença de atividades agrícolas e atividades não-agrícolas, estas não podem ser – em princípio – associadas a um campo urbanizado. Isso porque ela não estava associada a uma dinâmica de investimento e a um mercado de trabalho em Araponga ligados a atividades em outros setores, industrial e de serviços. Elas podem ser tomadas como alguns elementos em curso de uma dinâmica de processos ligados a esses setores, ainda incipientes, mas não consolidados.

Outro indicador que apontou elementos de mudanças dos modos de vida das famílias se deu em termos do investimento da renda na propriedade. A partir das análises constatamos que a renda era investida dentro da propriedade incorporando elementos que se caracterizavam como o modo de vida citadino, ao mesmo tempo em que eram mantidos aspectos culturais tradicionais. Assim, verificou-se que a renda advinha de diferentes fontes, sendo ela obtida por meio das atividades agrícolas, aposentadoria, pensão, programas de transferência de renda do Governo, faxinas, vendas, acesso ao crédito, ou até mesmo, empréstimos feitos em Bancos e Cooperativas. Por meio da renda, conseguimos identificar com mais clareza os hábitos de consumo que faziam parte do cotidiano das famílias pesquisadas, visto que ela era investida em bens de consumo materiais e imateriais, permitindo visualizar particularidades do cotidiano familiar. Nesse sentido, o investimento em produtos agrícolas e maquinários para a propriedade se mostraram ser representativos da interferência que o processo de urbanização teve sobre o estilo de vida das famílias. Mesmo permanecendo características tradicionais, como a forma de se trabalhar a terra com produtos naturais (esterco, cama de galinha) e pelo uso de instrumentos mais antigos (moinho, engenho); o “novo”, o “moderno” se sobressaiu, a partir da incorporação de tratores, picadeiras, ordenhadeiras entre outros instrumentos por parte das famílias. O mesmo pode-se dizer das práticas produtivas, que em algumas propriedades, continuou sendo uma tradição, sendo elas passadas de pai para filho, mas que devido à capacitação técnica e profissionalizante de algum membro da família, já ocasionavam mudanças na forma de produção familiar, visto que os próprios membros da família era quem dava assistência técnica as propriedades.

Entretanto, cabe mencionar que o investimento voltado para a despesa e reforma de casa, compra de móveis e eletrodomésticos, compra de alimentos, produtos de limpeza se apresentaram como elementos propícios para identificarmos os hábitos de consumo e verificarmos por meio de alguns desses elementos a aproximação socioeconômica entre as famílias residentes no campo com aquelas residentes na cidade. Isso porque a posse de alguns bens que eram originalmente considerados como urbanos, já se encontravam presentes em algumas propriedades, modificando a forma de morar das mesmas. Seja em relação à realização das tarefas

domésticas, onde diferentes tipos de eletrodomésticos passaram a fazer parte do ambiente familiar; seja em relação aos meios de comunicação e as mídias, que facilitaram a comunicação entre a cidade e o campo; ou mesmo pelos meios de transporte, que permitiram um deslocamento das famílias com mais frequência para a cidade, isso porque a maioria possuía moto ou automóvel particular. No entanto, a despeito do acesso a alguns serviços que verificamos fazer parte do cotidiano das famílias (como a água e energia elétrica), alguns deles, principalmente os ligados ao saneamento e infraestrutura, não se apresentavam de forma satisfatória para as famílias.

Outro ponto primordial da pesquisa foi em relação ao investimento na moradia, onde verificamos como as edificações expressavam mudanças nos modos de morar das famílias na atualidade. Mudanças estas decorrentes dos tipos de materiais utilizados nas construções e reformas das mesmas; nos revestimentos, acabamentos, reequacionamento, funções dos espaços e obtenção de objetos decorativos que apresentavam semelhança com modelo de arquitetura e decoração das moradias citadinas. Tudo isso, vindo a se somar ao tipo de mão-de-obra empregada a essas reformas, em que, a maioria das famílias almejava por uma mão-de-obra especializada contratada, diferentemente daquela mão-de-obra familiar e por meio de mutirão que por tanto tempo fora utilizada. Além de a maioria das famílias comprar material de construção em uma localidade próxima a sua residência, ao invés de usar material da própria propriedade. Entretanto, cabe a nós abrirmos um parêntese nesta questão de moradia, pois a realidade estudada apresentou rupturas inerentes a esse processo de transformação, mas também apontou permanências, no que se refere principalmente aos aspectos relacionados ao interior das casas, onde a presença e distribuição de objetos no interior da casa apontaram para características e valores simbólicos tradicionais.

De forma geral, caberíamos dizer que os elementos e discussões do modo de vida rural e modo de vida urbano relacionados ao grupo estudado, permitiu-nos verificar a presença de indicadores de urbanização no estilo de vida, dentro dos padrões de consumo, modos de morar, aparato tecnológico, e no acesso a serviços. Contudo, para aqueles indicadores que estão relacionados com os anos de estudo, renda, tipo de vínculo com o trabalho, realização do trabalho, e questões relacionadas

com o lazer, como, por exemplo, o hábito de tirar férias ou descansar do trabalho recebeu influência do modo de vida rural.

Por fim, podemos dizer que as famílias rurais por nós estudadas, passaram a adquirir e absorver novos valores de consumo e características dos padrões urbanos a partir dos filtros estabelecidos pelas especificidades culturais enraizadas na sua história, no seu modo de vida, sem, no entanto, perder as suas especificidades culturais. E, a partir da segunda hipótese assumida na presente dissertação, os dados comprovam que a apropriação que os rurais fazem da cultura urbana de bens de consumo e de modos de vida urbano não descaracterizam a sua cultura local, visto que, persistem características identitárias, típicas de um rural tradicional, como a realização do trabalho doméstico em que a mulher continua sendo a pessoa encarregada de desenvolver as atividades ligadas ao ambiente doméstico, que iam desde o cuidado da casa, o preparo das refeições até o cuidado com as crianças. Ou mesmo, características voltadas para a produção artesanal das famílias em que os produtos de limpeza, como sabão, ou mesmo objetos de uso decorativo (cabeça, roda de carroça, adornos produzidos manualmente) demonstraram a permanência da tradição, cujos valores continuavam sendo mantidos.

Em suma, as estatísticas expostas e os relatos revelaram que o processo de urbanização trouxe consigo modificações, ainda que parciais, nos modos de morar das famílias rurais, bem como nos hábitos de consumo diante da apropriação que elas faziam da cultura urbana. Mas sem, no entanto, descaracterizar totalmente a sua cultura local. Ademais, pode-se concluir ainda, que na situação estudada as famílias que residem no campo não estão totalmente independentes dos desejos de consumo que o mercado oferece. Sendo importante salientar que no campo a tecnologia (luz elétrica, água encanada, fogão a gás entre outros) trouxe benefícios ao dia a dia das pessoas.

Como sugestão para as próximas pesquisas, destacamos a necessidade de estudos aprofundados sobre modos de vida com famílias residentes no meio rural a partir da seleção de realidades diferentes daquelas estudadas nessa dissertação, nomeadamente em termos dos seus indicadores de urbanização. Acreditamos, que a análise de como o fenômeno da *urbanização* se expressa por meio de indicadores sociais e econômicos na vida das populações rurais, torna-se importante, já que

poderá servir como suporte para o planejamento e execução de políticas públicas voltadas para a realidade rural, à medida que contesta a concepção do campo como um espaço à parte e isolado das transformações globais da sociedade e que sugere a importância da adaptação de políticas públicas em função dessas características.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHUTTI, Luiz Eduardo Robinson. **Fotoetnografia**: um estudo de antropologia visual sobre cotidiano, lixo e trabalho. Porto Alegre. Tomo Editorial; Palmarina: 1997.

ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, Laura de Melo e (Org.). **História da Vida Privada no Brasil**: cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ALVES, Maria de Fátimas Paz. **Dificuldades no acesso ao crédito pelas mulheres rurais: Discutindo a experiência do PRONAF mulher no oeste potiguar**. In: VII Congresso latino-americano de Sociologia Rural, 2006, Quito. VII Congresso latino-americano de Sociologia Rural, 2006. v. 01. p. 1-23.

BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisas de Survey**. Belo Horizonte - MG: Editora UFMG, 2003. 519 p.

BAGLI, Priscila. Rural e Urbano: harmonia e conflito na cadência da contradição. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; Arthur Magon Whitacker (Org.). **Cidade e campo**. Relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010. Capítulo 5, p.81-109.

BARRETO, Vitor Angelo Villar. **Dom Pedrito, cidade e campo**: a modernização agrícola e a cidade local. 2011. 179f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Porto Alegre - RS. 2011.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; ALVES, José Eustáquio Diniz. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. **Caderno de Pesquisa**, v.39, n.136, São Paulo, Jan./Abr., 2009.

BERNARDELLI, Mara Lúcia Falconi da Hora. Contribuição ao debate sobre o rural e o urbano. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; Arthur Magon Whitacker (Org.). **Cidade e campo**. Relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010. Capítulo 2, p.33-52.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção**: crítica social do julgamento. Tradução Daniela Kern; Guilherme J.F.Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre. RS: Zouk, 2008. p. 163-211.

BRANDEMBURG, Alfio. Do rural tradicional ao rural socioambiental. **Revista Ambiente & Sociedade**, Campinas, 2010, v. XIII, n. 2, p. 417-428.

BRUM, Argemiro. J. Modernização da agricultura: trigo e soja. Petrópolis: Vozes; Ijuí: FIDENE 1988. 200p.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento econômico brasileiro.** Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 15, n. 2, p. 45-66, jul./dez. 1998.

CÂNDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito:** estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus modos de vida. 6ª ed. São Paulo, Duas Cidades Ltda., 1964, 284p.

CARNEIRO, Maria José. **Ruralidades Contemporâneas:** Modos de Viver e Pensar o Rural na Sociedade Brasileira. Manaud, 2012. 268p.

\_\_\_\_\_. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n.11, outubro, 1997, p. 53-75.

CARVALHO, Simone Pereira de; *et al.* Reforma agrária: a realidade de um assentamento rural. Campo-território. **Revista de Geografia Agrária**, v. 4, n. 8, p. 67-97, ago. 2009.

CHEQUER, Karina Lopes. **Pluriatividade no Circuito da Cachaça:** agroindústria e turismo rural entre os agricultores familiares na região metropolitana de Belo Horizonte/MG. 2004. 88f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa. Viçosa. UFV. 2004.

D'AQUINO, Teresinha. A casa, os sítios e as agrovilas: uma poética do tempo e do espaço no assentamento das Terras de Promissão - SP. In: XX Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, out., 1996, p. 1-33.

DIAS, Cláudia. **Grupo focal:** técnicas de coleta de dados em pesquisas qualitativas. Novembro, 1999, 16p.

DUARTE, Pedro Henrique Evangelista; GRACIOLLI, Edílson José. **A teoria da dependência:** interpretações sobre o (sub) desenvolvimento na América Latina. 2011. Disponível em: <  
[http://www.unicamp.br/cemarx/anais\\_v\\_coloquio\\_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/sessao4/Pedro\\_Duarte.pdf](http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/sessao4/Pedro_Duarte.pdf) >. Acesso em: novembro de 2011.

ENDLICH, Ângela Maria. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; Arthur Magon Whitacker (Org.). **Cidade e campo.** Relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010. Capítulo 1, p.11-32.

FARIA, Nalu. Economia feminista e agenda de lutas das mulheres no meio rural. IN: BUTTO, A. (org.). Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasília: MDA, 2009.168p.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano**. 15 ed. Revisada. São Paulo, Global. 2004.

\_\_\_\_\_. **Casa Grande & Senzala**. Rio de Janeiro. J. Olympica. 1973. 573p.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas. 2002. 146.

\_\_\_\_\_. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo-SP: Atlas, 2008. 200 p.

GRAZIANO DA SILVA, José. O novo rural brasileiro. In: **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, v.7, nº 1, p.43-81, 1997.

\_\_\_\_\_. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: IE/UNICAMP, 1996.

\_\_\_\_\_. **A modernização dolorosa: Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

HAIR, Joseph F., BABIN, Barry, MONEY, Arthur H. E, SAMUEL, Philip. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HESPANHOL, Antônio. Nivaldo. Agricultura, desenvolvimento e sustentabilidade. In: MARAFON, G. J.; RUA, J.; RIBEIRO, M. (orgs.) A. **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2007, p. 179-198.

HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores no Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Cidades@**. Informações Estatísticas. Censo Demográfico, 2010. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codmun=310370>>. Acesso em: fevereiro de 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA**. Censo Demográfico 2010. Disponível em: < <http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010ETRD.asp?o=16&i=P>>. Acesso em: fevereiro de 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil**, 1998. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2008, 176p.

LEITE, João Paulo Viana; FERNANDES, José Martins; FAVARO, Letícia Bonifácio; GONTIJO, Douglas Costa; MAROTTA, Carolina Pellucci Barreto; SQUEIRA, Livia; MAIA, Renato Totti; GARCIA, Flávia Cristina Pinto. Plantas medicinais no entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro. **Revista MG Biota, Instituto Estadual das Florestas**, v.1, n.4, p.16-34, out./nov., 2008.

MARICATO, Ermínia. Aspectos da História da Habitação e das Cidades no Brasil. In: **Habitação e Cidade**. São Paulo. Ed. Atual, 1997, p. 8-40.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. In: **Terra Livre**, São Paulo, n.19, p. 95-112, jul./dez., 2002.

MARTINE, George. e GARCIA, Ronaldo. (orgs.). **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987.

MULLER, Geraldo. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: HUCITEC: EDUC, 1989.

NETO, Fernando Cesar da Veiga. **Análise de Incentivos Econômicos nas Políticas Públicas para o Meio Ambiente – O caso do “ICMS Ecológico” em Minas Gerais**. 2000, 161f. Dissertação (pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Rio de Janeiro, 2000.

NICOLOSO, Tiago Oliveira. **Os saberes tradicionais e o modo de vida camponês como elementos para a compreensão de uma nova forma de organização camponesa: o exemplo de Nova Pádua/RS**”. 2006, 128f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul , Instituto de Geociências, 2004.

RAMBAUD, Placide. **Societe Rurale et Urbanisation**. Paris: Editions du Seuil, 1973, 343 p.

SANCHEZ-CASAS, Carlos. La centralidad de el modo de asentamiento durante el predomínio de la contradicción campo-cidade. In: **Sociedad, sistema y habitat**. Madri: Los libros de la Catarata, 2009, p.198-266.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro & São Paulo: Ed. Record, 2001.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 2.ed. São Paulo: HUCITEC, 1994. 157p.

SANTOS, Henrique Faria dos; VALE, Ana Rute do. Modernização da Agricultura e Novas Relações Campo-Cidade no atual período de Globalização: algumas análises a partir do agronegócio cafeeiro no município de Alfenas – MG. In: **III Jornada Científica de Geografia**, UNIFAL, set., 2012, p.20.

SILVA, José Graziano da; Del Grossi, Mauro; Campanhola, Clayton. O que há de realmente novo no rural brasileiro. In: **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.19, n.1, jan./abr., 2002, p. 37-67.

SILVA, Keli de Oliveira. A periferização causada pela desigual urbanização brasileira. **Revista Urutágua – Revista acadêmica multidisciplinar** (DCS/UEM), n.11, Paraná, 2007.

SILVA, William Ribeiro da. Reflexões em torno do urbano no Brasil. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; Arthur Magon Whitacker (Org.). **Cidade e campo**. Relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010. Capítulo 4, p.65-80.

SOBARZO, Oscar. O urbano e o rural em Henri Lefebvre. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; Arthur Magon Whitacker (Org.). **Cidade e campo**. Relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010. Capítulo 3, p.53-64.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; Arthur Magon Whitacker (Org.). **Cidade e campo**. Relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010. Capítulo 6, p.111-130.

SOUZA, R. P.; SOUZA, M. S.; **O debate brasileiro sobre pluriatividade: implicações sobre o desenvolvimento rural e as políticas públicas**. Trabalho apresentado no XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Rio Branco-Acre: 20 a 23 de julho de 2008.

TEIXEIRA, Jodenir C. **Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais**. Revista Eletrônica da AGB. Três Lagoas/MS, vol. 2, n. 2, ano 2, p. 21-42, setembro de 2005.

TRIOLA, Mario F. **Introdução à estatística**. 10 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

\_\_\_\_\_. **Introdução à estatística**. Rio de Janeiro: LTC, 2005.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; GREMAUD, Amaury Patrick; JÚNIOR, Rudinei Toneto. **Economia brasileira contemporânea**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

VEIGA, José Eli da. A atualidade da contradição urbano-rural. In: **Análise Territorial da Bahia Rural**, Série Estudos e Pesquisas, n. 71, Salvador: SEI. 2012.

\_\_\_\_\_. Nascimento de outra ruralidade. In: **Estudos Avançados**, 2006.

\_\_\_\_\_. A atualidade da contradição urbano-rural. In: **Análise Territorial da Bahia Rural**, Salvador, v. 71, p. 29-50, 2004, Série Estudos e Pesquisas.

\_\_\_\_\_. **Cidades Imaginárias:** o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002, 301p.

VELOSO, Fernando A.; VILLELA, André; GIAMBIAGI, Fábio. Determinantes do “milagre” econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica. In: **Revista Brasileira de Economia**, v.62, n.2, Rio de Janeiro, ab./jun., 2008.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida:** reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p.201-328.

\_\_\_\_\_. O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade. **Estudos Sociologia e Agricultura**, Rio de Janeiro, vol. 17, n. 1, 2009, p. 60-85.

\_\_\_\_\_. A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. In: **Una nueva ruralidad en América Latina?** Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latino americano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). **O fenômeno urbano**. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. 133p.

## APÊNDICES

### QUESTIONÁRIO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DOMÉSTICA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA DOMÉSTICA

Data da entrevista: \_\_\_/ \_\_\_/ 2012

Responsável pela entrevista:

Número de identificação do Questionário:

Comunidade:

Identificação (respondente): ( ) 1- Mulher ( ) 2- Homem

#### **Identificação do Perfil Socioeconômico da (o) entrevistada (o):**

1. Quem vive aqui na propriedade? (*Quadro 1*)

#### **Caracterização da propriedade:**

2. Nome do sítio:

3. Quantos hectares possui a propriedade?

4. Que tipos de atividades agrícolas são desenvolvidas na propriedade?

4.1. Em termos de renda, quais destas atividades agrícolas você considera mais importante?

4.2. Quais são as pessoas da família que realizam as atividades agrícolas?

5. Vocês contratam ou têm meeiros?

5.1. Vocês contratam por dia ou tem trabalhadores fixos na propriedade?

5.2. Vocês fazem o contrato escrito?

6. Que tipo de atividades não-agrícolas são desenvolvidas pela família na propriedade?

7. Há alguém que mora na propriedade que trabalha fora? ( ) 1- Sim ( ) 2- Não (*ir para questão 8*)

7.1. Quem?

8. Vocês utilizam máquinas na propriedade para desenvolver as atividades agrícolas?  
( ) 1- Sim ( ) 2- Não (*ir para questão 9*)

8.1. Quais os tipos de máquinas utilizadas nas atividades agrícolas presentes na propriedade: ( ) 1- Colheitadeiras ( ) 2- Tratores ( ) 3- Resfriador de leite  
( ) 5- Outro. Especificar:

8.2. Quantos anos têm o(s) seu(s) equipamento (s)? (*Especificar o ano de cada equipamento*)

9. Você utiliza na propriedade:

( ) 1- Insumos agrícolas

( ) 2- Fertilizantes Agrícolas

( ) 3- Adubos químicos

( ) 4- Outro. Especificar:

9.1. Você utiliza as mesmas práticas e tecnologias que seu pai utilizava?

- ( ) 1- Sim ( ) 2- Não
- 9.2. O que você considera diferente na forma que seu pai fazia?
10. Vocês recebem algum tipo de assistência técnica? ( ) 1- Sim ( ) 2- Não (*ir para questão 11*)
- 10.1. De que tipo? ( ) 1- Contratada ( ) 2- Gratuita
- 10.2. Qual a quantidade de vezes que vocês recebem ou contratam assistência técnica?
11. Vocês já pegaram algum tipo de empréstimo em bancos/cooperativas/Governo (PRONAF) para investir na propriedade? ( ) 1- Sim ( ) 2- Não (*ir para questão 13*)
- 11.1. Especificar qual tipo de empréstimo:
- 11.2. O(s) empréstimo(s) feito(s) foi (ram) para investir em que?
12. O(s) empréstimo(s) foi (ram) feito(s) no nome de quem?
- ( ) 1- No nome da entrevistada
- ( ) 2- No nome de uma das mulheres da família. Quem?
- ( ) 3- No nome de um dos homens da família. Quem?
13. Por que vocês nunca quiseram pegar um financiamento?
- ( ) 1- Porque nunca precisaram ( ) 2- Por medo de não conseguir pagar
- ( ) 3- Porque não gostam de pegar dinheiro emprestado
- ( ) 4- Já tentaram mas não conseguiram porque o pedido não foi aprovado
- ( ) 5- Outro. Especifique?

**Perguntas relacionadas à gestão da propriedade:**

14. Você utiliza planilha de custo na propriedade? ( ) 1- Sim ( ) 2- Não
15. Você tem o hábito de fazer a contabilidade do seu negócio? (gastos/receita/lucros)
- ( ) 1- Sim ( ) 2- Não
- 15.1. Por quê?
- 15.2. Quem realiza a contabilidade?
16. Quem é o responsável por lidar com a comercialização dos produtos na propriedade?
17. Quem é o responsável por lidar com o dinheiro na propriedade?
18. Cada membro da família tem seu dinheiro ou o dinheiro é de todos?
19. Você já fez algum curso de capacitação? ( ) 1- Sim ( ) 2- Não (*ir para questão 20*)
- 19.1. Quais?

**Perguntas relacionadas ao trabalho doméstico:**

20. Quem faz a limpeza da casa?
21. Quem faz o café da manhã?
22. Quem faz o almoço?
23. Quem faz o jantar?
24. A comida é feita em que tipo de fogão?
- ( ) 1- Fogão a lenha ( ) 2- Fogão a gás ( ) 3- Elétrico ( ) 4- Outro.
- Especificar:
25. Quem cuida das crianças?
26. Quem lava a roupa?
- 26.1. De que forma a roupa é lavada?

( ) 1- A mão ( ) 2- No tanque ( ) 3- Na máquina ( ) 4- Outro.

Especifique:

**Consumo:**

27. Os alimentos que vocês consomem nas refeições são comprados ou produzidos na propriedade?

27.1. Quais alimentos são comprados?

27.2. Vocês têm o hábito de comprar produtos industrializados (*produtos alimentícios, produtos de limpeza, etc.*)?

28. Vocês costumam fazer as refeições em casa? (*Especificar cada membro da família*)

29. Posse de bens e quantidades (Nº)

Ferro elétrico	( ) 1- Sim	( ) 2- Não	Celular	( ) 1- Sim	( ) 2- Não
Liquidificador	( ) 1- Sim	( ) 2- Não	Telefone fixo	( ) 1- Sim	( ) 2- Não
Batedeira	( ) 1- Sim	( ) 2- Não	Freezer	( ) 1- Sim	( ) 2- Não
Geladeira	( ) 1- Sim	( ) 2- Não	Microondas	( ) 1- Sim	( ) 2- Não
Televisão	( ) 1- Sim	( ) 2- Não	Computador	( ) 1- Sim	( ) 2- Não
Antena Parabólica	( ) 1- Sim	( ) 2- Não	Internet	( ) 1- Sim	( ) 2- Não
Aparelho de som	( ) 1- Sim	( ) 2- Não	Bicicleta	( ) 1- Sim	( ) 2- Não
Fogão a gás	( ) 1- Sim	( ) 2- Não	Moto	( ) 1- Sim	( ) 2- Não
Tanquinho	( ) 1- Sim	( ) 2- Não	Carro	( ) 1- Sim	( ) 2- Não
Máquina de lavar roupas	( ) 1- Sim	( ) 2- Não	TV por assinatura	( ) 1- Sim	( ) 2- Não

Outros:

30. Vocês compraram algum móvel para casa? ( ) 1- Sim ( ) 2- Não

30.1. Cozinha:

30.2. Sala:

30.3. Quarto:

30.4. Varanda:

30.5. Outro. Especificar:

31. Vocês têm o hábito de fazer roupas, ou compram roupas prontas?

31.1. Especificar:

32. Qual é o principal meio de locomoção da família? ( ) 1- A pé ( ) 2- Bicicleta ( ) 3- Carro de boi ( ) 4 - Charrete ( ) 5- Moto ( ) 6- Ônibus ( ) 7- Carro ( ) 8- Outro. Especificar:

33. Em média, quantas vezes por semana você vai à cidade?

**Perfil econômico:**

34. Qual é a renda familiar (domiciliar) mensal?

35. Tem algum aposentado ou pensionista na família? ( ) 1- Sim ( ) 2- Não

35.1. Quem?

35.2. A aposentadoria ou pensão costuma ser utilizada para que?

- ( ) 1- Atividades agrícolas ( ) 2- Atividades não-agrícolas ( ) 3- Atividades agrícolas e não-agrícolas ( ) 4- Uso pessoal ( ) 5- Uso familiar
36. Vocês recebem Bolsa Família ou algum tipo de auxílio do governo?  
 ( ) 1- Sim ( ) 2- Não
- 36.1. Qual?
37. Vocês tiveram acesso a alguma política pública do governo? ( ) 1- Sim ( ) 2- Não
- 37.1. Quem acessou?
38. Vocês já pegaram recursos para a construção da casa? ( ) 1- Sim ( ) 2- Não
- 38.1. Quem pegou?
39. Vocês já acessaram créditos para outra finalidade? ( ) 1- Sim ( ) 2- Não
- 39.1. Para que?
40. Qual é a fonte de renda considerada mais importante para a família?  
 ( ) 1- Renda advinda das atividades agrícolas  
 ( ) 2- Renda advinda das atividades não-agrícolas  
 ( ) 3- Pensão  
 ( ) 4- Aposentadoria  
 ( ) 5- Renda advinda do trabalho de algum membro da família em alguma outra atividade/profissão.
41. Você gasta o seu dinheiro com o que?  
 ( ) Despesas da casa ( ) Guarda o dinheiro em uma poupança  
 ( ) Faz reforma na casa ( ) Outro. Especificar:  
 ( ) Compram móveis e eletrodomésticos  
 ( ) Investe na educação  
 ( ) Compra roupas para você e sua família  
 ( ) Entrega o dinheiro a alguém  
 ( ) Investe em equipamentos agrícolas para a propriedade
- 41.1. Pede opinião para o uso do dinheiro?
- 41.2. Pede opinião a quem?

### Aspectos Habitacionais:

#### 1º) Saneamento básico

42. Sua residência possui água encanada? ( ) 1- Sim ( ) 2- Não
43. Possui filtro: ( ) 1- Sim ( ) 2- Não (*ir para questão 45*)
- 43.1. Qual tipo? ( ) 1- Barro ( ) 2- Purificador de água ( ) 3- Outro. Especificar:
44. Como você guarda a água em sua casa?  
 ( ) 1- Baldes, latas, frascos sem tampa ( ) 4- Baldes, latas, frascos com tampa  
 ( ) 2- Caixa d'água sem tampa ( ) 5- Caixa d'água com tampa  
 ( ) 3- Em tanques ( ) 6- Outro. Especificar:
45. Vocês têm o sistema de esgoto da sua casa? ( ) 1- Sim ( ) 2- Não (*ir para questão 47*)
- 45.1. De que tipo?  
 ( ) 1- Exposto ( ) 5- Rede de esgoto  
 ( ) 2- Fossa séptica com sumidouro ( ) 6- Fossa Negra  
 ( ) 3- Fossa séptica sem sumidouro ( ) 7- Outro. Especifique:  
 ( ) 4- Córrego
46. Sua residência possui banheiro? ( ) 1- Sim ( ) 2- Não (*ir para questão 48*)

- 46.1. Onde ele fica? ( ) 1- Externo ( ) 2- Interno
47. O que é feito com o lixo?  
 ( ) 1- Exposto ao quintal ( ) 4- Enterrado ( ) 5- Queimado  
 ( ) 2- Descartado leito d'água ( ) 6- Outro. Especifique:  
 ( ) 3- Colocado em lata de lixo
48. Há recolhimento do lixo pela prefeitura? ( ) 1- Sim ( ) 2- Não (*ir para questão 50*)
- 48.1. Como é feito o recolhimento?  
 ( ) 1- Por semana ( ) 2- Por mês ( ) 3- Poucas vezes por ano ( ) 4- Outro. Especifique:

### 2º) Tipo de materiais, revestimentos, acabamentos e função dos espaços

49. De que material é feito o telhado da casa?  
 ( ) 1- Palha, zinco, material aproveitado ( ) 4- Telha de amianto  
 ( ) 2- Laje com telhado de madeira, telha de barro ou de amianto ( ) 5- Laje  
 ( ) 3- Telha de barro ( ) 6- Outro. Especifique:
50. Número de cômodos que tem na casa:
51. Sua casa possui rede elétrica? ( ) 1- Sim ( ) 2- Não (*ir para questão 53*)
- 51.1. Qual o tipo de iluminação usada: ( ) 1- Lâmpada ( ) 2- Gás de botijão  
 ( ) 3- Velas ( ) 4- Lâmpada ( ) 5- Elétrica exposta ( ) 6- Elétrica embutida  
 ( ) 7- Outra. Especifique:
52. De que material são construídas as paredes?  
 ( ) 1- Madeira ( ) 3- Pau-a-pique  
 ( ) 2- Alvenaria ( ) 4- Outro. Especifique:
- 52.1. E o acabamento das paredes? ( ) 1- Reboco ( ) 2- Pintura ( ) 3- Emboço  
 ( ) 4- Outro. Especifique:
53. O que vocês usaram nas janelas?  
 ( ) 1- Esquadrias de alumínio ( ) 4- Esquadrias de ferro ( ) 2- Vidro  
 ( ) 5- Esquadrias de madeira ( ) 6- Outro. Especifique:  
 ( ) 3- Exclusivamente de madeira
54. Qual o tipo de piso? ( ) 1- Pedra ( ) 3- Cerâmica:  
 ( ) 2- Madeira ( ) 4- Outros. Especifique:
55. Qual tipo de mão-de-obra foi utilizada na construção da casa?  
 ( ) 1- Mutirão ( ) 2- Individual/Familiar ( ) 3- Especializada ( ) 4- Outra. Especifique:

### 3º) Aspectos relacionados à casa e aos investimentos na mesma

56. A casa que vocês moram é de vocês?  
 ( ) 1- Ocupada ( ) 2- Alugada ( ) 3- Doadada ( ) 4- Cedida ( ) 5- Financiada ( ) 6- Própria ( ) 7- Outra. Especifique:
57. Como era essa casa quando vocês mudaram para cá?
58. Vocês fizeram reforma na casa nos últimos anos? ( ) 1- Sim ( ) 2- Não (*ir para questão 65*)
- 58.1. O que foi reformado (ou construído)?
59. Quem planejou essa reforma? ( ) 1- Casal ( ) 2- Esposa ( ) 3- Marido ( ) 4- Filhos ( ) 5- Outros. Especifique:

60. Vocês contrataram alguma mão-de-obra? ( ) 1- Sim ( ) 2- Não (*ir para questão 64*)
- 60.1. Quem? ( ) 1- Pedreiro ( ) 2- Mão-de-obra familiar ( ) 3- Outro. Especifique:
61. Para essa reforma ou construção, vocês utilizaram algum material aqui da propriedade? ( ) 1- Sim ( ) 2- Não (*ir para questão 69*)
- 61.1. O quê?
62. Para essa reforma ou construção, onde vocês compraram o material?

Se a família não reformou ou construiu, mas tem planos de reformas ou construção

63. A família tem planos de uma reforma aqui na casa ou na propriedade?  
( ) 1- Sim ( ) 2- Não (*ir para questão 65*)
- 63.1. Se sim, onde e o que pretende reformar?
- 63.2. Quem vai fazer a reforma?

**Lazer:**

64. Você descansa do trabalho nos finais de semana? ( ) 1- Sim ( ) 2- Não (*ir para questão 66*)
- 64.1. Você descansa nos dois dias (sábado e domingo)?
65. Você tira férias do trabalho? ( ) 1- Sim ( ) 2- Não (*ir para questão 67*)
- 65.1. Quantas vezes ao ano?
66. Quantas horas por dia você gasta para o lazer?
67. O que você e sua família faz nas horas de folga?

LAZER	MULHER	MARID O	FILHOS	FILHAS	AVOS	OUTROS	Nº. DE HORAS
1-Igreja							
2- Esporte. Especifi- car.							
3- Festas/Ba iles							
4- Visitas							
5- Bares							
6- Assiste TV							
7- Internet							
8-Outros. Especifi- car.							

- 67.1. Com qual frequência vocês praticam essas atividades de lazer?
68. Vocês participam de algum grupo na comunidade ou na cidade?
- ( ) Sindicato de Trabalhador Rural ( ) Associações ligadas a Igreja
- ( ) Partido Político ( ) Sindicato de Produtor Rural
- ( ) Cooperativa. Qual tipo? ( ) Associação ligada ao turismo
- ( ) Movimentos Sociais ( ) Outro. Especifique?

- Reuniões e Encontros da Emater
- Não participa de nenhum tipo de associação

69. Você gasta dinheiro para se divertir?  1- Sim  2- Não

69.1. Quanto mais ou menos você gasta?

69.2. E os outros membros da família?

- 1- Menos de 25%     2- de 25% a 50%     3 - de 50% a 75%
- 4- Mais de 75%     5- Quase 100%

**Acesso a serviços:**

70. Vocês têm acesso à quais tipos de serviços aqui?

- 1- Escolas (*ir para questão 72*)
- 2- Hospitais (*ir para questão 73*)
- 3- Postos de Saúde (*ir para questão 74*)
- 4- Atendimento Jurídico
- 5- Outros. Especifique:
- 6- Não se aplica

71. Qual o nível de ensino das escolas do município?

- 1- Ensino Básico
- 2- Ensino Básico e Fundamental
- 3- Ensino Fundamental
- 4- Ensino Médio
- 5- Ensino Médio e Superior
- 6- Ensino Superior

72. Os hospitais são de uso:  1- Regional  2- Municipal

73. Os postos de saúde são de uso:  1- Regional  2- Municipal

## ANEXOS

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, \_\_\_\_\_, li e/ou ouvi os esclarecimentos dados sobre o estudo do qual participarei. A explicação que recebi esclarece os riscos e benefícios do estudo. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento, sem justificar minha decisão. Sei que meu nome não será divulgado mantendo a minha identidade, que não terei despesas, que não receberei dinheiro por participar do estudo e que as informações coletadas serão publicadas na dissertação do pesquisador ao final do trabalho. Concordo com a divulgação das fotografias fotografadas do meu álbum de família e da minha moradia atualmente, caso o pesquisador considere relevante para sua pesquisa e sei que também não receberei qualquer quantia por essa divulgação.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2012.

Voluntário

(Entrevistado) \_\_\_\_\_

Equipe:

\_\_\_\_\_

Orientador

\_\_\_\_\_

Pesquisador